

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS**  
**2009**

**Rentipar Financeira - SGPS, S.A.**  
**e**  
**Rentipar - Grupo Financeiro**  
**Consolidado**

**Rentipar Financeira - SGPS, S.A.**

Sede Social: Avenida Barbosa du Bocage, 85 – 5º - 1050 030 Lisboa

Número único de Matricula e Pessoa Colectiva 502 176 881

Capital Social: 45.000.000 Euros

## ÍNDICE

⇒ Mensagem do Conselho de Administração

### I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### II. ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2009

#### II.1 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

#### II.2 BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2009

##### 1. SOCIEDADES *HOLDING*

- 1.1 Banif - SGPS, S.A.
- 1.2 Banif Comercial SGPS, S.A.
- 1.3 Banif Investimentos, SGPS, S.A.
- 1.4 Tecnicrédito, SGPS, S.A.
- 1.5 Rentipar Seguros, SGPS, SA

##### 2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

- 2.1 Recursos Humanos
- 2.2 Operativa e Tecnologia
- 2.3 Controlo dos Riscos de Actividade
- 2.4 Finanças e Planeamento
- 2.5 *Compliance*
- 2.6 Auditoria
- 2.7 Imagem e Comunicação

##### 3. BANCA COMERCIAL

- 3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
  - 3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira
  - 3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores
  - 3.1.3 Actividade Comercial no Continente
  - 3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio
  - 3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança
  - 3.1.6 Actividade Financeira
  - 3.1.7 Actividade Internacional
  - 3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- 3.2 Crédito Especializado

- 3.2.1 Banco Mais, S.A.
- 3.2.1.1 Actividade em Portugal
- 3.2.1.2 Actividade Internacional
- 3.2.2 Bank Plus Bank, Zrt.
- 3.2.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- 3.2.4 Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.
- 3.3 Actividade Internacional
  - 3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
  - 3.3.2 Banif International Bank, Ltd
  - 3.3.3 Banif Finance (USA) Corp.
  - 3.3.4 Banif Financial Services Inc.
  - 3.3.5 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
  - 3.3.6 Banca Pueyo, S.A.
  - 3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.
  - 3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd
- 4. **BANCA DE INVESTIMENTO**
  - 4.1 Banif – Banco de Investimento, S.A.
  - 4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha
    - 4.2.1 Banif Securities, Inc.
    - 4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
    - 4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)
- 5. **SEGUROS**
  - 5.1 Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
- 6. **OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO**
  - 6.1 Banif Imobiliária, S.A.
  - 6.2 Banifserv–Empresa de Serviços, Sist. e Tecnologias de Informação, ACE
- 7. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF – GRUPO FINANCEIRO**
- II.3 **RENTICAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.**

### III ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

### IV ANÁLISE DE RISCOS

### V FACTOS RELEVANTES

### VI PERSPECTIVAS FUTURAS

**VII PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

**VIII NOTAS FINAIS**

⇒ Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

**IX DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Demonstrações Financeiras Separadas**

- 1.1 Balanço
- 1.2 Demonstração de Resultados
- 1.3 Demonstração do Rendimento Integral
- 1.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios
- 1.5 Demonstração de Fluxos de Caixa
- 1.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

**2. Demonstrações Financeiras Consolidadas**

- 2.1 Balanço
- 2.2 Demonstração de Resultados
- 2.3 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios
- 2.5 Demonstração de Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

## MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

O ano de 2009 caracterizou-se por uma forte contracção da economia. O alastramento dos graves problemas que, em 2008, se haviam mantido tendencialmente circunscritos ao sector financeiro, levou a que a generalidade das empresas tenha passado a sentir os efeitos da dificuldade no acesso ao crédito, do custo elevado dos recursos financeiros, da diminuição da procura e da falta de confiança de investidores e consumidores.

Em consequência, multiplicaram-se os encerramentos de empresas, que se reflectiram nas famílias, traduzidos em aumento do desemprego, e nos Estados, cujas receitas conheceram abruptas diminuições, por força da perda de rendimento dos seus contribuintes, e cujas despesas se agravaram, em virtude de medidas de auxílio à economia e de prestações de natureza social.

Foi neste contexto macroeconómico fortemente adverso que a Rentipar Financeira conseguiu, ainda assim, imprimir à sua actividade uma forte dinâmica de crescimento.

Numa operação bem acolhida pelo mercado e concluída com êxito no final do terceiro trimestre de 2009, a nossa participada Banif SGPS incorporou as sociedades que constituíam o Grupo Tecnicrédito, entre elas o Banco Mais, S.A., instituição bancária com actividade em Portugal, Espanha, Eslováquia e Polónia, e o Bank Plus, Zrt., com sede em Budapeste e actividade na Hungria. No último trimestre, foi concluído o acordo tendente à compra das seguradoras Global – Companhia de Seguros, S.A. e Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A, que colocará o Grupo entre os 5 maiores *players* no sector segurador em Portugal e entre os 3 maiores nos ramos Não Vida.

Paralelamente, assistiu-se à expansão da rede de distribuição do Grupo Banif, a qual contava, no final de 2009, com um total de 593 pontos de venda (um aumento de 75 face ao final do ano anterior) distribuídos por 17 países, onde mais de 5 milhares de Colaboradores procuram corresponder às necessidades de mais de 1,2 milhões de Clientes.

No início do 4.º trimestre de 2009, a Banif – SGPS, S.A. procedeu a um aumento do seu capital social, de 350 milhões de euros para 490 milhões de euros, através de uma oferta pública integralmente subscrita, e passou a contar, entre os seus accionistas de referência, com o Grupo Auto Industrial, um sólido grupo empresarial português, com mais de 90 anos de actividade. No âmbito desta operação, a Rentipar Financeira subscreveu e realizou acções no montante de 42 milhões, para além da participação na operação de aumento de capital social, acima descrita, a Rentipar Financeira reforçou a participação detida na Banif – SGPS, S.A., através da aquisição de 23.000.000 acções representativas de 4,7% do capital social daquela entidade, investimento que ascendeu a 32,2 milhões de euros. A Rentipar Financeira é o maior accionista da Banif – SGPS, S.A., detendo directamente com referência a 31/12/2009, 50,18% do seu capital social e sendo-lhe imputáveis, nos termos do artº 20º do Código de Valores Mobiliários, 57% dos direitos de voto nesta sociedade;

No final de 2009, o Activo Líquido consolidado da Rentipar Financeira era de 14.513,2 milhões de euros (registando um crescimento de 12% relativamente ao final do ano anterior) e os Capitais Próprios (deduzidos de interesses minoritários) eram de 547 milhões de euros (registando um crescimento de 36,7% relativamente ao final de 2008).

No que se refere a indicadores financeiros referentes à actividade de 2009, destacam-se o *Cash Flow Bruto de Exploração* consolidado de 233,9 milhões de euros e o Resultado Líquido consolidado de 52,9 milhões de euros, valores que, alcançados no contexto de um enquadramento macroeconómico extraordinariamente adverso, justificam o reconhecimento da sustentação do nosso projecto de criação de valor.



Concluimos 2009 com a noção de que os anos que se avizinham nos colocarão perante importantes dificuldades e desafios. A proliferação legislativa e regulamentar sobre o sector financeiro tem colocado acrescidas exigências às nossas organizações, enquanto os requisitos prudenciais e a conjuntura económica penalizam a nossa rendibilidade.

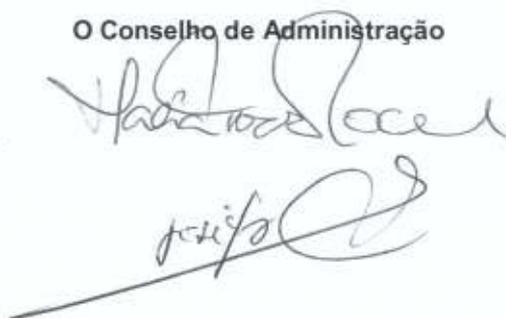
No entanto, sabemos que a Rentpar Financeira dispõe, hoje, de uma dimensão e de uma solidez sem precedentes, que lhe deverão permitir corresponder às grandes expectativas de que é depositária. Para tanto, contamos, no Futuro como sempre, com a confiança dos nossos Clientes e o empenho dos nossos Colaboradores. É deles o sucesso do nosso projecto. São eles a medida do nosso valor.

Por ultimo, deixamos aqui manifestado o desejo unanime de uma rápida e completa recuperação do estado de saúde do nosso accionista de referência e Presidente do Conselho de Administração, Exmo. Senhor Comendador Horácio da Silva Roque.



Handwritten signature of a member of the Board of Directors, with the name "Horácio" written below it.

O Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Directors, with the name "José" written below them.

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei e com os Estatutos da Sociedade, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas individuais e consolidadas da Rentipar Financeira – SGPS, S.A. ("Rentipar Financeira"), relativos ao exercício de 2009.

### I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

#### 1. Conjuntura Internacional

O ano de 2009 foi caracterizado por uma profunda recessão mundial, com as maiores quebras da actividade e comércio globais desde a Segunda Guerra Mundial. A recessão atingiu, sobretudo, a maioria das economias avançadas, as quais apresentaram uma quebra do PIB de cerca de 3,4%, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento conseguiram atingir um crescimento moderado, de cerca de 1,7%, com o melhor desempenho a ser obtido pelas economias chinesa (+8,5%) e indiana (+5,4%).

O ano de 2009 ficou igualmente marcado pela implementação de planos de estímulo à economia global e medidas de apoio ao sistema financeiro, que incluíram fortes apoios por parte dos Governos e cortes significativos nas taxas de juro, pelas autoridades monetárias, nomeadamente o Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal americana (FED), para níveis historicamente baixos.

O padrão intra-anual do crescimento mostra diferenças marcantes, com a actividade global a apresentar um recuo de 6,5% no primeiro trimestre do ano e um crescimento de cerca de 3% no segundo trimestre, que se terá reforçado ao longo do segundo semestre. A forte queda da actividade, no primeiro trimestre, está relacionada com os receios generalizados de colapso do sistema financeiro e a consequente paragem do crédito, devido às restrições de liquidez dos bancos. Na Europa, os receios de uma crise financeira mais severa nas economias de Leste e de contaminação do sistema financeiro de todo o continente, justificaram intervenções por parte do FMI, incidindo, sobretudo, no sector bancário.

Os bancos centrais reagiram rapidamente com fortes cortes nas taxas de juro, assim como medidas não convencionais de cedência de liquidez e suporte à concessão de crédito. Os governos encetaram importantes programas de estímulo económico e, simultaneamente, uma avaliação dos bancos com "stress tests" e apoios com garantias e injeções de capital. No final do primeiro trimestre do ano de 2009, começaram a surgir dados económicos favoráveis nos Estados Unidos, ilustrados pela recuperação das vendas a retalho, da compra de habitações novas e dos índices de confiança dos consumidores e da indústria, que superaram as expectativas do mercado, sugerindo assim uma primeira estabilização da economia norte-americana. De referir também que o novo pacote da Reserva Federal para compra de activos sustentou o mercado de dívida soberana.

No que se refere ao sistema financeiro, o anúncio do novo plano de apoio ao sector bancário, por parte do Tesouro norte-americano, foi particularmente bem recebido pelos intervenientes do sector, e alguns dos principais bancos de investimento apresentaram melhorias dos resultados trimestrais, passando a traçar cenários e objectivos de melhoria do desempenho operacional para o ano. No entanto, na Europa, o cenário permaneceu negativo, tendo os principais indicadores de confiança chegado mesmo a atingir novos mínimos. Simultaneamente, voltou a intensificar-se a discussão sobre o recurso a medidas de política monetária não ortodoxas.

 7  
PK

No segundo trimestre do ano, apesar da manutenção de vários dados económicos em níveis de recessão, nomeadamente os relativos ao mercado de trabalho, os principais indicadores de confiança dos Estados Unidos, Europa e Japão, começaram a inverter a tendência de forte quebra observada desde o último trimestre de 2008, sinalizando um ponto de inversão. De destacar a estabilização progressiva do sector financeiro, que começou a recuperar após a divulgação do teste de cenários ("*stress tests*") aos bancos americanos, que revelaram necessidades de capital inferiores ao previamente antecipado. Paralelamente, o BCE implementou a maior injeção monetária de sempre, no valor de 446 mil milhões de euros.

No terceiro trimestre de 2009, a economia global continuou a melhorar, impulsionada pelo forte desempenho das economias asiáticas e por uma estabilização, ou mesmo uma recuperação modesta, no resto do mundo. A recuperação foi liderada, do ponto de vista económico, por uma reanimação da indústria transformadora e uma alteração do ciclo de inventários, que começaram a ser repostos após a forte redução na primeira metade do ano. A gradual recuperação das vendas a retalho, o retorno da confiança dos consumidores e a estabilização do mercado imobiliário foram também aspectos que contribuíram para a progressiva melhoria.

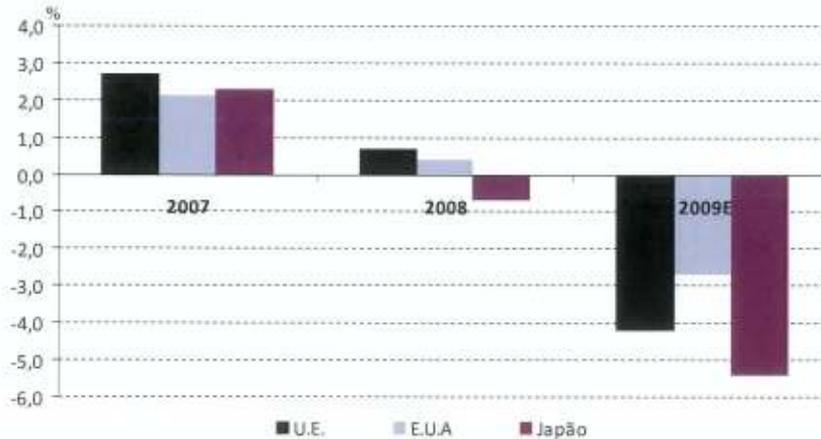
No entanto, nas economias avançadas, os sinais ainda eram débeis, com muitos indicadores a apresentarem tendências contraditórias. Nos EUA, tal foi particularmente visível na continuação do aumento do desemprego, enquanto na Europa foi mais evidente, sobretudo ao nível da produção industrial e dos preços ao consumidor, chegando mesmo a atingir um cenário de ligeira deflação. O Japão apresentou dados favoráveis, nomeadamente em relação à venda de veículos, à produção industrial e às vendas a retalho. Não obstante os principais blocos mundiais terem saído do período de recessão no terceiro trimestre, devido essencialmente aos fortes estímulos de política económica implementados, permaneceu a dúvida relativamente à sustentabilidade do crescimento induzido, com a recuperação da actividade a revelar-se incapaz de gerar emprego.

Neste contexto, a indefinição marcou as economias no último trimestre do ano, e os diversos indicadores divulgados evidenciaram sinais contraditórios. Na Europa, o mês de Dezembro ficou marcado pela confirmação, por parte da Comissão Europeia, de que, em termos técnicos, a recessão tinha terminado na Zona Euro. A Comissão Europeia sublinhou, no entanto, que as perspectivas permaneciam incertas, na medida em que a retoma estava a ser bastante sustentada pelos fortes estímulos concedidos pelos Governos e pela política monetária expansionista seguida pela maioria dos Bancos Centrais.

O comportamento das matérias-primas foi outro factor importante em 2009. Após um ano de 2008 altamente volátil, com os preços do petróleo (que atingiu cerca de 150 dólares por barril) e de outras matérias-primas essenciais a alcançar máximos históricos no Verão e a descer abruptamente no final do ano, a incerteza era grande para 2009. No final do primeiro semestre, com os primeiros sinais de recuperação económica a aparecerem na Ásia (nomeadamente na China), os preços da globalidade das matérias-primas iniciaram um movimento de subida. O petróleo subiu de forma sustentada ao longo da primeira metade do ano, voltando ao patamar dos 70 dólares por barril, mais do dobro em relação aos mínimos de 30 dólares por barril atingidos no início de 2009. No entanto, a volatilidade revelou-se menor do que a verificada em 2008, com o petróleo a fechar o ano nos 80 dólares por barril. Tal como o petróleo, também os metais industriais (cobre, zinco, alumínio) registaram valorizações significativas, duplicando as suas cotações face ao início do ano.

**Crescimento do PIB - Taxa de Variação Real**

8  
+  
R

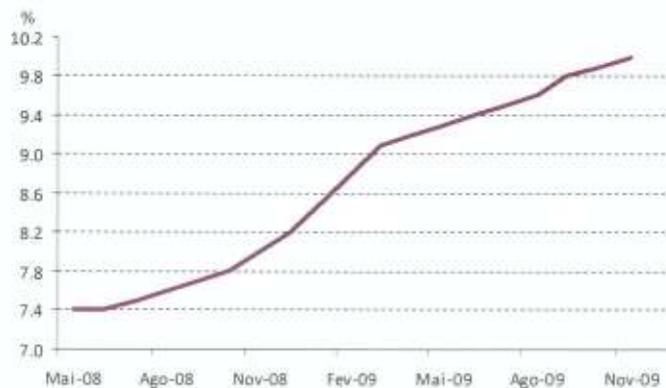


Fonte: Bloomberg.

Para a Zona Euro, o FMI estima uma contracção de 4,2% em 2009, implicando uma forte queda face ao crescimento de 0,7% registado em 2008. Embora o padrão de recessão tenha sido generalizado, estima-se que as economias Irlandesa e Finlandesa tenham sido as mais afectadas.

De uma forma geral, os dados económicos na zona euro mantiveram-se negativos até Março, altura a partir da qual se começaram a manifestar alguns sinais positivos. O índice de confiança da indústria revelou uma recuperação, apesar da produção industrial ter continuado a registar quedas. O indicador de confiança dos consumidores também melhorou, facto a que não será alheia a diminuição do nível de preços. A descida da inflação permitiu que o Banco Central Europeu decidisse continuar o processo de descida das taxas de juro directoras. Finalmente, as difíceis condições para a concessão de crédito continuaram a limitar o investimento privado, contribuindo para que a taxa de desemprego tivesse ultrapassado os 10% (o que compara com 7,8% em 2008) e, conseqüentemente, se verificasse uma contracção adicional no consumo.

**Mercado de Trabalho na Zona Euro**  
(Taxa de Desemprego)



Fonte: Bloomberg.

Estima-se que a economia norte-americana tenha registado uma queda de 2,7% em 2009, significativamente abaixo do crescimento de 0,4% registado em 2008. Durante o primeiro semestre de 2009, a produção contraiu-se substancialmente e a taxa de desemprego subiu para níveis não vistos desde o início da década de 1980, aproximando-se dos dois dígitos. Esta situação não impediu, no

*[Handwritten signature and initials]*

entanto, que a confiança dos consumidores tivesse mostrado um aumento ao longo do primeiro semestre do ano, mantendo-se, contudo, a níveis muito reduzidos. No mercado imobiliário, manteve-se a tendência de descida dos preços das habitações, resultado do elevado número de habitações por vender. Em consequência, a Reserva Federal americana adoptou uma política de estímulo ao crescimento económico, recorrendo a variados mecanismos não tradicionais: (i) injeções adicionais de liquidez, (ii) compra de títulos de dívida de longo prazo do Governo e (iii) incremento da dimensão dos programas de compra de títulos de crédito no mercado. As políticas de intervenção monetárias, financeiras e fiscais, ajudaram a estabilizar a despesa dos consumidores, bem como os mercados financeiro e imobiliário, contribuindo para um crescimento moderado, na segunda metade do ano, com os principais índices de confiança, sobretudo de consumidores, a registarem o seu nível mais alto do ano em Dezembro.

### Índices de Confiança



Fonte: Bloomberg.

Os países com um forte cariz exportador, em particular o Japão, sentiram de uma forma muito acentuada os efeitos da crise. Assim, estima-se que a economia Japonesa tenha registado uma contracção de 5,4% em 2009, que compara com um decréscimo de 0,7% em 2008, uma recessão sem precedentes nesta economia. A taxa de desemprego terá subido de 4,0%, em 2008, para 5,4%, em 2009.

No primeiro trimestre de 2009, as exportações da Ásia continuaram a descer velozmente, influenciando, de forma significativa, o seu comportamento económico. O crescimento do Japão foi, assim, afectado, não só pela substancial contracção do consumo privado, mas também pela tendência descendente das exportações, nomeadamente devido à queda da procura mundial de automóveis (que pesam, de forma significativa, nas exportações nipónicas). A queda moderou-se durante o primeiro semestre do ano, sobretudo a partir de Março, quando a produção industrial começou a crescer novamente. As vendas a retalho começaram também a recuperar, a partir de Abril.

As economias emergentes não permaneceram imunes à crise. No entanto apresentaram um comportamento mais favorável do que as economias desenvolvidas e começaram a evidenciar sinais de recuperação mais cedo do que os grandes blocos económicos. Esta recuperação deveu-se à ausência de desequilíbrios macroeconómicos significativos, ao forte dinamismo da procura interna, à conjuntura positiva nos mercados das matérias-primas e à reduzida exposição dos sistemas financeiros a activos de alto risco.

De acordo com o FMI, a América Latina deverá ter registado uma contracção de cerca de 2,5% em 2009, enquanto a África terá registado um crescimento de 1,7%. Os países da Europa Central e de Leste e do ex-bloco soviético tiveram um comportamento muito mais negativo (-5,0% e -6,7%, respectivamente), em virtude do impacto da crise financeira sobre o crédito e as respectivas moedas.

*[Assinatura]* TR  
+

Os países emergentes e economias em desenvolvimento da Ásia também foram afectados pela crise internacional, embora com muito menor intensidade do que os EUA ou a Zona Euro. O FMI estima que a região tenha registado uma taxa de crescimento do PIB de 6,2%, o que compara com crescimento de 7,6% observado em 2008.

A recuperação deste bloco foi, essencialmente, suportada pelo sector de produtos electrónicos, que tinha registado uma queda brusca na produção no início da crise. A forte estrutura do sector bancário na região também contribuiu para limitar o impacto da crise financeira. Assistiu-se a um aumento da produção industrial em Hong Kong, Índia, Coreia, Filipinas, Taiwan, e Tailândia. A China, cujo PIB terá crescido, de acordo com o FMI, 8,5% em 2009, liderou a recuperação.

No primeiro trimestre de 2009 a região da América Latina também mostrou sinais de recessão, com queda acentuada do consumo, investimento e exportações, resultado do agravamento das condições de financiamento externo, deterioração da procura externa da região e menores remessas dos trabalhadores emigrantes. No entanto, a partir do segundo trimestre, a região começou a mostrar sinais de estabilização e recuperação, beneficiando da melhoria das condições financeiras a nível global, do mercado de matérias-primas, e do reforço de políticas de apoio à actividade económica.

A economia brasileira não escapou à crise económica mundial, tendo sido muito afectada no último trimestre de 2008 e nos primeiros meses de 2009 (com uma queda do PIB de -2,1% e -1,6% no primeiro e segundo trimestre, respectivamente) mas recuperando, no entanto, no segundo semestre do ano. As estimativas apontam para uma contracção do PIB na ordem de 0,5%-0,7% para 2009, reflectindo a tendência de recuperação observada ao longo do ano, ficando, assim, muito aquém do crescimento registado nos anos anteriores (5,1% e 5,7% em 2008 e 2007, respectivamente). A componente externa foi a mais afectada, tendo a queda da procura mundial afectado fortemente as exportações. A desaceleração económica originou ainda a redução das receitas fiscais, enquanto as despesas cresciam, incrementadas pelo impacto de programas de estímulo económico.

O primeiro semestre foi marcado pela intervenção do Governo através do seu plano de estímulo para a economia, com redução de impostos para a venda de veículos e bens duradouros, para além de forte redução da taxa de juro de referência. O impacto destas medidas na economia foi sentido a partir do terceiro trimestre do ano. A taxa de juro SELIC foi reduzida de 13,75% ao ano no final de 2008 para 8,75% em Dezembro de 2009, uma taxa nominal sem precedentes na história recente do país. Neste contexto, o Real valorizou-se 24,6% face ao Dólar norte-americano em 2009. A moeda norte-americana variou entre o máximo de 2,4473 BRL /USD, em 2 de Março de 2009, e o mínimo de 1,6989 BRL /USD, em 9 de Novembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, o Brasil detinha cerca de 239 mil milhões de dólares em reservas internacionais.

No que se refere ao índice de preços do consumidor, a inflação, atingiu os 4,3% (IPCA), ficando abaixo dos valores observados em 2008 (5,9%). O emprego, por seu turno, recuperou na segunda metade do ano, tendo a taxa de desemprego descido de 8,8% em Maio de 2009 para 7,4% na parte final de 2009.

## 2. Conjuntura Nacional

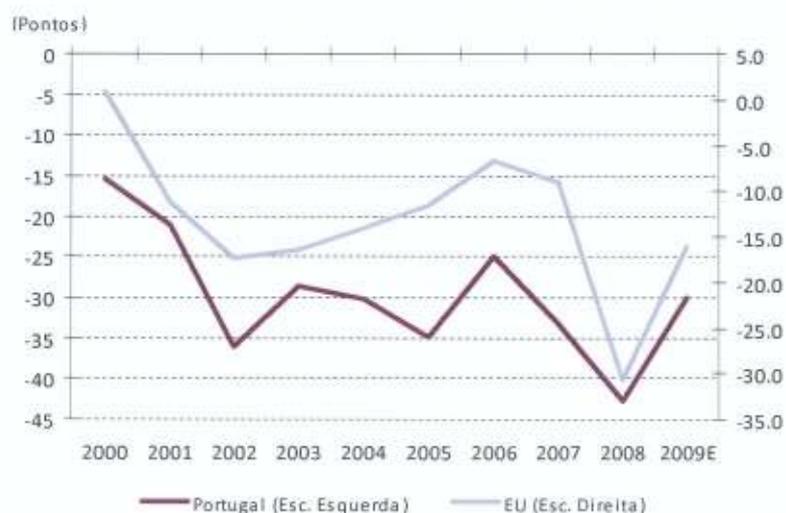
A economia portuguesa foi negativamente afectada pelo enquadramento internacional desfavorável ao longo do ano. No entanto, Portugal registou um comportamento acima da média dos países da UEM, em 2009. A razão deste comportamento prende-se com o sistema bancário nacional relativamente saudável, sem exposição relevante a activos tóxicos, a ausência de valorizações excessivas no mercado imobiliário e a diversificação das exportações. De acordo com o Banco de Portugal e o FMI, a economia portuguesa terá decrescido 2,7% em 2009, o que compara com um crescimento nulo em 2008. De referir, também, que Portugal parece estar a acompanhar a tendência de recuperação gradual dos restantes países da zona euro.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'A. T. R.' with a small cross below it. There is a double vertical line to the right of the signature.

A taxa de crescimento económico negativa teve por base a forte redução do investimento e consumo privados. A queda do consumo ocorreu no quadro de um aumento do rendimento disponível, em termos reais, que foi determinado, em grande medida, pelo crescimento das transferências para as famílias, não obstante a forte redução do emprego. De referir ainda o cenário de deflação e o impacto positivo no rendimento disponível decorrente da forte descida das taxas de juro bancárias ao longo de 2009, dada a posição líquida negativa das famílias em termos de activos e passivos que vencem juros. A crescente taxa de desemprego e o cenário de deflação, que leva a que os consumidores tendam a adiar decisões de consumo na expectativa de obtenção de preços mais baixos, tiveram importantes impactos negativos ao nível do consumo.

No entanto, a partir de Março, e à semelhança do que aconteceu na Zona Euro, os principais indicadores de confiança, quer de consumidores, quer de empresários, inverteram a tendência descendente, embora mantendo-se a níveis historicamente baixos.

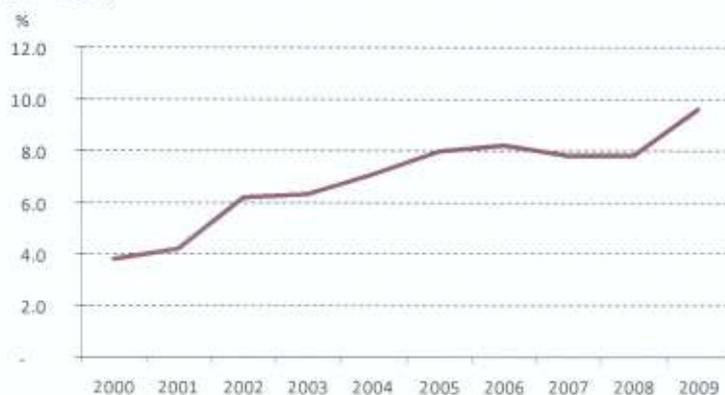
#### Confiança dos Consumidores



Fonte: Bloomberg.

A taxa de desemprego, por seu lado, deverá ter registado um aumento de 7,6%, em 2008, para 9,5%, em 2009, tendo os sectores de construção e de indústria transformadora, alojamento e restauração registado a maior de perda de emprego.

#### Taxa de Desemprego (Portugal)



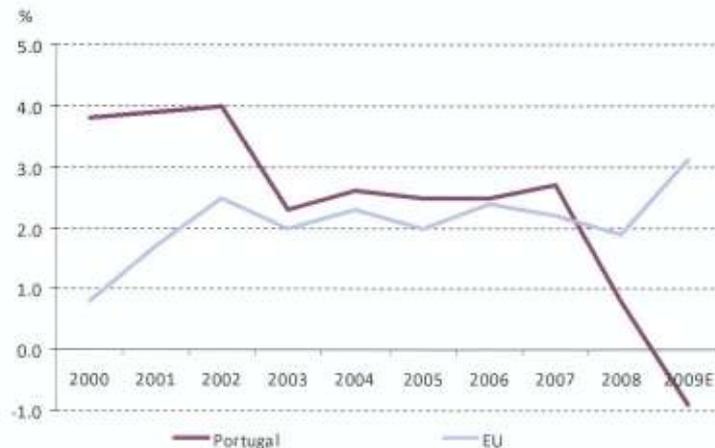
Fonte: Bloomberg.

12

Quanto à evolução dos preços, registou-se uma queda dos preços média anual de 0,8% em 2009 (de acordo com o INE), o que compara com uma inflação média de 2,7% em 2008.

### Inflação

Índice de Preços Harmonizado



Fonte: Bloomberg; FMI.

## 3. Sistema Financeiro

### 3.1. Situação Global

O ano de 2009 foi, à semelhança do ano anterior, um ano particularmente difícil para o sector financeiro. O primeiro trimestre foi especialmente complexo, devido ao prolongamento da fase aguda da crise financeira. A intervenção do Estado, as actuações de política monetária não convencionais e a revisão do quadro regulamentar e dos mecanismos de supervisão, contribuíram para o restabelecimento progressivo da confiança dos agentes económicos. Não obstante, os mercados financeiros apresentaram-se bastante voláteis, mesmo com um desagravamento do clima de aversão ao risco no final do 1.º trimestre. O enquadramento económico e financeiro adverso traduziu-se numa evolução muito moderada da actividade bancária na generalidade dos países europeus, verificando-se um abrandamento expressivo nos fluxos de crédito concedido, a par de um aumento dos níveis de incumprimento.

No entanto, ao longo do segundo trimestre, os mercados financeiros apresentaram uma recuperação significativa, beneficiando da ajuda das medidas orçamentais e monetárias de apoio aos mercados. A confiança no sector financeiro começou a inverter a tendência negativa, melhorando as perspectivas de acesso a financiamento pelo sector financeiro. O crédito entre os bancos começou a aumentar lentamente e o aperto à concessão de crédito diminuiu.

No final do ano, verificou-se que as iniciativas de apoio à actividade económica e aos sistemas financeiros, implementadas ao longo do ano, contribuíram para o retomo de alguma estabilidade nos mercados financeiros e para uma recuperação do clima de confiança dos investidores e dos empresários. Tal estabilização teve subjacente o enorme suporte do sector público e a cedência de liquidez abundante aos mercados interbancários, assinalando uma transferência parcial do risco do sector privado para o sector público e um esforço acrescido sobre as finanças públicas, com fortes restrições e custos.

13  
+ NK

Portugal não foi excepção, já que, tanto o Governo como o Banco de Portugal, actuaram em conformidade com as decisões tomadas a nível europeu, tendo implementado, de forma coordenada, programas de estímulo à actividade económica e de suporte ao sistema financeiro.

Em termos corporativos e à semelhança do esperado para outros sistemas financeiros da Zona Euro, a capacidade de geração de resultados do sistema financeiro foi afectada pela evolução, muito moderada, dos volumes de crédito e pelo aumento dos níveis de incumprimento. Alguns grupos financeiros procederam a operações de recapitalização, através da emissão de instrumentos financeiros apropriados mas sem recurso a investimento público.

De referir que o sistema financeiro português apresentou uma elevada capacidade de resistência e de adaptação aos desafios colocados pela crise financeira e económica, cumprindo o seu papel de intermediário principal entre agentes económicos externos e domésticos.

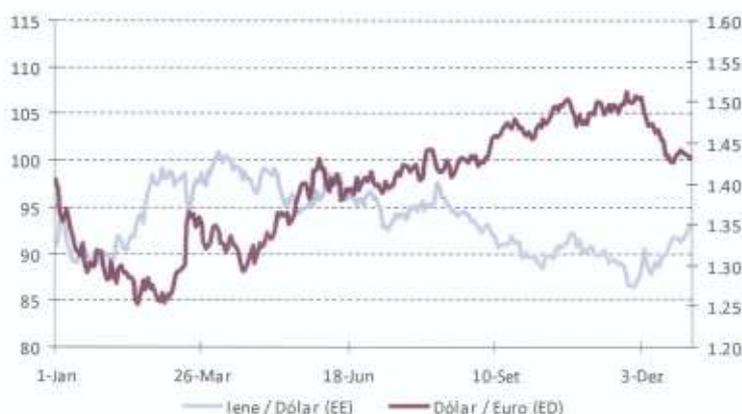
### 3.2. Mercado de Retalho e de Empresas

A crise financeira internacional reflectiu-se em dificuldades acrescidas no recurso ao financiamento, o que levou a generalidade dos bancos a reavaliar as suas políticas de preços e concessão de crédito durante o ano de 2009. Neste contexto, o ano evidenciou uma tendência de subida sustentada e progressiva dos *spreads* praticados nas operações activas por parte dos bancos em todos os segmentos de crédito, embora a acentuada queda das taxas Euribor ao longo do ano tenha mitigado significativamente o impacto dessa tendência no cliente final.

### 3.3. Mercados Monetário e Cambial

No que respeita aos mercados cambiais, 2009 caracterizou-se pela elevada volatilidade do Dólar, registando um máximo de 1,2530 e um mínimo de 1,5134 (apreciação/depreciação de 20,78% em apenas 9 meses, contra o Euro, terminando o ano em 1,4231 (depreciação de apenas 1,97% desde o início do ano). Contrariamente a 2008, os discursos das autoridades monetárias convergiram – a Reserva Federal manteve o nível historicamente baixo da sua *refi-rate* (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa, também para um mínimo histórico (1%) - ambos mencionando, no último trimestre, qual seria a estratégia de saída das medidas de emergência, salientando, no entanto, que estas se manteriam pelo tempo necessário. A valorização do Euro chegou a ser contestada por empresas e alguns Estados da Zona Euro e a ser apontada como um entrave à recuperação económica e à competitividade das exportações europeias. Quanto ao lene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao Dólar, tendo atingido o patamar de 84,81USD/JPY, tendo sido assim uma moeda refúgio no auge da crise.

#### Taxas de Câmbio

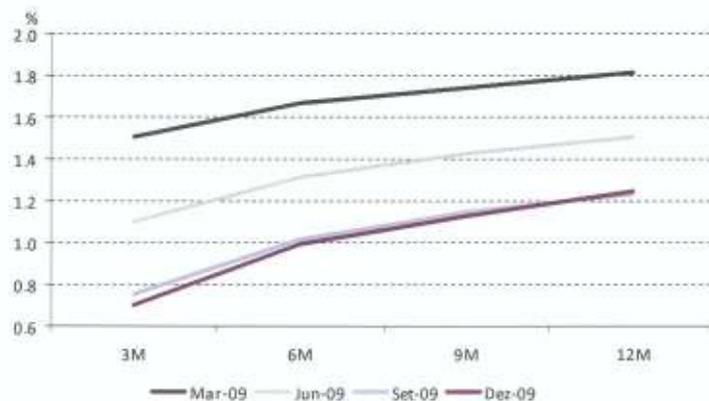


Fonte: Bloomberg.

14  
Handwritten signatures and initials.

O mercado monetário interbancário mostrou, em 2009, sinais de recuperação, tendo as taxas, nestes mercados, atingido mínimos históricos. A taxa a 6 meses registou um mínimo de 0,987 e a taxa a 12 meses registou um mínimo de 1,222, estabilizando a partir de meados de Novembro. No entanto, os intervenientes no mercado mantiveram a postura conservadora com que terminaram 2008. Assim, para o conjunto do ano, a taxa a 3 meses viria a cair 192 pontos base, para 0,70% a taxa a 6 meses reduziu-se em 198 pontos base, para 0,994% e a taxa a 12 meses caiu 178 pontos base, para 1,248%.

#### Taxas Euribor



Fonte: Bloomberg.

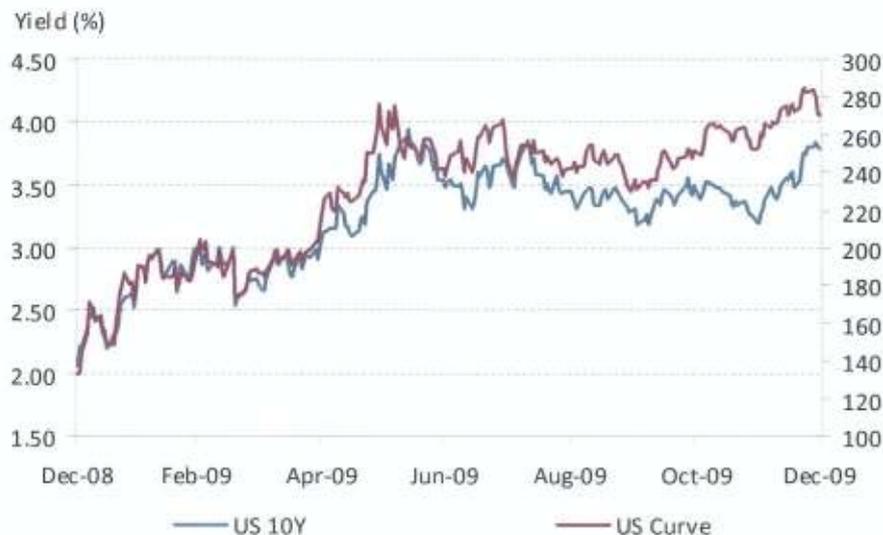
Passado o pior da crise e perante os sinais de gradual restabelecimento da normalidade, alguns dos principais Bancos Centrais iniciaram a remoção de algumas das medidas extraordinárias de cedência de liquidez. Entre estes, destaca-se o BCE que, em Dezembro, fez a última operação de indexação das operações principais de financiamento a um ano à taxa mínima. O BCE deu, assim, os principais passos na remoção de estímulos de cariz não convencional. No entanto, reafirmou que continuará a dar suporte às necessidades do sistema financeiro, indicando ainda que o nível actual da taxa de refinanciamento é o adequado.

#### 3.4. Mercado de Obrigações

A procura de refúgio por parte dos investidores, em obrigações soberanas, no final de 2008, levou a uma forte valorização dos mercados de taxa fixa, em particular no quarto trimestre. No entanto, a política monetária prosseguida pelos principais bancos centrais, no sentido de ceder ampla liquidez e normalizar o funcionamento nos mercados monetários, permitiu que a procura por risco se intensificasse a partir de Março de 2009.

A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) manteve a sua taxa de referência no intervalo de 0,00 – 0,25% ao longo de todo o ano, assim como o discurso de que não tencionava retirar o excesso de liquidez no curto prazo. A taxa de rentabilidade das obrigações a dez anos subiu 173 pontos base, fixando-se em 3,79% no final do ano. O diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos aumentou 104 pontos base, visto que, em linha com as indicações do FED, as taxas de curto prazo não subiriam.

### Obrigações do Tesouro dos Estados Unidos



(Eixo da Direita- Diferencial de taxa entre 10 e 2 anos em pontos base)

Fonte: Bloomberg.

O Banco Central Europeu reduziu para mínimos históricos, de 1%, a taxa de referência, em Maio de 2009. A taxa de rentabilidade a dez anos da dívida alemã terminou o ano a 3,39%, o que correspondeu a uma variação positiva de 44 pontos base face a 2008. Assim como nos Estados Unidos e pelas mesmas razões, o diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos da dívida germânica aumentou em 87 pontos base.

### Obrigações do Tesouro Alemão



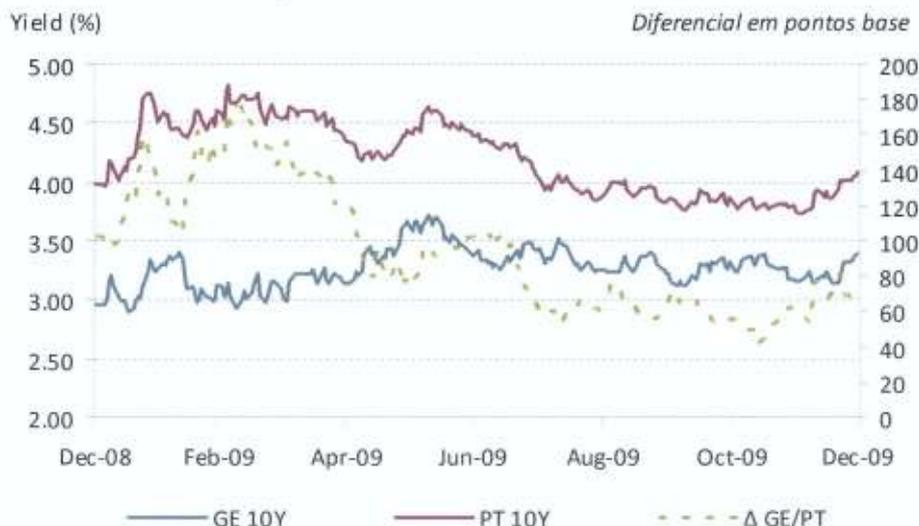
(Eixo da Direita- Diferencial de taxa entre 10 e 2 anos em pontos base)

Fonte: Bloomberg.

A dívida portuguesa beneficiou do contexto de progressiva redução da aversão ao risco durante o ano de 2009, principalmente entre Março e Novembro. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã diminuiu 33 pontos base, atingindo 0,69%. A rentabilidade de uma Obrigação do Tesouro a 10 anos encerrou 2009 com uma taxa de rentabilidade de 4,08%, o que correspondeu a um aumento de 0,10%. A partir de Novembro de 2009, a dívida portuguesa sofreu

com o contágio da crise vivida pela Grécia e, conseqüentemente, o custo de sua dívida subiu face à dívida alemã.

#### Obrigações do Tesouro: Alemão e Português



Fonte: Bloomberg.

### 3.5. Mercado de Acções

O início do ano de 2009 caracterizou-se pela continuação de fortes quedas nas principais bolsas internacionais, com os mercados a desvalorizarem-se em geral mais do que 20% até ao final do primeiro trimestre. Os receios quanto à magnitude e conseqüências da recessão económica, assim como as incertezas face aos resultados de empresas relativos ao primeiro trimestre do ano, condicionaram o comportamento dos mercados accionistas. A partir do final do primeiro trimestre, um conjunto de factores veio provocar uma inversão de comportamento, entre os quais a normalização dos mercados de crédito, a implementação de estímulos fiscais, a execução de medidas de política monetária não convencional por parte dos Bancos Centrais, os resultados positivos dos bancos americanos e ainda os indicadores económicos avançados, a registarem subidas e a surpreenderem positivamente. Este factores vieram provocar, entre Março e Dezembro, valorizações em torno de 60% nos principais índices bolsistas dos países desenvolvidos. De facto, o ano de 2009 acabou por revelar-se um ano de fortes valorizações, com o S&P a valorizar 19,7% e o Eurostoxx a subir 16,6%, tendo os últimos dez meses do ano ficado marcados pelas melhores recuperações bolsistas da história recente. Alguns mercados emergentes, como foi o caso do Brasil, tiveram uma performance ainda mais impressionante (o índice Bovespa valorizou 82,7%).

O índice de referência do mercado nacional, o PSI 20, registou uma valorização de 31,4% em 2009, apresentando uma performance bastante superior à dos seus congéneres europeus, beneficiando de ganhos elevados das "small caps". O grupo Sonae liderou as subidas, com a Sonae SGPS a valorizar 99,08%, apesar dos sectores onde está presente enfrentarem um ambiente económico incerto, e com a Sonaecom a valorizar 92,24%, beneficiando da especulação sobre a sua fusão com a ZON. O BCP foi a empresa com o desempenho menos favorável, devido a questões relacionadas com necessidades de capital, valorizando apenas 3,68% no ano, seguido da REN, que valorizou 5,82%, devido a uma alteração do perfil de apetite por risco por parte dos investidores.

17  
↓

### Mercados Accionistas – Índices (Performance Relativa)

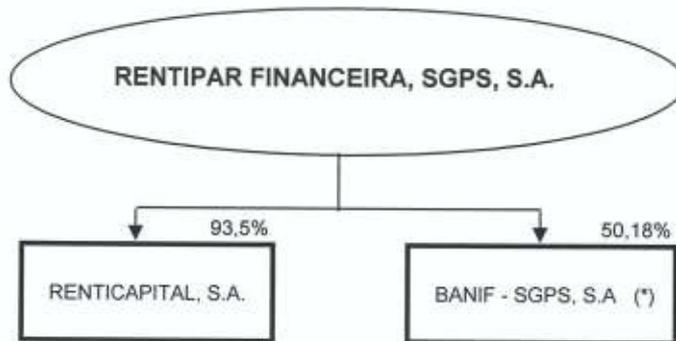


Fonte: Bloomberg.

## II. ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2009

Apresenta-se seguidamente o diagrama de participações financeiras detidas pela Rentipar Financeira em 31 de Dezembro de 2009.

Diagrama em 31 de Dezembro de 2009



(\*) Ver diagrama anexo

Handwritten signature and initials, including the number 19.



## II.1. – RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

Durante o exercício de 2009, a Rentipar Financeira prosseguiu em particular a sua política de concentração, desenvolvimento e rentabilização dos investimentos no sector financeiro potenciado pelo aproveitamento das sinergias entre as empresas participadas, sendo de destacar os seguintes factos:

- A participação no aumento do capital social da Banif – SGPS, S.A., de 350 milhões para 490 milhões de Euros, tendo a Rentipar Financeira subscrito e realizado acções no montante de 42 milhões de Euros. A Banif – SGPS, S.A. é a *holding* do denominado Banif Grupo Financeiro, o qual inclui várias sociedades que actuam no sector financeiro e de seguros, cuja estrutura e composição se encontra mencionada no diagrama apresentado;
- Para além da participação na operação de aumento de capital social, acima descrita, a Rentipar Financeira reforçou a participação detida na Banif – SGPS, S.A., através da aquisição de 23.000.000 acções representativas de 4,7% do capital social daquela entidade, investimento que ascendeu a 32,2 milhões de euros;
- A Rentipar Financeira é o maior accionista da Banif – SGPS, S.A., detendo directamente com referência a 31/12/2009, 50,18% do seu capital social e sendo-lhe imputáveis, nos termos do artº 20º do Código de Valores Mobiliários, 57% dos direitos de voto nesta sociedade;
- Alienação das participações detidas na Finpro, SGPS, S.A. e na Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., por um valor global de 95,4 milhões de euros, da qual resultou uma mais-valia contabilística, líquida, de 21,8 milhões de euros;
- Recebimento de dividendos da Banif – SGPS, S.A. em 2009, no montante de 11,7 milhões de euros, contra um montante de 18,4 milhões de euros, recebidos em 2008;
- Obtenção no final de 2009, de prestações suplementares de capital, remuneradas, por parte de dois accionistas da Rentipar Financeira no montante de € 70 milhões. Esta operação visou reforçar os fundos próprios no âmbito da regulamentação prudencial actualmente em vigor no sector financeiro;
- Reforço da participação no capital social da Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., investimento que ascendeu a 1,75 milhões de euros;
- Concessão de apoios financeiros às empresas participadas, através de operações de suprimentos e de tesouraria, remuneradas, e prestações suplementares, não remuneradas, as quais permitiram em 2009 a obtenção de proveitos financeiros de 2,065 milhões de euros, contra 4,119 milhões de euros em 2008;
- Manutenção e actualização de um sítio na *Internet* com informação sobre o Grupo Rentipar - [www.rentipar.pt](http://www.rentipar.pt).

## II.2 BANIF – GRUPO FINANCEIRO

### 1. SOCIEDADES HOLDING

#### 1.1 Banif - SGPS, SA

Durante o ano 2009, a sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, complementada com a gestão da sua tesouraria e com a definição e dinamização de estratégias transversais às diversas sociedades do Banif - Grupo Financeiro, em termos que se concretizam no capítulo 2 "Actividade Corporativa".

No que se refere especificamente à gestão das suas participações financeiras e tesouraria, destaca-se a contratação, com o accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, de um financiamento para apoio de tesouraria, no montante de 26,5 milhões de euros, dos quais veio a liquidar 13 milhões ainda em 2009, e o reembolso de suprimentos, no montante de 15 milhões, que haviam transitado do ano anterior.

No decorrer de 2009, a Banif SGPS obteve também dois outros financiamentos, junto do Banif, nos montantes de 50 milhões de euros e 115 milhões de euros, tendo ainda liquidado o financiamento obtido no exercício anterior, junto do mesmo banco, no montante de 30 milhões de euros.

A sociedade concedeu financiamentos, a título de suprimentos, à Banif Investimentos, no montante de 7 milhões de euros e à sociedade Banif Imobiliária, no valor de 1 milhão de euros, ficando esta última com um endividamento, junto da Banif SGPS, no valor global de 33 milhões de euros.

Em 28 de Setembro de 2009, a Banif Investimentos concedeu à Banif SGPS um financiamento para apoio à tesouraria, no valor de 95 milhões de euros.

Os financiamentos obtidos destinaram-se a sustentar o crescimento da actividade do Banif – Grupo Financeiro, quer no reforço de participações financeiras em instituições de crédito nacionais e internacionais, quer ainda na constituição de novas filiais e no reforço dos fundos próprios de diferentes sociedades do Grupo, nomeadamente da Banif Comercial, à qual concedeu prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 158,5 milhões de euros.

A Banif SGPS adquiriu a totalidade do capital da Tecnicrédito, representado por 17.500.000 acções, as quais foram relevadas na respectiva contabilidade por 216.742 milhares de euros.

A aquisição teve por base uma permuta, recebendo os accionistas da Tecnicrédito valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, sendo que, nos termos da relação de troca acordada, por cada acção da Tecnicrédito entregue foram recebidas 4 acções ordinárias, escriturais e nominativas, representativas do capital social da Banif SGPS e 4 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis em acções.

Para tanto, no exercício em referência, a Banif SGPS procedeu ao aumento do seu capital social em 140 milhões de euros, o qual passou de 350 milhões de euros para 490 milhões de euros. O referido aumento de capital foi concretizado em duas tranches:

1. Uma primeira tranche, reservada aos accionistas da Banif SGPS, por entradas de dinheiro no montante de 70 milhões de euros, através da emissão de 70 milhões de acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, sendo o respectivo preço de subscrição de 1 euro, cabendo a cada accionista uma nova acção por cada cinco, anteriormente, detidas, e
2. Uma segunda tranche, reservada aos accionistas da Tecnicrédito, como contrapartida parcial das entradas em espécie, sendo estas constituídas por 17.500.000 acções representativas de 100% do

capital social da Tecnicrédito, através da emissão de 70 milhões de acções ordinárias, escriturais e nominativas com o valor nominal de 1 euro.

Adicionalmente, foi realizada uma emissão de 70.000.000 de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis ("VMOCs"), com o valor nominal de € 1 cada, obrigatoriamente convertíveis em acções da Banif SGPS, mediante um factor de conversão igual ou inferior a um, os quais foram subscritos integralmente pelos accionistas da Tecnicrédito, tendo sido deliberada a consequente aprovação de um aumento de capital da Banif SGPS, de um montante máximo de até € 70.000.000,00, através da emissão de até 70.000.000 acções escriturais da Banif SGPS, com o valor nominal de € 1, para satisfazer a conversão dos VMOCs emitidos e segundo o referido factor de conversão.

O factor de conversão dos VMOC's em acções da Banif SGPS foi determinado e fixado em 1, nos termos contratualmente previstos, em 28 de Fevereiro de 2010, em função do valor das situações líquidas da Tecnicrédito e da Banif SGPS. Do apuramento deste factor de conversão de 1, e em conformidade com o estipulado contratualmente, a Banif SGPS deverá, adicionalmente, vir a pagar aos anteriores accionistas da Tecnicrédito, como contrapartida final das suas acções, o montante global de 17,8 milhões de euros.

Durante o ano de 2009, a sociedade investiu 0,1 milhões de euros na constituição do capital social da Banieuropa Holding, SL, sociedade gestora de participações sociais com sede em Espanha..

Na sequência da constituição, em 2007, do Banif Bank (Malta) PLC, em Outubro de 2009 a sociedade subscreveu e realizou o montante de 7,2 milhões de euros, no âmbito da operação de aumento do capital social daquele banco para 25 milhões de euros, passando agora a deter 72% do respectivo capital social, sendo o restante detido por parceiros locais.

Durante o ano de 2009, a sociedade adquiriu 250.000 acções próprias, as quais consubstanciaram um investimento de € 285.447,58, passando a deter 821.951 acções próprias, representativas de 0,167% do seu capital social e um investimento global de cerca de um milhão de euros.

A sociedade adquiriu ainda, durante o ano de 2009, 6.097.420 acções do Finibanco Holding, SA, pelo valor de 7,7 milhões de euros, passando a deter 17.217.294 acções representativas de 9,84% do capital social daquela sociedade, com um custo de aquisição de 43,6 milhões de euros. Salienta-se, ainda, que esta participação gerou, no corrente ano, uma imparidade de 17,3 milhões de euros.

A Banif SGPS vendeu ao Fundo Banif Capital Infrastructure Fund-FCR 97.147 acções da Zon TV Cabo Madeirense, SA e 66.000 acções da Zon TV Cabo Açoreana, pelos valores de 13,8 milhões de euros e 5,9 milhões de euros, respectivamente.

A Banif SGPS recebeu dividendos das suas participadas no montante global de 37,7 milhões de euros e colocou à disposição dos seus accionistas dividendos no valor de 22,8 milhões de euros, traduzidos num dividendo por acção de € 0,065. A Banif SGPS recebeu ainda dividendos da Banca Pueyo, SA no valor de 0,2 milhões de euros, da Sociedade Imobiliária Vegas Altas, SA, no valor de 0,01 milhões de euros, da Zon Cabo TV Madeirense, SA, no valor de 0,7 milhões de euros e da Zon Cabo TV Açoreana, SA, no valor de 0,2 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores e ao nível das contas individuais, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade ascendia a 1.081 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009, enquanto, no final de 2008, atingia o montante de 695.813 milhares de euros, o que representa um crescimento de 55,43%. Em 2009, a sociedade obteve um Resultado Líquido de 12.093 milhares de euros, contra 29.719 milhares de euros em 2008, o que traduz um decréscimo de 59,31%, elevando-se, no final de 2009, os seus capitais próprios a 741.783 milhares de euros, enquanto, no final de 2008, este agregado atingia o valor de 480.565 milhares de euros.

A sociedade não dispunha, no final de 2009, de um quadro de pessoal próprio.

23  
+ 

Expresso em milhares de Euros

	2009	2008	Variação %
<b>Activo Líquido</b>	1.081.494	695.813	55.42%
<b>Passivo</b>	339.711	215.248	57.82%
<b>Capital Próprio</b>	741.783	480.565	54.35%
<b>Resultado Líquido</b>	12.093	29.719	-59.31%

## 1.2 Banif Comercial, SGPS, S.A.

A actividade da *sub-holding* Banif Comercial consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

No exercício de 2009, o Banif incorporou, por fusão, o BBKA, instituição bancária que era detida a 100% pela Banif Comercial. A produção de efeitos contabilísticos da fusão teve lugar a partir de 1 de Janeiro de 2009, pelo que, a partir desta data, a participação no Banif passou a ser de 361,3 milhões de euros.

A Banif Comercial obteve, junto das suas accionistas Banif SGPS e Banif Investimentos, prestações acessórias de capital, com as características que o Código das Sociedades Comerciais atribui às prestações suplementares, nos montantes de 158,5 milhões de euros e 9,5 milhões de euros.

A Banif Comercial subscreveu e realizou os aumentos de capital do Banif, nos montantes de 50 milhões de euros e 150 milhões de euros, ocorridos em Março e em Setembro de 2009, respectivamente.

A sociedade contraiu, junto do Banif, dois financiamentos por conta corrente caucionada, no valor total de 460 milhões de euros, no âmbito dos quais foram utilizados 403,5 milhões de euros.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Banif Rent e da Banif (Açores), SGPS, SA, a Banif Comercial concedeu suprimentos àquelas suas filiais, nos montantes de 83.950 milhares de euros e 90.000 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Banif Comercial pagou ao Banif o montante de € 19.698.722,15, referente aos restantes 95% do preço da compra da totalidade do capital social da Banif (Açores) SGPS, SA.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade subscreveu e realizou o aumento de capital social do Banif (Brasil), no montante de BRL 24.750.000,00 (9,7 milhões de euros).

A Banif Comercial subscreveu, durante o ano, 10.801.245 unidades de participação do Fundo Imopredial e 1.788.535 do Fundo Imogest, pelos montantes de 79.073 milhares de euros e 70.015 milhares de euros, respectivamente. Posteriormente, foram resgatadas, até ao final do ano, 1.406.320 unidades de participação do Fundo Imopredial, pelo valor de 10.300 milhares de euros.

A sociedade recebeu dividendos das participadas, no montante global de 7,1 milhões de euros, tendo pago dividendos aos seus accionistas no valor de 35,8 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade cresceu de 455,1 milhões de euros, no final de 2008, para 1.002,2 milhões de euros, no final de 2009.

O Passivo, em comparação com o exercício transacto, cresceu de 53,6 milhares de euros para 437,2 milhares de euros.

No final de 2009, a sociedade registou um Resultado Líquido de 21,1 milhares de euros, contra 6,8 milhares de euros, no final de 2008.

Os Capitais Próprios da sociedade ascenderam, em 31 de Dezembro de 2009, a 565 milhares de euros, enquanto no final de 2008, atingiam o valor de 401,4 milhões de euros.

A Banif Comercial não dispunha, no final de 2009, de um quadro de pessoal próprio.

*Expresso em milhares de Euros*

	2009	2008	Varição %
<b>Activo Líquido</b>	1.002.211	455.054	120.24%
<b>Passivo</b>	437.234	53.639	715.14%
<b>Capital Próprio</b>	564.977	401.415	40.74%
<b>Resultado Líquido</b>	21.097	6.754	212.36%

### 1.3 Banif Investimentos - SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas da banca de investimento, mercado de capitais e gestão de activos, a nível nacional e internacional.

A sociedade reforçou o investimento em participações financeiras, acompanhando os aumentos de capital das suas subsidiárias, Banco de Investimento, no montante de 15 milhões de euros e Banco de Investimento (Brasil), no montante de 20,6 milhões de reais (8,1 milhões de euros).

A Banif Investimentos concedeu prestações acessórias, com as características que o Código das Sociedades Comerciais atribui às prestações suplementares, à sua participada Banif Comercial, no valor de 9,5 milhões de euros e uma linha de apoio à tesouraria ao seu accionista Banif SGPS, no montante de 95 milhões de euros.

A sociedade financiou a sua actividade através da obtenção de um financiamento junto do seu accionista Banif Holding (Malta), Ltd, no montante 95 milhões de euros. Este accionista concedeu-lhe ainda suprimentos no valor de 20 milhões de euros. Por sua vez o accionista Banif SGPS concedeu suprimentos à sociedade no montante de 7 milhões de euros.

A sociedade recebeu dividendos das suas participadas no valor global de 5,4 milhões de euros e pagou dividendos aos seus accionistas no valor de 7,3 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da Sociedade elevava-se a 278,3 milhões de euros no final do exercício de 2009, contra 162,5 milhões de euros no final de 2008, tendo sido apurado um Resultado Líquido negativo de 1,8 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2008, havia sido obtido um Resultado Líquido positivo de 7,4 milhões de euros. Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2009, a 33,1 milhões de euros, contra 39,5 milhões de euros no final de 2008.

A Banif Investimentos não dispunha, no final de 2009, de um quadro de pessoal próprio.

*Expresso em milhares de Euros*

	2009	2008	Variação %
<b>Activo Líquido</b>	278.296	162.564	71.19%
<b>Passivo</b>	245.212	123.055	99.27%
<b>Capital Próprio</b>	33.083	39.509	-16.27%
<b>Resultado Líquido</b>	-1.798	7.367	-124.4%

#### 1.4 Tecnicrédito, SGPS, SA

No âmbito da operação de aumento de capital aprovada em Assembleia Geral de 14 de Agosto de 2009, a Banif SGPS adquiriu, em virtude das entradas em espécie dos respectivos accionistas, a totalidade das acções correspondentes ao capital social e direitos de voto da Tecnicrédito, *holding* do Grupo Tecnicrédito, cujas empresas passaram a integrar o Banif – Grupo Financeiro

A Tecnicrédito foi integrada como uma *sub-holding* do Banif – Grupo Financeiro, a partir de 30 de Setembro de 2009, e a sua actividade consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade do crédito especializado e do *cross-selling* de produtos associados.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade alienou as participações que detinha, directa e indirectamente, nas sociedades Tecnicrédito Cayman, Inc. e Tcc Investments, Ltd respectivamente. Estas participações foram adquiridas por outra sociedade do Grupo Tecnicrédito, a Tcc Investments Luxembourg, SARL que, em 30 de Junho de 2009 procedeu à incorporação por fusão das sociedades adquiridas, com o objectivo de promover a eficiência do grupo.

As Demonstrações Financeiras consolidadas de 2009 do sub Grupo Tecnicrédito apresentam um Activo Líquido de 927 milhões de euros, Capitais Próprios de 262 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado de 23,6 milhões de euros.

Em 10 de Fevereiro de 2010, a Tecnicrédito vendeu a participação de que era titular no capital social e direitos de voto da instituição bancária brasileira Banco Pecúnia, SA. A referida participação, correspondente a aproximadamente 30% do capital social e direitos de voto do Banco Pecúnia, SA, foi vendida ao Banco Societé Générale Brasil, SA, o qual já era titular dos remanescentes cerca de 70% do capital social e direitos de voto daquela instituição bancária.

O preço para a mencionada venda foi de 38,7 milhões de reais e representou um encaixe financeiro, à taxa de câmbio aplicável, de cerca de 15,2 milhões de euros. No entanto, a operação poderá estar sujeita a reversão, caso não sejam obtidas as autorizações das entidades competentes, nomeadamente, do Banco Central do Brasil e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Expresso em milhares de Euros

	2009	2008	Variação %
<b>Activo Líquido</b>	927.331	1.115.646	-16,88%
<b>Passivo</b>	665.609	875.716	-23,99%
<b>Capital Próprio</b>	261.722	239.930	9,08%
<b>Resultado Líquido</b>	23.638	30.272	-21,92%

### 1.5 Rentipar Seguros, SGPS, SA

No seguimento da política de crescimento do Banif – Grupo Financeiro, quer no sector financeiro, quer no sector segurador, procedeu-se a uma reorganização, através de um rearranjo da estrutura de detenção das participações sociais na Açoreana, por forma a posicionar a Rentipar Seguros como *holding* para o sector da actividade seguradora, de modo que esta última passou a deter directamente 100% do capital daquela sociedade anónima de seguros, passando a Banif SGPS e o Banif a participar directamente no capital da Rentipar Seguros, em proporção igual à que anteriormente participavam na Açoreana (33,62% e 14,07%, respectivamente), mantendo assim, nesta sociedade, o mesmo nível de participação, embora de foma indirecta.

A referida reorganização consubstanciou-se na entrega, pela Banif SGPS e Banif, respectivamente, de 3.849.569 acções e 1.610.897 acções representativas de 33,62% e 14,07% do capital social da Açoreana, para realização de um aumento de capital da Rentipar Seguros, que, desta forma, passou de 34,30 milhões de euros para 65,57 milhões de euros, mediante a emissão de 6.254.000 novas acções ordinárias, com o valor nominal de 5 euros cada uma.

Após esta reorganização, a Rentipar Seguros, mediante contrato celebrado em Novembro de 2009, acordou a compra, à CNP Assurances, de uma participação de 83,52% no capital social e direitos de voto da Global – Companhia de Seguros, SA e de 83,57% no capital social e direitos de voto da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA, operação que viria a ser consumada já no início de Março de 2010 e que representou um investimento de cerca de 114.577 milhares de euros.

Após estas aquisições, a Rentipar Seguros passou a controlar um grupo segurador responsável, de acordo com estimativas pró-forma, pela gestão de 1.400 milhões de euros de activos e mais de 680 milhões de euros de prémios brutos emitidos anuais, que deverão corresponder a uma posição de mercado entre as 5 maiores seguradoras portuguesas e entre as 3 maiores nos ramos não vida.

A fim de reforçar os capitais próprios da Rentipar Seguros, de modo a financiar as referidas aquisições, a sociedade voltou a proceder, já em 2010, a um aumento do seu capital social, no montante de 70 milhões de euros, que foi subscrito e realizado pelos seus accionistas Soil, SGPS, SA, Banif SGPS e Banif, na proporção das respectivas participações. Em virtude desta operação, o Capital Social da Rentipar Seguros passou para 135,57 milhões de euros.

 27  
TR  
↓

Expresso em milhares de Euros

	2009	2008	Variação %
<b>Activo Líquido</b>	876.308	916.519	-4.39%
<b>Passivo</b>	824.803	878.665	-6.13%
<b>Capital Próprio</b>	51.505	20.164	155.43%
<b>Resultado Líquido</b>	-21.062	1.606	-1.411.4%

## 2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

### 2.1 Recursos Humanos

Durante o ano de 2009 os Recursos Humanos Corporativos (RH Corporativos) intensificaram a sua actividade operacional, tendo iniciado a implementação da estratégia e plano de acção definidos aquando da sua constituição, no final do ano de 2008. Da actividade desenvolvida, destaca-se, pelo seu impacto, o "Projecto ValoresCentauro". Este projecto está integrado no âmbito da cultura e valores do Banif – Grupo Financeiro e pretende reforçar o sentimento de pertença e afiliação de todos os Colaboradores. Os objectivos práticos deste projecto visam o levantamento, comunicação e dinamização da Missão, Visão e Valores do Grupo. Em Dezembro foram comunicados aos colaboradores do Grupo as versões finais da Missão, da Visão e dos cinco Valores: Confiança, Humanismo, Eficácia, Inovação e Ambição.

Paralelamente, foi desenvolvido o "Estudo Global de Políticas e Práticas de Gestão de Recursos Humanos nas Empresas do Banif – Grupo Financeiro", em Portugal. O seu objectivo foi conhecer os actuais sistemas e subsistemas de gestão de RH's, para futura definição das grandes linhas de orientação e selecção das melhores práticas existentes no Grupo.

Por via da integração do Grupo Tecnicredito no Banif – Grupo Financeiro, a DRH do Banif está a desenvolver um projecto de alinhamento das políticas e práticas de recursos humanos no Banco Mais. Os RH Corporativos participaram no desenvolvimento da formação de integração para todos os colaboradores do Banco Mais em Portugal.

Em termos globais, o número de colaboradores do Grupo a 31 de Dezembro de 2009 era composto por 5.086 empregados. Relativamente a 31 de Dezembro de 2008, verifica-se um aumento de 1.044 empregados. Este aumento de 22,7%, um dos maiores de sempre, é justificado pelo crescimento orgânico do Banif e pela integração do Grupo Tecnicredito. Em termos de peso relativo, nas empresas com maioria de capital, o Banif com 2.656 empregados representa 47% do total do quadro de pessoal do Grupo, seguido da CSA que, com 537 empregados, tem um peso de 9,5% no Grupo.

### 2.2 Operativa e Tecnologia

Em termos das infra-estruturas tecnológicas, o ano de 2009, ficou marcado pela conclusão da construção e mudança de equipamentos para o novo *datacenter* do Grupo Banif, pela renovação da rede de comunicações e pelo lançamento de projectos centrais no domínio da salvaguarda de dados e da telecompensação.



Para além do suporte à actividade, contínuo ao longo do período em análise, procurou-se, através destes projectos, reforçar qualitativamente as condições infraestruturais de suporte, os níveis de serviços, o grau de disponibilidade das aplicações/soluções, a fiabilidade e a capacidade de crescimento dos meios técnicos ao dispor.

Neste âmbito merecem referência as seguintes realizações:

- Reestruturação e actualização do sistema central de suporte ao negócio (AS/400) para um modelo IBM 570 – concluído em Janeiro de 2009;
- Reforço das condições técnicas de suporte aos equipamentos informáticos centrais, através da construção de um novo *datacenter* para o Banif – Grupo Financeiro assente nas melhores práticas de mercado, incluindo a respectiva mudança dos equipamentos para o novo espaço – concluído em Maio de 2009;
- Preparação do novo edifício de suporte às actividades da Banifserv, incluindo as especialidades de construção civil, energia eléctrica, AVAC e rede de comunicação de voz e dados – concluído em Maio de 2009;
- Migração da plataforma SWIFT para a SIBS – concluída em Maio de 2009;
- Reestruturação dos mecanismos de análise de prevenção e detecção de intrusões, reforçando, dessa forma, a segurança dos sistemas distribuídos de produção – concluído em Setembro de 2009;
- Conclusão do projecto de reestruturação da infra-estrutura central de *backups*, reforçando, por essa via, a qualidade e a fiabilidade da salvaguarda dos dados, sistemas e aplicações – concluído em Outubro de 2009;
- Reestruturação da infra-estrutura de suporte ao armazenamento das imagens dos cheques (telecompensação) – concluído em Outubro de 2009;
- Renovação da rede de comunicações dos edifícios centrais e dos balcões do Continente, RAA e RAM, incluindo a triplicação da largura de banda disponível – concluído em Novembro de 2009.

### 2.3 Controlo dos Riscos de Actividade

O controlo e gestão dos riscos no Grupo Banif assenta numa cultura de risco presente em toda a organização que garante numa base contínua, a identificação e análise das diversas exposições a diferentes riscos a que o Grupo se encontra exposto, alinhada com as estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A manutenção desta cultura de risco tem garantido a firmeza do Grupo para enfrentar as turbulências do mercado em face da actual crise financeira mundial.

Neste contexto, a gestão dos riscos no Grupo assume-se cada vez mais, como um pilar fundamental na garantia da rendibilidade e da sustentabilidade do negócio. Assim, 2009, foi um ano de desenvolvimentos no que respeita às práticas de gestão e monitorização dos riscos, pelos progressos realizados no âmbito do sistema de informação de risco, alargando a abrangência e fiabilidade da informação até então disponibilizada, bem como, fornecendo às Entidades mais representativas do Grupo, um conjunto de ferramentas que vieram proporcionar melhorias na gestão preventiva do incumprimento e respectiva recuperação.

Ainda, e em linha com a política de fortalecimento das práticas de gestão dos riscos, o Órgão de Risco Corporativo promoveu um conjunto de actividades para a implementação de uma *Framework* de Gestão de Riscos no Grupo, ainda em desenvolvimento, que irá permitir o acompanhamento e controlo

de informação permanente das actividades desenvolvidas pelas principais Entidades domésticas e não domésticas, com a coordenação activa das estruturas locais de gestão de riscos, actualmente em funções.

### **Adequação de Capital Interno (ICAAP)**

No contexto do Pilar II do Acordo de Basileia II e, em particular na resposta aos requisitos da Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal, sob a orientação das melhores práticas de gestão de risco divulgadas pelo BIS e pelo CEBS, o Grupo concluiu em 2009, o processo interno para a Avaliação da Adequação do Capital Interno. O trabalho visou o desenvolvimento e a implementação do modelo de gestão de capital económico, com processos e metodologias próprias de identificação, quantificação e monitorização da globalidade dos riscos aos quais o Grupo se encontra exposto, assegurando a necessária adequação do seu capital interno.

O Grupo Banif entende que a alocação de capital interno consiste num elemento essencial de reforço à estratégia de risco e à consolidação do processo de ICAAP na gestão diária do Grupo. Associada a esta alocação, está presente a definição de medidas de performance ajustadas ao risco, que são consideradas nos sistemas de objectivos das áreas de negócio e nos sistemas de incentivos a colaboradores. A alocação de capital é complementada com uma análise do retorno obtido sobre o mesmo, o que desencadeia acções correctivas que têm como objectivo proceder à alocação do capital interno de modo mais eficiente, e desta forma, possibilitar a melhor rentabilidade do capital ajustado ao risco.

Em termos ilustrativos, o processo pode ser visualizado como segue:



Este processo veio dotar o Grupo de um planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitem a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo, e a conseqüente adequação da estrutura organizacional de governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo permite a criação de cenários de avaliação do seu capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital para mitigar a exposição aos riscos com impactos na solvabilidade do Grupo.

Este desafio veio assim dinamizar a cultura de risco no Grupo, porquanto veio fomentar a participação de toda a organização na gestão do capital económico, e dar uma melhor percepção dos riscos da actividade e a sua incorporação mais activa na tomada de decisões.

*[Assinatura]* 30  
d DC

### 2.3.1 Risco de Crédito

No âmbito da actividade creditícia, o Risco de Crédito traduz-se na probabilidade de incumprimento do cliente ou contraparte em cumprir os seus compromissos perante o Grupo, constitui um dos riscos mais relevantes a que encontra exposta a actividade do Grupo.

A actividade de concessão e acompanhamento do crédito tem por base um conjunto de políticas orientadoras que decorrem da estratégia de risco de crédito definida no Grupo. Tendo em conta o desenvolvimento do negócio e das condições económicas, essas políticas são ajustadas.

A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo, porquanto incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como, regras de preparação, análise e seguimento do crédito concedido aos clientes.

No que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2009, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2009	2008
Crédito a Clientes (1), do qual:	11.889.493	10.409.701
Crédito e juros vencidos	679.087	329.760
Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias	640.284	299.480
Imparidade do crédito	(517.199)	(253.714)
<b>Indicadores (%)</b>		
Crédito e juros vencidos/Crédito a Clientes	5,71%	3,17%
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	4,35%	2,44%
Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias/Crédito e juros vencidos	94,29%	90,82%

(1) Deduzidos de títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber

### 2.3.2 Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

Ao nível do Grupo Banif, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias, não sendo política do Grupo a realização de *trading* de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Grupo Banif se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado.

 31  
4

A 31 de Dezembro de 2009, o valor de mercado, em termos absolutos, da carteira de títulos detidos para negociação do Grupo Banif consolidado ascendia a 272 milhões de Euros, decomposto entre 268 milhões de Euros de posições longas e 4 milhões de Euros de posições curtas.

### 2.3.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada.

#### **Gestão do Risco de Liquidez**

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos Clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, têm garantido, apesar de uma redução generalizada dos níveis de liquidez verificada durante o ano de 2009 no sistema financeiro, a estabilidade dos recursos. No decurso de 2009, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os vários períodos analisados, garantindo a continuidade do modelo de negócio do Grupo.

A volatilidade que continuou a verificar-se em 2009 nos mercados onde o Grupo actua, obrigou a um acompanhamento mais apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

#### **Análise do Risco de Liquidez**

À semelhança do risco de taxa de juro, foram realizados também testes de esforço relativos ao risco de liquidez. A magnitude dos impactos simulados permitiram concluir que a exposição a este risco é aceitável dado o enquadramento macro-económico verificado.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas e *stress testings* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visem o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

### 2.3.4 Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo e que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

Ao nível nacional, as entidades do Grupo estão focadas e orientadas para a identificação de focos de risco e respectiva mitigação, acções estas que se desenvolvem através da colaboração dos seus GestoresRO, seleccionados para as áreas de negócio funcionalmente mais relevantes.

 32  
+ M

Os reportes efectuados por estas Entidades, encontram-se disponíveis centralmente numa base de dados de eventos e perdas em valor que permite avaliar a sua distribuição por categorias de risco, por tipos de eventos, por processos internos e, por linhas de negócio. Esta informação permite efectuar análises de medição dos eventos, em frequência e severidade, promovendo-se as acções correctivas adequadas à prevenção e mitigação dos riscos percebidos ou ocorridos.

No decurso do exercício de 2009, manteve-se o processo de identificação das principais deficiências das filiais que concorrem mais significativamente para o perfil de risco do Grupo tendo-se efectuado a sua relação com os eventos de risco operacional, monitorando-se as acções de remediação a nível central.

### **Plano de Continuidade de Negócio (PCN)**

O Grupo tem vindo a promover um conjunto alargado de acções e iniciativas no sentido de criar, para o Grupo, um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) apoiado nos Planos de Contingência Individuais e Parcelares, de acordo com as imposições e recomendações regulamentares ou com as condições de mercado.

Por outro lado, tem-se registado um esforço por parte de cada uma das Entidades do Grupo de promover cenários de resposta a crises potenciais. Com efeito, no decurso de 2009, assistiu-se à consolidação e reforço das acções relativas à aprovação das políticas e estratégias de implementação dos Planos de Contingência Operacional, *Disaster Recovery Plan* (DRP) e Planos de Contingência Liquidez /Financeiro, estando definidas as localizações e infra-estruturas alternativas, as cadeias de substituição, os gestores de crise, os requisitos mínimos de pessoas e equipamentos, as actividades indispensáveis, os registos vitais, entre outros.

Ainda, no âmbito do PCN, teve início em 2009, um projecto de avaliação, estruturação e sistematização da informação existente por forma a garantir que, ao nível do Grupo, existam as bases que garantem uma maior adequação aos requisitos regulamentares assim como a noção clara do nível de resiliência existente e/ou pretendido.

## **2.4 Finanças e Planeamento**

A Direcção Corporativa de Finanças e Planeamento foi criada durante 2009. Prevê-se que venha a ter funções relacionadas com a gestão da base de capital do Grupo, com o Balanço, com a estrutura corporativa de participações sociais e com as relações com o mercado.

Durante o ano de 2009, a Direcção Corporativa de Finanças e Planeamento iniciou as suas funções através da intervenção, designadamente, nas matérias seguintes:

- Implementação de um sistema de reporte mensal de informação de gestão sobre as diversas unidades do Grupo. Este sistema, embora sem substituir os reportes contabilísticos regulares, é efectuado bastante mais cedo com as vantagens inerentes;
- Colaboração com diversas unidades do Grupo para agilizar a colocação de produtos financeiros nas redes e intervenção em acções de formação sobre os produtos mais complexos;
- Dinamização do funcionamento de um mercado secundário para alguns instrumentos de dívida emitidos por entidades do Grupo;
- Colaboração na estruturação e colocação de diversas emissões de dívida e instrumentos híbridos;
- Estudo da optimização dos fluxos financeiros entre diferentes unidades do grupo e elaboração de propostas nesse sentido;



Handwritten signature and initials, including the number 33.

## 2.5 Compliance

No que concerne o *Compliance* Corporativo, o Plano de Acção para 2009 definiu a matriz de temas de *compliance* relevantes no contexto das actividades do Grupo, precisando os temas a ser objecto de desenvolvimento de políticas e *standards* do Grupo, e as respectivas prioridades, e consolidando, no quadro do modelo de governo do Grupo, a abordagem corporativa ao risco de *compliance*.

Tendo em consideração o enquadramento das funções de controlo regulamentado pelos Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 e pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2008, o *Compliance* Corporativo submeteu à apreciação do Conselho de Administração o Diagrama Geral da Função *Compliance* no Grupo, estabelecendo assim o quadro de entidades do Grupo onde é relevante o exercício desta função de controlo.

Neste enquadramento, tem-se vindo a proceder à implementação do Programa de *Compliance* Corporativo que contempla quatro fases distintas: na 1ª Fase identificou-se a situação concreta das Unidades de *Compliance* nas diversas entidades do Grupo; na 2ª Fase, e já na posse da informação relevante, procedeu-se à avaliação da situação global e está em curso o desenvolvimento de políticas e procedimentos de alto nível; a 3ª Fase refere-se à implementação das mencionadas políticas e procedimentos e a 4ª Fase corresponderá à análise dos resultados de tal implementação e à aplicação das medidas correctivas que se revelem adequadas.

É pertinente, a este propósito, referir o trabalho desenvolvido com o Banif, no que respeita aos processos de elaboração de normativo interno nos domínios da prevenção do abuso de informação privilegiada e das sanções internacionais, que permitirá definir políticas e *standards* para o Grupo nestas matérias.

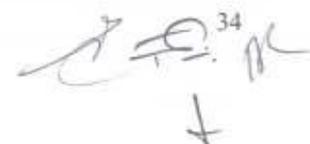
Ainda em linha com o Plano de Acção para 2009, procedeu-se à implementação de um Modelo de Reporte Funcional Periódico ao *Compliance* Corporativo por forma a criar as condições que permitam a recolha da informação essencial para o efectivo controlo dos riscos de *compliance* associados às actividades desenvolvidas pelas diversas entidades do Grupo.

## 2.6 Auditoria

À Auditoria Interna Corporativa (AIC), integrada no Centro Corporativo do Banif - Grupo Financeiro, estão atribuídas as seguintes funções principais:

- Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo;
- Coordenar a elaboração e a implementação do Programa Anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo;
- Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e executar, directamente ou coordenar a subcontratação, das acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de Órgão de Auditoria Interna próprio;
- Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos órgãos sociais e às entidades de supervisão.

A principal acção estruturante desenvolvida pela AIC, durante o exercício de 2009, consistiu na implementação da função de auditoria interna de Grupo, procurando assegurar a aplicação dos requisitos mínimos do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, os quais implicam grandes exigências

 34  
↓

de controlo interno/auditoria, dentro de princípios de rigor e eficácia, ao nível das instituições do Grupo sujeitas ao referido Aviso.

Neste âmbito, encontra-se em vigor o organigrama geral dos serviços de auditoria interna, que abrange as filiais do Grupo, estando nomeados os respectivos responsáveis, definidas as prioridades de actuação e estabelecido o plano de acção corporativo, dentro de princípios de rigor, eficácia e adequação aos novos desenvolvimentos colocados, na conjuntura actual, pelas autoridades reguladoras em matéria de auditoria das instituições de crédito e das sociedades financeiras.

No âmbito da nova estrutura orgânica passaram a existir novas entidades do Grupo dispondo da função de auditoria interna e, ao mesmo tempo, verificou-se um aumento do quadro de pessoal, atingindo o total de 40 elementos, o que permitiu melhorar e aproximar do valor de referência do rácio de auditores/colaboradores reconhecido internacionalmente (1%).

A AIC desenvolveu actividades de coordenação inerentes à relação funcional com as funções de auditoria individuais, necessárias à implementação da estrutura, à definição dos planos de actividades, ao acompanhamento de acções de auditoria, à aprovação dos respectivos documentos estruturantes, à elaboração dos relatórios de controlo interno e à gestão de informação para efeitos de controlo interno na vertente de auditoria.

## 2.7 Imagem e Comunicação

Em 2009, a Função Imagem Corporativa efectuou a gestão da "marca Banif" e, nessa medida, assegurou o cumprimento, por todas as empresas do Grupo, das normas estabelecidas nesta matéria.

Nesse contexto, e consequência lógica da fase pós-*rebranding*, destaca-se o projecto de *Brand Center* da marca, que se encontra em avançada fase de desenvolvimento e que constitui uma ferramenta fundamental que permitirá disponibilizar a marca de forma transparente, normalizada e facilitadora junto dos vários *stakeholders*.

Neste período, foram igualmente iniciados um conjunto de projectos que têm por objectivo estabelecer uma comunicação (interna/externa) mais acessível e eficaz do Banif - Grupo Financeiro, nomeadamente intranet, *newsletter* para Clientes; nova revista interna e brochura institucional.

Na sequência da integração do Grupo Tecnicrédito no Banif - Grupo Financeiro, a Função Imagem Corporativa acompanhou e geriu todo o processo de *rebranding* do Banco Mais, S.A., cuja actividade comercial passou a realizar-se com referência à marca "Banif Mais".

Neste âmbito, procedeu-se à respectiva normalização da imagem corporativa, através da incorporação na arquitectura monolítica da "marca Banif". Foi efectuado um trabalho de normalização de estabelecimentos / equipamentos e de todos os suportes de comunicação internos e externos existentes.

## 3. BANCA COMERCIAL

### 3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

#### 3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na RAM durante o ano de 2009, foi desenvolvida num contexto marcado pelas adversidades decorrentes da conjuntura económica nacional e internacional e pelo aumento da já forte concorrência sentida ao nível do sector bancário na região.

Não obstante este enquadramento adverso, a Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (DCRAM) actuou no seguimento de uma estratégia, em linha com os anos anteriores, tendente a manter o crescimento do negócio e a consolidar a sua posição de liderança no mercado regional.

Neste sentido, e durante o ano de 2009, a base de Clientes do Banco na RAM, aumentou cerca de 6.618 novos Clientes. Este aumento foi acompanhado pelo crescimento do número médio de produtos por Cliente (de 2,54 em 2008 para 2,60 em 2009, na Rede de Agências), materializando a maior fidelização dos actuais e dos novos Clientes ao Banco. Para cimentar este crescimento, a DCRAM participou activamente no processo global de renovação da certificação de qualidade do atendimento, um processo que envolveu toda a estrutura comercial e que distingue e valoriza o Banif relativamente aos seus concorrentes.

A rubrica "Recursos de Clientes", foi influenciada negativamente pela evolução volátil dos mercados cambiais e pelo decréscimo dos depósitos de instituições públicas, não sendo totalmente compensada pela angariação de novos recursos. Deste modo, esta rubrica registou uma evolução negativa de 0,2%, face ao ano anterior, para um total de 2.109,1 milhões de euros.

Por outro lado, o crédito concedido a Clientes registou um crescimento de 1,6% durante o período em análise, para um total de 1.642,4 milhões de euros. Neste contexto, registo para as evoluções divergentes do Crédito Imobiliário e do Crédito ao Consumo: enquanto o primeiro registou uma evolução positiva de 3,9%, o segundo decresceu 1,6%, nomeadamente em virtude da erosão da carteira e de uma menor procura por parte deste tipo de crédito.

### **3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores**

A actividade comercial do Grupo na Região Autónoma dos Açores ficou, em 2009, marcada pela integração do BBKA no Banif. Esta alteração obrigou a um grande esforço de adaptação à nova plataforma informática e correspondentes alterações de métodos e procedimentos e foi vivida num contexto de agravamento da crise económica, com reflexos inevitáveis ao nível dos indicadores comerciais.

Não obstante, a Rede Comercial continuou a prosseguir os objectivos de crescimento de negócio, com a responsabilidade de consolidar a posição de liderança que mantém no mercado regional.

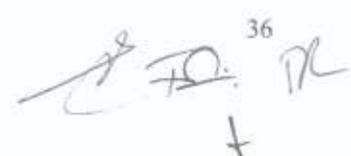
Assim, comprovando esta atitude, foi possível alargar a base de clientes em 4,2%, alcançando no final do ano um total de 120.103 clientes na Rede de Agências mantendo praticamente o mesmo número de clientes activos. O empenho na prestação de um serviço de qualidade traduziu-se ainda num reforço do já notável número médio de produtos por cliente, para 2,94 nesta Rede.

No contexto do difícil cenário em que a actividade comercial se desenrolou, registou-se, ao longo de 2009, uma quebra de 5,1% no total de Recursos de Balanço, não obstante a mesma ter sido compensada pelo comportamento dos Recursos fora de Balanço.

Quanto ao Crédito por Desembolso, assistiu-se a uma redução de 2,2% face à carteira do início do ano. Nota muito positiva para o comportamento do crédito vencido, atendendo a que se conseguiu reduzir a respectiva carteira em cerca de 10%.

### **3.1.3 Actividade Comercial no Continente**

#### **3.1.3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio-Alto Rendimento**

 36  
+ PR

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Para além destas Unidades de Negócio integra o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.

O ano de 2009 foi marcado por uma conjuntura económico-financeira complexa e por desafios financeiros constantes. Neste contexto e por forma a garantir a manutenção da solidez do negócio, a actividade desenvolvida pela DEP focou-se na manutenção de bons níveis de qualidade creditícia, na gestão activa de liquidez e no controlo eficaz de custos de estrutura da Direcção.

Ao nível do controlo de custos de estrutura e ainda decorrente da implementação do Projecto Empresas\*2, continuou-se o esforço de racionalização e optimização das unidades de negócio. No que se refere ao Projecto de Reestruturação do segmento Privado, 2009 foi o ano da sua estabilização.

Em 2009 continuaram a fazer-se sentir as dificuldades que surgiram com a crise financeira em 2008. O sector bancário nacional teve de lidar com a falta de liquidez, os custos de financiamento elevados e a deterioração da carteira de crédito.

Neste contexto complexo, o negócio do segmento de empresas e de particulares de médio-alto rendimento no Continente foi gerido através da consolidação de uma política de crédito selectiva e rigorosa e de uma política de *pricing* devidamente apontada ao nicho, da implementação de uma política de visitas trimestrais a Clientes e da gestão activa da liquidez e dos custos.

Ao nível da política de crédito, apostou-se nos Clientes com baixo perfil de risco e nos projectos de qualidade superior. A gestão de *spreads* continuou a adequar o *pricing* praticado ao risco do sector de actividade e ao próprio risco da empresa, devidamente ponderado pelas garantias associadas e pelo consequente custo de financiamento das operações. No segmento de empresas a política de visitas trimestrais a Clientes (antes quadrimestrais) surgiu como resposta à tendência de deterioração de Carteiras que marcou o ano de 2009. Pretendeu-se, assim, garantir um acompanhamento mais próximo e rigoroso da situação económico-financeira das empresas, possibilitando uma capacidade de antecipação de problemas e uma resposta mais célere e eficaz. Quanto à liquidez, a sua gestão activa permitiu um aumento da carteira de recursos.

#### **Actividade do Núcleo de Factoring**

Em 2009, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou um crescimento assinalável.

As variações positivas registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações, cifraram-se em 16% e 69%, respectivamente, atingindo, no final de 2009, 446 milhões de euros e 169 milhões de euros.

Em linha com o crescimento do volume de negócio gerido por esta área, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 27%, relativamente ao ano anterior, atingindo 4,2 milhões de euros. Para esta variação, contribuiu o incremento de 9%, do volume de comissões cobradas e o acréscimo na margem financeira em 41%, face ao ano de 2008. As comissões e margem financeira ascenderam a 1,5 milhões de euros e 2,7 milhões de euros respectivamente.

Em 2009, a estrutura da carteira de créditos sobre Clientes registou uma maior dependência do sector da construção (76% em 2009, face a 50% em 2008).

### 3.1.3.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA) manteve o enfoque comercial na captação de recursos, na colocação de produtos estratégicos de crédito e na prestação de serviços no seu segmento alvo: particulares, pequenas empresas e profissionais liberais.

Com uma atitude de venda multiproduto cada vez mais enraizada, a DRA manteve-se como canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da Banca Comercial (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), destacando-se na captação de recursos, na colocação de produtos de outras empresas do Grupo e no aumento da carteira de Clientes activos.

A DRA terminou o ano com uma Rede de 267 Agências, após a abertura de 25 novos postos de venda desde o início do ano. Nos últimos 3 anos, o Banco cresceu significativamente a sua Rede de Agências no Continente, abrindo 108 novos Balcões.

Durante 2009, a DRA prosseguiu com o "Programa de Gestão de Clientes" que, apesar da conjuntura desfavorável, teve resultados muito satisfatórios: cerca de 60.000 novos Clientes captados, colocando 100.000 produtos nesses Clientes e terminando o ano com 278.000 Clientes activos, a evidenciarem um rácio de 2,77 produtos por Cliente activo.

Ao longo do ano reforçaram-se os 3 grandes projectos estruturantes do negócio iniciados em 2008, a saber:

- A Rede de Empresas e Empresários, que representa uma nova oferta de qualidade para as pequenas empresas e respectivos empresários, com produtos inovadores e gestores de negócio dedicados, instalados em Agências do Banco com maior dimensão. Esta Rede terminou o ano de 2009 com 44 Gestores de Negócios, aumentando em 9 o número existente no final de 2008.
- Os Promotores *Assurfinance*, Rede de Promotores de Negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de Clientes e negócios para as Agências, atingindo já o número de 268 Promotores.
- Agências Associadas: Das 25 Agências abertas em 2009, 17 são Agências Associadas, mais pequenas e com um quadro de pessoal mais reduzido. São Agências universais, quanto aos serviços prestados e produtos vendidos e estão dependentes do Gerente de uma Agência maior, do tipo Standard.

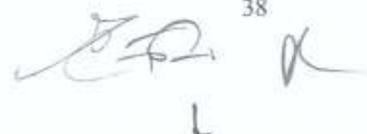
### 3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

#### 3.1.4.1 Actividade de Call Center e Banca Electrónica

O início do ano de 2009 foi marcado pela conclusão do processo de fusão por incorporação do BBCA no Banif. A Direcção da Rede Directa (DRD), transversal a diversas áreas de actividade, desempenhou um papel activo neste domínio, concretizando acções de adaptação das suas competências comerciais.

#### **Banca Telefónica**

No seguimento do alinhamento estratégico comercial definido pelo Banco, a DRD, na sua vertente "Outbound", realizou, no decurso do ano transacto, cerca de 1.000.000 chamadas, número que representa um acréscimo de 20% quando em comparação com 2008.



No período em análise, tiveram lugar quatro campanhas de crédito pessoal pré-concedido, registando-se uma "taxa de subscrição" (percentagem dos Clientes que, tendo declarado a sua intenção de subscrever o produto no âmbito da campanha, vêm efectivamente a subscrevê-lo) de 82%, cerca de 5% acima da taxa média apurada para iniciativas idênticas, concretizadas no ano anterior. Os contactos comerciais de Conta Gestão de Tesouraria sobre não clientes resultaram numa "taxa de subscrição" que ascendeu aos 26%.

### **Banca Electrónica**

Uma das principais preocupações ao longo do ano foi o incremento da segurança ao nível da utilização do canal Internet.

No que respeita ao negócio, novas funcionalidades foram disponibilizadas, das quais se destacam a área de aplicações a prazo, com a possibilidade de se passar a efectuar reforços pontuais e programados nas poupanças e renovações por opção do Cliente. Foi criada uma área de parcerias e eventos que tem por objectivo permitir pagamentos relacionados com iniciativas que o Banco promove ou em que participa.

Outros desenvolvimentos tiveram um impacto significativo no aumento (mais 4% face ao ano 2008) da satisfação dos Clientes utilizadores do Banif@st, dos quais se realça o alargamento do período de funcionamento. O serviço passou a estar acessível entre 85% e 90% do tempo, sendo que o restante período é para a respectiva manutenção.

No final de 2009, 72% dos Clientes do Banco já tinham aderido ao Banif@st e, destes, mais de 17% utilizam regularmente os canais disponíveis (Internet, Telefone, SMS, PDA e WAP). O número de entradas nos diversos canais cresceu 17% face a 2008, o que originou um aumento de 21% nas transacções realizadas. A par destes crescimentos, os proveitos gerados subiram 6%, mesmo considerando a eliminação de algumas comissões sobre as operações realizadas.

### **3.1.4.2 Canais Agenciados**

A Rede de Canais Agenciados conta com 1529 Promotores que, sob coordenação da Direcção de Canais Agenciados (DCA) desenvolvem a actividade de promoção do negócio bancário do Banif.

Este conceito, iniciado no Banif no ano de 2001, tem custos de estrutura controlados e representa um contributo significativo para a produção global do negócio estratégico do Banco.

Num ano com condições particularmente difíceis para a economia e com directa incidência no sector bancário, esta rede não conseguiu manter os elevados indicadores de crescimento que, de forma sustentada, apresentou durante o triénio de 2006/08. Não obstante, a redução do negócio não atingiu os níveis que seriam, eventualmente, previsíveis no início do ano, atenta a conjuntura económica. Tendo em perspectiva a redução da actividade em 2009, a DCA assumiu uma política de contenção dos encargos directos com o negócio dos Promotores, tendo chegado ao final do ano com uma redução de 47% nestes custos, quando comparados com o ano anterior.

O particular momento económico e financeiro vivido ao longo deste ano, com as suas repercussões sociais, levou a que os critérios de análise de risco e consequente concessão de crédito fossem mais restritivos. Este factor foi um dos principais causas da contracção na promoção global do negócio através da Rede de Canais Agenciados.

Contudo, apesar dos constrangimentos referidos, esta rede canalizou, ao longo do ano, negócio estratégico de crédito novo no montante de cerca de 150 milhões de euros, menos 34,78% relativamente ao ano anterior. No que respeita aos recursos de clientes, esta rede tem constituída uma carteira muito próxima dos 120 milhões de euros, apresentando uma assinalável estabilidade e um



crescimento significativo, quando comparada com o ano anterior, de cerca de 25%. Também na adesão de novos clientes ao Banif, o contributo dos Promotores se tem revelado de grande interesse, tendo já captado, desde o início das várias campanhas específicas realizadas, cerca de 43.000 novos clientes.

#### **3.1.4.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos**

Relativamente ao negócio de Terminais de Pagamento Automático, no final do ano de 2009 registava-se um total de 5140 equipamentos apoiados pelo Banco, número que consubstancia um acréscimo de aproximadamente 13% face aos equipamentos registados no ano de 2008. A campanha de colocação destes equipamentos, que decorreu no final de 2009, gerando cerca de 500 novas instalações deste serviço, bem como a integração do parque de Terminais de Pagamento Automático da Região Autónoma dos Açores, permitiram alcançar uma rentabilidade, em 2009, de 2.554 milhares de euros.

Relativamente aos Caixas Automáticos, em 2009, o Banif tomou a decisão de limitar o número de instalações destes equipamentos "fora de loja", concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos Caixas Automáticos existentes e optimização dos seus processos operativos. No final do ano de 2009, o número de Caixas Automáticos existentes era de 543, o que representou um acréscimo de 30% face ao número destes equipamentos no final de 2008.

As opções comerciais tomadas para colocação deste produto revelaram-se correctas, atento o acréscimo de 27% registado ao nível das transacções e consequentes proveitos gerados nos Caixas Automáticos do Banco, o que resultou numa rentabilidade do produto, em 2009, de 454 milhares de euros.

#### **3.1.4.4 Protocolos e Cross-Selling**

Durante o ano de 2009 o Gabinete de Gestão de Protocolos e *Cross-Selling* (GPCS) imprimiu um elevado dinamismo nos Protocolos Comerciais, possibilitando que esta importante ferramenta continuasse a representar uma fatia bastante significativa do total de Clientes captados pelo Banco durante todo o ano. No exercício de 2009 foram captados 7.500 novos Clientes, que correspondem a cerca de 12% da totalidade dos Clientes captados.

Para além da captação de novos Clientes, é essência dos Protocolos Comerciais a fidelização da base já existente. Essa ancoragem deriva não só da domiciliação de ordenados, que os Protocolos com mais expressão pressupõem, mas também da oferta integrada de soluções financeiras em condições ainda mais apelativas, que os Protocolos comportam.

Esta aposta possibilitou a obtenção de resultados apreciáveis, porquanto o número médio de produtos registados no universo de Clientes beneficiários de Protocolos é de 3,5, o qual se situa 26% acima do rácio médio verificado no universo composto pelos restantes Clientes, de 2,76.

No âmbito do *Cross-Selling* que envolve as Redes Comerciais do Banif na venda de produtos das empresas do Grupo, verificou-se uma grande expansão nas vendas daqueles produtos e serviços financeiros, a níveis que, de um modo geral, nunca haviam sido experimentados no passado. Neste capítulo, foram os seguros que mais se destacaram, em especial os financeiros, com uma variação face ao ano anterior de 126% (57,3 milhões de euros em 2009, versus 25, 5 milhões de euros em 2008).

#### **3.1.4.5 Marketing Estratégico**

A Direcção de Marketing Estratégico esteve particularmente envolvida no processo de incorporação do BBKA no Banif. Neste contexto, a Direcção de Marketing Estratégico (DME) desempenhou um

importante papel no processo de harmonização do catálogo de produtos e serviços, do preçário e do sistema de informação de gestão.

Na vertente de aplicações de suporte ao negócio, a DME desenvolveu e concluiu, no ano de 2009, um conjunto de projectos e iniciativas estruturantes em diferentes áreas de actuação, destacando-se, designadamente, os seguintes:

- Integração da informação de gestão do BBCA no sistema de informação de gestão do Banif;
- Desenvolvimento de um sistema de informação de gestão para a Direcção de Recuperação de Crédito;
- Desenvolvimento de uma solução de *workflow* para a recuperação de crédito;
- Robustecimento aplicacional e renovação tecnológica do *workflow* de crédito, no segmento empresarial, que se traduz numa maior eficácia e eficiência do processo de concessão de crédito às empresas;
- Alargamento do *workflow* de Crédito a toda a rede de empresas do Banco;
- Desenvolvimento de um sistema de informação de gestão para o Banif Go.

#### **3.1.4.6 Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso**

A 31 de Dezembro de 2009, o crédito em incumprimento no Banif, (sem crédito titularizado) atingiu 235,4 milhões de euros. O crédito afecto à Direcção de Recuperação de Créditos (DRC), sem crédito titularizado, ascendia a 211,2 milhões de euros. Em 2009, as novas entradas em crédito vencido ascenderam a 166,9 milhões de euros.

Em contrapartida, o montante acumulado de recebimentos (capital, juros e despesas), resultante da actividade desenvolvida no âmbito da recuperação de créditos, ascendeu a 78,9 milhões até ao final de 2009.

A incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, não permite aferir as variações homólogas de 2008, considerando as diferentes políticas de contabilização.

#### **3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança**

##### **3.1.5.1 Crédito Imobiliário**

A estratégia comercial do Banco em 2009, no que respeita ao Crédito Imobiliário, consistiu na oferta de produtos competitivos ajustados às necessidades dos clientes, na flexibilidade e aposta em nichos de mercado, procurando, na medida do possível, contrariar o clima adverso que se instalou no sector.

A oferta no domínio do Crédito Habitação foi alargada, com a introdução de novas soluções, a saber: financiamento à aquisição de habitação para rendimento, financiamento à aquisição de terreno para construção de habitação própria e opções de taxa fixa a 3 e 5 anos.

 41  
↓ MK

Em 2009, o crescimento da carteira de crédito foi de 5,2%, ou seja um aumento de 158 milhões de euros, apesar dos condicionalismos impostos pela conjuntura económica desfavorável, particularmente severa no sector imobiliário.

O saldo da carteira de Crédito Imobiliário, incluindo a securitizada, que no início do ano representava 3.058 milhões de euros (Continente: 1.943 milhões de euros, Madeira: 476 milhões de euros e Açores: 639 milhões de euros) correspondentes a 51.700 contratos, ascendeu, no final de 2009, a 3.216 milhões de euros (Continente: 2.080 milhões de euros, Madeira: 493 milhões de euros e Açores: 643 milhões de euros) correspondentes a, aproximadamente, 53.663 contratos.

No final do exercício, o total da carteira securitizada sob gestão do Banif, ascendia a 2.476 milhões de euros.

A produção de contratos novos totalizou 377 milhões de euros, tendo-se obtido indicadores bastante confortáveis: cobertura média de 71,5% no rácio *Loan-to-Value* para uma exposição média por cliente de 99 milhares de euros, com um prazo médio mutuado de 30 anos e uma média de idades de 41 anos.

O *spread* médio da produção a taxas variáveis indexadas à Euribor a 3 e 6 meses, que representam a maior parte do negócio de crédito imobiliário do Banco, aumentou 58 pontos base em comparação com o ano anterior, fixando-se em 1,39%, reflectindo as alterações introduzidas na política de gestão do preçário, tendentes a obter uma relação mais estreita entre as variáveis risco e preço.

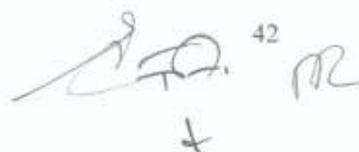
Face à tendência geral de evolução em baixa do valor dos imóveis observada em 2009, o Banco reforçou os mecanismos de controlo operacional, visando trabalhar com relatórios de avaliação o mais actualizados possível, reflectindo os ajustamentos do mercado.

### 3.1.5.2 Crédito ao Consumo

#### **Cartões de Pagamento**

No que se refere especificamente a cartões de pagamento, salientam-se como aspectos mais relevantes da actividade:

- O trabalho inerente ao projecto de integração operativa e informática dos produtos de meios de pagamento do BBKA no Banif;
- A conclusão da instalação da aplicação de cartões (Sistema de Administração de Cartões – SAC), no final do 2.º semestre de 2009. Também neste exercício, foi dado início à migração dos cartões de crédito do ex-BBKA, sob gestão da Unicre, para a aplicação de cartões do Banco, cumprindo o objectivo estratégico de centralização, numa única plataforma técnica, de toda a gestão de cartões do Banif. Este processo estará concluído no final do 1.º semestre de 2010;
- A maior celeridade no processo de emissão de cartões e no *servicing* associado, decorrente da implementação do novo Sistema de Administração de Cartões. O novo Sistema de Administração de Cartões permitiu ainda a disponibilização de novos produtos a oferecer ao Cliente (v.g. programa de *co-branded* com a SATA, Cartões Hello Kitty) e de novas funcionalidades.
- As diversas campanhas de colocação de cartões bancários do Banif, decorridas ao longo do ano, a par de um conjunto de sessões de formação/apresentação junto das Redes Comerciais do Banco, relativas a cartões bancários.

 42  
+

O Banif teve um crescimento global da carteira de cartões de crédito de aproximadamente 0,06% e de cartões de débito de cerca de 15,77%, para um total de 91.763 e 294.813 cartões, respectivamente.

Os proveitos decorrentes da actividade de cartões do Banif fixaram-se nos 17,03 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 37,41% face ao mesmo período do ano anterior. De destacar que 6,85 milhões de euros resultam de comissões sobre os volumes transaccionais dos cartões.

### **Crédito Pessoal**

No período em referência, procedeu-se à revisão do preçário praticado nos produtos de Crédito Pessoal, no que concerne à tipologia de taxa de juro praticada, permitindo aos Clientes a contratação de taxa de juro fixa. Neste âmbito, implementou-se a Campanha de Crédito Pessoal *Revolving*, com a oferta simultânea de *upgrade* de montantes de crédito e nova taxa de juro, a Clientes com experiência positiva na contratação desta modalidade de financiamento.

A carteira de Crédito Pessoal fechou o ano com 53.112 contratos e um saldo de 318,6 milhões de euros de crédito (-2,84% face ao final do ano anterior).

### **Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios**

Na oferta para Pequenos Negócios, através da Rede de Retalho, destaca-se, em 2009, o impacto da conjuntura económica na redução da carteira de crédito concedido a Clientes sob gestão, a implementação de medidas com vista à adequação das condições praticadas no crédito a empresas, e a expansão do portfólio de produtos.

A carteira de crédito de Soluções CGT, registou um decréscimo de 4% face ao final do ano anterior, cifrando-se em 304 milhões de euros o volume de crédito concedido ao abrigo deste produto. Para a variação negativa da carteira contribuiu a redução do número de novos contratos (-2%), e o acréscimo do número de liquidações solicitadas face a 2008. No final do ano, a carteira de contratos de Soluções CGT apresentava 19.052 contratos.

### **Contas de Depósitos e Produtos de Poupança**

No âmbito da gestão do *portfólio* de produtos para captação e aplicação de recursos de Clientes Particulares, assistiu-se em 2009, à reestruturação global da oferta, com a integração, ajustamento e descontinuação de produtos.

No contexto da gestão e distribuição multicanal de produtos de Depósitos a Prazo e Poupança, procedeu-se à integração na carteira e revisão das condições praticadas nos produtos Depósito e Super Depósito [Banif@st](mailto:Banif@st). A oferta na Banca Electrónica foi ainda complementada com a disponibilização de novos produtos para subscrição *online*. Por outro lado, promoveu-se a revisão e harmonização de procedimentos e produtos com distribuição nas Unidades de Negócio da R.A. Açores.

#### **3.1.6 Actividade Financeira**

A Direcção Financeira do Banif manteve como principal função a gestão integrada dos activos e passivos do Banco, assegurando a intervenção deste e de algumas empresas do Banif - Grupo Financeiro nos mercados monetário e cambial, a coordenação da actividade do Banco com outras instituições financeiras nacionais e estrangeiras e, ainda, o apoio às Direcções Comerciais e de Produtos na sua área de actuação.

A Direcção Financeira manteve igualmente a sua colaboração na estruturação de produtos para venda nas redes comerciais.

 43  
+

Face às condições dos mercados, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando as suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando a liquidez.

O ano de 2009 continuou marcado pela falta de confiança no sistema financeiro, afectando a liquidez dos mercados, o que levou o BCE a realizar operações de refinanciamento por prazos de 1 ano, de modo a trazer estabilidade aos mercados monetários.

No Banif, os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num lucro de 5,75 milhões de euros em 2009, contra um resultado negativo de 4,5 milhões de euros em 2008.

Os valores apurados resultam principalmente de ganhos com os activos financeiros ao justo valor através de resultados.

### **3.1.7 Actividade Internacional**

A actividade internacional do Banif – Grupo Financeiro assenta na presença estratégica (i) em mercados com potencial de negócios que representem sinergias para o Grupo, nomeadamente no Brasil, nos EUA, em Malta, em Espanha, no Reino Unido e, desde Novembro de 2009, em Hong Kong, (ii) em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial da Madeira e Açores) tem uma forte presença, como nos Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela e África do Sul, e, ainda, (iii) em mercados que consubstanciem uma especial atenção ao acompanhamento das relações de negócio com países de expressão portuguesa, como Cabo Verde.

Com a aquisição da Tecnicrédito, o Grupo Banif expandiu a sua presença internacional para novos mercados no leste europeu, nomeadamente, Hungria, Eslováquia e Polónia, estabelecendo novas e importantes fronteiras de negócios.

Durante o ano de 2009, assistiu-se a uma melhoria, ainda ligeira, do funcionamento dos mercados interbancários e financeiros internacionais, pese embora a manutenção da reduzida liquidez disponível, em particular, na Europa Central e de Leste.

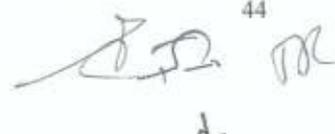
Na Europa e EUA, a intervenção dos vários Governos no capital e estrutura accionista dos bancos manteve-se, embora com uma demanda mais reduzida no 2.º semestre do ano. As respostas dadas pelos vários Estados foram adequadas, permitindo salvaguardar os vários sistemas bancários nacionais e, conseqüentemente, as empresas e as famílias, devolvendo alguma estabilidade e credibilidade ao Sistema Financeiro, com reflexos no tecido económico com um todo.

### **3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA**

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, referentes aos períodos em análise, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif-SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, o Banif incorporou por fusão o Banco Banif e Comercial dos Açores, SA, instituição líder do mercado da Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, e para que as demonstrações financeiras sejam directamente comparáveis nos períodos em causa, foram preparados elementos contabilísticos pró-forma para 2008, em base IAS/IFRS, que espelham adequadamente o contributo do Banif, com a inclusão do BBCA, para as contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.



A análise daqueles elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2009, do qual se destaca:

- O Lucro Líquido ascendeu a 28,5 milhões de Euros no final de 2009, um decréscimo de 12,8% quando comparado com o final de 2008;
- Os Capitais Próprios elevaram-se a 699,4 milhões de euros, um crescimento de 46,3% face a 2008;
- A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 4,84% enquanto que a Rendibilidade do Activo (ROA) ascendeu a 0,25%, contra 7,36% e 0,33%, respectivamente, em 2008.

### Demonstração de Resultados

Apesar da crise sem precedentes iniciada em 2008, criando condições adversas nos mercados financeiros, que originaram uma escassez generalizada de recursos fruto da volatilidade dos mercados, o Banif S.A alcançou um desempenho positivo, medido pela evolução do Produto de Actividade, que variou + 9,6% e pela expansão do Activo Líquido, com uma subida de 6,9%.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou um crescimento de 8,6% face ao final de 2008, elevando-se a 231,3 milhões de euros. No entanto, a Margem Financeira, excluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, evidencia um decréscimo de 9,1%, passando de 298,1 milhões de euros, em 2008, para 189,2 milhões de euros em 2009, em resultado de uma diminuição da margem de intermediação financeira, que passou de 2,25% para 1,94% ao longo de 2009. Na actual conjuntura de descida continuada das taxas de juro, a Margem Financeira foi também penalizada devido à estrutura temporal das carteiras activas e passivas, na medida em que o prazo médio de revisão de taxas activas é inferior ao prazo médio da revisão das taxas passivas. Estima-se que a margem financeira unitária tenha perdido cerca de 15 b.p. entre os períodos em análise, devido ao *mismatch* de prazos de revisão de taxa entre as carteiras activas e passivas.

A Margem Financeira inclui, na componente de Rendimento de Instrumentos de Capital, 39,6 milhões de euros respeitantes a dividendos recebidos da Sociedade Numberone, SGPS, Lda, veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif -Grupo Financeiro.

Os Lucros de Operações Financeiras registaram, no final de 2009, um acréscimo de 5,4 milhões de euros, face a igual período de 2008, situando-se em 4,5 milhões de euros. Para este resultado é de salientar a contribuição das mais-valias realizadas na venda da participação na Via Litoral, no valor de 2,6 milhões de euros, contabilizada na rubrica "Activos Financeiros Disponíveis para Venda", da valorização da carteira de títulos ao justo valor em 6,7 milhões de euros, relevados na rubrica "Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de Resultados", dos ganhos cambiais em 1,8 milhões de euros, e o registo de menos valias no valor de 7 milhões de euros resultante da diferença entre o valor de balanço e o valor de venda de créditos cedidos.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Comissões por Prestação de Serviços e Reembolso de Despesas, evidenciam um acréscimo de 5,7%, quando comparados com o ano de 2008, atingindo 88,7 milhões de euros, o que traduz a eficiência na prestação de serviços a uma base de clientes mais alargada.

Esta rubrica inclui também o resultado de +1,9 milhões de euros com o desreconhecimento da participação na Companhia de Seguros Açoreana (CSA), efectuada em 2009, na sequência da reorganização da estrutura accionista daquela entidade. Esta reorganização consistiu na troca das participações que o Grupo detinha no capital da CSA, através da Banif-SGPS e Banif com 33,62% e 14,07%, respectivamente, por participações equivalentes no capital da Rentipar Seguros SGPS, *holding* que passou a deter directamente 100% do capital da CSA. Esta operação concretizou-se

através de um aumento de capital da Rentipar Seguros SGPS, integralmente subscrito pela Banif-SGPS e Banif, que passaram a deter 33,62% e 14,07%, respectivamente, realizado pelas duas entidades com entradas em espécie consistentes nas acções que os subscritores do aumento detinham directamente no capital social da CSA. O Banif subscreeveu 1.845.000 novas acções da Rentipar Seguros SGPS, com o valor nominal unitário de € 5,00 e com o valor nominal global de € 9.225.000,00, contra a entrega de 1.610.897 acções ordinárias, com o valor nominal unitário de € 5,00, que possuía no capital social da CSA.

O Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, pelos Lucros de Operações Financeiras e pelas Comissões e Outros Resultados Líquidos, cresceu 9,6%, totalizando 324,6 milhões de euros.

Apesar do crescimento orgânico do Banco, os custos de funcionamento, que compreendem os Custos com o Pessoal, os Gastos Gerais Administrativos e as Amortizações, ascenderam a 207,0 milhões de euros, mantendo o mesmo nível verificado no exercício de 2008. Durante o ano de 2008, os custos de funcionamento foram particularmente agravados pelos encargos com o *rebranding* e sua divulgação, com a celebração do 20º aniversário do Banif – Grupo Financeiro, e com a preparação da fusão do BBKA no Banif.

Os Custos com o Pessoal, que se elevaram a 113,1 milhões de euros, cresceram 4,9%, em relação ao ano anterior, em resultado da actualização salarial e encargos decorrentes com a progressão de carreiras, conforme previsto no ACTV para o sector, e do reforço do quadro de pessoal em 86 colaboradores, para um total de 2.656 no final de 2009.

Os Gastos Gerais Administrativos atingiram 78,3 milhões de euros, reflectindo uma descida de 9,8% relativamente ao final de 2008, no qual, como já referido, se registaram os custos com o *rebranding*, aniversário do Banif - Grupo Financeiro e preparação da fusão do BBKA no Banif. Por seu turno, as Amortizações apresentaram, no período, um crescimento de 27,3%, que decorre principalmente de investimentos e obras de adaptação realizados em edifícios alugados, em consequência da expansão da rede de agências. Foram abertas 29 novas agências durante o exercício findo, passando a rede comercial do Banif para 410 pontos de atendimento no final do ano de 2009.

Como resultado da contenção dos custos de funcionamento, o rácio "*Cost to Income*" exprime um acréscimo de eficiência de 6,8 p.p. (excluindo amortizações) e 6,1 p.p. (incluindo amortizações), tendo passado de 65,76% e de 69,88%, no final de 2008, para 58,99% e para 63,78%, respectivamente, no final de 2009.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 133,1 milhões de euros, no final de 2009, um crescimento de 31,3% quando comparado com o alcançado no final do ano anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS, conforme referido na introdução a esta análise, totalizaram 97,3 milhões de euros, no final de 2009, como reflexo da deterioração da actual conjuntura macro-económica nacional e internacional, que obrigou a uma política de maior prudência na avaliação de alguns coeficientes de análise colectiva da imparidade de crédito.

Os impostos do exercício, que compreende os impostos correntes e os impostos diferidos, estão influenciados com o regime fiscal específico que incide sobre os dividendos obtidos, conforme anteriormente referido, e com ao saldo de proveitos por impostos diferidos, em consequência, principalmente, de prejuízos fiscais reportáveis.

Deste modo, o Lucro Líquido depois de impostos do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, ascendeu a 28,5 milhões de euros, em base IAS/IFRS, menos 12,8% do que o resultado obtido em final de 2008, de 32,7 milhões de euros.

A principal razão para a divergência dos resultados do exercício em base IAS/IFRS e em NCA's deve-se à diferença entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que

atingiram 100,6 milhões de euros (61,1 milhões de euros em 2008), e a imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 97,3 milhões de euros (49,9 milhões de euros no exercício de 2008).

## Balanço

Como resultado da estratégia que tem vindo a ser implementada a actividade do Banif, durante o ano de 2009 caracterizou-se por:

- Crescimento do Activo Líquido em 6,9%
- Aumento da carteira de crédito em 5,3%
- Crescimento dos Recursos de Clientes, em Balanço, em 6,3%

O Activo Líquido, que alcançou 11.546,6 milhões de euros no final de 2009, apresentou um acréscimo de 6,9% relativamente ao ano anterior.

A rubrica "Crédito a Clientes" apresentou um valor bruto de 9.940,9 milhões de euros, representando um aumento de 5,3% quando comparado com o final de 2008. Apesar do abrandamento verificado na concessão de crédito, devido à actual conjuntura económica, o crédito à habitação, que constituiu, no final de 2009, 72,8% da carteira de crédito a Particulares, e 31,0% da carteira total de crédito, contribuiu com um incremento de 9,4% enquanto a carteira de Crédito a Empresas, que no mesmo período, representava 57,0% do total do crédito, em valores brutos, contribuiu com um crescimento de 7,3%. O quadro seguinte compara o saldo do crédito concedido a clientes no final dos períodos em análise:

(milhões de euros)	Dez-09	Dez-08	Varição
<b>Particulares</b>			
Crédito imobiliário	3.086	2.822	9,4%
<i>Do qual titularizado</i>	2.480	1.545	60,5%
Crédito ao consumo	391	384	1,8%
Outro	759	892	-14,9%
<b>Total Particulares</b>	<b>4.237</b>	<b>4.099</b>	<b>3,4%</b>
<b>Empresas</b>			
Desconto	333	469	-28,9%
Empréstimos	2.366	2.111	12,1%
Contas Correntes	2.472	2.068	19,6%
Outros	498	636	-21,7%
<b>Total Empresas</b>	<b>5.670</b>	<b>5.283</b>	<b>7,3%</b>
Juros a receber e vencidos	35	55	-37,3%
<b>Total Crédito Bruto</b>	<b>9.941</b>	<b>9.437</b>	<b>5,3%</b>
Imparidade de Crédito	304	217	39,7%
<b>Total Crédito Líquido</b>	<b>9.637</b>	<b>9.220</b>	<b>4,5%</b>

Apesar da criteriosa selecção e acompanhamento do risco de crédito, a manutenção da conjuntura económica pouco favorável com o agravamento do nível de incumprimento do crédito às empresas têm afectado os níveis de qualidade da Carteira de Crédito, expressos num rácio de "Imparidade/Crédito Total" de 3,05% (2,30% em 31 de Dezembro de 2008) e um rácio de "Crédito em Incumprimento/Crédito Total" de 2,66% (1,80% em 31 de Dezembro de 2008), calculado de acordo com as NCA.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se uma descida de 9,4 milhões de euros originada pela diminuição de 100,6 milhões de euros na carteira

47  


de instrumentos de capital de residentes e do aumento de 93,4 milhões de euros na carteira de dívida não subordinada.

A carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, que totalizava 124,3 milhões de euros, apresentou um aumento de 40 milhões de euros no final de 2009, quando comparado com o final de 2008, explicada sobretudo pela aquisição de títulos das operações de securitização de crédito hipotecário *Atlantes Mortgage* N° 4 e *Atlantes Mortgage* N° 5.

Na actual conjuntura económico-financeira que tem condicionado o normal funcionamento dos mercados, o Banif tem conseguido manter níveis adequados de liquidez diversificando a sua estrutura de recursos financeiros. Ao nível do *funding* captado, salienta-se o aumento verificado nos Recursos de Bancos Centrais, no montante de 223 milhões de euros, devido à realização de operações de crédito no Eurosistema (operações de cedência de liquidez) em condições mais favoráveis, colateralizadas com as obrigações emitidas no âmbito das operações de securitização. Por outro lado, o saldo de Recursos de Outras Instituições de Crédito diminuiu 278,8 milhões de euros.

	<i>Milhões de euros</i>				
	2009	Est.	2008	Est.	Varição
Recursos de Bancos Centrais	1.103	10,7%	880	8,9%	25,5%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	1.621	15,7%	1.900	19,2%	-14,7%
Recursos de Clientes	7.156	69,2%	6.728	68,0%	6,4%
Passivos Financeiros	29	0,3%	45	0,5%	-35,0%
Passivos Subordinados	434	4,2%	336	3,4%	29,2%
<b>Total de funding</b>	<b>10.344</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.889</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,6%</b>

Os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor, ascenderam a 7.156 milhões de euros, mais 6,4%, quando comparado com o final de 2008.

Os Depósitos de Clientes diminuíram 0,8%, devido à quebra registada principalmente em Depósitos a Prazo, que diminuíram 101 milhões de euros, cerca de 2,1%. Os Depósitos à Ordem também apresentam uma descida de cerca 1,8%. Os Depósitos de Poupança, caracterizados principalmente por aplicações a prazos mais longos, subiram 17,4%, ou seja mais 89 milhões de euros.

(milhões de euros)	Dez-09	Dez-08	Varição
<b>Depósitos de Clientes</b>	6.606	6.656	-0,8%
À ordem	1.190	1.211	-1,8%
A prazo	4.773	4.874	-2,1%
Poupança	600	511	17,4%
Outros	43	60	-27,3%
<b>Responsabilidades Representadas por Títulos</b>	529	44	1101,0%
<b>Passivos Financeiros ao Justo Valor</b>	20	28	-26,5%
<b>Recursos de Clientes</b>	<b>7.156</b>	<b>6.728</b>	<b>6,4%</b>

Durante o exercício de 2009 foi reembolsada uma emissão de *Obrigações de caixa Banif SFE 2006-2009*, no montante de 7,5 milhões de euros, pelo que a rubrica "Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados", apresentou um decréscimo de 7,3 milhões de euros, totalizando 20,0 milhões de euros no final de 2009.

Em Abril de 2009, e ao abrigo da Lei nº 60-A/2008, de 20 de Outubro e da Portaria nº 1219-A/2008, de 23 de Outubro, o Banco emitiu Obrigações Não Subordinadas com Garantia da República Portuguesa, no montante de 500 milhões de euros.

 48  
 ✕

Durante o período em análise, o Banco emitiu obrigações subordinadas no montante total de 100 milhões de euros, e reembolsou um empréstimo subordinado no montante de 38,9 milhões de euros, concedidos pela Banif Finance, pelo que a rubrica "Passivos Subordinados" apresentou um acréscimo de 29,2%, totalizando 434,4 milhões de euros.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, atingiram os 699,4 milhões de euros no final de 2009, um aumento de 46,3% face ao registado no final de 2008, devido aos aumentos do capital social do Banco, no total de 200 milhões de euros, realizados pela Banif Comercial, SGPS.

Como resultado do reforço dos capitais próprios, acima referido, o Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, subiu para 13,23%, no final de 2009, face a 9,57%, no final de 2008. O Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS, e determinado de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situava-se em 13,10% no final de 2009 (9,80% em 31 de Dezembro de 2008), enquanto o rácio *Core Tier I* atingiu 8,93% (5,86% em 31 de Dezembro de 2008). Para o mesmo período, este rácio, calculado numa base consolidada do Banif e Banif Finance Ltd, entidade controlada pelo Banif e vocacionada para a emissão de dívida, em contas IAS/IFRS, situava-se em 13,89% (11,83% no final de 2008), enquanto o rácio *Core Tier I* atingiu 8,45% (5,81% no final de 2008). Os Resultados Líquidos de 28,4 milhões de euros, conjugados com o aumento verificado ao nível da base de capital, representam um ROE de 4,84% (7,36% em 2008) e um ROA de 0,25% (0,33% em 2008), ambos calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Banco.

49  
↓

Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

milhares de €

	31-Dez-09	31-Dez-08 (1)	Variação	
			Absoluta	%
<b>Balanco</b>				
Activo Líquido	11.546.621	10.805.977	740.644	6,9%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	9.940.935	9.436.954	503.981	5,3%
Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Títulos)	7.155.098	6.728.243	426.855	6,3%
Capitais Próprios	699.391	477.901	221.490	46,3%
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Margem Financeira (incl. Rendimento de Instrumentos de Capital)	231.320	213.052	18.268	8,6%
Lucro de Operações Financeiras	4.532	(951)	5.483	-576,6%
Outros Proveltos Líquidos	88.743	83.984	4.759	5,7%
Produto da Actividade	324.595	296.085	28.510	9,6%
Custos Administrativos	(191.481)	(194.694)	3.213	-1,7%
Cash-Flow	133.114	101.391	31.723	31,3%
Amortizações do exercício	(15.532)	(12.198)	(3.334)	27,3%
Provisões / Imparidade	(97.385)	(49.875)	(47.510)	95,3%
Resultados antes de Impostos	20.197	39.318	(19.121)	-48,6%
Impostos	8.298	(6.635)	14.933	-225,1%
Resultado do Exercício	28.495	32.683	(4.188)	-12,8%
<b>Outros Indicadores</b>				
Imparidade de crédito / Crédito Total	3,05%	2,30%	-	-
Resultados antes de Impostos / Activo Líquido Médio	0,18%	0,40%	-	-
Produto Bancário / Activo Líquido médio	2,90%	3,22%	-	-
Resultados antes de Impostos / Capitais Próprios Médios	3,43%	8,86%	-	-
Cost to Income (Excluindo amortizações)	58,99%	65,76%	-	-
Cost to Income	63,78%	69,88%	-	-
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	34,86%	36,42%	-	-
ROE	4,84%	7,36%	-	-
ROA	0,25%	0,33%	-	-
Rácio de Solvabilidade (Core Criteria de Basileia)	13,10%	9,80%	-	-
Tier 1 (Core Criteria de Basileia)	8,93%	5,86%	-	-
Nº de empregados	2.656	2.570	86	3,3%
Nº de Agências Bancárias	410	381	29	7,6%
<b>Outros Indicadores conforme Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal</b>				
Crédito em Incumprimento / Crédito Total	2,66%	1,80% (2)	-	-
Crédito em Incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido	0,67%	0,57% (2)	-	-
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	13,23%	9,57%	-	-
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	8,22%	4,99%	-	-

(1) Pró Forma Banif + BBCA

(2) Não inclui BBCA

50  
d

## **3.2 Crédito Especializado**

### **3.2.1 Banco Mais, SA**

#### **3.2.1.1 Actividade em Portugal**

O ano de 2009 ficou marcado pela integração do Banco Mais no Banif – Grupo Financeiro. Ainda no último trimestre do ano foram iniciados os trabalhos entre as equipas do Banco Mais e do Banif – Grupo Financeiro no sentido de obter maiores níveis de sinergias e eficiência ao nível das plataformas operacionais, bem como dos meios humanos existentes, tirando assim o máximo partido da integração.

Durante o ano de 2009 intensificaram-se as acções de formação interna, que ocorreram nas instalações da sede do Banco Mais, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa e através de uma plataforma de *e-learning*. Nelas participaram os colaboradores de todo o país, tendo sido seguido um programa adequado aos diferentes grupos, conforme as respectivas funções. Os temas abordados tiveram como objectivo a consolidação de conhecimentos ao nível dos procedimentos internos, com vista à procura da excelência na prestação dos serviços.

Em termos de política de concessão de crédito, o ano de 2009 regeu-se por regras muito conservadoras, introduzidas ainda em finais de 2008, tendo em conta um contexto de agravamento da situação económica do país, que poderia vir a traduzir-se em níveis de incumprimento acrescidos face a um contexto económico desfavorável. Como resultado dessas medidas, as operações concretizadas pelo Banco durante o ano de 2009 apresentam um elevado nível de qualidade, indiciando, para já, um comportamento bastante positivo.

Em Portugal, a venda de automóveis ligeiros de passageiros acompanhou a tendência europeia, apresentando o pior resultado dos últimos 22 anos. Face ao ano transacto, a quebra foi de 24,6%. A crise económica e a elevada fiscalidade são apontadas como as principais razões para a forte contracção, a qual ainda assim foi amenizada devido ao programa de incentivos ao abate de veículos em “fim de vida”.

Ao contrário do que se verificou nos dois anos anteriores, em 2009 a quebra das vendas na Europa de Leste, onde o Banco Mais opera através das sucursais da Eslováquia e da Polónia, foi bastante mais acentuada (cerca de 27%) do que a registada na Europa Ocidental, onde as vendas contraíram apenas 0,7%. Essa evolução diferenciada reflecte o impacto dos sistemas de incentivos à renovação do parque automóvel em vários dos principais mercados da Europa Ocidental.

Em Portugal, o ano de 2009 foi um ano de abrandamento da actividade comercial, fruto da conjuntura económica e, principalmente, das medidas adoptadas pelo Banco Mais no último trimestre de 2008. A estratégia foi a de privilegiar a qualidade da carteira de crédito, através de critérios de análise bastante exigentes, em detrimento do volume de negócios. Assim, foram celebrados um total de 11.832 contratos, aos quais correspondeu um volume total de crédito de 84,1 milhões de euros.

A aposta comercial incidiu no financiamento automóvel, segmento onde a experiência da instituição é mais vasta. O número total de viaturas financiadas através de Crédito, Leasing e ALD (incluindo máquinas agrícolas) ascendeu às 9.202 unidades, representando um total de crédito concedido de 77,8 milhões de euros.

Esta produção representa um nível de concretização de propostas na ordem dos 37% (ao todo, foram recebidas, em 2009, 24.566 propostas), valor que é muito abaixo do verificado no ano anterior e é sinal da política de concessão de crédito muitíssimo prudente que pautou a actividade do ano em análise.



51  
M  
+

### 3.2.1.2 Actividade Internacional

O desempenho comercial das sucursais da Eslováquia e da Polónia, países onde o Banco Mais opera desde 2005 e 2007, respectivamente, revelou sinais de abrandamento.

Na Eslováquia, a economia apresentou uma desaceleração acentuada face ao ano anterior, resultado da quebra das exportações e do consumo interno. O mercado automóvel também registou algum abrandamento, ainda que com taxa de crescimento positiva no segmento de veículos ligeiros de passageiros novos.

A Polónia foi um dos poucos países a registar crescimento real do PIB em 2009, impulsionado pela dimensão e vigor da procura doméstica e pela competitividade externa (resultado de uma forte depreciação do Zloty). O mercado automóvel, em 2009, apresentou uma performance semelhante ao do ano anterior, com o nível de vendas de automóveis novos ligeiros de passageiros apresentando uma variação positiva de apenas 0,8%.

Neste contexto e dada a grande prudência tida na concessão de crédito, as Sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram cerca de 2 mil contratos, com um total de crédito concedido de 8,7 milhões de euros, o que representa uma taxa de concretização de propostas recebidas, à semelhança de Portugal, também muito baixa, no caso, de 33%.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha a Sucursal do Banco Mais naquele país manteve, em 2009, o total enfoque na actividade de gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo praticamente concessão de novos créditos.

Números significativos (base NCA)	Milhares de Euros		
	31.12.2009	31.12.2008	Varição
Activo líquido (1)	787.624	934.191	-15,7%
Crédito Total (1)	765.329	928.109	-17,5%
Capitais Próprios	173.541	170.095	2,0%
Margem Financeira	47.378	64.257	-26,3%
Produção global	116.214	312.725	-62,8%
Produto da Actividade	63.989	74.172	-13,7%
Cash-Flow	42.721	52.115	-18,0%
Resultado líquido	3.430	16.544	-79,3%
Cost to Income	35,3%	31,9%	----
ROE	2,0%	10,1%	----
ROA	0,4%	1,8%	----
Pontos de Venda	29	29	0,0%
N.º de Empregados	369	415	-11,1%
Rácio Solvabilidade	25,7%	21,4%	----
Crédito Vencido/Crédito Total (1)	20,8%	13,6%	----
Provisões/Crédito Vencido (1)	93,7%	89,3%	----

 52  
L NC

Notas:

(1) Para efeitos de comparabilidade com 2009, os valores de 2008 das rubricas Activo Líquido, Crédito Total e indicadores de Qualidade do Crédito são valores pró-forma de modo a reflectir a reposição em balanço de créditos outrora abatidos ao activo mas sobre os quais o Banco ainda tem expectativa de recuperação (aplicação pró-forma em 2008 da Carta Circular 15/2009 do Banco de Portugal).

### 3.2.2 Bank Plus Bank, Zrt

A actividade do Bank Plus, subsidiária do Banco Mais na Hungria, acompanhou a tendência negativa e global do mercado automóvel húngaro, que registou um volume de vendas inferior em 60% face ao ano anterior. Este comportamento é reflexo do forte abrandamento da economia húngara, uma das mais afectadas pela crise internacional. De salientar também que, para além do panorama macroeconómico menos favorável, continuaram a existir fortes restrições ao crédito para o financiamento da compra de veículos.

Neste contexto, o Bank Plus registou, em 2009, uma quebra significativa na actividade comercial face a 2008, tendo celebrado apenas 2.321 novos contratos para um volume de crédito de cerca de 6,5 milhões de euros.

De salientar que, durante o ano de 2009, o processo de análise de propostas de crédito tornou-se também bastante mais restritivo tendo sido concretizadas apenas cerca de 41% das propostas recebidas, o que compara com um nível de 63% no ano anterior.

No início do segundo trimestre de 2009, o Bank Plus passou a adoptar um novo sistema de *scoring* reflectindo as alterações introduzidas por Basileia II e cujo desenvolvimento fora concluído em 2008.

Acompanhando as práticas do mercado, o Bank Plus continuou a oferecer os seus produtos de crédito em moeda estrangeira. No ano de 2008, o franco suíço foi a divisa preferida pelo Cliente final, representando cerca de 97% do número de contratos celebrados. No entanto é de salientar a redução desta preferência registada no último trimestre de 2009, no qual apenas 58% dos novos créditos foram concedidos indexados àquela moeda, passando a haver maior preferência pelo produto em HUF (forints húngaros) e Euro.

Números significativos (base IAS/IFRS)

Milhares de Euros

	31.12.2009	31.12.2008	Varição
Activo Líquido	120.415	156.131	-22,9%
Crédito Total	126.307	162.936	-22,5%
Capitais Próprios	35.052	35.306	-0,7%
Margem Financeira	11.820	15.405	-23,3%
Produção global	9.910	74.044	-86,6%
Produto da Actividade	13.468	18.936	-28,9%
Cash-Flow	9.424	14.746	-36,1%
Resultado líquido	5.137	9.749	-47,3%
Cost to Income	32,5%	24,1%	----
ROE	15,2%	28,2%	----
ROA	3,7%	6,7%	----
Pontos de Venda	9	9	0,0%
N.º de Empregados	85	82	3,7%
Rácio Solvabilidade	23,0%	20,7%	----
Crédito Vencido/Crédito Total	12,2%	6,6%	----
Imparidade/Crédito Vencido	86,3%	101,8%	----

### 3.2.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A produção global, no exercício de 2009, foi de 152,1 milhões de euros, dos quais, 95,8 milhões de euros (63% do total) referentes a contratos de locação financeira mobiliária, 50,9 milhões de euros (33,5%) a contratos de locação financeira imobiliária e 5,4 milhões de euros (3,5%) relativos a contratos de crédito. Do total da produção, 15 milhões de euros (10%) foram financiados em consórcio com o Banif e 6 milhões de euros com outras instituições de crédito, relativos a contratos de locação financeira imobiliária.

Em relação ao exercício anterior, verificou-se um decréscimo de 30,6% da produção global da empresa. Esta situação é um reflexo directo da degradação do enquadramento económico global e das políticas de maior contenção e restrição de crédito, tendencialmente seguidas ao nível de todo o Sistema Bancário. Em termos parcelares, há a referir que, em relação ao exercício anterior, a locação financeira mobiliária decresceu 41,0%, a locação financeira imobiliária cresceu 32,2% e os contratos de crédito decresceram 70,6%.

Em termos de originação, as redes de distribuição do Banif contribuíram com 55% da produção de leasing mobiliário e foram a principal origem da produção de leasing imobiliário. No que concerne ao crédito, as delegações da empresa foram responsáveis pela totalidade das operações concretizadas.

A carteira de crédito, antes de imparidade, em 31 de Dezembro de 2009, ascendia a 583 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 3,5% relativamente a 31 de Dezembro de 2008.

A margem financeira registou um crescimento de cerca de 11,2%, em relação a 2008.

O *Cost to Income*, relação entre custos operativos e o produto da actividade, teve um ligeiro decréscimo, reflexo da redução de alguns custos operativos, tendo passado de 34,6% em 2008, para 34,1% em 2009.



O *cash-flow* gerado, no montante de 9,3 milhões de euros, representou um decréscimo de 7,9% face ao mesmo período de 2008.

O resultado líquido registou um acréscimo de 46,5%, em relação ao ano anterior, atingindo o valor de 3.7 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, o número de colaboradores da Banif Go era de 68.

Números significativos (base IAS/IFRS)	Em Milhares de Euros		
	31.12.2009	31.12.2008	Varição %
Activo líquido	574.308	605.012	-5,08%
Crédito Total	583.088	604.250	-3,50%
Capitais Próprios	51.608	47.782	8,01%
Margem Financeira	12.109	10.886	11,24%
Produção Global	152.149	219.329	-30,63%
<i>Cash-Flow</i>	9.315	10.118	-7,94%
Produto da Actividade	15.148,5	13.689,0	10,66%
Resultado Líquido	3.711	2.532	46,54%
ROE	7,19%	5,30%	----
ROA	0,65%	0,42%	----
Custos Pessoal/Produto Bancário	16,79%	17,72%	----
<i>Cost to Income</i>	34,15%	34,58%	----
Rácio Solvabilidade	9,30%	9,80%	----
Crédito Vencido/Crédito Total	9,07%	6,90%	----
Imparidade/Crédito Vencido	44,31%	47,76%	----
N.º de Empregados	68	69	-1,45%

### 3.2.4 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA.

Em 2009 foram celebrados 3.125 novos contratos (2.650 no ano anterior) num investimento total de 26 milhões de euros, o que se traduziu num crescimento de 18% face a 2008.

A conjugação do empenho das equipas comerciais da Banif Rent e das redes comerciais do Banif - Grupo Financeiro, permitiu que, pelo terceiro ano consecutivo, o objectivo inicialmente estipulado – 2.990 novos contratos, fosse ultrapassado.

Em 2009, fruto da retracção sentida na produção automóvel, verificou-se uma menor abertura das marcas quanto ao desconto que anteriormente era atribuído a clientes com grande dimensão de frota para aquisição de viaturas novas, o que possibilitou um novo tipo de serviço, o "realuguer".

Durante o ano, a Banif Rent procedeu ao realuguer de viaturas, o que lhe deu uma maior rentabilidade sobre as mesmas antes da sua alienação.

No final de 2009, a frota total sob gestão era de 4.387 veículos (3.732 no final de 2008), o que representa um acréscimo de 18%.

 55  
PK

Do total dos veículos sob gestão, 2.604 (59%) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro Açoreana).

O resultado líquido do exercício de 2009 foi de 541 mil euros o que representa um acréscimo de 471% face a 94,8 milhares de euros em 2008, e se encontra em linha com o inicialmente previsto no plano trianual 2008-2010.

A 31 de Dezembro de 2009, o número de colaboradores da sociedade era de 22.

### Números significativos

(Em Milhares de Euros)

	2009	2008	Var.
<b>Produção - nº Contratos</b>	3.125	2.650	18%
<b>Produção – Investimento</b>	26.146	42.075	- 38%
<b>Frota sob gestão</b>	4.387	3.732	18%
<b>EBITDA</b>	12.343	10.640	16%
<b>Activo Líquido</b>	92.521	83.666	11%
<b>Capitais Próprios</b>	817	157	420%
<b>Resultado Líquido</b>	541	45	1.102%
<b>N.º empregados</b>	22	20	10%

### 3.3 Actividade Internacional do Grupo

#### 3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

À data de 31 de Dezembro de 2009, o volume de activos do Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd ascendia a, aproximadamente, 817 milhões de dólares, o que se traduziu num crescimento absoluto do Activo Total de cerca de 56 milhões de dólares (7%), face a 31 de Dezembro de 2008.

O acréscimo verificado no volume de activos do Banif (Cayman) ficou a dever-se, essencialmente, ao comportamento das rubricas de "Crédito a Clientes" e "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados", que registaram um acréscimo de 72 e 64 milhões de dólares respectivamente, face a 31 de Dezembro de 2008. Este acréscimo no valor dos activos, foi, no entanto, compensado pelas reduções verificadas no saldo das rubricas de "Aplicações em IC's" e "Activos financeiros detidos para negociação", no valor de 52 e 39 milhões de dólares, respectivamente.

Adicionalmente, verificou-se também um acréscimo no valor da participação na Banif International Holdings, Ltd (BIH), de cerca de 4,7 milhões de dólares, em resultado do aumento de capital efectuado por esta entidade no segundo semestre de 2009. A percentagem de participação do Banif (Cayman) na BIH manteve-se, no entanto, inalterada, correspondendo, à data de 31 de Dezembro de 2009, a 85%.

No que respeita ao Passivo do Banif (Cayman), verificou-se um acréscimo de cerca de 8% face a 31 de Dezembro de 2009, cifrando-se, no fecho do exercício, no valor de 768 milhões de dólares. Esta variação decorreu, essencialmente, do acréscimo do saldo da rubrica de "Recursos de outras instituições de crédito", que passou de 199 milhões de dólares, em 31 de Dezembro de 2008, para 299 milhões de dólares, em 31 de Dezembro de 2009. Este acréscimo foi, no entanto, parcialmente compensado pela redução da carteira de Depósitos de Clientes, que sofreu uma diminuição de cerca de 53 milhões de dólares face a 31 de Dezembro de 2008.

  
56  
d

O Resultado Líquido do Banif (Cayman), com referência a 31 de Dezembro de 2009, ascendia a 446 mil dólares, mantendo-se praticamente inalterado face a Dezembro de 2008, data em que se cifrou nos 451 mil dólares.

Pese embora não se tenham verificado alterações significativas ao nível do resultado, a estrutura de custos e proveitos do Banif (Cayman) transformou-se de forma importante, nomeadamente no que respeita à Margem Financeira, que se cifrou em cerca de 329 mil dólares, em Dezembro de 2009, quando no exercício anterior ascendeu a cerca de 10 milhões de dólares.

Ao contrário da Margem Financeira, o Produto Bancário registou um aumento significativo, passando de 729 mil dólares, em 2008, para cerca de 2 milhões de dólares, em 2009. Este acréscimo no Produto Bancário resultou, essencialmente, do facto de o Banco ter passado a ter um resultado em activos financeiros positivo, de cerca de 6,12 milhões de dólares. Por outro lado, verificou-se um acréscimo que foi compensado, em parte, pelo incremento dos custos de exploração, os quais acabaram por se cifrar, em 31 de Dezembro de 2009, em cerca de 5,04 milhões de dólares (+17,8 % relativamente a 2008).

À data de 31 de Dezembro de 2009, para além da referida participação no BIH, o Banif (Cayman) continuava a deter uma participação de 60% no capital da FINAB, sociedade de gestão e incorporação de empresas, sediada também nas Ilhas Caimão.

*Valores expressos em milhares de dólares*

	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Variação %</b>
<b>Activo Líquido</b>	816.780	761.020	7,3%
<b>Crédito Concedido</b>	435.861	363.808	19,8%
<b>Depósito de Clientes</b>	104.048	157.347	-33,9%
<b>Capitais Próprios</b>	48.750	48.984	-0,5%
<b>Resultado Líquido</b>	446	451	-1,0%

*Em 31 de Dezembro de 2009: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4406 Dólares (USD)*

### **3.3.2 Banif International Bank, Ltd**

O Banif International Bank, Ltd (BIB) desenvolve a sua actividade há cerca de cinco anos, desde a sua constituição e autorização pelo Banco Central das Bahamas. O capital social deste banco é detido pela Banif Investimentos em 99,9%, e pela Banif Comercial em 0,1%.

No final de 2009, o Activo Total do BIB ascendia a cerca de 539 milhões de dólares, o que representa um decréscimo de cerca de 20% face a 31 de Dezembro de 2008, data em que ascendia a cerca de 675 milhões de dólares.

A diminuição do volume de Activos do BIB face a 31 de Dezembro de 2008 é, essencialmente, explicada pelo comportamento da rubrica de "Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito", onde se registou uma quebra no valor de cerca de 183 milhões de dólares. Esta quebra acentuada foi parcialmente compensada pela constituição de "Aplicações em Instituições de Crédito", no valor de 72 milhões de dólares.

 57  
d DL

Adicionalmente, verificou-se também uma redução de cerca de 12% no que respeita à carteira de Crédito Concedido, a qual passou de um volume global de 163 milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2008, para 143 milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2009.

No que diz respeito ao Passivo do BIB, as principais variações ocorridas face a 31 de Dezembro de 2008, foram registadas nas rubricas de "Recursos de Instituições de Crédito" e "Recursos de clientes", as quais, em conjunto, sofreram uma redução de cerca de 147 milhões de dólares.

No que respeita à Situação Líquida do BIB, a principal alteração verificada entre 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009 tem a ver com o incremento verificado na rubrica de "Capital", em resultado da emissão de 10 milhões de euros de acções preferenciais, ainda no primeiro trimestre de 2009. À data de 31 de Dezembro de 2009, o Capital Social do BIB ascende a cerca de 50 milhões de dólares.

No final do exercício de 2009, o BIB apresentava um resultado líquido negativo de 2,5 milhões de dólares, o que evidencia uma deterioração significativa do resultado face a 31 de Dezembro de 2008, data em que o banco apresentava um resultado líquido positivo de 6 milhares de dólares.

No exercício de 2009, o BIB apresentou melhores resultados no que diz respeito à Margem Financeira e ao Produto Bancário, os quais cresceram 20% e 168%, respectivamente, em relação a 2008. Todavia, os ganhos gerados com a actividade bancária foram totalmente absorvidos pelos custos inerentes à constituição de provisões para crédito vencido, que ascenderam, no exercício de 2009, a cerca de 5 milhões de dólares.

*Valores expressos em milhares de dólares*

	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Variação %</b>
<b>Activo Líquido</b>	538.998	675.067	-20%
<b>Carteira de Crédito</b>	143.021	158.215	-9,49%
<b>Depósito de Clientes</b>	314.022	434.803	-28%
<b>Capitais Próprios</b>	48.354	35.125	38%
<b>Resultado Líquido</b>	-2.496	6	-40.356%

*Em 31 de Dezembro de 2009: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4406 Dólares (USD)*

### **3.3.3 Banif Finance (USA) Corp.**

A **Banif Finance (USA), Corp.** (BFUSA) é uma instituição de crédito hipotecário licenciada no Estado da Florida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.

De acordo com a regulamentação do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFUSA está sujeita a fiscalização governamental e correspondente legislação. A verificação ao nível de *compliance* local é também levada a efeito, anualmente, por uma terceira entidade independente, a fim de reduzir os riscos legais e operacionais a que possa estar exposta.

 58

A sociedade iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2002. Em 31 de Dezembro de 2008, mudou a sua designação de Banif Mortgage Company para Banif Finance (USA), Corp. assim reflectindo a expansão das suas actividades, as quais incluem hoje os financiamentos de comércio internacional, como resultado da fusão com a Banif Forfaiting (USA), Inc..

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif – Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para além de uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Durante o ano de 2009, a sociedade exerceu a sua actividade sob condições de mercado especialmente desafiantes. Por força de critérios de concessão de crédito mais restritivos, a BFUSA financiou um total de 52 novas operações, no montante total de USD 56 milhões, valor que compara com os USD 76 milhões financiados em 2008. O menor volume de crédito concedido resultou num decréscimo das comissões, para cerca de USD 630 milhares, de um total de USD 897 milhares em 2008.

Durante o exercício de 2009 a BFUSA constituiu provisões adicionais para risco de crédito no valor total de USD 9,6 milhões.

O lucro líquido da sociedade em 2009 foi de USD 1,565 milhões.

### 3.3.4 Banif Financial Services, Inc.

A **Banif Financial Services, Inc.** (BFS) é uma sociedade constituída em Novembro de 2000, registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

A BFS actua nos EUA como *US Investment Adviser* e tem como missão:

- Desenvolver e apoiar os negócios do Banif - *Private Wealth Management*, contando, para tal, com uma equipa de *Investment Advisers* que, a partir de Miami, cobre os mercados do Brasil, Venezuela e Argentina;
- Articular com a sede do Banif – Grupo Financeiro em Lisboa, com o Banif Brasil, com o Banif (Cayman), com BIB e outros prestadores de serviços, todo o processo de criação, implementação e manutenção de serviços e produtos do Banif - *Private Wealth Management*.

No final de 2009, a sociedade contava com um total de 262 Clientes e um total de activos sob gestão de USD 118 milhões.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores

*Expresso em milhares de dólares*

	2009	2008	Variação %
<b>Activo Líquido</b>	365	358	+2%
<b>Capitais Próprios</b>	357	353	+1%
<b>Proveitos Totais</b>	740	631	+17%
<b>Lucro Líquido</b>	4	3	+33%

### 3.3.5 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

Em 2009, a economia brasileira acabou por sofrer um impacto negativo decorrente da crise financeira mundial, esperando-se um crescimento do PIB próximo de zero, ou até mesmo ligeiramente negativo, em contraste com o crescimento de 4,6% registado em 2008.

Durante todo o exercício de 2009, a actividade económica caracterizou-se ainda por alguma instabilidade, decorrente da forte crise de 2008, com a consequente redução das linhas de crédito e de investimento externo, que afectou fortemente o sector exportador brasileiro, o qual tem a sua produção assente nas linhas de crédito do exterior.

No entanto, em virtude das suas reservas monetárias, da qualidade do seu sector bancário e da competitividade da sua economia, o Brasil conseguiu manter a estabilidade da actividade económica, apesar de uma forte quebra imediata no seu índice de crescimento.

Com efeito, o quadro de estagnação e incerteza que caracterizou a economia mundial em 2009 afectou em menor grau o Brasil e não impediu o crescimento dos activos dos bancos em geral. O próprio Governo Brasileiro promoveu medidas tendentes a facilitar o financiamento para a compra de casa própria, pelas camadas mais pobres da população, através do programa "minha casa minha vida". Este programa, que conta com uma taxa altamente subsidiada, tem permitido um forte desenvolvimento no sector da construção e uma forte geração de empregos.

Assim, a nível doméstico, a economia brasileira reflectiu uma importante inflexão a partir do último trimestre de 2009, quando apresentou um crescimento da ordem de 2,5%. Espera-se que o Brasil atinja um crescimento de cerca de 5% do PIB em 2010, uma vez que a economia vem crescendo a um nível forte e constante, muito acima das expectativas, impulsionada, em grande medida, por uma forte procura interna de produtos industrializados, pela indústria de construção civil, obras públicas e infraestrutura e pela indústria automóvel (foram produzidos, em 2009, cerca de 3.200.000 veículos).

Levando em conta as incertezas relativas ao desempenho da economia brasileira em 2009, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. (Banif (Brasil)) adoptou uma postura conservadora na concessão do crédito, privilegiando os Clientes mais antigos, com um relacionamento positivo com a instituição, e assumindo um critério muito selectivo no desenvolvimento de novas relações comerciais.

O Banif (Brasil) manteve-se fiel à sua estratégia de desenvolvimento das operações de crédito comercial, financiamento imobiliário, tesouraria, câmbio e de comércio externo com empresas de média e grande dimensão. Todavia, a principal prioridade foi no sentido de privilegiar as operações da Financeira Banif (no âmbito do financiamento automóvel e de bens de consumo duráveis) bem como as operações em parceria com empresas dos sectores privado e público, com vista à concessão de crédito pessoal aos respectivos trabalhadores, cujas prestações de reembolso são descontadas desde logo nos vencimentos auferidos por estes, procedimento que tem reduzido substancialmente o risco de crédito.

Acompanhando a tendência do sector e da economia, os activos do Banif (Brasil) cresceram 7% quando comparados com o final de 2008. Contudo, importa salientar que, seguindo uma estratégia de crescimento com risco controlado, as operações geradas pela Financeira Banif cresceram 165% e as operações de crédito consignado 20%, comparativamente com os valores registados no final de 2008. Estas operações dizem respeito a empréstimos de baixos valores e com excelentes margens de rentabilidade.

Com o objectivo de reduzir a dependência dos fundos recebidos do próprio Grupo, dos recursos externos concedidos por bancos correspondentes e dos recursos do mercado interbancário, o Banif (Brasil) tem conduzido campanhas e estimulado a captação de recursos nas agências, de forma diluída e diversificada, junto de Clientes. Como resultado de tal esforço, o Banif (Brasil) conseguiu crescer a sua captação de recursos em 66% relativamente ao ano anterior, o que também oferece alguma segurança quanto à capacidade da instituição para competir adequadamente no negocio bancário e no da Financeira.

O Banif (Brasil) tem prosseguido o seu plano de expansão, já dispondo de 25 pontos de venda em todo o país, tendo já iniciado actividades na Agencia Brasília (Distrito Federal) e programado a abertura, a curto prazo, das Agências Centro (São Paulo) e Joinville (Santa Catarina). O banco já tem presença na cidade do Recife, com um escritório, e o objectivo é o de, brevemente, ali instalar uma agência. Subsequentemente, o banco irá estar presente em Fortaleza (Ceará) região onde vêm ocorrendo fortes investimentos portugueses, nas áreas da construção e da hotelaria.

O Banif - Grupo Financeiro continuou a investir, de forma substancial, na actividade do Banif (Brasil), criando as condições para a manutenção da sua política de crescimento continuado, designadamente, através da expansão da rede de agências, escritórios, e desenvolvimento de produtos. Manteve-se uma política criteriosa e conservadora na concessão de crédito e privilegiou-se a expansão da Financeira Banif no crédito automóvel, consumo durável, e crédito pessoal. Desta forma, apostou-se em produtos de risco mais disperso e de maior rentabilidade.

As operações de crédito comercial atingiram, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de R\$. 898,5 milhões, crescendo 7,8% no período, quando comparadas com os R\$. 833,2 milhões de carteira comercial atingida em 2008.

Destaca-se a forte evolução do *Cash-Flow* de Exploração, que apresentou um crescimento positivo de 152% em 2009, evoluindo de R\$.18,8 mil milhões em 2008 para R\$.47,7 mil milhões, demonstrando a excelente *performance* do resultado operacional do Banif (Brasil).

O Banif (Brasil) inicia o ano de 2010 numa posição confortável e preparado para os desafios próprios de um mercado altamente concorrencial, no contexto de uma crise financeira a nível mundial, uma vez que conta com uma carteira com um elevado grau de liquidez, mais diversificada, de valores pulverizados e menos sujeita a efeitos que impactem negativamente na economia brasileira.

61  
EFD  
NR  
d

Valores em Milhares de Reais

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	1.486.465	1.384.597	+7%
Crédito Líquido	898.470	833.196	+8%
Depósitos	750.597	452.186	+66%
Capitais Próprios	160.184	133.045	+20%
Produto de Actividade	106.856	73.360	+46%
Cash-Flow	47.709	18.898	+152%
Resultado Líquido	899	4.737	-81%
ROE	0,56%	3,65%	----
ROA	0,06%	0,34%	----
Margem Financeira	118.792	71.010	+67%
Crédito Vencido / Crédito Total	3,97%	1,23%	----
Provisões / Crédito Vencido	38,72%	94,91%	----
Rácio de Solvabilidade	12,69%	11,84%	----
Cost to income	59,72%	80,17%	----
Número de Agências	25	20	+25%
Número de Empregados	303	284	+7%

Em 31-12-2009: 1 Euro equivalente a Reais 2,5113

Em 31-12-2008: 1 Euro equivalente a Reais 3,2436

### 3.3.6 Banca Pueyo, S.A.

A Banca Pueyo, S.A. (Banca Pueyo) contava, em finais de 2009, com 84 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões - Pueyo Pensiones EGFP, S.A. - e uma sociedade agente de seguros - Pueyo Mediación OBSV, S.A.-.

Durante o exercício de 2009, a Banca Pueyo manteve a estratégia de expansão da sua rede de Agências, tendo inaugurado 3 novas Agências na Estremadura.

A actividade do sector bancário, em 2009, esteve marcada pela crise económica internacional e pela recessão da economia espanhola. A necessidade de liquidez do sistema financeiro provocou uma elevada concorrência pelos depósitos dos clientes, o que manteve a remuneração dos depósitos dos clientes em níveis elevados, com a consequente redução da margem financeira. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo durante todo o ano de 2009 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre Crédito e Recursos de Clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

Em resultado desta política, foi possível atingir um crescimento de 3,88% no Crédito Concedido e de 7,32% nos Depósitos de Clientes, valores muito positivos dada a conjuntura económica verificada durante todo o exercício de 2009. Estes números permitem à Banca Pueyo iniciar o exercício de 2010 em óptimas condições de liquidez para atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O Crédito a Clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de 642 milhões de euros. Deste valor, 70% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias.

62  


Os Depósitos de Clientes atingiram o montante de 798 milhões de euros.

Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um Rácio de Crédito Vencido de 1,62% sobre o total da Carteira de Crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 176%.

Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2009, um Lucro Líquido de 7,5 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 18,26% em relação ao resultado do exercício anterior. Esta diminuição resulta, essencialmente, da redução da margem financeira e dos montantes destinados ao fortalecimento do balanço através da constituição de provisões para imparidade.

	2009	2008	Milhares de Euros Variação %
<b>Activo Líquido</b>	936.551	840.251	+11,46%
<b>Crédito Concedido Bruto</b>	642.055	618.243	+3,85%
<b>Depósitos de Clientes</b>	798.499	744.034	+7,32%
<b>Capitais Próprios</b>	76.622	70.970	+7,96%
<b>Margem Financeira</b>	30.906	31.109	-0,65%
<b>Produto da Actividade</b>	15.081	16.282	-7,38%
<b>Resultado Líquido</b>	7.521	9.201	-18,26%
<b>ROA</b>	0,81%	1,12%	----
<b>ROE</b>	9,56%	12,96%	----
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	15,20%	13,67%	----
<b>Crédito Vencido/Crédito Total</b>	1,31%	0,76%	----
<b>Provisões / Crédito Vencido</b>	176,0%	283,28%	----
<b>Cost-to-Income</b>	48,41%	42,93%	----
<b>Número de Agências</b>	84	81	+3,70%
<b>Número de Empregados</b>	227	222	+2,25%

### 3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

A crise financeira e económica internacional fez-se sentir em Cabo Verde, onde a economia passou a crescer de uma forma mais moderada, com uma taxa de crescimento real do PIB, em 2009, estimada em 4,0%, quando, em 2008, o crescimento foi de cerca de 6,0% e em 2007 foi de cerca de 7,0%. De igual modo, o sector imobiliário – turístico foi fortemente afectado, com uma redução em mais de 50% dos fluxos de investimento directo estrangeiro. O sector financeiro evidenciou uma tendência de aumento do rácio de crédito vencido, bem como de aumento da taxa de transformação de recursos em crédito, com o conseqüente aumento dos custos de *funding* local.

Neste contexto difícil, o BCN desenvolveu, durante 2009, uma estratégia de consolidação das suas operações, segundo cinco eixos fundamentais:

- Reforço significativo da sua base de captação de recursos, tendo a Carteira de Depósitos de Clientes crescido 47% (passando assim de 68,3 milhões de euros para 100,1 milhões de euros), num contexto muito competitivo em termos de *pricing* e com enfoque na captação de aplicações financeiras, o que conduziu a um aumento de 50 *basis points* na taxa passiva média (que se fixou em 3,6%);
- Crescimento selectivo e moderado da Carteira de Crédito, traduzido num crescimento de apenas 10% no decurso de 2009 (passando a Carteira Bruta de Crédito de cerca de 75 milhões de euros em 2008 para 82 milhões de euros em 2009) e melhoria generalizada das taxas activas médias (ganho de 40 *basis points*, com taxa média de 9,74%);
- Enfoque na estruturação de uma nova e mais pró-activa abordagem à recuperação / cobrança de crédito vencido, consubstanciada na implementação de um "plano de ataque", com resultados significativos a nível da redução da Carteira de Crédito Vencido, que, apesar desse esforço, passou de 2,1 milhões de euros em 2008 para 2,8 milhões de euros em 2009 (vencido com mais de 30 dias), correspondendo a um aumento do Rácio de Crédito Vencido de 2,8% para 3,4%;
- Lançamento do PCC – Plano de Controlo de Custos, que permitiu à instituição reduzir significativamente a sua taxa de crescimento dos custos em fornecimentos e serviços de terceiros, que se expandiu 10% em 2009, face a 36% em 2008;
- Continuação do Programa de Expansão da Rede de Agências, com a abertura de duas novas Agências (Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau e Vila de Porto Inglês, na ilha do Maio), o que permite ao BCN estar já presente em 8 das 9 ilhas do arquipélago, com um total de 20 Agências e, assim, deter uma cobertura geográfica de âmbito nacional. O Centro de Empresas passou a contar com a sua 3.ª equipa comercial, fruto do sucesso da implementação deste modelo segmentado de abordagem aos Clientes empresariais.

O *Cost-to-Income* teve, em 2009, um ligeiro aumento, passando de 67,1% para 68,6%, enquanto a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) passou de 11,1% para 7,2% e a rentabilidade dos activos (ROA) de 1,0% para 0,54%, em resultado do esforço de provisionamento e da redução de actividade creditícia no segmento empresarial. Com efeito, o BCN entendeu, por razões de ordem prudencial, reforçar os níveis de provisões constituídas, as quais mais do que duplicaram, passando de 0,94 milhões de euros em 2008 para 1,96 milhões de euros em 2009, pelo que o grau de cobertura do Crédito Vencido com mais de 30 dias passou de 44% para 62%.

O BCN obteve, no exercício de 2009, resultados líquidos de cerca de 700.000 Euros, o que corresponde a uma redução de cerca de 31% face ao exercício de 2008.

			<b>Milhares de Euros</b>
	2009	2008	Varição %
<b>Activo Líquido</b>	130.407	97.209	+34%
<b>Crédito Concedido Bruto</b>	82.009	74.957	+9%
<b>Depósitos de Clientes</b>	100.142	68.352	+47%
<b>Capitais Próprios</b>	9.757	9.404	+4%
<b>Margem Financeira</b>	4.568	3.972	+15%
<b>Produto da Actividade</b>	6.109	5.419	+13%
<b>Cash Flow de Exploração</b>	2.685	2.463	+9%
<b>Resultado Líquido</b>	697	1.004	-31%
<b>ROA</b>	0,5%	1,0%	----
<b>ROE</b>	7,1%	11,1%	----
<b>Crédito Vencido / Crédito Total</b>	3,4%	2,8%	----
<b>Provisões/Crédito Vencido</b>	62,1%	44,4%	----
<b>Cost-to-Income</b>	68,6%	67,1%	----
<b>N.º de Agências</b>	20	18	+11%
<b>N.º de Empregados</b>	123	110	+12%

NOTA: cotação em 31 Dezembro de 2008 = 31 Dezembro de 2009 (currency peg existente)  
1 Euro = 110,265 CVE

### 3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd

Apesar do abrandamento da economia mundial e do agudizar da crise financeira, o Banif (Malta) teve um crescimento considerável, principalmente quando comparado com os seus pares, tanto a nível local como a nível internacional.

As taxas de mercado, por força dos sucessivos cortes das taxas "directoras" do Banco Central Europeu e das suas cedências de liquidez, atingiram níveis historicamente baixos.

Durante o ano de 2009, foram abertas no Banif (Malta) cerca de 15.000 novas contas (+446% relativamente ao final de 2008) a clientes de diferentes segmentos do mercado.

Em Dezembro, os Depósitos atingiram um volume total de 146 milhões de euros (+ 559%), e o Crédito atingiu um valor total de 60 milhões de euros (+414%), existindo já compromissos assumidos junto dos Clientes para valores acima dos 100 milhões de euros.

Durante o exercício de 2009, a atividade do Banif (Malta) permitiu gerar uma margem financeira de 1.235 milhares de euros, um valor líquido de serviços e comissões de 335 milhares de euros, um resultado de *trading* de 265 milhares de euros, valores que contribuíram para um Produto de Actividade de 1.855 milhares de euros.

Este produto da atividade permitiu cobrir 27,6% da base dos custos operacionais, na sua grande maioria ainda relacionados com investimentos relativos à implementação e crescimento da instituição (no ano anterior era de 11,8%), os quais, incluindo a depreciação dos activos fixos e a amortização dos activos intangíveis, atingiram os 7 milhões de euros.

Em linha com o crescimento do crédito concedido registado durante o período em análise, o Banif (Malta), deu cumprimento à política de provisionamento adoptada, de modo que as provisões para

imparidade ascenderam a um valor de 367 milhares de euros, representando 0,6% do Crédito em carteira.

Os resultados do exercício, antes de impostos, traduziram-se, pelo exposto, numa perda de 5.224 milhares de euros.

Tendo em consideração este resultado e o respectivo diferimento do crédito fiscal, de 1.694 milhares de euros, o resultado do exercício de 2009 traduziu-se num valor negativo de 3.530 milhares de euros.

O total de activos, no final do período em análise, ascendia a 169,5 milhões de euros.

Tendo em conta a evolução da actividade e o plano de negócios para 2010, espera-se atingir o "break-even" operacional mensal no final do corrente ano, o que, apesar de tudo, não irá possibilitar a obtenção de lucros ainda em 2010.

	2009	2008	Milhares de Euros Variação %
<b>Activo Líquido</b>	169.454	34.307	393,93%
<b>Crédito Concedido Bruto</b>	60.004	11.664	414,44%
<b>Depósitos de Clientes</b>	146.056	22.178	558,56%
<b>Capital Social</b>	25.000	15.000	66,67%
<b>Margem Financeira</b>	1.235	552	123,73%
<b>Crédito Vencido / Total Crédito</b>	0,00%	0,00%	----
<b>Produto da Actividade</b>	1.855	625	196,80%
<b>Resultados Líquidos</b>	-3.530	-3.156	11,85%
<b>ROA</b>	-3,6%	-9,2%	----
<b>ROE</b>	-30,57%	-29,72%	----
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	17,89%	44,77%	
<b>Cost to Income</b>	381,64%	870,72%	----
<b>Número de Agências</b>	8	4	100,00%
<b>Número de Empregados</b>	110	79	39,24%

#### 4. BANCA DE INVESTIMENTO

##### 4.1 Banif –Banco de Investimento, SA

O Banif - Banco de Investimento, SA (Banco de Investimento) é a instituição do Banif - Grupo Financeiro que centraliza e coordena toda a actividade nacional e internacional do Grupo na área da banca de investimento.

O Banco de Investimento tem como primeiro objectivo a geração de valor crescente e sustentado para o accionista, servindo primordialmente instituições do chamado "second tier" nacional, sem abdicar da procura de mandatos junto do "first tier", para o qual as exigências de capital o tornam, naturalmente, menos concorrencial.

O Banco de Investimento tem centrado a sua actuação na satisfação das necessidades de Clientes de vários segmentos - institucionais, "corporate" e, em menor escala, "private" – através dos produtos e serviços criados nas suas fileiras especializadas: (a) mercado de capitais, que integra as actividades de corretagem, *proprietary trading*, estruturação e securitização; (b) gestão de activos, incluindo a gestão de fundos de investimento e a gestão de fundos de pensões, (c) capital de risco e (d) *advisory services* compreendendo, em sentido lato, as actividades de *M&A* e *corporate finance* e as actividades relacionadas com *project & leverage finance*. procurando maximizar sinergias e potenciar "cross-selling" entre as áreas elencadas.

A presença do Banco de Investimento no Brasil e em Miami, a que acresce a participação de 27,5% no Bankpime, pelo Grupo, dão consistência ao foco no eixo estratégico Ibéria/ América Latina, criando condições para uma diversificação geográfica da actividade do Banco de Investimento, que complementa a diversificação de áreas de negócio. Com uma pequena presença em Londres, o banco potencia uma diversificação de actividade ainda mais lata, procurando capitalizar as competências instaladas no desenvolvimento de uma actividade de nicho na capital financeira europeia.

Perante a grave situação financeira que eclodiu nos mercados financeiros em 2008, traduzida numa crise de valor e liquidez sem precedentes e num forte surto de "desalavancagem" financeira, que se materializou numa forte e transversal recessão económica, o Banco de Investimento reconstruiu a sua estratégia para 2009 integrando uma forte componente de racionalização de recursos ("*dynamic rightsizing*"), optimizando a capacidade instalada, e um elemento transversal de focalização, almejando a geração de valor em circunstâncias particularmente difíceis em termos de liquidez e capital.

Fruto de uma boa implementação do plano, em algumas vertentes ultrapassando as expectativas iniciais, e de uma evolução favorável de componentes críticas do ambiente de negócios (e.g. recuperação dos preços da dívida) o Banco de Investimento fechou 2009 com resultados positivos, ultrapassando os números dos dois anos anteriores e os objectivos orçamentais de Produto da Actividade e Resultados.

A apreciação global da actividade do Banco de Investimento, tanto em termos individuais como consolidados, foi marcadamente positiva.

Quanto aos principais indicadores financeiros, é de destacar que todos melhoraram de 2008 para 2009, merecendo realce o crescimento do Produto da Actividade (+13,5% no plano individual e +6,6% no plano consolidado) e dos Resultados Líquidos (+36,4% e +22,0% respectivamente).

(Expresso em milhares de Euros)

<u>Contas Individuais</u>	31-12-2009	31-12-2008	Varição %
<b>Activo Líquido</b>	989.007	931.446	6%
<b>Capitais Próprios</b>	62.030	45.436	37%
<b>Produto da Actividade</b>	23.621	20.806	14%
<b>Cash-Flow</b>	8.666	6.142	41%
<b>Resultado do Exercício</b>	1.742	1.277	36%
<b>ROA</b>	0%	0%	-
<b>ROE</b>	4%	3%	-
<b>Cost-to-Income</b>	67%	75%	-
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	11%	11%	-

67  


(Expresso em milhares de Euros)

<i>Contas Consolidadas</i>	<i>31-12-2009</i>	<i>31-12-2008</i>	<i>Variação %</i>
<b>Activo Líquido</b>	986.850	925.887	7%
<b>Capitais Próprios</b>	74.373	56.115	33%
<b>Produto da Actividade</b>	33.312	31.264	7%
<b>Cash-Flow</b>	10.219	8.278	23%
<b>Resultado do Exercício</b>	3.714	3.043	22%
<b>ROA</b>	0%	0%	-
<b>ROE</b>	7%	7%	-
<b>Cost-to-Income</b>	72%	77%	-

**a. Corporate Finance**

Em 2009, a actividade de Fusões & Aquisições registou um decréscimo ainda mais significativo do que no ano anterior, com uma diminuição de 41% no número e de 38% no valor das transacções anunciadas e concretizadas (num total de 83 transacções registadas), de acordo com a Thomson Financial.

O agravar das consequências da crise do sistema económico-financeiro internacional, no primeiro semestre de 2009, e a incerteza associada à retoma das economias no segundo semestre, continuou a provocar um adiamento generalizado das decisões de investimento, com reflexos óbvios na actividade de Fusões & Aquisições, como provam os dados antes referidos.

**b. Structured Finance**

O ano de 2009 foi um ano de afirmação e crescimento da área de *Structured Finance* do Banco de Investimento. Com efeito, num contexto de dificuldade de liquidez, reduzido número de operações e restrições à concessão de crédito, o Banco de Investimento apostou fortemente no desenvolvimento e dinamização de uma área de negócio que oferece grande valor acrescentado aos seus Clientes, seja através da estruturação, organização e montagem de operações de crédito estruturado, seja através de prestação de serviços de assessoria financeira.

**c. Mercado de Capitais**

**c.1 Mercado Primário de Dívida**

Na área de Mercado de Capitais - Dívida, o Banco de Investimento esteve envolvido na estruturação e colocação de 13 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 870 milhões de euros. Neste contexto, salienta-se, no âmbito da política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, as seguintes transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais: duas emissões de *Zero Coupon Notes* para o Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. no montante de cerca de 25 milhões de euros; 2 emissões no valor global de 200 milhões de obrigações subordinadas para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banif *Finance Ltd* e 6 emissões de instrumentos de capital para diversas empresas do Grupo, no montante de 101 milhões de euros. Ainda no âmbito da política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, a área de Mercado de Capitais – Dívida liderou, conjuntamente com o *Barclays Capital*, o *ING* e o *Citi*, a emissão de 500 milhões de euros do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., com garantia da República de Portugal.

Para além das emissões destinadas à captação de recursos, foram ainda estruturadas duas operações de recompra de emissões do Banif *Finance Ltd.*, a primeira de obrigações seniores para um montante potencial de 300 milhões de euros, com vencimento em Maio de 2012 e a segunda de acções preferenciais para um montante potencial de 75 milhões de euros e de obrigações perpétuas subordinadas, no montante de 125 milhões de euros. Na primeira operação, foi recomprado um montante de 5,026 milhões de euros de obrigações seniores, enquanto na segunda operação foram recomprados 27,941 milhões de euros de obrigações perpétuas subordinadas e 33,174 milhões de euros de acções preferenciais.

Por último, o Banco de Investimento liderou, conjuntamente com a *JP Morgan*, uma emissão de 29 milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira, a qual foi colocada junto de um investidor institucional e estruturou e colocou uma emissão de obrigações para a Rentimundi – Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 15 milhões de euros.

### **c.2 Mercado Primário de Acções**

No Mercado de Capitais - Acções, o Banco de Investimento liderou, conjuntamente, a operação de colocação de 70 milhões de acções da Banif - SGPS, SA, integrada na operação de aumento de capital social desta última, de 350 milhões de euros para 490 milhões de euros (140 milhões de euros).

### **c.3 Securitização**

No final de 2009, o montante de operações sob gestão ascendia a, aproximadamente, 2,600 milhões de euros, correspondentes a 8 transacções (*Atlantes Mortgage No.1, 2, 3, 4 e 5, Azor Mortgages, Azor Mortgages No.2 e Ecuador Receivables*). Refira-se que, entre as operações citadas, apenas a *Atlantes Mortgage No.1* não se encontra registada na Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (participada do Banco de Investimento). O reforço do volume de transacções sob gestão resultou da concretização das seguintes operações:

- *Atlantes Mortgage No.4*, concretizada através da Gamma. Esta operação, envolveu a cessão de créditos imobiliários por parte do Banif - Banco Internacional do Funchal SA e ascendeu a 550 milhões de euros, contemplando a possibilidade de serem efectuadas vendas adicionais de créditos, durante um período de 3 anos. As obrigações emitidas obtiveram notação de *rating AAA* por parte da *Standard and Poor's*.
- A equipa de securitização assessorou o Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. num processo de antecipação de rendas futuras, decorrentes de um contrato de arrendamento celebrado entre a *Azores Parque* e a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Esta operação ascendeu a aproximadamente 3,5 milhões de euros.
- Em Dezembro de 2009 foi concretizada uma nova operação envolvendo créditos imobiliários do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, tendo o Banco de Investimento actuado como *Sole Arranger* e a Gamma emitido aproximadamente 520 milhões de euros de obrigações. Esta transacção obteve notação de *rating AAA* pela *Standard and Poor's* e, tal como a anterior, contempla a possibilidade de serem efectuadas vendas adicionais de créditos durante um período de 3 anos.

Face ao exposto, a 31 de Dezembro de 2009, a Gamma registou um Activo Líquido total de 2.458,4 milhões de euros, capitais próprios de 2,8 milhões de euros, tendo obtido um resultado líquido de 185,5 milhares de euros.

(Expresso em milhares de Euros)

	31-12-2009	31-12-2008	Variação %
<b>Activo Líquido</b>	2.458.447	1.462.994	68%
<b>Capitais Próprios</b>	2.848	1.757	62%
<b>Resultado do Exercício</b>	186	51	263%

#### c.4 Carteira Própria

O ano de 2009 ficou marcado por uma redução acentuada do PIB dos países mais desenvolvidos, embora no último trimestre do ano se tenha atenuado esta tendência, com uma inversão do ciclo recessivo e com uma melhoria generalizada da performance dos principais mercados financeiros. O aumento do volume de liquidez e o crescente "apetite" por activos de risco, por parte da comunidade de investidores, deu um novo fôlego à actividade de emissões primárias. Este enquadramento foi favorável ao reforço dos investimentos na carteira própria. Aproveitando as oportunidades do mercado e privilegiando um perfil de risco de crédito conservador, o aumento de exposição incidiu particularmente no segmento de médio prazo de títulos quasi-soberanos e de emitentes com elevada notação de *rating*.

#### c.5 Mercado Secundário de Obrigações

No segmento do mercado secundário, o Banco de Investimento manteve um forte dinamismo no negócio de dívida corporativa e soberana, tendo transaccionado mais de 3 mil milhões de euros de títulos com clientes institucionais e privados. A elevada receptividade dos investidores para o investimento em dívida de mercados emergentes, especialmente emitida por instituições brasileiras, foi particularmente visível no movimento de estreitamento de *spreads* de créditos que atingiu um nível historicamente baixo. Este fenómeno, combinado com o elevado nível de integração com outras entidades do grupo, nomeadamente o Banif BI (Brasil) e a Banif *Securities* nos EUA, permitiu aceder aos três mercados institucionais em simultâneo e impulsionar fortemente o nível de receitas do Banco de Investimento nesta área de negócio.

#### c.6 Mercado Secundário de Acções

Depois de terem atingido os mínimos em Março, os principais índices bolsistas seguiram uma trajectória de forte recuperação, tendo encerrado o ano com expressivas valorizações: S&P +19,7% e o *Eurostoxx* +16,6%. O *PSI20* obteve uma valorização ainda mais impressionante, +31,4%. No entanto, e apesar da forte recuperação, à semelhança do ocorrido em 2008, os volumes transaccionados em bolsa sofreram uma queda na ordem dos 50%, em 2009. Este enquadramento, como seria expectável, provocou uma quebra significativa no volume de negócios de intermediação do Banco de Investimento, ainda que tal queda não tenha reflectivo a perda de volume total do mercado. Refira-se ainda que, apesar deste contexto adverso, foram implementadas diversas iniciativas que visaram por um lado, a consolidação da base actual de clientes, e, por outro, a angariação de novos investidores. Assim, para além de *roadshows* com empresas e analistas, junto dos investidores, o Banco de Investimento foi, pelo 2.º ano consecutivo, patrocinador exclusivo do *Midcap Paris*, evento que reúne investidores institucionais e empresas cotadas de média dimensão.

Adicionalmente, é de salientar a consistência da qualidade da equipa de *Research* do Banco de Investimento, a qual, mais uma vez, fez parte do grupo das nomeadas para a categoria de "Melhor Analista" em Portugal pela *Deloitte, Investor & Governance Awards*.

No âmbito do contrato de liquidez da Banif – SGPS, SA, o Banco de Investimento intermediou 1.507.768 acções.

70  


#### **d. Private Clients**

No final do 1.º semestre de 2009, o Banco de Investimento terminou a reorganização desta área e, a partir desse momento, intensificou as iniciativas comerciais dirigidas a Clientes particulares. Neste contexto, aproveitando o dinamismo dos mercados de dívida e acções, foi possível aumentar o negócio de intermediação e reactivar um elevado número de contas, tendo o universo de activos sob gestão ascendido a 80 milhões de euros. Depois de criada uma nova dinâmica comercial e técnica, baseada numa plataforma multi-produto, que potencia as valências internas das diferentes áreas de negócio, nomeadamente acções, renda fixa, fundos e tesouraria, é expectável que os valores sob gestão sigam uma trajectória ascendente nos próximos meses, através de um movimento mais agressivo de angariação de novas contas e de intensificação de políticas de *cross-selling* com as outras áreas do banco.

#### **e. Gestão de Activos**

A actividade de gestão de activos foi desenvolvida pelo Banco de Investimento na gestão de patrimónios de Clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. nos fundos de pensões.

O negócio continuou a ser extremamente afectado pela conjuntura, muito adversa, verificada nos mercados financeiros até Março de 2009, a qual conduziu a uma aversão generalizada ao risco por parte de todos os segmentos de Clientes. No entanto, a partir de Abril, verificou-se uma melhoria progressiva deste enquadramento, à medida que os preços dos activos financeiros em geral foram recuperando e as taxas de juro dos depósitos foram descendo para mínimos históricos, reforçando fortemente a atractividade das aplicações em fundos de investimento.

Em 31 de Dezembro de 2009, a área de gestão de activos do Banco de Investimento e sociedades participadas administrava um volume total de activos de 2.370 milhões de euros, que compara com 2.081 milhões de euros em Dezembro de 2008, consubstanciando um crescimento de 13,88%.

##### **e.1 Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)**

Atendendo aos vectores estratégicos traçados para a Área de Gestão de Activos, a sociedade continuou a colocar o acento tónico na promoção de um leque de fundos adequado aos objectivos dos diversos perfis de Clientes e ao interesse comercial por eles suscitado, assim como no reforço do relacionamento com as redes de colocação dos seus fundos. Neste contexto, tem sido colocado, de forma recorrente, especial foco na diferenciação e no valor acrescentado dos fundos de investimento geridos.

Em 31 de Dezembro de 2009, o volume de activos sob gestão cifrava-se em 1.078 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 17,96% relativamente ao valor gerido no final de 2008. Neste contexto, a quota de mercado da Banif Gestão de Activos manteve-se em cerca de 3,79%, no final do exercício.

No que diz respeito aos fundos mobiliários, os activos geridos passaram de 62,1 milhões de euros, no final de 2008, para 102,8 milhões de euros, no final de 2009 (65,3% de crescimento), enquanto os fundos imobiliários evoluíram de 696,3 para 793,5 milhões de euros, no mesmo período, o que representou um acréscimo de 13,9%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 155,5 para 181,8 milhões de euros, ou seja, conheceram um acréscimo de 16,9 %, no período.

A sociedade conseguiu manter níveis elevados de quotas de mercado nos Fundos Especiais de Investimento e nos Fundos Imobiliários, com respectivamente, 5,55% e 7,06%, no final do exercício.

O enquadramento desfavorável originou uma redução de 52,6% nos proveitos, relativamente ao exercício anterior, o que, não obstante a rigorosa contenção de custos levada a cabo, conduziu a uma quebra dos resultados líquidos da sociedade, que passaram de 3,2 milhões de euros, em 2008, para 1,5 milhões de euros, em 2009. Apesar desta diminuição ao nível dos proveitos, o ROE cifrou-se em cerca de 17,33% no período.

(Expresso em milhares de Euros)

	31-12-2009	31-12-2008	Varição %
<b>Activo Líquido</b>	13.993	16.694	-16%
<b>Capitais Próprios</b>	8.739	10.093	-13%
<b>Resultado do Exercício</b>	1.546	3.261	-53%

#### e.2 Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)

O volume de activos sob gestão passou de 247 milhões de Euros no final de 2008 para 269 milhões no final de 2009, o que representou um acréscimo de 9,03%.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade cifrou-se em 132 milhares de Euros, contra 126 milhares no ano anterior, o que representou um acréscimo de 4,7%.

(Expresso em milhares de Euros)

	31-12-2009	31-12-2008	Varição %
<b>Activo Líquido</b>	4.201	4.042	4%
<b>Capitais Próprios</b>	3.793	3.662	4%
<b>Resultado do Exercício</b>	132	126	5%

#### e.3 Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)

Na actividade de Gestão de Patrimónios, foi implementada uma estratégia comercial ainda mais proactiva, materializada no alargamento significativo do universo de Clientes-alvo, em estreita coordenação entre o Banco de Investimento e a Banif Gestão de Activos, a qual deverá dar frutos a curto prazo, não obstante o contexto desfavorável para a actividade. Por outro lado, foi também reforçada a equipa de gestão, de forma a cimentar a qualidade da gestão das carteiras e o nível de serviço prestado aos Clientes.

O Banco de Investimento detinha, em 31 de Dezembro de 2009, um total de activos sob gestão de 943 milhões de euros, contra os cerca de 911 milhões de euros em 2008, registando, assim, um crescimento de 3,55% no período.

#### f. Corporate Clients

A Direcção de *Corporate Clients* tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os Clientes, contribuindo, deste modo, para o reforço da dimensão e posição competitiva do Grupo Banif.

Os resultados atingidos na actual conjuntura reflectem, por um lado, a aposta sectorial efectuada e a forte integração com as diversas áreas de produto no Banco de Investimento, e, por outro lado, o esforço integrado de abordagem comercial para o segmento empresarial entre o Banco de Investimento e o Banif.

72  


#### **g. Private Equity**

A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. é actualmente a principal sociedade de capital de risco do Banco de Investimento e o veículo fundamental para concretizar a sua actividade de *Private Equity*. A sociedade teve três fundos sob gestão durante 2009: o Fundo Capven, orientado para o segmento de PME's; o Fundo MadeiraCapital, focado em PME's a operar na Região Autónoma da Madeira, e o Infrastructure FCR, um fundo lançado em 2009, orientado para o sector das infraestruturas.

Efectivamente, a actividade da Banif Capital em 2009 ficou marcada pela constituição do Banif Capital Infrastructure Fund FCR, um novo fundo especificamente orientado para o investimento em infra-estruturas, nomeadamente de transporte, de energia, comunicações, *utilities* e outros activos regulados, bem como nas chamadas infra-estruturas sociais (hospitais, *campus* de justiça, escolas). Este fundo, que se destina exclusivamente a investidores qualificados, tem a duração de 10 anos, com a possibilidade de duas extensões de 2 anos, e um capital objectivo de 125 milhões de euros. O *rationale* que ditou a criação do fundo prende-se com as oportunidades de investimento desencadeadas pela aposta governamental no segmento das parcerias público-privadas, em vários sectores de actividade. A 31 de Dezembro de 2009, a carteira do Fundo era constituída por participações nos sectores de telecomunicações, autoestradas, águas, resíduos e portos, num total de 176 milhões de euros, para um capital subscrito de 75 milhões de euros.

#### **i. PME's**

A Direcção de PME's tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos na área das pequenas e médias empresas, tendo como principal objectivo a oferta de serviços de banca de investimento que se coadunem com as necessidades do tipo de empresas e das operações dominantes originadas junto do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA. Neste âmbito, os contactos promovidos com os Centros de Empresa intensificaram-se, de forma a alavancar a capacidade de parceria e de *cross selling*, potenciando a base de Clientes e o número de mandatos de assessoria financeira em execução.

O ano de 2009 foi marcado por um abrandamento da actividade desta Direcção fruto da actual envolvente económica, que afectou especialmente este segmento de empresas. Assim, durante o ano de 2009, a Direcção de PME's apresentou 12 propostas junto de Clientes e teve sob a sua execução 5 mandatos de assessoria financeira.

### **4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha**

A actividade de Banca de Investimento do Banif – Grupo Financeiro é coordenada pelo Banco de Investimento e abrange a actividade desenvolvida nos Estados Unidos da América pela Banif Securities, Inc e, no Brasil, pelo Banif BI (Brasil) e suas participadas, a que acresce a actividade desenvolvida em Espanha pelo Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime), no qual o Grupo detém uma importante participação.

#### **4.2.1 Banif Securities, Inc.**

O ano de 2009 ficou marcado pela conclusão do processo de reorganização da Banif Securities Inc..

Neste sentido, completou-se a renegociação da parceria com o grupo mexicano IXE, formalizada em 2008, tendo esta ficado restringida à produção de *co-branded research* entre as duas instituições. Este evento veio favorecer uma redução superior a 50% nos custos de estrutura da corretora.

  
73  
M  
d

Assim, as medidas de optimização de estrutura, combinadas com a nova dinâmica comercial imprimida em 2009, consubstanciaram-se num resultado positivo de 700 milhares de dólares, contra um prejuízo de 2,5 milhões de dólares no exercício anterior.

#### 4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.

O desempenho financeiro em 2009 foi significativamente afectado por circunstâncias de mercado, designadamente, pela necessidade de manter uma onerosa reserva de liquidez ao longo do exercício, e também por condicionantes internas, nomeadamente a reestruturação empreendida ao longo do ano em vários sectores da instituição. Em comparação com o ano anterior, o exercício de 2009 não beneficiou dos expressivos resultados então angariados na alienação do *portfólio* do banco de acções da BMF e da Bovespa.

#### Valores em Milhares de Reais

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	888.229	976.534	-9%
Crédito Concedido Bruto	116.865	137.266	-15%
Depósitos de Clientes	330.666	102.794	222%
Capitais Próprios	124.878	112.429	11%
Margem Financeira	-13.246	-4.248	212%
Produto da Actividade	33.637	94.321	-64%
Cash-Flow	-2.133	56.032	104%
Resultado do Exercício	2.097	72.093	-97%
ROA	0,22%	7,99%	----
ROE	1,77%	31,39%	----
Rácio de Solvabilidade	15,17%	13,74%	----
Crédito Vencido / Crédito Total	19,15%	15,40%	----
Cost to income	106,34%	40,59%	----
Número de Agências	2	2	0%
Número de Empregados	187	213	-12%

Em 31-12-2009: 1 Euro equivalente a Reais 2,5113  
Em 31-12-2008: 1 Euro equivalente a Reais 3,2436

#### a. Mercado de Capitais

A área de Mercado de Capitais realizou, ao longo de 2009, transacções no montante agregado de cerca de 600 milhões de reais, merecendo destaque a venda em mercado secundário, juntamente com o Banco Santander, de 214.570.000 quotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, administrado pela Caixa Econômica Federal, tomando-se este detentor de 49,9% das quotas do FIP Amazônia Energia.

Foram também realizadas, com sucesso, a distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários da RB Capital Securitizadora SA, lastreados em créditos cedidos pela Petrobrás Distribuidora SA, no montante de 110 milhões de reais, e a distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Beta Securitizadora SA, lastreados em créditos cedidos pela Odebrecht Realizações Imobiliárias SA, no montante de 44 milhões de reais.

#### b. Administração Financeira

As alterações introduzidas pelo Banco Central do Brasil no final de 2008 (liberação de perto de 100 mil milhões de reais) e durante o primeiro semestre de 2009 (criação de um Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE) produziram efeitos no sistema bancário durante o segundo semestre de 2009, com a resolução dos problemas de liquidez na maioria dos bancos pequenos e médios. Os prazos médios de captação de depósitos aumentaram substancialmente e, como

consequência, com a menor aversão a risco e a melhoria dos mercados internacionais, o sistema bancário retomou o apetite por activos de risco, com o conseqüente crescimento dos balanços. No Banif BI (Brasil), uma vez garantido um nível de liquidez adequado, o crescimento assentou em activos originados internamente, pelas áreas de *corporate banking* e mercado de capitais.

#### **c. Advisory Services**

A remodelação da área de *Advisory Services*, ocorrida ao final de 2008, com a contratação de uma equipa especializada na prestação de serviços de assessoria financeira, com foco de actuação nos diversos sectores de infra-estrutura, designadamente transportes, energia, meio ambiente e infra-estrutura social, permitiu que fossem gerados resultados interessantes em 2009. Foram exploradas oportunidades de *cross border* entre o Brasil e os países ibéricos e aprofundado o relacionamento com Clientes institucionais, como fundos de pensões e empresas de média dimensão.

Merecem especial destaque as assessorias realizadas nos sectores de energia (tradicionais e alternativas), redes viárias, telecomunicações, ambiente e saneamento. Cabe realçar a assessoria à Martifer Renováveis no leilão de energia eólica de 14 de Dezembro de 2009, no qual o Cliente ganhou nove projectos, com capacidade instalada de 218 MW, representando cerca de mil milhões de reais de investimento. O Banif BI (Brasil) assessorou também um consórcio no desenvolvimento de um projecto básico para uma parceria público-privada de segurança pública, ainda inovadora no país, e realizou trabalhos de assessoria em avaliação económica e financeira para clientes de referência, como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, a BB-DTVM e a Fundação Atlântico de Seguridade Social.

#### **d. Banif Real Estate**

O Banif Real Estate encerrou o ano de 2009 com três fundos de investimento sob gestão, totalizando 170 milhões de reais. O mais antigo, o Fundo de Investimento Imobiliário Europar, um fundo fechado com unidades de participação ("cotas") negociadas em Bolsa, apresentou uma valorização de 23,6% durante o período.

Aproveitando o excepcional período de desenvolvimento urbano que o Brasil atravessa - apoiado no aumento do crédito e nos programas de Governo - foi lançado, em meados do ano, o FIP Banif Real Estate Brasil, que participa na elaboração e desenvolvimento de projectos comerciais e residenciais para a classe média no eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

#### **e. Banif Nitor Asset Management**

Depois de registar um dos piores períodos da sua história, em 2008, a indústria brasileira de fundos de investimento encerrou o exercício de 2009 numa situação bastante privilegiada. A captação líquida, descontada a rentabilidade, foi de 88 mil milhões de reais, anulando os resgates de 78 mil milhões de 2008 e elevando o património líquido, sob gestão na indústria, a quase 50% do PIB brasileiro.

A Banif Nitor Asset Management encerrou o ano de 2009 com 381 milhões de reais de recursos sob gestão, representados pelos fundos Referenciado DI, Crédito Privado, Multimercados, Ações, Fundos Exclusivos e FIDC.

#### **f. Private Equity**

A área de Private Equity realiza a gestão de activos através de veículos conhecidos como FIPs - Fundos de Investimento em Participações. No último trimestre de 2009, o Banif Private Equity iniciou negociações com um grupo com presença mundial para a estruturação de um Fundo de Investimento em Participações no sector de Infra-estrutura no Brasil, tendo como objectivo de captação o volume de 1.000 milhões de reais, entre investidores domésticos e estrangeiros.

 75  
↓

**g. Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.**

A área institucional da corretora focou os seus esforços na qualificação dos seus serviços, preparando-se para a retoma da economia e regresso dos investidores estrangeiros. Foi obtido o selo de *Execution Broker*, importante certificação concedida pela BMF & Bovespa.

No segmento retalhista, através da BanifInvest, a corretora elevou em cerca de 16% o número de ordens executadas, alcançando o número recorde de 1,32 milhões de ordens executadas ao longo do ano e alargando para 42.000 a sua base de contas. A qualidade do serviço prestado vem tornando a BanifInvest uma referência no mercado brasileiro para operações de bolsa através do *Home Broker*.

**4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)**

Com a Espanha em recessão, enfrentando um crescimento agudo do desemprego e do número de insolvências, a par de uma forte crise imobiliária, o exercício de 2009 foi de grande dificuldade para a generalidade do sector financeiro espanhol e catalão.

O Bankpime não foi excepção, tendo sofrido um forte agravamento das situações de mora e do crédito vencido, com reflexo expressivo nos seus resultados.

Mesmo no contexto em referência, a actividade comercial do Bankpime foi muito positiva, tendo os recursos de balanço crescido acima de 12%, contra um decréscimo do sector de 0,4%, e os activos crescido cerca de 1,5%, igualmente em contraposição a um decréscimo no sector. Nos fundos de investimento, o crescimento dos activos sob gestão em 22%, tendo o mercado caído em 3%, foi reflexo de um desempenho no 1.º quartil da indústria em todas as categorias e da notoriedade do Bankpime como gestor de fundos.

De qualquer forma, e apesar dos esforços de redução de custos empreendidos e do aumento de comissões de 9,5% registado relativamente ao ano anterior, não foi possível evitar o prejuízo de cerca de 12,8 milhões de euros que saldou as contas de 2009. O banco reformulou, entretanto, o seu plano estratégico, procurando regressar a rendibilidades positivas já em 2010.

	2009	2008	Milhares de Euros Variação %
<b>Activo Líquido</b>	687.666	591.612	+16,24%
<b>Crédito Concedido Bruto</b>	441.436	427.803	+3,19%
<b>Depósitos de Clientes</b>	522.059	475.868	+9,71%
<b>Capitais Próprios</b>	55.403	68.000	-18,53%
<b>Margem Financeira</b>	12.243	14.703	-16,73%
<b>Produto da Actividade</b>	22.910	26.055	-12,07%
<b>Cash Flow de Exploração</b>	-5.020	-1.736	-189,17%
<b>Resultado Líquido</b>	-12.840	-4.750	-170,32%
<b>ROA</b>	-1,87%	-0,80%	---
<b>ROE</b>	-18,82%	-6,99%	---
<b>Crédito Vencido / Crédito Total</b>	7,11%	5,23%	---
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	11,55%	14,72%	---
<b>Cost to Income</b>	121,92%	106,66%	---
<b>Número de Agências</b>	21	23	-9%
<b>Número de Empregados</b>	247	252	-2%

## 5 SEGUROS

### 5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

O exercício de 2009 desenvolveu-se numa conjuntura económica pouco estimulante, fruto da rápida extensão da crise do sistema financeiro internacional à economia real, tornando-se evidentes os sinais de recessão da actividade económica portuguesa.

Em termos de evolução económica, o volume de produção global da Açoreana, medido através do total dos prémios brutos emitidos dos Ramos Vida e Não Vida, alcançou, em 2009, os 446.351 milhares de euros, sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior.

O ramo Vida registou uma produção de 266.003 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 2,9% face a 2008, enquanto o volume de prémios Não Vida ascendeu a 180.348 milhares de euros, evidenciando um crescimento de 4,0%, no contexto de uma diminuição global do mercado de -4,6%.

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 3,1%, sendo de 4,4% nos Ramos Não Vida e 2,6% no ramo Vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e por 47 Sucursais próprias.

A rede de mediação, que integra cerca de 3.240 mediadores com apólices em vigor, representava, no final de 2009, 40,6% na estrutura de distribuição da CSA, e 87,2% da produção do ramo Não Vida.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 75,8% da produção do ramo Vida e por 4,6% da produção dos ramos Não Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de -24.944 milhares de euros, inferiores aos registados em exercícios anteriores, reflectem o contexto económico muito difícil em que a actividade se desenvolveu acrescido de uma grande volatilidade dos mercados financeiros, que provocou desvalorizações da carteira de activos, as quais, de acordo com o novo quadro contabilístico (IAS/IFRS) têm repercussão directa nos resultados.

Sem este efeito extraordinário, o Resultado Líquido da Companhia atingiria o montante de cerca de +2.615 milhares de euros.

A evolução do *Cash-flow* operacional reflecte, também, esta realidade.

O Activo Líquido atingiu os 875.248 milhares de euros e os Capitais Próprios alcançaram os 50.764 milhares de euros.

## Principais Indicadores Económico-Financeiros

(Em milhares de euros)

<b>Varição 2009/2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Var %</b>
Prémios Vida	266.003	274.026	-2,9%
Prémios Não Vida	180.348	173.414	4,0%
Prémios Totais	446.351	447.441	-0,2%
Cash Flow Operacional	-28.909	7.199	-501,6%
Activo Líquido	875.248	915.519	-4,4%
Investimentos Líquidos	727.900	752.097	-3,2%
Capitais Próprios	50.764	37.092	36,9%
Resultados Líquidos	-24.944	3.026	-924,5%

### 6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

#### 6.1 Banif Imobiliária, SA

Durante o ano de 2009, a Banif Imobiliária, SA manteve a sua actividade centrada na gestão de imóveis de propriedade própria ou de outras entidades integradas no Banif – Grupo Financeiro, particularmente no ramo da Banif Comercial, SGPS, SA.

Essencialmente, a sua actividade divide-se em duas áreas distintas:

- A aquisição de imóveis para arrendamento a entidades do Grupo Banif, designados por "imóveis afectos à exploração";
- A gestão, orientada fundamentalmente para a alienação, de património próprio ou de outras entidades do Grupo Banif, activos esses designados por "imóveis não afectos à exploração";

O valor dos imóveis afectos à exploração tem diminuído à medida que têm sido vendidos a um Fundo Imobiliário especializado. Durante 2009, a Banif Imobiliária vendeu imóveis no valor de 32,4 milhões de euros e as receitas provenientes de arrendamentos baixaram 9% para 2.637 milhares de euros.

No mesmo ano, a Sociedade adquiriu imóveis no valor de 1.933 milhares de euros, todos eles destinados à instalação de agências do Banif.

Quanto aos "imóveis não afectos à exploração", e numa conjuntura particularmente difícil, a Sociedade vendeu imóveis próprios no valor de 3,6 milhões de euros e promoveu a venda de imóveis propriedade de terceiros, na maior parte dos casos outras entidades do Grupo, no valor de 46 milhões de euros.

De realçar a este propósito que, tendo em vista otimizar a gestão dos activos, o Grupo Banif decidiu criar dois novos Fundos de Investimento Imobiliário Fechados, o Banif Renda Habitação e o Banif Gestão Imobiliária. Ambos os Fundos são geridos pela Banif Gestão de Activos, tendo a Banif Imobiliária colaborado na sua estruturação e mantido responsabilidades na gestão de

alguns aspectos processuais e administrativos. O valor desse património atingiu 42 milhões de euros no final de 2009.

O valor dos imóveis sob gestão da Banif Imobiliária propriedade de outras entidades do grupo, baixou de 54 para 49 milhões de euros e o valor total do conjunto dos activos imobiliários, próprios e alheios, sob gestão da Banif Imobiliária passou de 122 para 84 milhões de euros.

Em resultado desta actividade, durante o exercício de 2009, a Sociedade obteve proveitos no montante de 32.238 milhares de euros, provenientes essencialmente de vendas, no montante de 27.338 milhares de euros, e de receitas do arrendamento do seu património imobiliário no valor de 2.637 milhares de euros.

Os Resultados Líquidos ascenderam a 1.008 milhares de euros, face a um resultado de 19 mil euros em 2008.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores.

	<i>Milhares de Euros</i>		
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Variação %</b>
<b>Activo Líquido</b>	44.324	80.259	- 45%
<b>Capitais Próprios</b>	3.925	2.917	+ 35%
<b>Resultado do exercício</b>	1.008	19	

## **6.2 Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE**

A BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (BanifServ) é um Agrupamento Complementar de Empresas integrado pelas sociedades agrupadas Banif, Banif Go, Banco de Investimento e CSA, através do qual são desenvolvidas importantes actividades de âmbito transversal às principais empresas do Banif – Grupo Financeiro, designadamente ao nível dos Sistemas e das Tecnologias de Informação.

O plano de actividades da BanifServ para 2009 comportou 51 projectos, dos quais 11 foram concluídos no primeiro semestre, 16 concluídos no segundo semestre, 4 novos projectos foram incluídos no decorrer do ano e 17 transitaram para o ano de 2010.

No final de 2009, a BanifServ apresentou proveitos de 15.063 milhares de euros (incluem 50 milhares de euros de proveitos financeiros e extraordinários), sendo 13.760 milhares de euros respeitantes à prestação de serviços às Agrupadas e 1.253 milhares de euros de trabalhos para o próprio ACE.

O imobilizado, no termo do 1.º trimestre de 2009, era de 38.375 milhares de euros, dos quais 11.315 milhares de euros referentes a imobilizados em curso.

## **7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF – GRUPO FINANCEIRO**

Para o Banif - Grupo Financeiro, a sustentabilidade significa considerar os riscos e oportunidades de âmbito económico, ambiental, social e de *governance*, na sua actividade e nas suas ligações com a comunidade.

As *Task Forces* (TF) criadas para gerir a temática da sustentabilidade de forma transversal ao Grupo desenvolveram várias actividades, sob coordenação do órgão de Imagem Corporativa. Entre elas, destacam-se:

- TF 1 – Códigos de Conduta e *Business Principles*: assinatura da Carta Anti-corrupção no âmbito de uma iniciativa da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) e participação na Equipa do Projecto ValoresCentaurus, que culminou com a redefinição da missão, visão e valores do Grupo;
- TF 2 – Política de Recursos Humanos: planeamento de um programa de voluntariado nas áreas de literacia financeira e ambiental;
- TF 3 – Política Ambiental: formalização da Política Ambiental do Grupo, sensibilização ambiental interna, adesão ao Movimento ECO - Empresas Contra os Fogos e implementação do Projecto de Recolha de Telemóveis, em parceria com a AMI que pretendeu atingir objectivos de protecção ambiental e combate à exclusão social;
- TF 4 – Filantropia Estratégica: estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de projectos estruturantes de apoio à sociedade;
- TF 5 – Riscos Ambientais e Sociais: análise de risco ambiental da carteira de crédito e investimento do Grupo, com o objectivo de introduzir critérios ambientais na avaliação de risco, sobretudo direccionados para as temáticas da eficiência energética e das alterações climáticas;
- TF 6 – Produtos Ambientais e Sociais: apoio ao lançamento dos produtos "Crédito Mais Ambiente" (Crédito Pessoal e Crédito Investimento) dirigidos a apoiar um vasto leque de soluções ambientais, e fomento da adesão a um protocolo com o Estado com vista à oferta do produto "Crédito Pessoal Solar Térmico".

Em termos de responsabilidade climática, destaca-se a continuidade do desenvolvimento dos fundos *New Energy Fund* e *Luso Carbon Fund*.

O *New Energy Fund* – Fundo Especial de Investimento Fechado, lançado no final de 2007 pela Banif - Gestão de Activos é dirigido especificamente a investidores institucionais e tem como objectivo investir no mercado das energias renováveis. Apesar da crise que afectou os mercados financeiros, em 2009 foram subscritos mais de 20 milhões de euros neste fundo. No final do ano, o Fundo detinha investimentos em projectos com uma capacidade superior a 120 MW de potência. Também durante 2009, os primeiros projectos em que o Fundo investiu iniciaram a produção de energia, totalizando cerca de 5 MW.

A dificuldade sentida ao nível do acesso ao financiamento, pelo sector das energias renováveis, teve um impacto no desenvolvimento de projectos durante o ano de 2009. No entanto, a actividade do Fundo desenvolveu-se, sem sobressaltos, com a análise e a aquisição de novos projectos, alargando a sua área de actuação para a América do Sul, mais concretamente para o Brasil e para o Uruguai.

Em 2009, destaca-se também a continuidade do *Luso Carbon Fund* – Fundo Especial de Investimento Fechado, gerido pela Banif - Gestão de Activos, que tem como objectivo o investimento no mercado de carbono através da aquisição de créditos de redução de emissão de gases de efeito de estufa gerados ao abrigo do protocolo de Quioto. Este Fundo tem um compromisso para mais de 7 milhões de Toneladas de Créditos de Carbono, originadas por cerca de 20 projectos. Durante o ano de 2009 foram geradas e verificadas as primeiras CERs num valor superior a 20.000 toneladas de créditos de carbono. Ocorreu ainda um reforço significativo nos projectos em que o Fundo já estava presente, nomeadamente, com a entrada no capital da Brascarbon, com o objectivo de desenvolver cerca de 2 Milhões de Toneladas de Créditos de Carbono adicionais.

Esta responsabilidade climática tem vindo a ganhar preponderância no seio do Grupo, com acções de neutralização progressiva das suas emissões de carbono. Em 2009, foram neutralizadas 105 toneladas de carbono associadas a Relatórios e Contas, Relatório de Sustentabilidade, Agendas 2010 e Almoço de Natal.

### II.3 RENTCAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.

A actividade desenvolvida pela Empresa em 2009 consistiu na gestão de uma carteira de participações financeiras, sendo de realçar os seguintes factos mais relevantes:

- Gestão da carteira de acções da BANIF - SGPS, S.A. ("Banif"), entidade cotada em bolsa, alienada na integra durante os meses de Setembro e Dezembro de 2009, operações das quais resultou uma menos-valia global de € 9,3 milhões;
- Esta participação na Banif permitiu ainda receber, em 2009, cerca de 2,3 milhões de euros de dividendos distribuídos por esta participada, relativos ao exercício de 2008. Refira-se que os dividendos recebidos em 2008, relativos ao exercício de 2007, ascenderam a cerca de 3,7 milhões de euros;
- Gestão de uma carteira composta por acções e obrigações de entidades cotadas em bolsa, investimentos esses que no final de 2009 e 2008 ascendiam a 23 e 18 milhões de euros, respectivamente. Relativamente a esta carteira, recebeu-se em 2009 203 mil euros de dividendos, relativos ao exercício de 2008, contra 70 mil euros de dividendos recebidos em 2008, relativos ao exercício de 2007. Ainda relacionado com esta carteira, e resultante da instabilidade vivida nos mercados financeiros a partir do início do quarto trimestre de 2008, registaram-se nesse exercício 13 milhões de euros de ajustamentos na rubrica de Custos e Perdas Financeiras, situação que se inverteu em 2009, fruto da valorização da carteira, e da qual resultou uma reversão positiva no montante de 1,489 milhões de euros;

Em 2009 a Empresa apresenta um resultado negativo de 7,4 milhões de euros, tendo em 2008 apresentado um prejuízo de 4,3 milhões de euros. Esta variação é explicada da seguinte forma:

- Resultante da alienação da participação no Banif, em 2009 a conta de resultados foi penalizada por uma menos-valia contabilística de 9,3 milhões de euros e pela não apropriação proporcional do resultado consolidado do Banif. Em 2008, resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial à participação no Banif, a Empresa registou um proveito de 6 milhões de euros, situação que não se verificou em 2009;
- Como forma de rentabilizar os excedentes de tesouraria, a Empresa manteve, durante 2009, diversos investimentos em aplicações de tesouraria, acções e obrigações, dos quais resultaram mais-valias, líquidas, e dividendos de 833 mil euros e 203 mil euros, respectivamente, bem como um proveito de 1,4 milhões de euros, resultante da valorização da carteira verificada em 2009. Em 31.12.2008, fruto das quebras de cotações verificadas,

registou-se um ajustamento para o valor de mercado de 13 milhões de euros, sendo este ajustamento, pela seu montante, determinante no prejuízo apresentado pela Empresa naquele exercício

- No que respeita aos custos suportados pela Empresa, a rubrica mais significativa, recorrente, resulta dos encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos, tendo os montantes suportados entre anos sido de 792 mil e 1,175 milhões de euros, respectivamente, em 2009 e 2008, sendo a variação justificada pelo decréscimo do capital mutuado, resultante da alienação da participação no Banif e pelo decréscimo das taxas de juro de mercado, situação que se verificou durante todo o ano de 2009;
- A nível patrimonial é de referir um ajustamento, redução, verificado na rubrica dos Capitais Próprios, Ajustamentos de Partes de Capital no montante de 10,7 milhões de euros, o qual resulta da alienação integral em 2009 da participação no Banif, que estava registada nos livros através do método da equivalência patrimonial.

A evolução dos principais indicadores da Renticapital foi a seguinte:

(Em milhares de euros)	2009	2008	%
Activo líquido	42.169	82.774	-49%
Capitais próprios	31.200	49.647	-37%
Volume de negócios	3.991	6.341	-37%
Resultados Líquidos	-7.448	-4.370	70%

### **III – ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS**

De acordo com as disposições legais aplicáveis, a Rentipar Financeira - SGPS, S.A. é a empresa mãe do Grupo Banif e, conseqüentemente, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal numa base consolidada.

Em consequência do disposto no Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, que determina que as sociedades cujos valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF), tal como adoptadas em cada momento na União Europeia, em relação a cada exercício com início em, ou após 1 de Janeiro de 2005, a Rentipar Financeira e a Banif - SGPS, SA prepararam as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a partir de 2005, de acordo com as referidas normas, com as excepções aplicáveis às demonstrações financeiras individuais que foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme determina o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas em cada momento na União Europeia, com as excepções previstas no n.º 3º do referido aviso do Banco de Portugal.

### **III.1 – Contas Separadas**

#### **1.1. Balanço**

No que respeita à estrutura financeira global no final de 2009, refira-se que o montante dos capitais próprios ascendia a cerca de 414 milhões de euros, cobrindo 74% do valor dos activos naquela data. Comparando este valor com o montante do recurso a capitais alheios remunerados (146 milhões de euros), verifica-se que o rácio de cobertura destes por capitais próprios é de 280% (190% retirando as prestações suplementares de capital), evidenciando a sólida estrutura financeira da Rentipar Financeira e a sua capacidade de endividamento, para suportar financeiramente futuros investimentos de expansão das suas actividades.

Efectuando uma comparação, entre 2009 e 2008, das rubricas do activo no balanço da Rentipar Financeira, a variação mais relevante, aumento, verificou-se na rubrica de "Outros activos" e, diminuição, na rubrica de "Disponibilidades", resultando estes movimentos da alienação de uma participação, cujo recebimento ocorrerá apenas em 2010, sendo a diminuição resultante da utilização de fundos no reforço de participações financeiras. Nas rubricas de passivo e capitais próprios, é de realçar a variação ocorrida nas rubricas de "Responsabilidades representadas por títulos", diminuição, e na rubrica de "Outros instrumentos de capital", aumento, sendo a primeira resultante do reembolso de empréstimos bancários e a segunda da concessão por accionistas de prestações suplementares de capital no montante de € 70 milhões.

#### **1.2. Demonstração de resultados**

O lucro de 34,887 milhões de euros, obtido em 2009 representa uma variação significativa em relação ao lucro de 2008, 14,944 milhões de euros, sendo de realçar nesta comparação:

- A operação de alienação, em 2009, das participações detidas na Finpro SGPS, S.A. e na Vestiban, S.A., por um valor global de 95,4 milhões de euros, da qual resultou uma mais-valia, líquida, de 21,8 milhões de euros. Em 2008, para além de não ocorrência de uma operação daquela natureza, verificou-se uma perda de 1,06 milhões de euros na venda de títulos;
- Decréscimo da margem financeira, de 948 mil euros para 1,426 milhões de euros, negativa, resultante de uma diminuição dos juros credores e de um aumento dos juros devedores. Estas variações resultam sobretudo da redução do montante das operações activas e da subida significativa das operações passivas, com especial destaque para o empréstimo obrigacionista de € 100 milhões contraído no final de 2008. Em 2009 verificou-se uma acentuada redução das taxas de juro de referência do mercado monetário;
- Redução dos rendimentos obtidos das participadas de 18,4 milhões para 11,7 milhões de euros. Em 2009 e 2008 o montante corresponde a dividendos pagos pela Banif – SGPS, S.A.;
- Resultados positivos de 1,9 milhões de euros em 2009, relacionados com a valorização de activos registados ao justo valor, que em 2008 tinham desvalorizado 2,9 milhões de euros.

Face ao acima exposto, verifica-se em 2009 um acréscimo significativo no *cash flow* bruto de exploração face a 2008, o qual passou de 17,9 para 32,9 milhões de euros, sendo a operação de alienação de duas participadas, atrás referida, o facto mais relevante para esta variação.

### **III.2 - Contas Consolidadas**

Durante 2009, resultante da alienação pela Rentipar Financeira das participações detidas na Vestiban, S.A. e Finpro, S.A., verificaram-se alterações no perímetro de consolidação. Paralelamente, reportado a 30 de Setembro de 2009, o perímetro de consolidação da Banif SGPS também se alterou, passando

a integrar 100% da sociedade Tecnicrédito (holding que inclui, entre outras sociedades, o Banco Mais, especializado na área de crédito automóvel). As condições e impacto desta operação está apresentado na Nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

Destacam-se, em primeiro lugar, os factos mais relevantes que caracterizaram a actividade do exercício de 2009 :

- O Lucro consolidado elevou-se a 52,9 milhões de euros, que traduz um aumento de 95,4% quando comparado com o resultado obtido no ano de 2008;
- O ROE (*Return on Equity*) fixou-se em 9,6%, contra 6,7% em 2008, enquanto o ROA (*Return on Assets*) atingiu os 0,4%, que compara com 0,2% no ano anterior;
- O Activo Líquido, totalizou 14.513,2 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2009, registando um crescimento de 12% face ao final do exercício de 2008;
- O Crédito a Clientes (Líquido) elevou-se a 11.529,4 milhões de euros, superior em 11% ao valor registado em Dezembro de 2008. No mesmo período, o rácio de "Imparidade do Crédito/Crédito Total" subiu de 2,44% para 4,35%, influenciado em especial por um agravamento no nível de incumprimento e pela inclusão da Tecnicrédito;
- Os Fundos Próprios de Base do Grupo (Tier 1), em base IAS/IFRS e Basileia, totalizavam 1,381 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (Risk Weighted Assets) ascendiam a 12,153 milhões de euros, a que correspondia um rácio de Tier 1 no final de 2009 de 8,96% (6,13% no final do ano anterior).

Apresenta-se, seguidamente, com maior detalhe, a análise das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009, assim como os respectivos comparativos de 2008.

### **Demonstração de Resultados**

O Produto de Actividade do Grupo atingiu 531,7 milhões de euros, no exercício de 2009, registando um aumento de 17,6% em relação ao ano anterior, justificado por:

- A Margem Financeira aumentou 6,7%, para 286,7 milhões de euros. Esta rubrica beneficiou do crescimento da actividade creditícia (+ 5,6 %, excluindo os efeitos da integração da Tecnicrédito, SGPS,SA, com uma carteira de 897 milhões de euros no final de 2009), e de um custo do *funding* interbancário e junto do Banco Central Europeu bastante favorável. No entanto, viria também a ser fortemente afectada por uma redução da margem de intermediação total (margem da carteira de crédito adicionada da margem da carteira de recursos de clientes de balanço) que desceu em termos médios, ao nível da actividade em Portugal, de 2,25% para cerca de 1,85% ao longo de 2009, em resultado de uma forte concorrência na captação de depósitos a prazo, que levou a que o seu custo médio não tivesse acompanhado a descida verificada nas taxas de mercado.
- Os Lucros em Operações Financeiras passaram de 50,0 milhões de euros, no exercício de 2008, para 72,4 milhões de euros, no exercício de 2009. Em 2009, o Grupo realizou mais-valias na venda das participações financeiras que detinha na Zon Madeira, Zon Açores e Via Litoral, no montante de 20,5 milhões de euros e na recompra de passivos emitidos pelo Grupo, num montante de 31,6 milhões de euros. Por sua vez, em 2008 tinham sido registadas mais-valias significativas em participações financeiras detidas pela Banif Corretora de Valores e Câmbios (Brasil) no montante de 64,0 milhões de euros.
- Os Outros Proveitos (líquidos), que incluem os rendimentos de serviços e comissões, aumentaram 31,2%, para 171 milhões de euros, representando 32,2% do Produto de Actividade do Grupo, contra 28,8% em 2008. Este agregado foi favorecido pelo aumento da actividade da banca

comercial e de investimento do Grupo, apesar da redução do nível de actividade das áreas de corretagem e gestão de activos, consequência da crise que se registou nos principais mercados financeiros ao longo de 2009, em especial no 1.º semestre do ano.

Os custos de funcionamento, que compreendem os Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal, totalizaram 297,7 milhões de euros, o que traduz um crescimento de apenas 0,2% relativamente a 2008, apesar da expansão das redes de distribuição em Portugal, Brasil, Malta e Cabo Verde.

O *Cash Flow* de exploração consolidado ascendeu a 233,9 milhões de euros (+ 51% relativamente ao exercício de 2008), enquanto o rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade) desceu de 72,6%, no exercício de 2008, para 62,5%, no exercício de 2009.

As provisões e imparidade líquidas do exercício apresentam um acréscimo de 108,8%, elevando-se a 133,7 milhões de euros, no exercício de 2009, reflexo da deterioração da actual conjuntura macroeconómica nacional e internacional, que obrigou, inclusive, a uma política de maior prudência na avaliação da imparidade da carteira de crédito, que originou, no corrente exercício, um reforço da imparidade líquida no montante de 112,2 milhões de euros (mais 108,9% que no ano anterior). De referir o registo, no presente exercício, de uma imparidade no montante de 17,3 milhões de euros, relativa à participação financeira no Finibanco - Holding, SGPS, SA.

Os resultados de associadas (equivalência patrimonial) apresentam um prejuízo para o resultado consolidado de 8 milhões de euros em 2009, face a um resultado positivo de 5,9 milhões de euros no ano anterior, correspondentes à quota-parte do Grupo nos resultados das associadas Rentipar Seguros (-8,0 milhões de euros), Companhia de Seguros Açoreana (-3,9 milhões de euros), Bankpime (-3,5 milhões de euros), Banco Pecunia (-3,1 milhões de euros) e Banca Pueyo (+2,5 milhões de euros).

Em diferenças de consolidação negativas foram contabilizados 20,8 milhões de euros, apuradas com a operação de aquisição da Tecnicrédito, SGPS, e que resultam da diferença de 41,5 milhões de euros, evidenciada na demonstração de resultados da Banif SGPS, entre o justo valor pago, de 216,7 milhões de euros, face ao justo valor dos activos e passivos do Grupo Tecnicrédito, à data de aquisição, que ascendiam a 258,2 milhões de euros.

Em termos de resultados recorrentes, apresenta-se a sua evolução pelas grandes áreas de negócio do Grupo:

- a) Banca Comercial, com um resultado líquido recorrente de 41,5 milhões de euros em 2009, contra 50,4 milhões de euros em 2008 (- 17,6%);
- b) Banca de Investimento, com um resultado líquido recorrente de 3,6 milhões de euros em 2009, contra 3,0 milhões de euros em 2008 (+ 19,8%);
- c) Seguros, com um contributo para os resultados consolidados recorrentes de 1,2 milhões de euros em 2009, contra 1,5 milhões de euros em 2008 (- 16,7%);
- d) Impacto da consolidação das "holdings" do Grupo, com um contributo negativo de - 6,9 milhões de euros em 2009, contra -14,6 milhões de euros em 2008 (-52,7%).

No que respeita à actividade seguradora, prosseguida pela Companhia de Seguros Açoreana, o volume de prémios emitidos apresentou um valor total de 446,4 milhões de euros (-0,2% relativamente a 2008), destacando-se o ramo não vida com um crescimento de 4,0%.

 85  
  
4

## Balanço

O Activo Líquido da Rentipar Financeira totalizava 14.513,2 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2009, registando um crescimento de 12% face ao final do exercício de 2008.

O saldo da rubrica "Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e OIC's" ascendeu a 507,4 milhões de euros, um acréscimo de 9,6% quando comparado com o final de 2008, resultado do decréscimo do saldo dos depósitos à ordem em Bancos Centrais no montante de 6,6 milhões de euros e do aumento dos saldos junto das outras Instituições de Crédito no valor de 51,4 milhões de euros.

Relativamente à rubrica "Aplicações em instituições de crédito", esta apresentou um saldo de 322,1 milhões de euros, um acréscimo de 115,2%, entre as datas em análise, devido ao aumento de empréstimos no montante de 248 milhões de euros.

Por seu turno, o Crédito Concedido a Clientes (Líquido) elevou-se a 11.529,4 milhões de euros, superior em 10,5% ao valor registado em 31 de Dezembro de 2008.

No mesmo período, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total subiu de 2,44% para 4,35%, influenciado em especial por um agravamento do nível de incumprimento do crédito às empresas, resultante de uma conjuntura económica bastante desfavorável e pela integração da Tecnicrédito SGPS,SA.

Os Recursos de Bancos Centrais apresentaram um acréscimo de 23,9% face a 2008, aumentando ligeiramente o seu peso como fonte de financiamento, tendo passado de 7,5% em 2008 para 8,3% em 2009, no conjunto do Passivo e Situação Líquida. Nesta rubrica incluem-se as tomadas de fundos em operações de refinanciamento do Banco Central Europeu, realizadas pela Banca Comercial do Grupo, que utilizou, como colateral, obrigações detidas em carteira, resultantes das operações de securitização de crédito à habitação, concretizadas em 2009, no valor global de 1.675,5 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2009 o Grupo tinha junto do BCE, activos elegíveis no montante de 1,149 milhões de euros.

Os Recursos em Instituições de Crédito cifraram-se em 1.813,5 milhões de euros, um decréscimo de 12,9% face ao final de 2008, como resultado da falta de liquidez ocorrida nos mercados.

Os Depósitos de Clientes cresceram 2,1% relativamente a 31 de Dezembro de 2008, ascendendo a 6.743,0 milhões de euros no final de 2009, enquanto os Recursos Totais de Clientes de Balanço passaram de 8.223,9 milhões de euros para 9.278,7 milhões de euros, o que representa um crescimento de 12,8%. Por sua vez, os recursos "fora de balanço", ascendiam a 2.491 milhões de euros (+16,9% que o valor registado no final do exercício de 2008).

Os Capitais Próprios (deduzidos de Interesses Minoritários) registaram um aumento de 36,7%, de 400,2 milhões de euros para 547,0 milhões de euros entre os finais dos exercícios de 2008 e 2009, essencialmente em resultado das seguintes situações:

- Concessão, no final de 2009, de prestações suplementares de capital, remuneradas, por parte de dois accionistas da Rentipar Financeira no montante de € 70 milhões. Esta operação visou reforçar os fundos próprios no âmbito da regulamentação prudencial actualmente em vigor no sector financeiro;
- Resultado do exercício de 2009 de 52,9 milhões de euros;

Os Fundos Próprios de Base do Grupo (*Tier 1*), em base IAS/IFRS e Basileia, totalizavam 1.381,4 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (*Risk Weighted Assets*) ascendiam a 12.152,8 milhões de euros, a que correspondia um rácio de *Tier 1* no final de 2009 de 8,96% (6,13% no final do

ano anterior). O *Core Tier 1* do Grupo, também em base IAS/IFRS e Basileia, era, no final de 2009, de 7,43% (contra 5,10% no final de 2008). Por seu turno, os Fundos Próprios Totais da Rentipar elevavam-se a 1.381,4 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 11,37% (9,18 % no final de 2008).

#### **IV ANÁLISE DE RISCOS**

A análise de riscos de actividade do Grupo Rentipar encontra-se divulgada na nota 44 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### **V - FACTOS RELEVANTES**

Tanto quanto é do conhecimento da Administração, no período que medeia entre o encerramento do exercício e a data deste relatório, não ocorreram quaisquer outros factos, para além do referido, que pela sua relevância, tenham impacto nas demonstrações financeiras da Empresa reportadas a 31 de Dezembro de 2009.

#### **VI – PERSPECTIVAS FUTURAS**

No âmbito do plano estratégico de actividades, a Rentipar Financeira prosseguirá, em 2010, a gestão dos seus investimentos, com especial incidência na especialização e potenciação do desenvolvimento do sector financeiro, incluindo ligações a nível internacional.

Neste contexto, assumem particular relevância os seguintes objectivos que pretendemos concretizar durante o ano de 2010:

- Manter uma estrutura financeira equilibrada que permita suportar os investimentos perspectivados, sem comprometer os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade;
- Acompanhar os negócios e o apoio financeiro às nossas participadas, quer através do acompanhamento de operações de aumento de capital, quer através da concessão de suprimentos, contribuindo dessas formas para o crescimento sustentado das suas actividades;
- Conseguir uma maior racionalização na utilização de recursos e potenciação de sinergias entre as empresas do Grupo financeiro;
- Desenvolvimento de projectos nas áreas das novas tecnologias, que permitam uma maior eficiência nas operações do Grupo financeiro, quer internamente, quer com o exterior.

#### **VII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Os resultados líquidos do exercício de 2009, numa base individual, registaram um lucro de € 34.886.837,76. Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, estando cumprido o requisito de reserva legal, e visando o fortalecimento da situação financeira da Rentipar Financeira, propomos que os resultados líquidos do exercício sejam transferidos na íntegra para a rubrica de resultados transitados.

 87

## VIII - NOTAS FINAIS

Expressa-se o desejo para que o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, que se encontra hospitalizado nesta data, tenha uma recuperação rápida e completa do seu estado de saúde.

Aos Conselhos de Administração, quadros directivos e restantes colaboradores das empresas do Grupo Rentipar, agradecemos a forma como se empenharam na condução e desenvolvimento dos negócios sociais, assim como no zelo e dedicação colocados ao serviço do Grupo.

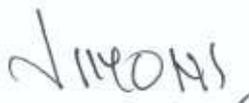
Ao Conselho Fiscal e aos membros da Mesa da Assembleia Geral agradecemos o apoio prestado.

Lisboa, 15 de Abril de 2010

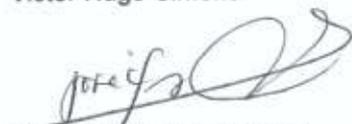
O Conselho de Administração



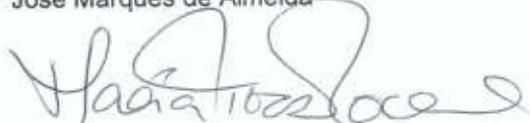
Fernando José Inverno da Piedade - Vice – Presidente



Victor Hugo Simons



José Marques de Almeida



Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

**RENTIPAR FINANCEIRA – SGPS, S.A.**  
**ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1. Informação sobre as acções e obrigações da Rentipar Financeira, SGPS, S.A., e das sociedades com as quais a Rentipar esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Empresa, em conformidade com o disposto no art.º 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais e ainda das sociedades incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral:

**1.1. Relativa a membros do Conselho de Administração da Empresa**

- 1.1.1. Horácio da Silva Roque (Presidente)** — Em 31.12.2009, detinha directamente 4.550.000 acções ao portador da Rentipar Financeira.

No que respeita às acções de que era titular, em 31.12.2009, no Banif – Grupo Financeiro há a referir que:

- a) Detinha directamente 1.308.888 acções da Banif - SGPS, S.A.;
- b) É detentor, directamente, da maioria do capital social da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., sociedade que detinha, naquela data, um total de 27.583.051 acções da Banif, SGPS, S.A.;
- c) É detentor, por via indirecta, da maioria do capital social da Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda., sociedade que detinha, naquela data, um total de 267.750 acções da Banif – SGPS, S.A.;
- d) Detinha ainda, 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A., 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. e 1 acção da Banif Corretora Valores e Câmbio, S.A., acções preferenciais e sem direito de voto;

- 1.1.2. Fernando José Inverno da Piedade (Vice – presidente)** - no que respeita às acções e obrigações de que era titular, em 31.12.2009, no Banif – Grupo Financeiro, há a referir que:

- a) Detinha, directamente, 17.572 acções da Banif – SGPS, S.A.;
- b) É detentor de 2.500 acções da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., e membro do seu Conselho de Administração, sociedade que detinha, naquela data, 27.583.051 acções da Banif – SGPS, S.A.;
- c) Detinha ainda 100 acções Banif Finance FLI PERP

  
↓  
12

**1.1.3. Vitor Hugo Simons (Vogal)** — no que respeita às acções de que era titular, em 31.12.2009, no Banif – Grupo Financeiro, há a referir que:

- a) Detinha directamente, 11.541 acções da Banif – SGPS, S.A.;
- b) É membro do Conselho de Administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., sociedade que detinha, naquela data, 27.583.051 acções da Banif – SGPS, S.A.;
- c) É gerente da Espaço Dez, Lda., sociedade que detinha, naquela data, 267.750 acções da Banif – SGPS, S.A.;

**1.1.4. José Marques de Almeida (Vogal)** — no que respeita às acções de que era titular, em 31.12.2009, no Banif – Grupo Financeiro, há a referir que:

- a) Detinha, directamente, 977.760 acções da Banif - SGPS, SA;
- b) É membro do Conselho de Administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., sociedade que detinha, naquela data, 27.583.051 acções da Banif – SGPS, S.A.;
- c) Detinha ainda 40 acções Banif Finance FLI PERP

**2.** Informação sobre os accionistas titulares de acções representativas de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital da Empresa, em conformidade com o disposto no art.º 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais:

– *Accionistas detentores de mais de metade do Capital da Empresa, com referência a 31.12.2009.*

Horácio da Silva Roque

– *Accionistas detentores de mais de um décimo e menos de um terço do capital da Empresa, com referência a 31.12.2009.*

Rentipar Investimentos, SGPS, S.A.  
Fundação Horácio Roque  
Tercris Foundation

 2  
tr

# 1 – Demonstrações Financeiras Separadas

## 1.1- Balanço

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009		31-12-2008	
		Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	6	-	6	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	489	-	489	17.133
Activos financeiros detidos para negociação	7	69	-	69	69
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	6.265	-	6.265	4.728
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	9	81.510	-	81.510	20.028
Crédito a clientes	10	41.520	-	41.520	83.573
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	11	54	(52)	2	3
Activos intangíveis		-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	324.510	-	324.510	330.780
Activos por impostos correntes	13	26	-	26	748
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outros activos	14	105.499	-	105.499	42.073
<b>Total do Activo</b>		<b>559.948</b>	<b>(52)</b>	<b>559.896</b>	<b>499.141</b>
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	15	-	-	146.230	190.216
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes		-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	16	-	-	40	185
<b>Total do Passivo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146.270</b>	<b>190.401</b>
Capital	17	-	-	45.000	45.000
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	70.000	-
Acções próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	17	-	-	263.739	248.795
Resultado do exercício	17	-	-	34.867	14.945
Dividendos antecipados		-	-	-	-
<b>Total do Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>413.626</b>	<b>308.740</b>
<b>Total do Passivo + Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>559.896</b>	<b>499.141</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Abelardo Duarte*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## 1.2- Demonstração de Resultados

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31/12/2009	31/12/2008
Juros e rendimentos similares	18	4,782	5,727
Juros e encargos similares	18	(6,208)	(4,779)
<b>Margem financeira</b>		<b>(1,426)</b>	<b>948</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	19	11,739	18,370
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	20	(470)	(385)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	21	1,546	(3,888)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos	22	21,841	-
Outros resultados de exploração	23	(120)	127
<b>Produto bancário</b>		<b>33,110</b>	<b>15,172</b>
Custos com pessoal	24	(118)	-
Gastos gerais administrativos	25	(75)	(105)
Amortizações do exercício	11	(1)	(1)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	(122)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12	1,992	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>34,908</b>	<b>14,944</b>
Impostos		(21)	1
Correntes	13	(21)	1
Diferidos		-	-
<b>Resultado após impostos</b>		<b>34,887</b>	<b>14,945</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>34,887</b>	<b>14,945</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Stefaldy Duarte*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

1.3- Demonstração do Rendimento Integral

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

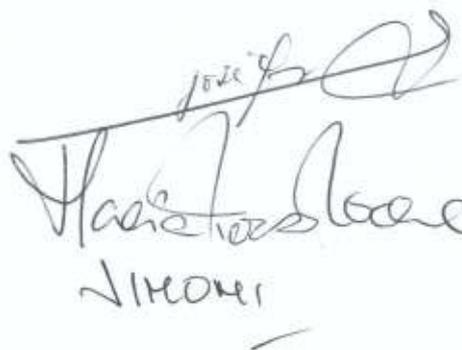
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Resultado Líquido	17	34.887	14.945
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		<u>34.887</u>	<u>14.945</u>

O Técnico Oficial de Contas

*Stafabla Zante*

O Conselho de Administração



*Stafabla Zante*  
Chairman

## 1.4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

RENTPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Prémios Emissão	Reservas Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31-12-2008		45.000	-	-	9.000	12.608	227.187	14.945	308.740
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior		-	-	-	-	-	-	(14.945)	(1)
Transferência para reservas		-	-	-	-	-	14.945	-	70.000
Prestações suplementares		-	70.000	-	-	-	-	34.887	34.887
Rendimento integral		-	-	-	-	-	-	34.887	34.887
Saldo em 31-12-2009	17	45.000	70.000	-	9.000	12.608	242.131	34.887	413.626
Saldo em 31-12-2007		45.000	-	-	8.650	12.608	126.346	101.191	293.795
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior		-	-	-	-	-	-	(101.191)	-
Transferência para reservas		-	-	-	350	-	100.841	14.945	14.945
Rendimento integral		-	-	-	-	-	-	14.945	14.945
Saldo em 31-12-2008	17	45.000	-	-	9.000	12.608	227.187	14.945	308.740

O Técnico Oficial de Contas

*Isabel Duarte*

*IS*

O Conselho de Administração

*Luís*  
*Francisco*  
*Alves*

## 1.5- Demonstração de Fluxos de Caixa

**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**  
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31/12/2009	31/12/2008
<b>Resultados de Exploração:</b>			
Resultado Líquido do Exercício		34,887	14,945
Amortizações do Exercício	11	1	1
Imparidade Activos Financeiros	14	(1,992)	122
Dotação para Impostos do Exercício	13	21	(1)
Mais valia alienação FINPRO	22	(33,750)	
Menos valia alienação Vestiban - Gestão de Investimentos, SA	22	11,909	
Dividendos Recebidos	19	(11,739)	(18,370)
<b>Variação dos Activos e Passivos Operacionais:</b>			
(Aumento)/Diminuição de aplicações em instituições de crédito	9	(61,482)	17,559
(Aumento)/Diminuição de Crédito a clientes	10	42,053	(83,573)
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		(64,120)	38,018
Aumento/(Diminuição) de passivos financeiros representados por títulos	15	(43,986)	99,010
(Diminuição)/Aumento de outros Passivos		(166)	132
Fluxos das actividades operacionais		<u>(128,364)</u>	<u>67,843</u>
<b>ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de acções Banif - SGPS, SA	12	(74,631)	(68,893)
Aquisição de acções Renticapital	12	(1,750)	-
Alienação de acções Vestiban - Gestão de Investimentos, SA	12	6,049	(537)
Alienação de acções FINPRO, SGPS, SA (aumento de capital)	12	89,313	-
Prestações suplementares Renticapital	12	11,000	-
Dividendos recebidos	19	11,739	18,370
Fluxos das actividades de investimento		<u>41,720</u>	<u>(51,060)</u>
<b>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
Prestações suplementares	17	70,000	-
Fluxos das actividades de financiamento		<u>70,000</u>	<u>-</u>
<b>TOTAL</b>		<u>(16,644)</u>	<u>16,783</u>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5,6	17,139	356
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,6	495	17,139
		<u>(16,644)</u>	<u>16,783</u>
<b>Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro</b>			
Caixa	5	6	6
Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	6	489	17,133

O Técnico Oficial de Contas

*Luís Duarte*

O Conselho de Administração

*Henrique Soares*  
*Josefina*

# 1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 85, 5º, 1050 – 030 Lisboa, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Em 15 de Abril de 2010, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2009 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Maio de 2010.

## 2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

### Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração do rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções, apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.

A demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade proceda à reexpressão dos comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, em vez das duas demonstrações anteriormente requeridas.

### Alterações na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgações

Com a revisão da IFRS 7 é requerida uma maior exigência de divulgação relativamente ao Justo Valor e liquidez dos investimentos financeiros.

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor é exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do Justo valor, utilizando três níveis de hierarquia:

- Cotações nos mercados activos (Nível 1);
- *Inputs* directos ou indirectos observáveis de dados de mercado (Nível 2);
- *Inputs* que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Esta obrigatoriedade de informação deverá ser dada por classe de investimentos financeiros, sendo também requerida a divulgação das transferências ocorridas entre os níveis 1 e 2. Estes níveis de informação são apenas ao nível das divulgações, pois a valorização dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista na IAS 39.

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgações sobre liquidez em relação a activos usados para a sua gestão e transacções com derivados.

  
6TR

# 1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

## IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definição dos segmentos passou a ser o *full management approach* i.e. a abordagem que tem por base a informação que é utilizada internamente para efeitos de decisões operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliação. Considerando que esta abordagem já tinha sido anteriormente utilizada na definição dos segmentos reportáveis, não se verificou a necessidade de proceder a alterações na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgações adicionais:

- a) Explicação de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuração dos valores por segmento, alterações na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicável, na composição dos segmentos reportáveis;
- b) Substituição da extensa informação geográfica requerida na IAS 14 por informação sobre os resultados por cada grupo de serviços e produtos atribuídos ao país da sede e países estrangeiros (com divulgação individual por país se materialmente relevante);
- c) Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

## Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

## Revisão da IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

## Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

## Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpririam com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i)

*[Handwritten signatures and initials]*

## 1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

### Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. A Sociedade teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance.

Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na Parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

### IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

- As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.
- Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o *Cash Flow* do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

### IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

### IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.

A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis:

- Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11;
- Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18;
- Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feito de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).

IFRIC 16 – Cobertura de Investimento líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambiais de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa – mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

Na Nota 28 encontram-se ainda descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram ainda endossadas pela União Europeia e que a Sociedade não aplicou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

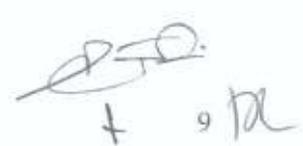
As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros, e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.



1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.6 Instrumentos financeiros

3.6.1 Activos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui os activos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada

## 1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

- iii) numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados".

### Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido. São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

### 3.6.2 Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente Responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

### 3.7 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Outro equipamento	4 anos
-------------------	--------

### 3.8 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

  
+ 11 PX

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.9 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2009 e 2008 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Caixa em euros	6	6
	<u>6</u>	<u>6</u>

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Depósitos à ordem		
No País	489	17.133
	<u>489</u>	<u>17.133</u>

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	<u>31-12-2009</u>		<u>31-12-2008</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de balanço</u>
Instrumentos de capital				
REN, SGPS, SA	25.000	69	25.000	69

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>		<u>31-12-2008</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de balanço</u>
Instrumentos de capital				
EDP Renováveis	945.000	6.265	945.000	4.728

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Depósitos		
No País	81.500	20.000
Juros de aplicações	10	28
	<u>81.510</u>	<u>20.028</u>

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Crédito a clientes		
Outros créditos e valores a receber	41.520	83.573
	<u>41.520</u>	<u>83.573</u>

Em "Outros créditos e valores a receber" estão registadas apólices Top Invest emitidas pela Companhia de Seguros Açoreana.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	<u>Saldo em 31-12-2008</u>		<u>Aumentos</u>		<u>Amortizações do exercício</u>	<u>Valor (líquido) em 31-12-2009</u>
	<u>Valor Bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Reavaliações (líquido)</u>		
Equipamento	1	1	-	-	-	-
Instalações Interiores	5	2	-	-	1	2
Material de transporte	48	48	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<u>54</u>	<u>51</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>2</u>

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Nome da sociedade	Quantidade	% de participação	31-12-2009		31-12-2008	
			Valor participação	Imparidade	Valor participação	Imparidade
Banif, SGPS, SA	245.869.691	50,18%	294.371	-	210.740	-
Renticapital, Investimentos Financeiros, S.A.	9.350	93,50%	11.136	-	9.389	-
Renticapital, Investimentos Financeiros, S.A. - Prestações suplementares	-	-	19.000	-	30.000	-
Finpro, SGPS, SA	-	-	-	-	55.563	1.870
Vestiban - Gestão de Investimentos, S.A.	-	-	-	-	17.908	-
			<u>324.510</u>	-	<u>332.650</u>	<u>1.870</u>

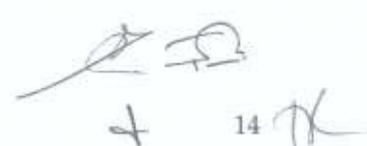
Operações realizadas no exercício de 2009:

- Aquisição de 65.326.277 acções da Banif – SGPS, SA, dos quais 42.016.277 acções são referentes ao aumento de capital da Banif – SGPS, SA, pelo montante de 74.631 milhares de euros.
- Aquisição 350 acções Renticapital, Investimentos Financeiros, SA pelo montante de 1.750 milhares de euros.
- Alienação de 242.000 acções da sociedade Vestiban – Gestão de Investimentos, SA pelo montante de 6.050 milhares de euros. A sociedade registou uma menos valia no montante de 11.909 milhares de euros
- Alienação de 8.774.913 acções da sociedade FINPRO, SGPS, SA pelo montante de 89.313 milhares de euros. A sociedade registou uma mais-valia no montante de 33.750 milhares de euros. A sociedade reverteu 1.870 milhares de euros de imparidade constituída em anos anteriores referente à participação na FINPRO, SGPS, SA.

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Pagamentos especiais por conta	26	14
Outros	-	734
	<u>26</u>	<u>748</u>



1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

<b>APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2008</b>
Resultado antes do imposto	34,908	14,944
Resultado Líquido do exercício	34,887	14,945
<b>SOMA</b>	<b>34,887</b>	<b>14,945</b>
Prémios de seguros e contribuições	1	1
IRC e outros imp.incidentes directa ou indirectamente sobre lucros	21	-
Correcções relativas a exercicios anteriores	123	-
Ajustamentos de valores de activos não dedutíveis ou para além dos limites legais	-	123
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	441	-
<b>ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>1,473</b>	<b>-</b>
<b>SOMA</b>	<b>36,946</b>	<b>15,069</b>
Mais-valias contabilísticas	21,841	-
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa para impostos	-	1
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	11,739	18,374
Reversões de ajustamentos de valores de activos tributados	1,993	-
<b>SOMA</b>	<b>35,573</b>	<b>18,375</b>
<b>Prejuízo para efeitos fiscais</b>	<b>-</b>	<b>(3,306)</b>
<b>Lucro tributável</b>	<b>1,372</b>	<b>-</b>
<b>APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL</b>		
PREJUÍZO FISCAL	-	(3,306)
TOTAL DOS PREJUÍZOS FISCAIS	3,306	-
DEDUÇÕES :		
Prejuízos fiscais deduzidos	1,372	-
<b>CÁLCULO DO IMPOSTO</b>		
Derrama	21	-
Tributações Autónomas (art. 81.º)	-	1
	<b>21</b>	<b>1</b>

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>31-12-2009</b>	<b>31-12-2008</b>
Suprimentos	23.875	38.877
Proveitos a receber	1.305	1.179
Outros activos	80.319	2.139
Imparidade	-	(122)
	<b>105.499</b>	<b>42.073</b>

Em 31 de Dezembro de 2009, os suprimentos, remunerados, respeitam a 10.375 milhares de euros à Renticapital, Investimentos Financeiros, SA e 13.500 milhares de euros à Banif – SGPS, SA.

Na rubrica "Outros Activos" está registado um valor de 80 milhões de euros referentes à verba ainda não recebida da alienação da sociedade FINPRO, SGPS, SA.

15. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>31-12-2009</b>	<b>31-12-2008</b>
Papel Comercial	46.216	62.632
Obrigações	100.014	127.584
	<b>146.230</b>	<b>190.216</b>

  
 15 TK

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

a) Em 30 de Dezembro de 2008, a Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros com maturidade em 30 de Dezembro de 2012.

A taxa de juro nominal bruta das Obrigações será equivalente a:

- 6,25% p.a. no primeiro semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista; e - "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no segundo semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no terceiro e quarto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,75% no quinto e sexto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 2,00% no sétimo e oitavo semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.

Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, a partir da data de subscrição, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sujeito à ocorrência do reembolso antecipado, ocorrendo a primeira data de pagamento de juros em 30 de Junho de 2009 e a última data de pagamento de juros na data de maturidade do Empréstimo Obrigacionista ou na data de reembolso antecipado, caso este se verifique.

O Empréstimo Obrigacionista tem uma duração máxima de 4 (quatro) anos a contar da data de subscrição e será reembolsado, ao par, com reembolso de 50% do montante da Emissão em 30 de Dezembro de 2011 no sexto semestre de vida das Obrigações (€ 50.000.000) e os 50% remanescentes do montante da Emissão na Data de Maturidade, ou seja, em 30 de Dezembro de 2012 (€ 50.000.000), desde que não ocorra o reembolso antecipado.

A Sociedade poderá reembolsar antecipadamente, ao par, o Empréstimo Obrigacionista, total ou parcialmente, no último caso por redução ao valor nominal, em qualquer Data de Pagamento de Juros ("Datas de Reembolso Antecipado"), inclusive, a partir de 30 de Junho de 2009. Para o efeito, a Sociedade deverá anunciar o Reembolso Antecipado mediante um pré-aviso de no mínimo 30 (trinta) dias e no máximo 60 (sessenta) dias relativamente à Data de Reembolso Antecipado, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável).

b) A Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu 3 programas de papel comercial no montante de 46.250 milhares euros (-61 milhares euros de despesas com encargo diferido e 27 milhares de euros de encargos financeiros), com o seguinte detalhe:

Entidade	Montante	Vencimento	Taxa de juro
Millennium	15.000	05-03-2013	2,599%
Santander	18.750	20-01-2011	2,564%
CGD	12.500	31-08-2010	2,093%

A Sociedade utilizou 46.478.261 acções da Banif – SGPS, SA como caução das operações de emissão de obrigações e papel comercial.

A sociedade reembolsou as seguintes emissões:

- Rentipar Financeira 2006 – 2011 no montante de 26.246 milhares de euros,
- Emissão de papel comercial (BPI) no montante de 10 milhões de euros,
- Amortização parcial de emissão (Santander) papel comercial no montante de 6,25 milhões de euros.

  
+ 16 PK

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Credores e outros recursos	23	184
Outros	17	1
	<u>40</u>	<u>185</u>

17. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Capital	45.000	45.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	70.000	-
Acções próprias	-	-
Reserva legal	9.000	9.000
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas e resultados transitados	254.739	239.795
Resultado do exercício	34.887	14.945
Dividendos antecipados	-	-
<b>Total do Capital</b>	<u>413.626</u>	<u>308.740</u>

O capital social é constituído por 9.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

Foram concedidas prestações suplementares pela Rentipar Investimentos, SGPS, SA e Fundação Horácio Roque à sociedade nos montantes de 44 milhões de euros e 26 milhões de euros, respectivamente.

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Juros de aplicações em IC	188	1.072
Juros de apólices	2.529	536
Juros de suprimentos	2.065	4.119
	<u>4.782</u>	<u>5.727</u>

+ 17 TR

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Juros de recursos em IC	-	1
Juros de responsabilidades representadas por títulos	5.995	4.778
Juros suprimentos e prestações suplementares	213	-
	<u>6.208</u>	<u>4.779</u>

19. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Dividendos		
Banif - SGPS, SA	11.739	18.370
	<u>11.739</u>	<u>18.370</u>

20. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Garantias e avales	345	309
Outras	125	76
	<u>470</u>	<u>385</u>

21. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Instrumentos de dívida	-	-
Instrumentos de capital	1.546	(3.888)
	<u>1.546</u>	<u>(3.888)</u>

Nesta rubrica foram registadas ganhos, relacionadas com a valorização de cotação das acções da EDP Renováveis, no montante de 1.546 milhares de euros.

22. RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Ganhos em Investimentos em associadas	21.841	-
	<u>21.841</u>	<u>-</u>



1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

A Sociedade alienou de 242.000 acções da sociedade Vestiban – Gestão de Investimentos, SA com uma menos valia no montante de 11.909 milhares de euros e alienou 8.774.913 acções da sociedade FINPRO, SGPS, SA com uma mais-valia no montante de 33.750 milhares de euros (Ver Nota 12).

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Outros proveitos	9	6
Reembolso de despesas	6	139
Outros Impostos	(12)	(17)
Outros encargos	(122)	-
Quotização	(1)	(1)
	<u>(120)</u>	<u>127</u>

24. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	118	-
	<u>118</u>	<u>-</u>

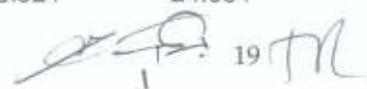
25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Serviços especializados	36	53
Comunicação	3	4
Publicidade e edições de publicações	18	23
Deslocações, estadas e representação	-	1
Outros	18	24
	<u>75</u>	<u>105</u>

26. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	<u>Empresas do grupo</u>	
	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Disponibilidades em IC	334	16.970
Aplicações em IC	81.510	20.028
Suprimentos	23.875	40.056
Outros créditos e valores a receber	41.520	83.573
Outros Activos	1.168	5
Custos	14	5
Proveitos	13.921	24.091

 19

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

27. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento que exigisse ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos referentes a 31-12-2009.

28. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Seguidamente apresentam-se as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB/IRIC que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade não adoptou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios que terminem em 2010:

Alterações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis para cobertura

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma

  
+ 20 TR

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.

#### IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de Imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

#### Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

#### Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

#### IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração

## 1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

### Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

### Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento.

De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

### IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *equity swap* devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando *Goodwill* por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;
- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;
- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;
- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da IAS 27 apresentadas no parágrafo seguinte.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

As alterações mais relevantes são as seguintes:

- Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda;
- Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) serão reconhecidas como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser

  
1 23 TR

7

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

*(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)*

registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer *Goodwill* nem ganhos ou perdas;

- As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

  
↓ 24 DR

## 2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 2.1 - Balanço

#### RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

#### BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009		31-12-2008	
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	306.526	-	306.526	313.206
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	200.833	-	200.833	149.593
Activos financeiros detidos para negociação	9,16	351.649	-	351.649	274.724
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10	475.902	-	475.902	262.860
Activos financeiros disponíveis para venda	11,42	126.457	(21.086)	105.371	159.476
Aplicações em instituições de crédito	12	322.114	-	322.114	149.668
Crédito a clientes	13,42	12.046.582	(517.199)	11.529.383	10.420.522
Investimentos detidos até à maturidade	14	80.399	-	80.399	84.003
Activos com acordo de recompra	15	36.500	-	36.500	91.283
Derivados de cobertura	16	884	-	884	-
Activos não correntes detidos para venda	17,42	89.821	(4.269)	85.552	71.499
Propriedades de investimento	18,42	200.264	(456)	199.808	141.960
Outros activos tangíveis	19	428.316	(141.632)	286.684	262.540
Activos intangíveis	20	89.253	(62.850)	26.403	27.511
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	21,42	58.015	(182)	57.833	138.282
Activos por impostos correntes	22	24.909	-	24.909	31.835
Activos por impostos diferidos	22	63.126	-	63.126	46.638
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-	-
Outros activos		365.793	(6.427)	359.366	384.406
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros activos	23,42	365.793	(6.427)	359.366	384.406
<b>Total do Activo</b>		<b>15.267.343</b>	<b>(754.101)</b>	<b>14.513.242</b>	<b>13.010.006</b>
Recursos de Bancos Centrais	24	-	-	1.196.559	965.843
Passivos financeiros detidos para negociação	16,25	-	-	84.330	41.934
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	26	-	-	220.249	267.196
Recursos de outras instituições de crédito	27	-	-	1.813.496	2.081.009
Recursos de clientes e outros empréstimos	28	-	-	6.690.679	6.484.060
Responsabilidades representadas por títulos	29	-	-	2.377.732	1.565.642
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura	16	-	-	2.606	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	30	-	-	14.881	13.224
Provisões técnicas		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	22	-	-	8.448	6.811
Passivos por impostos diferidos	22	-	-	24.687	16.415
Instrumentos representativos de capital	31	-	-	47.975	-
Outros passivos subordinados	31	-	-	322.483	323.105
Outros passivos		-	-	468.188	398.000
Credores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros passivos	32	-	-	468.188	398.000
<b>Total do Passivo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.272.313</b>	<b>12.163.239</b>
Capital	33	-	-	45.000	45.000
Prémios de emissão	33	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	33	-	-	70.000	-
Ações próprias	33	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	33	-	-	3.334	(446)
Outras reservas e resultados transitados	33	-	-	375.825	328.506
Resultado do exercício	33	-	-	52.938	27.091
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Interesses que não controlam	34	-	-	693.832	446.616
<b>Total do Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.240.929</b>	<b>846.767</b>
<b>Total do Passivo + Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.513.242</b>	<b>13.010.006</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Jaifabte Duarte*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*  
JIMONI

*[Handwritten signature]*  
[Illegible]

## 2.2 – Demonstração de Resultados

### RENTIPAR FINANCEIRA - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009	31-12-2008
Juros e rendimentos similares	35	775.876	944.442
Juros e encargos similares	35	(489.136)	(675.867)
<b>Margem financeira</b>		<b>286.740</b>	<b>268.575</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	36	1.524	2.883
Rendimentos de serviços e comissões	37	125.956	116.237
Encargos com serviços e comissões	37	(15.378)	(13.871)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	38	(23.251)	6.089
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	22.508	63.996
Resultados de reavaliação cambial	38	41.577	(19.988)
Resultados de alienação de outros activos	39	25.501	1.786
Prémios líquidos de resseguro		-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-
Outros resultados de exploração	39	66.520	26.186
<b>Produto da actividade</b>		<b>531.697</b>	<b>451.893</b>
Custos com pessoal	40	(170.525)	(162.606)
Gastos gerais administrativos	41	(127.217)	(134.362)
Amortizações do exercício	19,20	(34.669)	(31.286)
Provisões líquidas de reposições e anulações	30	(2.993)	(1.791)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	42	(112.178)	(53.707)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	42	(19.243)	(2.713)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	42	(1.136)	(5.168)
Diferenças de consolidação negativas	5	20.840	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	21	(8.050)	5.894
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>		<b>76.526</b>	<b>66.154</b>
Impostos		(1.499)	(11.418)
Correntes	22	(12.576)	(27.581)
Diferidos	22	11.077	16.163
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>		<b>75.027</b>	<b>54.736</b>
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses que não controlam	34	(22.089)	(27.645)
<b>Resultado consolidado do exercício</b>		<b>52.938</b>	<b>27.091</b>
Quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação	43	9.000.000	9.000.000
<b>Resultados por acção (€/ acção)</b>		<b>5,88</b>	<b>3,01</b>

O Técnico Oficial de Contas

*Santilde Duarte*

*[Assinatura]*

O Conselho de Administração

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

## 2.3 – Demonstração do Rendimento Integral

**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**  
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

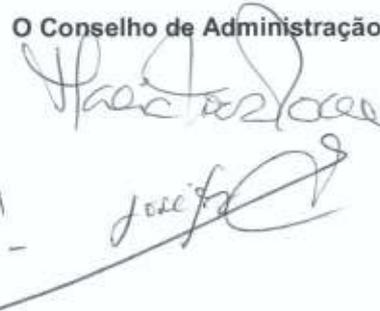
	Notas	31-12-2009	31-12-2008
Resultado Líquido	33	52.938	27.091
<b><u>Outro rendimento integral</u></b>			
Activos Disponíveis para Venda, líquido de impostos			
Perdas transferidas para imparidade no exercício	33	3.664	-
Ganhos / (perdas) no justo valor	33	13.966	(19.674)
Ganhos / (perdas) activos desreconhecidos	33	(7.630)	(43.136)
Ganhos em reavaliações imóveis, líquida de impostos	33	2.972	-
Variações cambiais	33	7.276	(27.183)
Outro rendimento integral do ano, líquido de impostos		<u>20.249</u>	<u>(89.993)</u>
Total do rendimento integral, líquido de impostos		<u>73.187</u>	<u>(62.902)</u>
Atribuíveis a:			
Accionistas da Rentipar Financeira, SGPS, SA		95.276	(35.257)
Interesses que não controlam	34	(22.089)	(27.645)
Total do rendimento integral, líquido de impostos		<u>73.187</u>	<u>(62.902)</u>

**O Técnico Oficial de Contas**

*Stafalde Duarte*



**O Conselho de Administração**



## 2.4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

### RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Capital	Outros Instrumentos de Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados	Outras Reservas	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldo em 31-12-2008	45.000	-	-	-	(446)	380.863	(52.387)	27.081	-	400.151
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	(27.091)	-	-
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	27.001	-	-	-	70.000
Prêmios suplementares	-	70.000	-	-	-	-	-	-	-	73.187
Rendimento integral	-	-	-	-	3.780	-	16.469	62.938	-	7.828
Recompra de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença de consolidação: operações: interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.918)	-
Alteração no interesse de propriedade sem perda de controlo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	697.750	(8.872)
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-	-	-	860	-	-	860
Saldo em 31-12-2009	45.000	70.000	-	-	3.334	407.864	(52.186)	62.938	693.832	1.240.928
Saldo em 31-12-2007	45.000	-	-	-	62.364	233.073	(1.648)	147.820	-	486.559
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	(147.820)	-	-
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	147.820	-	27.081	-	(62.902)
Rendimento integral	-	-	-	-	(62.810)	-	(27.183)	-	-	(14.648)
Correcção Capitais Próprios em associadas	-	-	-	-	-	-	(14.648)	-	-	(0)
Diferença de consolidação: operações: interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	9.809	(0)
Operações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	436.807	436.807
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-	-	-	851	-	-	851
Saldo em 31-12-2008	45.000	-	-	-	(446)	380.863	(52.387)	27.081	448.618	848.787

O Técnico Oficial de Contas

*Luís de Deus*

O Conselho de Administração

*Francisco Sá*  
*Luís de Deus*

## 2.5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS S.A. e SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

### ACTIVIDADE OPERACIONAL

	Notas	31-12-2009	31-12-2008
<b>Resultados de Exploração:</b>			
Resultado líquido do exercício	33	62.938	27.091
Imparidade em crédito concedido	42	112.178	53.707
Outras perdas por imparidade	42	20.379	7.881
Provisões do exercício	30	2.993	1.791
Amortizações do exercício	19,20	34.669	31.286
Dotação para impostos do exercício	22	1.489	11.418
Interesses que não controlam	34	22.089	27.645
Derivados (líquido)	38	69.418	59.098
Resultados de empresas excluídas da consolidação	21	8.050	(5.894)
Dividendos reconhecidos	36	(1.524)	(2.883)
Juros pagos de passivos subordinados	35	12.183	21.098
Ganhos não realizados em propriedades de investimento	39	6.254	-
Diferenças de consolidação negativas	5	(20.840)	-
		<u>320.284</u>	<u>232.238</u>

### Variação dos Activos e Passivos Operacionais:

Aumento de activos financeiros detidos para negociação	9	(58.974)	(21.140)
Aumento de activos financeiros ao justo valor através de resultados	10	(213.042)	38.364
Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	11	36.868	59.118
Aumento de aplicações em outras instituições de crédito	12	(78.448)	40.223
Diminuição de investimentos detidos até à maturidade	14	3.604	(84.003)
Aumento de empréstimos a clientes	13	(432.488)	(1.858.068)
Aumento de activos não correntes detidos para venda	17	(16.200)	64.706
Diminuição de activos com acordo de recompra	15	54.783	(60.152)
Diminuição de outros activos	23	104.271	(68.206)
Aumento de recursos de bancos centrais	24	230.716	965.843
Aumento de passivos financeiros detidos para negociação	16,25	24.092	(2.813)
Diminuição de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	26	(46.947)	(100.220)
Diminuição de recursos de outras instituições de crédito	27	(536.811)	303.886
Aumento de recursos de clientes	28	203.741	1.246.342
Diminuição de responsabilidades representadas por títulos	29	(114.466)	(228.238)
Diminuição de outros passivos	32	(13.854)	488
Impostos sobre o rendimento	22	2.658	(107.621)
		<u>(850.497)</u>	<u>188.607</u>
<b>Fluxos das actividades operacionais</b>		<u><b>(530.213)</b></u>	<u><b>420.845</b></u>

### ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Investimento em subsidiárias e associadas	4,21	(2.000)	(69.430)
Alienação de subsidiárias e associadas	4,21	9.313	-
Aquisição de activos tangíveis	19	(50.888)	(126.044)
Alienação de activos tangíveis	19	27.531	-
Aquisição de activos intangíveis	20	(8.473)	(10.408)
Aquisição de propriedades de investimento	18	(51.477)	(102.698)
Alienação de propriedades de investimento	18	8.525	3.751
Dividendos recebidos	36	1.524	2.883
Caixa e equivalentes da Tecnoredito SGPS, SA	5	92.804	-
<b>Fluxos das actividades de investimento</b>		<u><b>27.058</b></u>	<u><b>(301.946)</b></u>

### ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Prestações suplementares recebidas	33	70.000	-
Emissão de passivos subordinados	31	107.806	25.000
Reembolso de passivos subordinados	31	(111.146)	(56.751)
Juros pagos de passivos subordinados	35	(15.061)	(21.098)
Emissão de obrigações não subordinadas	29	500.000	-
Reembolso de obrigações não subordinadas	29	(34.544)	-
Emissão de instrumentos representativos de capital	31	40.826	-
Dividendos pagos de acções preferenciais	34	(9.967)	-
<b>Fluxos das actividades de financiamento</b>		<u><b>547.714</b></u>	<u><b>(51.849)</b></u>
		<u><b>44.560</b></u>	<u><b>87.050</b></u>

### VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	7,8	462.799	395.749
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7,8	<u>507.359</u>	<u>462.799</u>
		<u><b>44.560</b></u>	<u><b>87.050</b></u>

### Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro

Caixa	7	65.828	57.772
Depósitos à ordem em bancos centrais	7	240.698	255.433
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	8	117.403	106.294
Cheques a cobrar	8	28.760	43.300
Outros	8	54.680	-
		<u>507.359</u>	<u>462.799</u>

Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade

O Técnico Oficial de Contas

*Arabela Duarte*

*[Assinatura]*

O Conselho de Administração

*[Assinatura]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Grupo Rentipar (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º85 – 5º, 1050 – 030 Lisboa, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 21.

Em 15 de Abril de 2010, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2009 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Maio de 2010, que tem o poder de as alterar. No entanto, a Gestão do Grupo admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance do Grupo. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração do rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções, apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.

A demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade proceda à reexpressão dos comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, em vez das duas demonstrações anteriormente requeridas.

Alterações na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgações

Com a revisão da IFRS 7 é requerida uma maior exigência de divulgação relativamente ao Justo Valor e liquidez dos investimentos financeiros.

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor é exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do Justo valor, utilizando três níveis de hierarquia:

- Cotações nos mercados activos (Nível 1);
- *Inputs* directos ou indirectos observáveis de dados de mercado (Nível 2);
- *Inputs* que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Esta obrigatoriedade de informação deverá ser dada por classe de investimentos financeiros, sendo também requerida a divulgação das transferências ocorridas entre os níveis 1 e 2. Estes níveis de informação são apenas ao nível das divulgações, pois a valorização dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista na IAS 39.



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgações sobre liquidez em relação a activos usados para a sua gestão e transacções com derivados.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definição dos segmentos passou a ser o *full management approach* i.e. a abordagem que tem por base a informação que é utilizada internamente para efeitos de decisões operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliação. Considerando que esta abordagem já tinha sido anteriormente utilizada na definição dos segmentos reportáveis, não se verificou a necessidade de proceder a alterações na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgações adicionais:

- a) Explicação de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuração dos valores por segmento, alterações na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicável, na composição dos segmentos reportáveis;
- b) Substituição da extensa informação geográfica requerida na IAS 14 por informação sobre os resultados por cada grupo de serviços e produtos atribuídos ao país da sede e países estrangeiros (com divulgação individual por país se materialmente relevante);
- c) Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Revisão da IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do

 IK  
+

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpriram com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

### IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando *Goodwill* por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;
- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;
- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;
- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da IAS 27 apresentadas no parágrafo seguintes. Os impactos da alteração desta Norma estão descritos na Nota 5.

   
d

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

As alterações mais relevantes são as seguintes:

- Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda;
- Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) serão reconhecidas como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer *Goodwill* nem ganhos ou perdas;
- As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. O Grupo teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance.

Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na Parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

- As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.
- Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o *Cash Flow* do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.

A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

### IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis:

- Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11;
- Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18;
- Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feito de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).

### IFRIC 16 – Cobertura de Investimento líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambiais de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa – mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

Na Nota 50 encontram-se ainda descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram ainda endossadas pela União Europeia e que o Grupo não aplicou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

## 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Rentipar estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2009, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02, e no pressuposto da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, arredondado para o milhar mais próximo.



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.2 Informação comparativa

O Grupo não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

No comparativo de 2008 foram reclassificados da rubrica de "Outros Activos" para a rubrica "Propriedades de investimento" e "Activos não correntes detidos para venda" os montantes de 33.970 milhares de euros e 62.866 milhares de euros, respectivamente. Estes valores referem-se a imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, na sequência das orientações do Banco de Portugal quanto ao tratamento contabilístico destes activos.

Os impactos desta alteração em capitais próprios não foram considerados materiais pelo que, de acordo com o parágrafo 42 da IAS 8 e IAS 1, não se mostra necessário reexpressar as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Contudo, para efeitos de apresentação e mais fácil leitura das quantias comparativas dos activos em causa, procedeu-se à reclassificação indicada.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas e pressupostos por parte da gestão mais significativos são as seguintes:

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a empresa – mãe têm os meios e capacidade de continuar os negócios no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros, que não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos de *discounted cash-flows (marked to model)*. Os dados de *input* nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade (ver Notas 3.10.2 e nota 45).

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em *assumpções* sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é



## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

### Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2008) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2008) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

### Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio

O justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio, classificados em Outros Activos Tangíveis, são determinados com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, tendo por base estimativas de rendimento e de custos de manutenção ou substituição e ainda valores comparáveis de mercado.

### Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

### Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)

O Grupo recorre à constituição de entidades de finalidade especiais (SFE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos e emissão de dívida.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesses SPE.

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perimetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

### Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma (planos de benefícios definidos) é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

## 3.4 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Rentipar Financeira, SGPS, S.A. e entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo fundos de

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

investimento em que o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de propósito especiais (SPE'S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade. As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas na consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo no âmbito de operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo Rentipar.

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", incluída no capital próprio.

### 3.5 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

A aquisição de subsidiárias é registada de acordo com o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, de activos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que, se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição ("goodwill negativo"), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

### 3.6 Investimentos em associadas

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam nem subsidiárias, nem "Joint ventures", nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital de risco ou de Bancos (*seed capital*), classificados como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no reconhecimento inicial. Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

### 3.7 Empreendimentos conjuntos

Corresponde a investimentos em entidades em que o Grupo partilha o controlo com outra parte, por acordo contratual em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional. A consolidação proporcional é um método de contabilização em que a parte do Grupo em cada um dos activos, passivos, rendimentos e gastos da entidade conjuntamente controlada é combinada linha a linha com itens equivalentes das demonstrações financeiras do Grupo. De acordo com este método, não existem interesses que não controlem.

### 3.8 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção. Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

### 3.9 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

### 3.10 Instrumentos financeiros

#### 3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.10.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor registadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os passivos financeiros designados como passivos ao justo valor através de resultados referem-se a instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

### Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, à data de referência das presentes demonstrações financeiras, esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subseqüentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando o direito ao seu recebimento é estabelecido. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

### Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" ou "Juros e encargos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (*write-off*), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais). Esta avaliação é independente dos procedimentos de abate ao activo de empréstimos nas contas individuais das subsidiárias, ao abrigo das normas locais aplicáveis a essas entidades.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("*bid*") conhecida;

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.) (Nota 45).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### 3.10.3 Imparidade de Activos Financeiros

#### Activos Financeiros ao custo amortizado

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

#### a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.



## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em cada data de referência das demonstrações financeiras os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2008) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2008) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

### 3.10.4 Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, mas, embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo (Nota 16).

### Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

À data das demonstrações financeiras são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

### Cobertura de Justo Valor

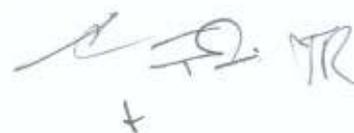
Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

### Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará,



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

3.10.5 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.10.6 Reclassificação entre categorias de instrumentos Financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros. Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros detidos para negociação e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados para as categorias de activos financeiros disponíveis para venda, Outros créditos e valores a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros com data a partir de 1 de Julho de 2008 e 31 de Outubro de 2008.

Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

### 3.11 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por o Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de Investimento".

### 3.12 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

### 3.13 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio os imóveis utilizados pelo Grupo no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram

17

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como "custo estimado" de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica "Outros Resultados de exploração".

### 3.14 Locação

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

#### 3.14.1 Locações operacionais

##### Como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

##### Como locador

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas e são registadas no balanço em "outros activos tangíveis", ao custo, deduzido de amortizações e por perdas de imparidade.

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

  
+

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

### 3.14.2 Locações financeiras

#### Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em "Outros activos fixos tangíveis", pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas em encargos financeiros e amortizações, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo. Os juros suportados são registados como custos financeiros. Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

#### Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

### 3.15 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

### 3.16 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das



## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

### 3.17 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 são as seguintes:

#### Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a Companhias de Seguros.

As entidades do Grupo Rentipar, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Na sequência do Acordo de Empresa celebrado com os Sindicatos do Sector em 2008 e da fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), a partir de 1 de Janeiro de 2009, esta Sociedade assume a obrigação com os seguintes Planos de Pensões:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
  - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
  - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Plano de Pensões BBKA (benefício definido), fechado a novas adesões, ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV), aos empregados do BBKA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, plano independente dos regimes públicos de Segurança Social. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades desta Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBKA, que financia o Plano de Pensões do BBKA.

- Outras entidades do Grupo:

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A., a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 46). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

M

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

### Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de "Outros passivos" por contrapartida da rubrica de Resultados.

### 3.18 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflecta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 3.19 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital, quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

### 3.20 Reconhecimento de proveitos e custos

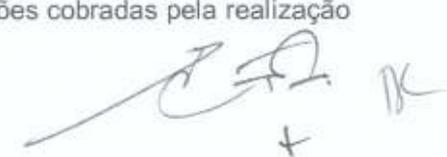
Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do réditto possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

### 3.21 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.



7

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

3.22 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica "rendimento de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.



## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

### 4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2009		31-12-2008	
			% participação efectiva	Interesses minoritários	% participação efectiva	Interesses minoritários
Rentipar Capital, Investimentos Financeiros, SA	Portugal	Rentipar Financeira, SGPS, SA	93,50%	6,50%	90,00%	10,00%
Banif - SGPS, SA	Portugal	Rentipar Financeira, SGPS, SA	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Comercial, SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.				
Banif (Açores) SGPS, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Finance, Ltd.	Illhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
		Numberone, SGPS, Lda				
Banif & Comercial Açores, Inc San José	E.U.A.	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River	E.U.A.	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Investagor, SGPS, S.A.	Portugal	Banif (Açores) SGPS, S.A.	29,70%	70,30%	30,00%	62,00%
Investagor Hotels S.A.	Portugal	Investagor, SGPS, SA	20,70%	70,30%	38,00%	62,00%
Açours Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	Portugal	Investagor, SGPS, SA	24,77%	75,23%	31,89%	68,11%
Turotel Turismo e Hotéis dos Açores, E.A.	Portugal	Investagor, SGPS, SA	29,14%	70,86%	37,28%	62,72%
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.	Portugal	Açours Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	24,77%	75,23%	31,89%	68,11%
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comércio de Veículos	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial, SGPS, S.A.	49,42%	50,58%	63,20%	36,77%
		Banif International Holdings, Ltd				
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Gestão Activo - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	31,05%	68,95%	39,73%	60,27%
		Banif - Banco de Investimentos, S.A.				
Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	40,14%	59,86%	61,26%	40,85%
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	25,59%	74,41%	32,74%	67,26%
Gemma - Soc. Titulização de Créditos, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Numberone SGPS, Lda	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif International Asset Management Ltd.	Illhas Cayman	Numberone SGPS, Lda	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Multifund Ltd.	Illhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Illhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Illhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	42,65%	57,35%	54,56%	45,44%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A.	Banif Internacional Holdings Ltd	42,65%	57,35%	54,56%	45,44%
Banif Finance (USA) corp.	E.U.A.	Banif Internacional Holdings Ltd	42,65%	57,35%	54,56%	45,44%
Banif Forfeiting Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	42,65%	57,35%	54,56%	45,44%
Banif Trading, Inc.	E.U.A.	Banif Internacional Holdings Ltd	42,65%	57,35%	54,56%	45,44%
FINAB - International Corporate Management Services, Ltd.	Illhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd.	30,11%	69,89%	36,51%	61,49%
Banif Securities, Inc.	E.U.A.	Banif Securities Holding, Ltd	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Econofinance, S.A.	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Securities Holding, Ltd	Illhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif ( Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
		Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.				
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif Comercial - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
		Banif - Investimentos - SGPS, S.A.				
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
		Banif Securities Holding, Ltd				
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Gestão de Activos (Brasil), S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif - Imobiliário, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de	Portugal	ACE (T)	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	36,13%	63,87%	46,22%	53,78%
Banco Caboverdeano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SGPS, S.A.	25,94%	74,06%	33,18%	66,82%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	50,18%	49,82%	64,19%	35,81%

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2009		31-12-2008	
			% participação efectiva	Interesses minoritários	% participação efectiva	Interesses minoritários
Tecnicredito SGPS, SA	Portugal	Banif - SGPS, SA	50,18%	49,82%	-	-
Tecnicredito ALD	Portugal	Tecnicredito SGPS, SA	50,18%	49,82%	-	-
Banif Mais (anterior Banco Mais)	Portugal	Tecnicredito SGPS, SA	50,18%	49,82%	-	-
Bank Plus Hungary	Hungria	Banco Mais	50,18%	49,82%	-	-
Margem Mediação de Seguros, Lda	Portugal	Tecnicredito SGPS, SA	50,18%	49,82%	-	-
TCC Investments Luxembourg	Luxemburgo	Tecnicredito SGPS, SA	50,18%	49,82%	-	-
Ecoprogresso Trading, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	25,09%	74,91%	-	-
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Banif - SGPS, SA	50,18%	49,82%	-	-
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	50,18%	49,82%	64,10%	35,81%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	49,80%	50,20%	63,71%	36,29%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	49,80%	50,20%	63,71%	36,29%
SPE Panama	Brasil	FIP Banif Real Estate	47,30%	52,70%	60,51%	39,49%
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	30,60%	69,40%	38,99%	61,11%
Banif Fortuny	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A	25,09%	74,91%	-	-
	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	50,18%	49,82%	-	-
Iba Invest FEIA	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	35,14%	64,86%	-	-
Banif Nitor FI Açores	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	46,08%	53,92%	-	-
Banif Nitor Maestro FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	37,83%	62,17%	-	-
Banif Nitor FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	46,86%	53,14%	-	-
Banif Nitor Institucional FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	30,41%	69,59%	37,48%	62,52%
Imogest	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	30,14%	69,86%	37,70%	62,30%
Capvien	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	44,91%	55,09%	-	-
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	38,77%	61,23%	-	-
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	30,72%	69,28%	-	-
Banif Ibero	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	50,18%	49,82%	-	-
Banif Renda Habitação	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	50,18%	49,82%	-	-
Banif Gestão Imobiliária	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	-	-	63,83%	36,17%
Global Cash Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	64,10%	35,81%
Agressive Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	64,10%	35,81%
Balanced Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	64,10%	35,81%
Brazilien Bond Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	64,10%	35,81%
Brazilien Equity Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	64,10%	35,81%
Conservative Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	64,10%	35,81%
European Bond Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	63,58%	36,42%
European Equity Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A.	-	-	64,10%	35,81%
FIP Banif Real Estate II	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	64,10%	35,81%
FIP Amazonia Energia II	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	30,10%	69,90%
Banif Nitor Caravelas	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	64,10%	35,81%
Global Real State	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento S.A.	-	-	33,06%	66,94%
Banif Nitor Port. Crédito Privado	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	59,86%	40,14%

(\*) A Banifserv - ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Grupo Rentipar:

Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	85,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,5%
Banif GO	8,0%
Banif - Banco de Investimento, SA	1,5%
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veículos Automóveis	4,0%

M

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as entidades de propósitos especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

<u>Nome da Sociedade</u>	<u>Natureza</u>	<u>31-12-2009</u> <u>% participação</u>	<u>31-12-2008</u> <u>% participação</u>
Atlantes N°1 Limited	Veículos de Securitização	-	64,19%
Atlantes N°2 plc	Veículos de Securitização	-	64,19%
Atlantes Mortgage N°1 plc	Veículos de Securitização	50,18%	64,19%
Atlantes Mortgage N°2 plc	Veículos de Securitização	50,18%	64,19%
Atlantes Mortgage N°3 plc	Veículos de Securitização	50,18%	64,19%
Atlantes Mortgage N°4 plc	Veículos de Securitização	50,18%	-
Atlantes Mortgage N°5 plc	Veículos de Securitização	50,18%	-
Azor Mortgage N° 1	Veículos de Securitização	50,18%	64,19%
Azor Mortgage N° 2	Veículos de Securitização	50,18%	64,19%
Euro Invest Series 3A, 3B, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	50,18%	64,19%
Euro Invest Series 5, 6 e 7	Emissão de Dívida Estruturada	-	64,19%
Trade Invest Series 14	Emissão de Dívida Estruturada	50,18%	64,19%
Trade Invest Series 12, 13	Emissão de Dívida Estruturada	-	64,19%

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2009, as alterações verificadas no Grupo foram as seguintes:

- A Rentipar Financeira, SGPS, SA adquiriu 65.326.277 acções da Banif – SGPS, SA, dos quais 42.016 277 acções são referentes ao aumento de capital da Banif – SGPS, SA, pelo montante de 74.631 milhares de euros.
- A Rentipar Financeira, SGPS, SA adquiriu 350 acções da Renticapital, Investimentos Financeiros, SA pelo montante de 1.750 milhares de euros.
- A Rentipar Financeira Alienou 242.000 acções da sociedade Vestiban – Gestão de Investimentos, SA pelo montante de 6.050 milhares de euros.
- A Renticapital, Investimentos Financeiros, SA alienou de 13.020.093 acções da Banif – SGPS, SA à Vestiban – Gestão de Investimentos, SA e 23.000.000 acções da Banif – SGPS, SA à Rentipar Financeira por 16.145 milhares de euros e 32.200 milhares de euros, respectivamente.
- Com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, o Grupo procedeu à fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, filiais cujo capital é detido integralmente pela Banif Comercial, SGPS, SA. Todos os comparativos referentes ao Banco Banif e Comercial dos Açores, SA estão agregados no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.
- Aumentos de capital (Março e Setembro) no montante global de 200 milhões de euros no Banif - Banco Internacional do Funchal, subscrito pela Banif Comercial, SGPS, SA.
- Emissão pela Banif Finance. Ltd de acções preferenciais no montante de 10 milhões de euros e 15 milhões de dólares americanos.
- Emissão pelo Banif International Bank. Ltd de acções preferenciais no montante de 10 milhões de euros, subscrito pela Banif Finance, Ltd.
- Aquisição pela Banif (Açores), SGPS, SA da participação na Investaçor, SGPS, SA ao Banif – Banco Internacional do Funchal, SA pelo montante de 9.376 milhares de euros.

*[Handwritten signatures and initials]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Aquisição pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA da participação na Numberone, SGPS, Lda ao Banif – Banco de Investimento, SA pelo montante de 350 milhares de euros.
- Aquisição pelo Banif – Banco de Investimento, SA da Banif International Asset Management à Numberone, SGPS, Lda pelo montante de 231 milhares de euros.
- Constituição da sociedade Banieuropa, Holding, SL, cujo capital social foi integralmente realizado pela Banif – SGPS, SA.
- Alteração da denominação de Banif Nitor Asset Management, SA para Banif Gestão de Activos (Brasil) SA.
- Aumento de capital da sociedade Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA no montante de 29.457 milhares de reais, subscritos pela Banif Comercial, SGPS, SA e Banif Internacional Holdings, Ltd.
- Aumento de capital da sociedade Banif – Banco de Investimento, SA no montante de 15.000 milhares de euros subscritos pela Banif – Investimentos - SGPS, SA.
- Aumento de capital da sociedade Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA no montante de 27.500 milhares de reais, subscrito pela Banif – Investimentos - SGPS, SA e Banif Securities Holdings, Ltd.
- Aumento de capital da Banif Internacional Holdings, Ltd no montante de 5.522 milhares de dólares americanos subscritos em 85% pelo Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- No 4.º Trimestre de 2009 o Grupo Banif subscreveu um aumento de capital da Rentipar Seguros, SGPS, SA através da entrada em espécie da participação financeira de 47,69% que detinha no capital social da Companhia de Seguros Açoreana, SA. Após esta operação o Banif – Grupo Financeiro passou a deter uma participação também de 47,69% no capital social da Rentipar Seguros, SGPS, SA.
- Aquisição de 50% da sociedade Ecoprogresso Trading, SA, pelo montante de 150 milhares de euros, através do Banif – Banco de Investimento, SA. Esta sociedade é consolidada pelo método de consolidação proporcional, dado que se trata de interesses em empreendimento conjunto.  
Os activos consolidados na percentagem do Grupo ascendem a 921 milhares de euros, dos quais 198 milhares de euros de caixa e seus equivalentes.
- Aquisição de 100% da sociedade Tecnicredito, SGPS, SA (Nota 5).

5. CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

Em 30 de Setembro de 2009, a Banif – SGPS, SA concluiu a aquisição de 100% das acções da Tecnicredito, SGPS, SA (Grupo Tecnicredito), após obtidas as autorizações das entidades reguladoras.

Na sequência desta aquisição o Grupo Rentipar passou a integrar no seu perimetro de consolidação as seguintes entidades que constituíam o Grupo Tecnicredito:

- Tecnicredito SGPS, SA
- Tecnicredito ALD
- Banif Mais (anterior Banco Mais)
- Bank Plus Hungary
- Margem Mediação de Seguros, Lda
- TCC Investments Luxembourg
- Banco Pecúnia

O Grupo Tecnicredito desenvolve a sua actividade principal no sector financeiro, na área de financiamento automóvel. A aquisição do Grupo Tecnicredito foi motivada, entre outros, pelos seguintes factores:

- Experiência da Tecnicredito na área de financiamento automóvel, segmento de mercado pouco representativo na carteira de produtos do Grupo Rentipar em Portugal,

*[Handwritten signature and initials]*

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

com uma implementação sólida em toda a extensão do território nacional e uma quota de mercado que coloca no Top 5 a Dezembro de 2008.

- Alinhamento com a estratégia de internacionalização do Grupo Rentipar (a Tecnicrédito tem operações na Hungria, Eslováquia, Polónia e Espanha).
- Reforço dos fundos próprios regulamentares do Grupo Rentipar.

A aquisição do Grupo Tecnicrédito foi tratada de acordo com a "IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais", tendo sido apurada uma diferença de consolidação negativa no montante de 20.840 milhares de Euros, determinada do seguinte modo (valores em milhares de Euros):

	31-12-2009
Descrição	Valor
Justo valor das acções emitidas	95.900
Justo valor das VMOCs emitidas	103.049
Montante adicional a pagar	17.793
	<u>216.742</u>
capital social	-17.500
Reservas de reavaliação	6.385
Outras reservas e resultados transitados	-225.529
Resultado do exercício	-19.498
Total capital da Tecnicrédito	<u>-256.142</u>
Ajustamento imóveis	-3.801
Ajustamento Passivos Subordinadas	1.668
Total valor Tecnicrédito	<u>-258.275</u>
Diferença de consolidação negativa Banif - SGPS, SA	<b>-41.533</b>
Diferença de consolidação negativa Grupo Rentipar (50,177%)	<b>-20.840</b>

O custo de aquisição da Tecnicrédito SGPS, SA é composto da seguinte forma:

- Justo valor da emissão de 70.000.000 acções, valorizadas pela cotação das acções da Banif – SGPS, SA em 30/09/2009 (1,37 euros/ acção).
- Justo valor dos VMOCs (Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis) emitidos, que correspondem a:
  - 70.000.000 VMOCs valorizados pela cotação das acções da Banif – SGPS, SA em 30/06/2009 (1,37 euros/acção);
  - componente de passivo relativa à remuneração fixa deste instrumento, actualizado à taxa de 6,78%, tendo sido determinada um montante de 7.149 milhares de Euros.
- O montante de 17.793 milhares de euros corresponde ao valor a pagar pela Banif – SGPS, SA aos antigos accionistas da Tecnicrédito, SGPS, SA pelo facto do factor de conversão ser superior a 1, conforme disposto no Contrato.

Os ajustamentos em imóveis e passivos subordinados correspondem à homogeneização de critérios valorimétricos entre o Grupo Rentipar e o Grupo Tecnicrédito.

Foi realizado um *Purchase Price Allocation (PPA)* do Grupo Tecnicrédito, conforme requerido pelo parágrafo 56 (a) da "IFRS 3: Concentrações de actividades empresariais". Esta análise foi

Handwritten signature and initials, including 'TK' and 'TK'.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

efectuada com recurso a uma entidade especializada independente. No processo de avaliação de activos e passivos foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Taxas de desconto: Para a realização das várias análises, foram utilizadas as taxas de desconto diferenciadas para o Banif – Grupo Financeiro (custo de capital (CoE) de 11,8%) e para o Grupo Tecnicredito (custo de capital (CoE) de 16,5%).
- Justo valor da carteira de crédito: foram definidos pressupostos de valorização para a carteira com e sem sinais de imparidade. Na carteira sem sinais de imparidade, os pressupostos considerados incluem um *spread* de risco ponderado para a estrutura da carteira por ano de geração e por país. Na carteira com sinais de imparidade, foram considerados pressupostos no que concerne ao rácio de cobertura para perdas por imparidade.

Foram ainda analisados os activos intangíveis identificáveis (lista de clientes adquiridos, relacionamento com os clientes e software desenvolvido internamente) e passivos contingentes.

Da avaliação efectuada à identificação e mensuração dos activos, passivos e passivos contingentes do Grupo Tecnicredito não resultaram ajustamentos de valor material que justifiquem a alteração do valor dos activos, passivos e passivos contingentes integrados no Grupo Rentipar, para além dos ajustamentos dos imóveis e passivos subordinados anteriormente referidos.

A diferença de consolidação negativa justifica-se com as condições actuais de mercado e com o prémio pago face às expectativas sustentadas de rentabilidade futura que o Grupo Rentipar, de maior dimensão e em crescimento, proporciona aos antigos accionistas da Tecnicredito, SGPS, SA.

O Grupo Rentipar integrou os seguintes activos e passivos do Grupo Tecnicredito em 30/09/2009:

<u>GRUPO TECNICRÉDITO - 30/09/2009</u>	
<b>ACTIVO</b>	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	402
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92.402
Activos financeiros detidos para negociação	17.951
Activos financeiros disponíveis para venda	70
Aplicações em instituições de crédito	93.998
Crédito a clientes	794.577
Activos não correntes detidos para venda	585
Outros activos tangíveis	15.838
Activos intangíveis	434
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	19.059
Activos por impostos correntes	3.910
Activos por impostos diferidos	9.933
Outros activos	12.303
<b>Total do Activo</b>	<b>1.061.462</b>
<b>PASSIVO</b>	
Passivos financeiros detidos para negociação	18.304
Recursos de outras instituições de crédito	269.299
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.878
Responsabilidades representadas por títulos	461.100
Derivados de cobertura	4.078
Provisões	184
Passivos por impostos correntes	736
Passivos por impostos diferidos	9.297
Outros passivos subordinados	5.887
Outros passivos	31.424
<b>Total do Passivo</b>	<b>803.187</b>

*[Handwritten signature and initials]*

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Desde a data de aquisição, o Grupo Tecnicrédito contribuiu com 2.077 milhares de euros para o resultado líquido do Grupo. Caso a aquisição tivesse sido realizada no início do ano, o contributo seria de 11.861 milhares de euros. De referir que o resultado dos primeiros nove meses do Grupo Tecnicrédito, no montante 9.784 milhares de euros, está incorporado no cálculo da diferença de consolidação negativa.

Com a integração do Grupo Tecnicrédito, o Grupo Rentipar obteve 92,8 milhares de euros de caixa e seus equivalentes.

Os gastos incorridos com o processo de aquisição (legal, auditoria e outros) foram reconhecidos em custos do exercício.

### 6. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo Rentipar encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade de banca comercial e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo, que não tem materialidade.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação analisada pela Gestão do Grupo:

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

Banca de Investimento – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, *corporate finance* e aquisições e fusões.

Gestão de Activos – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

Holdings e Outros – Abrange todas as operações efectuadas pelas holdings do Grupo e segmentos não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

O *reporting* por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, Resto da União Europeia, América do Norte (EUA), América Latina (Brasil) e resto do mundo.

Os reportes utilizados pela Gestão têm essencialmente como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS, não existindo diferenças entre as mensurações dos proveitos, das perdas, do activo e do passivo dos segmentos relatáveis.

MD

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

### 6.1 – Segmentos de negócio

31-12-2009	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	300.164	6.347	1	15	306.526
Disponibilidades em outras instituições de crédito	172.453	27.689	8	684	200.833
Activos financeiros detidos para negociação	89.728	228.859	28.514	4.549	351.649
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.477	189.467	63.463	75.495	475.902
Activos financeiros disponíveis para venda	12.800	66.181	-	27.010	105.971
Aplicações em instituições de crédito	301.903	2.059	18.151	-	322.114
Crédito a clientes	10.951.454	474.042	-	103.667	11.529.383
Investimentos detidos até à maturidade	-	80.399	-	-	80.399
Activos com acordo de recompra	12.060	23.540	-	-	36.500
Derivados de cobertura	884	-	-	-	884
Activos não correntes detidos para venda	82.167	-	-	3.356	85.522
Propriedades de investimento	42.344	-	155.200	2.258	199.802
Outros activos tangíveis	95.478	23.215	6.939	181.051	286.684
Activos intangíveis	7.968	4.142	49	14.646	26.403
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	28.095	15.013	-	14.128	57.835
Activos por impostos correntes	15.341	3.913	1.133	4.522	24.909
Activos por impostos diferidos	38.440	12.201	1	12.363	63.126
Outros activos	176.129	39.015	23.369	120.653	359.366
<b>Total do Activo</b>	<b>12.495.812</b>	<b>1.175.151</b>	<b>296.834</b>	<b>545.445</b>	<b>14.513.242</b>
Recursos de bancos centrais	1.103.424	93.136	-	-	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	26.360	57.738	232	-	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	182.919	37.330	-	-	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	1.032.030	270.178	8.306	2.382	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.415.574	257.856	-	17.249	6.690.679
Responsabilidades representadas por títulos	2.155.510	52.189	-	170.032	2.377.732
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	2.608	-	-	-	2.608
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.822	4.060	-	979	14.861
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.131	216	-	101	8.448
Passivos por impostos diferidos	20.405	26	464	3.793	24.687
Instrumentos representativos de capital	40.000	-	-	7.975	47.975
Outros passivos subordinados	307.456	15.027	-	-	322.483
Outros passivos	269.447	149.734	6.632	42.376	468.188
<b>Total do Passivo</b>	<b>12.074.286</b>	<b>937.509</b>	<b>15.634</b>	<b>244.886</b>	<b>13.272.313</b>

31-12-2008	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	305.903	7.282	8	13	313.206
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90.716	55.923	2.343	611	149.593
Activos financeiros detidos para negociação	41.776	176.709	66.149	-	274.724
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	152.649	74.400	18.870	18.941	264.860
Activos financeiros disponíveis para venda	11.622	100.239	0	47.415	159.476
Aplicações em instituições de crédito	131.387	2.288	15.994	-	149.668
Crédito a clientes	9.915.990	380.719	-	123.913	10.420.522
Investimentos detidos até à maturidade	-	84.003	-	-	84.003
Activos com acordo de recompra	30.005	61.278	-	-	91.283
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	71.498	-	-	-	71.498
Propriedades de investimento	33.970	-	102.698	5.292	141.960
Outros activos tangíveis	75.410	24.025	7.388	155.718	262.540
Activos intangíveis	22.348	2.312	66	2.785	27.511
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	33.876	21.574	0	82.831	138.282
Activos por impostos correntes	20.136	5.710	1.070	4.919	31.835
Activos por impostos diferidos	14.673	15.670	38	16.257	46.638
Outros activos	221.437	103.759	17.757	41.414	384.407
<b>Total do Activo</b>	<b>11.173.495</b>	<b>1.115.961</b>	<b>222.422</b>	<b>498.199</b>	<b>13.010.097</b>
Recursos de bancos centrais	679.509	86.334	-	-	765.843
Passivos financeiros detidos para negociação	20.151	21.783	-	-	41.934
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	230.694	36.503	-	-	267.196
Recursos de outras instituições de crédito	1.799.211	278.662	15	3.091	2.081.009
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.211.366	253.557	-	19.137	6.484.060
Responsabilidades representadas por títulos	1.297.530	36.889	-	231.214	1.565.642
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.911	2.206	128	979	13.224
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	6.364	86	14	317	6.811
Passivos por impostos diferidos	1.680	4.067	464	10.184	16.415
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	308.033	15.072	-	-	323.105
Outros passivos	201.441	159.153	8.502	28.904	398.000
<b>Total do Passivo</b>	<b>10.945.929</b>	<b>894.361</b>	<b>9.124</b>	<b>293.826</b>	<b>12.163.239</b>

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2009	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
<b>Margem financeira</b>	<b>262.916</b>	<b>23.807</b>	<b>2.363</b>	<b>-2.346</b>	<b>286.740</b>
Rendimento de instrumentos de capital	326	278	-	920	1.524
Rendimento de serviços e comissões	80.607	33.652	11.266	432	125.956
Encargos com serviços e comissões	12.247	1.951	451	730	15.378
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(180)	(31.662)	6.139	2.473	(23.261)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.515	1.150	-	17.844	22.508
Resultados de Reavaliação Cambial	16.024	25.541	5	7	41.577
Resultados de Alienação de Outros Activos	2.901	53	-	22.547	25.501
Outros Resultados de Exploração	42.431	(4.743)	5.541	23.291	66.520
<b>Produto da Actividade</b>	<b>396.292</b>	<b>46.105</b>	<b>24.863</b>	<b>64.438</b>	<b>531.697</b>
Custos com Pessoal	137.462	21.122	2.411	9.500	170.525
Outros gastos administrativos	85.042	21.536	7.998	12.641	127.217
Amortizações do exercício	17.845	1.854	145	14.825	34.669
Provisões líquidas de anulações	67	2.926	-	-	2.993
Imparidade do crédito líquida de reversões a recuperações	115.442	(3.264)	-	-	112.178
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	1.788	156	-	17.258	19.243
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(203)	(5)	772	572	1.136
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	20.840	20.840
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	(305)	(1.772)	-	(5.973)	(8.050)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>38.512</b>	<b>(33)</b>	<b>13.538</b>	<b>24.510</b>	<b>76.526</b>
Correntes	(4.624)	4.076	855	1.162	1.499
Diferidos	6.468	3.920	2.024	163	12.576
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>43.136</b>	<b>(4.110)</b>	<b>12.683</b>	<b>23.318</b>	<b>75.027</b>
Interesses que não controlam	10.986	(52)	722	10.432	22.088
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>32.150</b>	<b>(4.058)</b>	<b>11.961</b>	<b>12.886</b>	<b>52.938</b>

31-12-2008	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
<b>Margem financeira</b>	<b>255.608</b>	<b>22.530</b>	<b>4.617</b>	<b>(14.179)</b>	<b>268.575</b>
Rendimento de instrumentos de capital	928	356	-	1.599	2.883
Rendimento de serviços e comissões	69.682	29.984	16.420	180	116.237
Encargos com serviços e comissões	9.066	2.171	2.030	604	13.871
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(7.812)	31.371	(6.617)	(10.853)	6.089
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	63.996	-	-	63.996
Resultados de Reavaliação Cambial	3.476	(22.484)	(8)	(971)	(19.988)
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.843	33	5	(94)	1.786
Outros Resultados de Exploração	12.234	(3.017)	462	16.507	26.186
<b>Produto da Actividade</b>	<b>326.862</b>	<b>120.598</b>	<b>12.848</b>	<b>-8.415</b>	<b>451.893</b>
Custos com Pessoal	128.470	22.634	2.605	8.897	162.606
Outros gastos administrativos	87.308	26.642	6.966	13.446	134.362
Amortizações do exercício	14.746	1.600	939	14.001	31.286
Provisões líquidas de anulações	1.662	-	128	-	1.791
Imparidade do crédito líquida de reversões a recuperações	48.615	5.092	-	-	53.707
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2.659	-	-	54	2.713
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	2.272	2.262	-	634	5.168
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.566	(838)	-	4.766	5.894
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>43.095</b>	<b>61.530</b>	<b>2.210</b>	<b>(40.682)</b>	<b>66.154</b>
Correntes	2.290	8.888	1.224	(985)	11.418
Diferidos	7.550	18.688	1.258	84	27.581
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>49.895</b>	<b>52.642</b>	<b>985</b>	<b>(39.697)</b>	<b>54.736</b>
Interesses que não controlam	7.434	(22)	109	20.124	27.645
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>33.371</b>	<b>52.664</b>	<b>876</b>	<b>(59.821)</b>	<b>27.091</b>

### 6.2 – Segmentos geográficos

31/12/2009

CATEGORIA	PORTUGAL	RESTO DA UNÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
<b>ACTIVO</b>						
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	730.124	7.908	2.934	97.268	61.701	899.935
Activos Financeiros Devidos para Negociação	83.484	5.267	-	284.065	254	373.010
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	86.802	-	-	9.587	8.881	105.270
Emprestimos a Clientes (Líquido)	10.539.500	60.188	225.968	408.189	268.349	11.242.194
Investimentos Devidos até à Maturidade	40.399	-	-	-	-	40.399
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	12.841	44.903	-	-	-	57.744
Outros activos (dos quais)	1.304.021	10.992	17.200	188.500	30.632	1,540,345
Activos Tangíveis	252.435	5.781	483	33.045	4.330	296.974
Activos Intangíveis	24.742	442	-	907	313	26,404
<b>TOTAL do ACTIVO (LÍQUIDO)</b>	<b>12,876,802</b>	<b>128,625</b>	<b>245,593</b>	<b>984,157</b>	<b>303,519</b>	<b>14,238,696</b>
<b>PASSIVO</b>						
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	1.196.594	-	-	-	-	1,196,594
Depósitos de clientes	5,145,712	147,473	-	11,085	385,407	5,690,277
Débitos representados por títulos	2,036,310	-	-	338,948	-	2,375,258
Outros Passivos	2,558,801	1,830	17,888	278,170	191,030	3,049,719
<b>TOTAL do PASSIVO</b>	<b>11,868,194</b>	<b>149,102</b>	<b>17,888</b>	<b>628,203</b>	<b>496,421</b>	<b>12,779,808</b>

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31/12/2008

CATEGORIA	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
<b>ACTIVO</b>						
Aplicações e Disponibilidades (juro de Bancos Centrais e Instituições de Crédito)	431.069	105.849	4.054	35.437	16.058	612.467
Activos Financeiros Detidos para Negociação	17.586	31	-	242.582	14.479	274.724
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	69.405	39	-	47.673	42.188	159.476
Empréstimos Clientes (Liquidez)	8.108.983	1.508.373	158.497	290.739	293.959	10.420.522
Investimentos Detidos até à Maturidade	84.003	-	-	-	-	84.003
Outros activos (não qual.)	1.199.608	64.977	2.813	142.129	49.287	1.498.814
- Activos Intangíveis	237.117	5.051	332	15.699	4.341	262.540
- Activos Intangíveis	35.942	462	-	731	376	27.511
<b>TOTAL do ACTIVO LIQUIDO</b>	<b>9.930.854</b>	<b>1.739.286</b>	<b>165.364</b>	<b>708.571</b>	<b>419.971</b>	<b>13.810.066</b>
<b>PASSIVO</b>						
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.885.235	-	-	152.266	9.331	3.046.832
Depósitos de clientes	5.974.627	22.170	-	4.622	482.641	6.484.060
Débitos representados por títulos	1.041.638	336.370	-	135.534	32.130	1.565.642
Outros Passivos	543.861	67.799	6.189	157.830	250.056	1.166.685
<b>TOTAL do PASSIVO</b>	<b>10.445.341</b>	<b>446.339</b>	<b>6.189</b>	<b>450.212</b>	<b>819.998</b>	<b>12.163.239</b>

31/12/2009

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
<b>Margem financeira</b>	<b>212.967</b>	<b>925</b>	<b>9.747</b>	<b>62.599</b>	<b>502</b>	<b>286.740</b>
Rendimento de instrumentos de capital	1.524	-	-	-	-	1.524
Rendimento de serviços e comissões	96.478	126	1.639	25.879	1.836	125.958
Encargos com serviços e comissões	13.070	48	39	1.517	704	15.378
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(8.778)	146	-	(30.123)	15.501	(23.251)
Resultados de Avaliação Cambial	21.622	-	-	887	-	22.509
Resultados de Alienação de Outros Activos	15.719	108	110	25.825	109	41.577
Outros Resultados de Exploração	21.285	-	3.808	408	-	25.501
Produtos da Actividade	<b>428.667</b>	<b>1.070</b>	<b>16.732</b>	<b>77.158</b>	<b>10.064</b>	<b>531.691</b>
Custos com Pessoal	136.627	2.882	2.350	26.893	2.783	170.525
Outros gastos administrativos	93.372	3.117	3.300	24.742	2.488	127.217
Amortizações do exercício	31.122	557	72	2.175	744	34.669
Provisões líquidas de anulações	(22.545)	245	6.584	17.587	1.082	2.959
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	104.571	82	-	(1.723)	9.248	112.178
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19.243	-	-	-	-	19.243
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1.138	-	-	-	-	1.138
Diferenças de Consolidação negativas	41.533	-	-	-	-	20.840
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	(15.062)	(991)	-	-	-	(16.053)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>90.622</b>	<b>(8.848)</b>	<b>4.427</b>	<b>7.465</b>	<b>(6.458)</b>	<b>76.526</b>
Correntes	1.443	(1.700)	4	3.048	(1.296)	1.499
Diferidos	4.073	-	-	8.503	-	12.576
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>95.138</b>	<b>(1.700)</b>	<b>4.431</b>	<b>11.016</b>	<b>(7.754)</b>	<b>89.131</b>
Interesses que não controlam	11.148	(888)	474	355	11.101	22.089
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>78.031</b>	<b>(4.160)</b>	<b>3.949</b>	<b>4.062</b>	<b>(16.263)</b>	<b>62.991</b>

31/12/2008

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	658.134	933	43.329	56.861	185.185	944.442
Juros e Encargos Similares	(460.463)	(331)	(36.280)	(10.831)	(167.962)	(675.867)
<b>Margem financeira</b>	<b>197.671</b>	<b>602</b>	<b>7.049</b>	<b>46.030</b>	<b>17.223</b>	<b>268.575</b>
Rendimento de instrumentos de capital	2.880	0	-	3	-	2.883
Rendimento de serviços e comissões	90.714	17	2.692	19.267	3.547	116.237
Encargos com serviços e comissões	(9.566)	(11)	(1.042)	(2.530)	(723)	(13.871)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao J. V. através de resultados	811	0	3.847	6.976	(5.545)	6.089
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	0	-	63.966	-	63.966
Resultados de Reavaliação Cambial	(12.273)	13	137	(7.350)	(515)	(19.888)
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.410	-	-	376	-	1.786
Outros Resultados de Exploração	29.024	(73)	(3.196)	2.277	(1.846)	26.186
<b>Produto da Actividade</b>	<b>300.672</b>	<b>548</b>	<b>9.487</b>	<b>129.045</b>	<b>12.141</b>	<b>451.893</b>
Custos com Pessoal	(126.925)	(3.173)	(3.509)	(27.327)	(1.672)	(162.606)
Outros gastos administrativos	(96.025)	(3.663)	(3.486)	(28.870)	(2.318)	(134.362)
<b>Cash Flow de Exploração</b>	<b>77.722</b>	<b>(6.288)</b>	<b>2.492</b>	<b>72.848</b>	<b>8.151</b>	<b>154.925</b>
Depreciações e Amortizações	(27.320)	(510)	(120)	(2.748)	(588)	(31.286)
Provisões líquidas de anulações	(1.791)	-	-	-	-	(1.791)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(29.370)	(295)	(3.406)	(20.831)	198	(53.707)
Imparidade de outros activos finan. líquida de reversões e recuperações	(2.713)	-	-	-	-	(2.713)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(5.165)	-	(3)	-	-	(5.168)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	4.078	1.816	-	-	-	5.894
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>	<b>15.441</b>	<b>(5.280)</b>	<b>(1.037)</b>	<b>49.289</b>	<b>7.761</b>	<b>66.154</b>
Impostos	-	-	-	-	-	-
Correntes	(7.166)	-	-	(20.415)	-	(27.581)
Diferidos	(258)	1.638	942	12.345	1.496	16.163
<b>Resultados depois de impostos e Interesses Minoritários</b>	<b>8.017</b>	<b>(3.642)</b>	<b>(95)</b>	<b>41.199</b>	<b>9.257</b>	<b>54.736</b>
Interesses Minoritários	(3.367)	2.063	26	(17.632)	(8.745)	(27.645)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>4.650</b>	<b>(1.579)</b>	<b>(69)</b>	<b>23.567</b>	<b>512</b>	<b>27.091</b>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

7. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Caixa	65.828	57.773
Dépositos à ordem em Banco Centrais	240.698	255.393
Juros de disponibilidades	-	40
	<u>306.526</u>	<u>313.206</u>

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 222.854 milhares de euros, que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

8. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Cheques a cobrar	28.750	43.300
No país	28.401	41.821
No estrangeiro	349	1.479
Déposito à ordem	117.403	106.141
No país	8.710	3.737
No estrangeiro	108.693	102.404
Outros	54.680	152
	<u>200.833</u>	<u>149.593</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 31 de Dezembro de 2009, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2010.

9. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	84.433	71.848
Instrumentos de dívida	222.214	159.529
Instrumentos de capital	45.002	43.347
	<u>351.649</u>	<u>274.724</u>

Na Nota 16 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2009 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos e a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	QTD	COTAÇÃO	Valor de Balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>			
LETRAS DO TESOIRO NACIONAL BRASIL	149.725	389,65	58.340
NTN-F -SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL BRASIL	68.765	401,32	27.597
LFT -SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL BRASIL	15.746	1.634,89	25.743
LFT - SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL BRASIL	9.698	1.631,68	15.824
DEBENTURES -KSSA12	3.000	4.475,34	13.426
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS 05/10	9.554.000	1,00	9.621
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL BRASIL	20.958	404,98	8.488
DEBENTURES -TRISUL	20.000	418,60	8.372
CPR FINANCEIRA -ANTONIO CABRERA MANO FILHO	18.375.456	0,42	7.734
US TREASURY N/B 11/15/19	10.800.000	0,96	7.252
LFT -LFT	3.385	1.616,54	5.472
CDCA POS-T -ALVORADA	5.274.735	0,48	2.526
CERTIFICADO DEPÓSITO BANCÁRIO	5.078.032	0,40	2.009
DEBENTURES -GAFISA	585	3.276,92	1.917
USIMINAS COMMERCIAL LTD	1.800.000	1,06	1.368
DEBENTURES -UNIDAS	392	2.870,48	1.125
CPR FINANCEIRA -JAYLE	2.908.620	0,36	1.056
BANCO VOTORANTIM SA	1.435.000	1,03	1.038
MELITA CAPITAL PLC	1.000.000	100,25	1.019
ENERGIPE Y SAEIPA 07/19/13	1.187.000	1,11	951
TELE N L PARTICIPACOES	1.332.000	1,03	950
FED REPUBLIC OF BRASIL	1.138.000	1,14	926
BANCO VOTORANTIM SA	1.170.000	1,05	864
MIDI PLC	815.900	102,76	841
FED REPUBLIC OF BRAZIL 11/01	651.000	1,09	764
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	965.000	1,07	720
CPR-POS-T -ANTONIO CABRERA MANO FILHO	1.524.386	0,47	720
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	742.000	0,96	715
CIA SEG ACORES SA 17/12/2017	685.000	0,89	610
CPR FINANCEIRA -FABIO BARRIENTO	1.151.484	0,53	605
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	1.215.000	0,69	596
CPR-POS-T -COPAGRIL	1.339.983	0,44	592
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 REGS	747.000	1,07	571
GOVERNMENT OF MALTA	500.000	100,51	512
NTN-F -NTN-F	1.235	394,40	487
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	642.000	1,07	482
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	500.000	1,29	460
BRASKEM SA	504.000	1,24	451
BANK OF VALLETTA PLC	435.700	102,42	447
CPR FINANCEIRA -SUELI YASSUKO MINE	836.679	0,52	431
TELEMAR N LESTE SA	490.000	1,20	412
MIZZI ORGANISATION FINANCE	408.900	100,00	411
DEBENTURES -CPEL14	100	4.096,40	410
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	497.000	1,16	400
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	497.000	1,05	372
PETROBRAS INTL FINANCE	450.000	1,16	369
CPR FINANCEIRA -SERGIO PAVANI	669.470	0,53	353
VOTORANTIM OVERSEAS 01/14	430.000	1,13	348
NATIONAL STEEL SA	460.000	1,01	326
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	350.000	1,15	280
VALE OVERSEAS LIMITED 01/16	324.000	1,05	243
ISA CAPITAL DO BRASIL 01/30/2012	321.000	1,04	240
FED REPUBLIC OF BRAZIL 04/10	215.000	1,01	238
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	5.750.000	0,96	223
PTCL FLOAT	200.000	0,998	201
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	263.000	1,01	187
CPR FINANCEIRA -ROSA SIGUEKU N.MINE	380.043	0,49	185
CPR FINANCEIRA -KIYODO AGRICOLA LTDA	330.535	0,53	176
FED REPUBLIC OF BRASIL 10	221.000	1,06	166
CPR-POS-T -SUELI YASSUKO	308.101	0,50	155

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	QTD	COTAÇÃO	Valor de Balanço
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	185.000	1,16	154
KFW 05/23/2010	350.000	1,01	151
BANCO BMG 8 3/4 01072010	600.000	1,02	147
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	200.000	1,00	141
BANCO PINE SA	200.000	1,00	139
BANCO BRADESCO 8 3/4 10/13	150.000	1,17	123
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09/12	100.000	1,15	117
CPR-POS-T -FABIO BARRIENTO	219.348	0,52	114
BANCO NAC DESENV ECON 04/10	195.000.000	1,01	107
GERDAU SA	150.000	1,02	106
BANCO BRADESCO SA	130.000	1,05	95
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	100.000	1,13	81
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	100.000	1,13	81
CAUE FINANCE LIMITED	100.000	1,12	80
KFW 9 1/8 02/05/10	180.000	1,00	78
REPUBLIC OF BRAZIL 01/17/17	100.000	1,08	77
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	100.000	1,08	75
FED REPUBLIC OF BRASIL	92.000	1,13	75
EDEN FINANCE PLC	73.000	100,00	74
UNIBANCO 8.7 07/29/49	93.000	1,01	66
INTL BK RECON & DEVELOP	145.000	1,00	63
BANCO INDUSTR E COMRCL	85.000	1,01	60
CCSA FINANCE LIMITED	80.000	1,06	59
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	150.000	0,95	58
BANCO DO ESTADO SAO PAULO	78.000	1,03	56
VIGOR 02/23/2017	70.000	0,95	48
CSN ISLANDS X CORP	66.000	1,01	47
BRASKEM FINANCE SA	62.000	1,03	44
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	58.000	1,01	41
GERDAU HOLDINGS INC	54.000	1,03	39
INDEPENDENCIA INTERNAT 05/15/2015	250.000	0,21	36
KFW 01/28/2010	75.000	1,00	33
CORINTHIA FINANCE PLC	29.500	100,00	31
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	40.000	1,03	29
BANCO DO BRASIL (CI) 09/14	33.000	1,18	28
ODEBRECHT OVERSEAS LTD	34.000	1,01	24
ODEBRECHT FINANCE LTD	20.000	1,16	16
BRASKEM INTL LTD	17.000	1,16	14
BANK OF VALLETTA PLC	12.812	100,00	13
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	15.000	1,08	11
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/17	6.794	1,40	10
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	12.000	1,07	9
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/13	10.000	1,23	9
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/12	10.000	1,18	9
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	10.000	1,07	8
PETROLEOS MEXICANOS 4 7/8 03/15	11.000	1,00	8
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	10.000	1,02	4
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	10.000	0,97	4
CIA BRAS BEBIDAS 09/13	2.000	1,17	2
REPUBLIC OF ARGENTINA 7 10/03/15	1.100	0,86	1
			<u>222.214</u>

*Handwritten signature and initials: F. R. +*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	QTD	COTAÇÃO	Valor de Balanço
<b>Instrumentos de capital</b>			
LINDENCORP DESENV. IMOB. SA	10.823.356	1,94	20.963
NOTAS PROMISSÓRIAS -UNIDAS	57	206.237,88	11.756
COTAS REAL ESTATE	1.847	3.982,00	7.354
COTAS MAPFRE RF PLUS FIC	2.799.933	0,59	1.638
COTAS FIC NANSEN	2.176.248	0,48	1.042
COTAS GRAU ORYX	182.874	3,45	631
COTAS GOVERNANCA	1.500	363,27	545
COTAS MAPFRE INVERSION FIM	429.066	0,96	411
COTAS FIP CAIXA AMBIENTAL	1.250	313,08	391
COTAS AMAZONIA FIP	190.000	0,47	90
REN, SGPS, SA	25.000	3,00	69
BPI SGPS	25.552	2,12	54
BMF	10.000	4,61	46
CIPAN	27.451	0,43	12
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30.000	0,00	0
			46.002

**10. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Instrumentos de capital	233.769	195.010
Instrumentos de dívida	242.133	67.850
	475.902	262.860

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2009 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Nome título	QTD	COTAÇÃO	Valor
<b>Instrumentos de Dívida</b>			
OBRIG. TESOURO 09/14JUN2019 4,75%	317.500	1,05	34.275
BBVA INTL 0% JUN 10	15.770.000	0,99	15.637
AXA CR LK N 0% SET 10	15.585.000	0,99	15.412
PT CR LKD NOTE NOV 10	15.070.000	0,99	14.875
TESOURO BRASIL	8.842	1,63	14.428
BAYER 0% MAR 11	14.795.000	0,97	14.289
CERTIFICADOS CCI 2ª EMISSÃO CRI OR	13.799.335,00	0,00	13.799
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	10.000.000	1,01	10.229
RENTIMUNDI 2009/2013	10.000.000	1,00	10.000
HSH NORDBK 3,5%OUT15	10.000.000	0,99	9.918
IRISH LIFE & PERMANENT	9.000.000	1,01	9.184
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	8.000.000	1,03	8.382
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	7.200.000	1,03	7.436
OBRIG. TESOURO SETEMBRO 1998/2013	57.880	1,10	6.429
HSH NORDBK 3,85%OUT14	5.000.000	0,99	4.984
PORTUGAL TEL INT FIN	3.900.000	1,00	3.942

*[Handwritten signature and initials]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome título	QTD	COTAÇÃO	Valor
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	3.250.000	1,06	3.558
O.T. PGB 3.2% 04/15/11	3.000.000	0,98	3.008
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	2.500.000	1,10	2.843
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	2.400.000	1,07	2.645
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	2.500.000	1,00	2.538
CRITERIA CAIXACORP SA	2.500.000	1,00	2.521
OT ANGOLA 15 NOV 2012	3.500.000	1,44	2.332
AÇOREANA TX VR DEZ 17	1.502.950	1,00	2.216
TELEFONICA EMISIONES SAU	2.000.000	1,01	2.029
INTESA SANPAOLO SPA	2.000.000	0,99	1.990
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	1.500.000	1,09	1.707
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	2.000.000	0,68	1.359
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL 07/12	1.250.000	1,01	1.284
BAYER HIPO 05MAI2014	1.250.000	0,97	1.247
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	1.000.000	1,12	1.162
3EUTSCHE BANK AG LONDON	2.000.000	1,16	1.114
OT-MAIO 5,85% 2010	10.000	1,02	1.055
BANCO BPI SA 3 07/17/12	1.000.000	1,01	1.025
SANOFI-AVENTIS 4 1/8 10/19	1.000.000	1,01	1.023
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	1.000.000	1,01	1.021
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	1.000.000	1,01	1.021
MORGAN STANLEY 4 1/2 10/29/14	1.000.000	1,01	1.015
NATIONAL BANK OF GREECE SA	1.000.000	0,94	953
ETAB ECON CASINO GUICH-P 04/04/2013	500.000	1,10	571
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	500.000	1,10	566
VEOLIA ENVIRONNEMENT	500.000	1,08	556
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	500.000	1,03	522
ENEL FINANCE INTL SA 4 09/14/16	500.000	1,02	514
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	500.000	1,01	512
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	500.000	1,01	509
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	500.000	1,01	506
ANGLO AMERICAN CAPITAL 12/16	500.000	1,00	503
VIVENDI 4 7/8 12/19	500.000	1,00	501
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	500.000	0,97	493
BMW FINANCE NV 4 09/17/14	400.000	1,02	412
EMT 2005/2010	382.000	1,00	384
EURO INVEST 1 5% 29DEZ2049	371.000	1,00	371
VIVENDI 12/01/2016	250.000	1,00	251
DONG ENERGY A/5	250.000	1,00	249
LAFARGE SA 5 1/2 12/19	250.000	0,99	248
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	80.000	0,98	80
MTNA 8,25% 03/06/13	34.000	1,13	40
VOLVO 7,875% 10/12	34.000	1,11	38
DB 9,5% 03/29/49	34.000	1,08	38
BESPL 5,625% 06/14	34.000	1,07	37
KPN 5,625% 09/30/24	34.000	1,05	36
GGB 5,5% 08/20/14	34.000	1,02	36
ENEL FIN 5% 09/14/22	34.000	1,03	35
XTALN 5,25 06/17	34.000	1,01	35
FIAT 6,875% 13/02/15	34.000	1,02	35
PORTEL 4,5% 06/25	34.000	0,89	31
BARCLAYS FLOAT 04/16	34.000	0,91	31
IRISH GOVT 5,9 10/19	25.000	1,08	27
ROYAL BK SCOTLAND 17	34.000	0,74	25
BBVASM VAR 10/49	20.000	1,07	22
BCP FINANCE 12/16	20.000	0,88	18
BBVASM VAR 14/49	14.000	1,07	15
			<u>242.133</u>





## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome título	QTD	COTAÇÃO	Valor
<b>Instrumentos de Capital</b>			
IMOPREDIAL	9.394.925	7,36	69.121
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	95.000.000	2,51	37.829
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	3.700	9.971,83	36.930
APLICAÇÃO URBANA XIV	14.798.336	0,00	14.798
BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA	2.352	25.113,01	9.366
BCP	9.517.132	0,85	8.042
GESTARQUIPARK - SOC. IMOB. SA	6.202.921	0,00	6.133
EDP RENOVAVEIS	995.000	6,63	6.597
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	57.742,64	4.735
ESPIRITO SANTO FINL	250.000	14,85	3.713
PORTO NOVO F.I.I.F.	41.906	86,94	3.643
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	29.870	116,20	3.471
VALE R DOCEPNA	158.400	0,02	2.654
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	1.299.278	1,97	2.554
NEW ENERGY FUND	50	49.807,88	2.490
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	40.000	50,80	2.032
GED SUR FCR-CL A	400.000	5,00	2.000
FINE ART FUND	1.261.246	0,00	1.203
MOTA-ENGIL	285.000	3,94	1.122
CIMPOR	155.000	6,43	996
IMPRESA	430.000	1,79	770
HOZAR PORTUGAL SA	687.000	2,55	687
PORTUCEL	285.000	1,98	564
COMP. QUINTAS SGPS, SA	360.000	1,55	557
CORTICEIRA AMORIM	500.000	0,94	470
TELEFONICA SA	21.500	19,52	420
BPI	183.215	3,24	388
JERÓNIMO MARTINS	52.448	6,99	366
GALP ENERGIA SGPS	28.500	12,08	344
E. SANTO FINANCIAL GROUP	21.000	14,85	312
P TELECOM	34.000	8,52	290
TEIXEIRA DUARTE	259.737	1,05	272
INAPA	416.372	0,64	266
BNY MELLON ARX CASH	233.548	0,00	266
MELLON CASH II FI CP	531.028	0,00	266
MELLON CASH III FI CP	531.045	0,00	266
MELLON CASH IV FI CP	531.045	0,00	266
MELLON CASH V FI CP	531.106	0,00	266
EDP	80.350	3,11	250
BSCH	21.000	11,55	243
SEMAPA SGPS	30.900	7,76	240
BBVA SA	16.000	12,73	204
REPSOL SA	10.500	18,73	197
BCP	227.000	0,85	192
BRADESCO PN	11.900	0,01	172
GRIFOLS SA	14.000	12,21	171
TEIXEIRA DUARTE	150.000	1,05	157
EDP	50.000	3,11	155
BRISA - Nom (Priv.)	21.360	7,18	153
BESCL	31.400	4,57	143
SONAE, SGPS	150.000	0,87	131
EBRO PULEVA SA	9.000	14,53	131
ARCELOR MITTAL SPAIN	4.000	32,40	130
OGX PETROLEO ON	18.800	0,01	128
CARADOR PLC	500.000	0,25	125
PESCANOVA SA	5.500	22,52	124
CIMPOR SGPS	19.000	6,43	122
GERDAU MET PN	8.700	0,01	115
ENDESA SA	4.300	23,95	103
TELECINCO SA	10.000	10,17	102
GAS NATURAL SDG SA	6.700	15,09	101
OTP BANK RT	5.000	20,18	101
GAMESA SA	8.500	11,79	100
PETROBRAS ON	6.000	0,02	100
VISCOFAN SA	5.600	17,76	99
J MARTINS	14.000	6,99	98
SITA-SOC.INDUST.DE TINTAS, SA	97.226,50	0,00	97
BANRISUL PNB	15.600	0,01	91
MELLON FIR DI LP	122.355	0,00	88
MELLON RF II	175.094	0,00	88
MELLON RF IV	175.094	0,00	88
MELLON RF IX	175.094	0,00	88
MELLON RF V	175.094	0,00	88
COFINA	40.000	1,06	42
MARTIFER	90	3,34	1

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome título	QTD	COTAÇÃO	Valor
MELLON RF VI	175.094	0,00	88
MELLON RF VII	175.094	0,00	88
MELLON RF VIII	175.094	0,00	88
MELLON RF X	175.094	0,00	88
BZW VAREJO ON	4.580	0,02	87
MRLON RF III	171.805	0,00	86
BRADSPAR PN	5.400	0,02	83
GOL PN	7.200	0,01	75
ANTENA 3	9.500	7,78	74
PRISA GRUPO	21.000	3,51	74
BANIF EURO ACÇÕES	20.414	1,97	72
COSAN LTDDR3	10.300	0,01	64
BRASIL ON	5.200	0,01	61
BANIF PROPERTY FEIF	60	1.000,00	60
ALTRI SGPS	15.000	4,00	60
ODONTOPREV ON	2.300	0,03	59
TUBOS REUNIDOS SA	26.500	2,14	57
ENACOL	56.686,08	0,00	57
OBRASCON HUARTE	3.000	18,89	57
ACCIONA SA	570	91,10	52
PORTUCEL SGPS EM 95	25.900	1,98	51
MOTA ENGIL SGPS	13.000	3,94	51
SONAE SGPS	57.000	0,87	50
BEMATECH ON	14.000	0,00	47
SID NACIONAL ON	2.000	0,02	45
EZTEC ON	11.800	0,00	40
RAIFFEISEN INT BK HL	1.000	39,50	40
ELETROPAULO PNB	2.800	0,01	38
MARFRIGON	5.000	0,01	38
Pedidos Liz Lda	37.500	0,00	38
GARTMORE EURO ABS	29.686	1,11	37
SCHRODER CONV BOND	367	96,30	35
SAG GEST SGPS	27.000	1,30	35
DWS INVEST CONV	332	119,44	35
DWS INVEST EUROP EQ	374	101,60	35
F&C GL CONVERT BOND	2.493	13,77	34
PANAMERICANO PN	7.533	0,00	32
MMX MINER ON	6.290	0,00	31
FC PORTO	23.000	1,32	30
DWS EURO CORP HIGH	893	31,50	28
PICTET EUR HIGH YIEL	198	141,53	28
ALLIANZ RCM US EQ AT	385	95,30	26
WESTAM-EU HIGH YIE B	1.599	15,88	25
PIONEER ABS RETURN	234	106,97	25
PIMCO TOTAL BOND	1.493	16,29	24
DWS INV EUR DIVIDEND	220	105,89	23
SCHRODER COMMODITY A	185	115,27	21
SCHRODER EMERG MKT	2.520	11,15	20
PICTET EMERGING MKTS	54	507,69	19
PICTET LUX EMERG. R	174	155,19	19
PETROBRAS PN	1.050	0,01	15
AKZO NOBEL	300	46,40	14
INBEV NV	350	36,40	13
MAN AHL TREND A EUR	125	96,26	12
PICTET JAPAN QUE SEL	219	7.274,58	12
DWS GOLD PLUS	10	1.261,29	12
PICTET US EQUI SEL R	154	99,77	11
MELLON GLOBAL FUND	7.491	1,50	8
SCHRODER INTL EQ B	113	97,70	8
FRANSLIN MUTUAL BEAC	410	22,17	6
PICTET GLOB EM DEBT	38	236,32	6
MELLON RF III	3.289	0,00	2
BMF BOVESPA	194	0,00	1
GALERIAS NAZONI	750	0,00	-
SHOTGUN PICTURES	10.000	0,00	-
			233.769

+

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme política contabilística apresentada na Nota 3.6, o Grupo classifica na carteira de títulos de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" as participações em fundos de investimento superiores a 20% e que não detenha o controlo, quando detidos através de fundos de investimento, de capital de risco ou de bancos, atendendo às características destas operações (*seed capital*).

Do montante de 54.997 milhares de euros de Obrigações do Tesouro, 37.024 milhares de euros correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

Títulos no montante de 48.351 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 24.

### 11. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Instrumentos de dívida	46.434	99.213
Instrumentos de capital	80.023	64.042
Imparidade	<u>(21.086)</u>	<u>(3.779)</u>
	<u>105.371</u>	<u>159.476</u>

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2009:

<u>Nome título</u>	<u>QTD</u>	<u>Valor de Balanço Bruto</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Custo de Aquisição</u>
<b>Instrumentos de Dívida</b>				
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	28.131.478	20.387	-	19.528
OBRIGAÇÕES TESOIRO CABO VERDE	8.981.061	8.981	-	8.981
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	5.900.000	5.930	-	5.935
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	5.000.000	4.918	-	5.000
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	2.000.000	2.000	-	2.007
TELE N L PARTICIPACOES	1.774.000	1.266	-	1.261
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	1.654.000	811	-	753
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	1.000.000	750	-	692
CAIXA GERAL DEPÓSITOS FINANCE	1.150.000	748	-	932
CAIXA GERAL DEPÓSITOS 12/12/2011	300.000	310	-	299
CAIXA GERAL FIN	209.000	136	-	175
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	100.000	106	-	102
OBRIGAÇÕES TESOIRO PORTUGAL	70	70	-	70
INDEPENDENCIA INTERNAT 01/31/2017	30	22	-	20
		<u>46.434</u>	-	<u>45.755</u>

17

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome título	QTD	Valor de Balanço Bruto	Imparidade	Custo de Aquisição
<b>Instrumentos de Capital</b>				
Finibanco	17.217.294	43.602	17.259	43.602
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	1.969.529	7.458	-	7.758
LUZIE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE S/A	4.947.680	4.948	-	4.948
AÇORLINE	3.254	3.254	3.254	3.254
PITHECIA PARTICIPAÇÕES	3.186.004	3.186	-	3.186
FOMENTINVEST SGPS	1.538.462	1.788	-	1.788
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	300.000	1.695	-	2.236
BANIF GESTÃO ACTIVA	462.610	1.485	-	1.497
Habiprede	5.000	1.250	-	1.250
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	1.543.012	1.219	-	1.483
FINE ART FUND (CP)	12.645	1.061	-	1.246
PREFP-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	12.750	1.049	-	1.071
NEW ENERGY FUND	19	946	-	947
Ações Milenium	889.181	912	-	912
BANIF EUROPA DE LESTE	175.691	674	-	686
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	660	-	854
BANIF AMERICA-LATINA	147.952	630	-	544
BANIF ASIA	153.839	611	-	560
FINANGEST	526	535	180	535
CETIP	515.703	518	-	516
UNICRE, SA	28.628	497	-	497
SIBS,SA	103.436	445	-	445
IMOVALOR	19.890	281	-	281
REAL SEGUROS	2.116	228	129	228
Nova Companhia Grande Hotel	90.300	184	104	184
Companhis das Quintas SGPS, S.A.	34.317	172	118	172
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	150	2	150
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	-	122
FLORESTA ATLÁNTICA - SGFII, SA	10.125	120	-	120
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	15	83	-	96
VISA CLASS C	2.533	61	-	61
NORMA-AÇORES - SOC. ESTUD. APOIO DESENV. REG.	10.000	50	-	50
GED SUR CAPITAL S.A., SGEGR	30.000	30	-	30
Ambells	400	20	20	20
FINAN/FINOR	18.191	18	-	18
GRACITUR	14.814	15	-	15
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITL INSUL.	2.000	11	-	11
S.W.I.F.T.	14	11	-	11
Beira Vouga	20.317	10	10	10
Beira Vouga Ações Preferenciais	21.500	10	10	10
BMF	7.892	8	-	8
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-	6
CEIM, LDA	800	4	-	4
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	4	-	4
SOC. PROG. TAURM TERC	998	1	-	1
GARVAL	500	1	-	1
LISGARANTE	500	1	-	1
NORGARANTE	500	1	-	1
SC BRAGA SAD	20	0	-	0
NOVADATA	312	0	-	0
MACEDO & COELHO	188	0	-	0
BENFICA SAD	20	0	-	0
COLISEU MICAELENSE, S A	83	0	-	0
TEATRO MICAELENSE, S A	83	0	-	0
		60.023	21.066	61.427

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2009, é apresentado na Nota 42.

Títulos no montante de 106 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 24.

17

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

12. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Mercado monetário interbancário	150.000	-
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	-	-
No estrangeiro	-	-
Depósitos		
No país	8.570	13.318
No estrangeiro	62.665	96.576
Empréstimos		
No país	-	12.500
No estrangeiro	54.121	1.936
Aplicações a muito curto prazo		
No país		
No estrangeiro	44.180	16.096
Outros	2.578	9.242
	<u>322.114</u>	<u>149.668</u>

FD.  
+ DR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Rubricas de Crédito</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.837.912	1.791.105
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	326.298	460.229
Empréstimos	2.540.690	2.211.076
Descobertos	80.385	117.804
Factoring	195.475	173.287
Locação Financeira	452.338	441.047
Outros	329.346	258.760
Crédito a Particulares		
Habitação	3.150.477	2.854.648
Consumo	945.421	439.441
Outras finalidades		
Empréstimos	562.079	691.149
Contas Correntes	208.376	201.261
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	26.819	36.281
Locação financeira	135.634	59.880
Descobertos	48.128	50.521
Outros	181.389	125.701
Outros créditos e valores a receber (titulados)	290.560	362.723
Crédito e juros vencidos	679.087	329.760
Rendimentos a receber	72.056	80.051
Despesas com rendimento diferido	0	9.967
Receitas com rendimento diferido	(15.888)	(20.455)
Imparidade em Crédito Concedido	(517.199)	(253.714)
<b>Total</b>	<b><u>11.529.383</u></b>	<b><u>10.420.522</u></b>

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94 milhões de euros está sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 24.

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 2.480.433 milhares de euros de créditos objecto de securitização.

10

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:  
31/12/2009

	Valor Balanço - Crédito Concedido	Valor actual dos pagamentos mínimos de locação a receber	Rendimento financeiro não recebido	Rendas contingentes reconhecidas em resultados	Valor residual não garantido que acresçam ao benefício do locador
<b>OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS</b>	<b>178</b>	<b>180</b>	<b>1</b>	-	-
Empresas e Administração públicas	178	180	1	-	-
Inferior a 1 Ano	178	180	1	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	-	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
<b>OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS</b>	<b>192 283</b>	<b>240 531</b>	<b>48 249</b>	-	<b>18 099</b>
Empresas e administrações públicas	176 317	221 146	44 829	-	16 770
Inferior a 1 Ano	1 329	1 336	6	-	58
Entre 1 e 5 Anos	10 549	11 283	734	-	15 13
Superior a 5 Anos	164 440	208 528	44 088	-	15 198
Particulares	15 966	19 385	3 420	-	1 329
Inferior a 1 Ano	31	31	-	-	1
Entre 1 e 5 Anos	1 088	1 147	79	-	198
Superior a 5 Anos	14 967	18 208	3 341	-	1 130
<b>OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS</b>	<b>285 942</b>	<b>305 111</b>	<b>19 369</b>	-	<b>26 799</b>
Particulares	36 696	39 996	3 310	-	3 655
Inferior a 1 Ano	2 227	2 295	27	-	588
Entre 1 e 5 Anos	26 842	28 700	1 658	-	2 476
Superior a 5 Anos	7 627	9 041	1 425	-	891
Outros activos em locação financeira	249 256	265 115	15 859	-	22 614
Inferior a 1 Ano	15 463	15 806	145	-	3 248
Entre 1 e 5 Anos	202 332	213 977	11 640	-	17 210
Superior a 5 Anos	31 262	35 330	4 068	-	2 356
<b>OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS</b>	<b>109 670</b>	<b>27 267</b>	<b>20 672</b>	-	-
Particulares	82 983	20 197	15 798	-	-
Inferior a 1 Ano	22 547	2 533	4 919	-	-
Entre 1 e 5 Anos	49 937	10 138	9 431	-	-
Superior a 5 Anos	10 499	7 527	1 448	-	-
Outros activos em locação financeira	26 687	7 070	4 874	-	-
Inferior a 1 Ano	8 815	2 476	1 601	-	-
Entre 1 e 5 Anos	15 479	3 123	2 927	-	-
Superior a 5 Anos	2 493	1 470	349	-	-
	<b>587 972</b>	<b>573 088</b>	<b>88 091</b>	-	<b>44 888</b>

31/12/2008

	Valor Balanço - Crédito Concedido	Valor actual dos pagamentos mínimos de locação a receber	Rendimento financeiro não recebido	Rendas contingentes reconhecidas em resultados	Valor residual não garantido que acresçam ao benefício do locador
<b>OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS</b>	<b>1 904</b>	-	-	-	-
Empresas e Administração públicas	1 904	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	1 904	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	-	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
<b>OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS</b>	<b>176 879</b>	<b>291 636</b>	<b>44 690</b>	-	<b>6 970</b>
Empresas e administrações públicas	161 151	238 907	33 184	-	6 180
Inferior a 1 Ano	771	705	32	-	415
Entre 1 e 5 Anos	8 105	8 572	1 367	-	545
Superior a 5 Anos	150 278	229 165	31 845	-	8 720
Particulares	15 728	52 729	7 506	-	741
Inferior a 1 Ano	138	139	1	-	7
Entre 1 e 5 Anos	1 003	1 161	160	-	55
Superior a 5 Anos	14 587	51 429	7 345	-	679
<b>OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS</b>	<b>518 821</b>	<b>588 853</b>	<b>42 032</b>	-	<b>28 223</b>
Particulares	41 118	47 275	6 117	-	4 060
Inferior a 1 Ano	2 185	2 278	54	-	256
Entre 1 e 5 Anos	30 887	34 990	4 063	-	2 803
Superior a 5 Anos	8 046	10 007	2 010	-	991
Outros activos em locação financeira	477 703	541 578	35 915	-	24 163
Inferior a 1 Ano	10 035	12 346	831	-	2 382
Entre 1 e 5 Anos	330 880	358 005	27 696	-	17 027
Superior a 5 Anos	30 698	40 927	7 388	-	1 870
<b>OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS</b>	<b>8 322</b>	-	-	-	-
Particulares	8 322	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	74	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	7 967	-	-	-	-
Outros activos em locação financeira	7 986	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	516	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	6 770	-	-	-	-
	<b>500 827</b>	<b>620 392</b>	<b>126 691</b>	-	<b>36 133</b>

*[Handwritten signature and initials]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quantidade	Valor Balanço	Valor de Mercado
GRANITE MORTGAGES PLC	1.000.000	984	1.082
ATHLON SECURITISATION BV	3.000.000	2.989	3.031
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	3.000.000	1.082	1.139
HARVEST CLO SA	1.500.000	1.472	1.260
MARLIN (EMC-II) BV	7.000.000	525	537
GRANITE MORTGAGES PLC	2.000.000	744	854
GAMA RECEIVABLES FUNDING PLC	5.000.000	4.984	5.038
HARBOURMASTER CLO	2.500.000	4.312	1.026
SAGRES SOCIEDADE DE TITULARIZACAO	3.000.000	362	454
ALFA BANK	2.000.000	369	392
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	2.500.000	961	1.011
AMSTEL SECURITISATION 2006-1X D	1.500.000	1.309	1.516
		<u>20.093</u>	<u>17.340</u>

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 680 milhares de euros no resultado do exercício de 2009.

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Instrumentos de dívida	80.399	84.003
	<u>80.399</u>	<u>84.003</u>

Títulos no montante de 52.553 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 24.

*[Handwritten signature and initials]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A carteira de títulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2009:

Nome título	QTD	Valor de Balanço
<b>Instrumentos de Dívida</b>		
KOREA DEVELOPMENT BANK	6.000.000	6.007
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.400
GE CAPITAL EURO FUNDING	4.200.000	4.194
LANSFORSAKRINGAR BANK	4.000.000	4.000
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.456
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.428
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	3.000.000	2.984
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.857
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.085
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.409
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.424
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	3.000.000	2.970
BANCO BMG S.A.	920.000	649
BANCO BMG S.A.	80.000	56
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	4.958
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.944
BANCO INDUSTR E COMRCL	1.000.000	699
BANCO INDUSTR E COMRCL	2.000.000	1.398
BANCO ESPIRITO SANTO	2.000.000	2.003
CAIXA GERAL DEPO	8.000.000	8.013
BANCO PANAMERICANO SA	1.000.000	693
BANCO BMG SA	1.000.000	658
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	800.000	534
BANCO PINE SA	1.500.000	1.036
BANCO DAYCOVAL SA	1.310.000	901
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	5.000.000	4.998
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	5.000.000	5.185
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4.500.000	4.459
		<u>80.399</u>

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quantidade	Valor Balanço	Valor de Mercado
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.400	2.619
KOREA DEVELOPMENT BANK	6.000.000	6.007	5.997
LANSFORSAKRINGAR BANK	4.000.000	4.000	3.994
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.456	2.426
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4.500.000	4.459	4.470
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.428	2.563
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	3.000.000	2.984	2.959
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.857	2.834
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.085	5.137
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.409	2.330
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.424	1.361
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	3.000.000	2.970	2.706
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	4.958	4.967
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.944	4.938
BANCO ESPIRITO SANTO	2.000.000	2.003	2.004
CAIXA GERAL DEPO	8.000.000	8.013	8.018
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	5.000.000	4.998	5.008
		<u>64.395</u>	<u>64.331</u>

*Handwritten signature and initials*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 1.126 milhares de euros no resultado do exercício de 2009.

**15. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA**

Os activos com Acordo de Recompra, cujo valor ascende a 36.500 milhares de euros (em 2008 o valor ascendia a 91.283 milhares de euros), correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe o acordo de os revender por um preço pré-estabelecido, que estão registados no Banco Banif Brasil e Banif - Banco de Investimento (Brasil). O valor registado corresponde ao valor de compra acrescido do juro implícito no preço de revenda, que está a ser reconhecido de acordo com o princípio da especialização. O Grupo não reconhece os títulos na sua carteira, uma vez que não assume os riscos ou benefícios da detenção dos mesmos.

Os títulos (colateral) apresentam a seguinte composição:

Nome título	Valor de Balanço
LETRAS DO TESOIRO NACIONAL	1.198
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL	11.761
LFT -SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL - BRASIL	23.540
	<u>36.500</u>

**16. DERIVADOS**

**Derivados de Negociação**

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondentes aos seguintes tipos de instrumentos:

Descrição	Valores Nacionais	31-12-2009		31-12-2008	
		Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
<u>Contratos sobre taxas de câmbios</u>					
Forwards	181.651	617	0	249	137
Swap FX	529.714	6.238	3.375	12.271	10.044
Divisas	306.930	8.115	4.616	7.799	1.557
<u>Contratos sobre taxas de juro</u>					
Interest Rate Swaps	4.934.283	23.240	29.313	6003	9339
<u>Contratos sobre acções / índices</u>					
Equity Swap	22.000	646	12	794	479
<u>Contratos sobre crédito</u>					
Credit Default Swap	230.800	38.165	42.707	14021	6903
<u>Futuros e outras operações a prazo</u>					
Operações a prazo divisas	19.112	7.412	228	30711	9711
		<u>84.433</u>	<u>80.251</u>	<u>71.848</u>	<u>38.170</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 9) e o justo valor negativo em "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 25).

*[Handwritten signature]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Activo		
<i>Interest rate swap</i>	884	-
Passivo		
<i>Interest rate swap</i>	<u>(2.606)</u>	-
	<u>(1.722)</u>	<u>-</u>

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2009 e de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável e taxa fixa para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

O Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (*Cash flow hedge* e de justo valor) e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de Reservas de justo valor o montante de Euros 2.895.366, correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura de *cash - flow*.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009 podem ser analisadas como segue:

<u>Produto derivado</u>	<u>Produto Coberto</u>	<u>Risco Coberto</u>	<u>Nocional</u>	<u>Justo valor derivado</u>
<i>Interest rate swap</i>	Bullets	Taxa de juro	50.000	(886)
<i>Interest rate swap</i>	Obrigações	Taxa de juro	450.000	687
<i>Interest rate swap</i>	Obrigações de securitização	Taxa de juro	<u>71.713</u>	<u>(1.523)</u>
			<u>571.713</u>	<u>(1.722)</u>

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

	<u>Valor Nocional</u>	<u>Justo valor</u>
Até 3 meses	15.945	(502)
De 3 meses a 1 ano	65.306	(939)
De 1 ano até 5 anos	<u>490.462</u>	<u>(281)</u>
	<u>571.713</u>	<u>(1.722)</u>


  
 ↓ NC

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**17. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA**

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimento do exercício					Saldo líquido em 31-12-2009	Imparidade acumulada	
			Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas	Perdas de imparidade revertidas			Diferenças de câmbio
Imóveis	69.902	-	28.139	(36.433)	257	(2.423)	5.123	1.358	65.923	3.170
Equipamento	1.576	1.033	4.620	(4.750)	-	(576)	165	-	2.068	411
Outros activos tangíveis	21	-	2.123	-	-	-	-	7	2.151	-
Participações	-	-	-	-	16.086	(688)	-	-	15.410	688
<b>Total</b>	<b>71.499</b>	<b>1.033</b>	<b>34.882</b>	<b>(41.183)</b>	<b>16.355</b>	<b>(3.687)</b>	<b>5.288</b>	<b>1.365</b>	<b>85.552</b>	<b>4.269</b>

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

A rubrica "participações" corresponde à participação no Banco Pecúnia, já alienado em Janeiro de 2010. O resultado do exercício no montante de 1.563 milhares de euros está incluído na rubrica "resultados de associados e empreendimentos conjuntos".

O saldo líquido em 31/12/2008 inclui 62.866 milhares de euros reclassificados de "Outros activos", conforme Nota 3.2.

**18. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimentos do exercício				Saldo em 31-12-2009
			Aquisições	Reavaliações	Imparidade	Alienações	
Edifícios e terrenos	141.960	9.098	51.477	6.254	(456)	(8.525)	199.808
	<b>141.960</b>	<b>9.098</b>	<b>51.477</b>	<b>6.254</b>	<b>(456)</b>	<b>(8.525)</b>	<b>199.808</b>

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

As propriedades de investimento apresentam no exercício os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: 4.527 milhares de euros
- Gastos operacionais directos: 914 milhares de euros

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 132.217 milhares de euros, sendo o montante de 74.093 milhares de euros referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

O saldo em 31/12/2008 inclui 33.970 milhares de euros reclassificados de "Outros activos", conforme Nota 3.2.

*[Handwritten signature and initials]*



## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

### 19. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

#### 19.1 – Movimento ocorrido no período

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos			Amortizações do exercício	Alienações	Abates	Regularizações	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2009
			Aquisições	Reavaliações (líquido)	Transferências						
Imóveis	145.895	12.206	5.142	14.013	6.177	7.589	27.531	549	289	-2.996	151.148
Equipamento	24.828	3.495	6.130	-	4.212	9.030	-	605	8	1.802	33.640
Activos em locação operacional	66.608	-	24.878	-	1.288	10.254	-	6.868	-	-	75.642
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Activos tangíveis em curso	21.893	137	11.068	-	(8.761)	-	-	-	-	1.709	26.048
Outros activos tangíveis	3.216	-	470	-	(2.898)	583	-	-	-	-	207
<b>Total</b>	<b>262.540</b>	<b>15.838</b>	<b>50.688</b>	<b>14.013</b>	<b>-</b>	<b>27.456</b>	<b>27.531</b>	<b>8.012</b>	<b>297</b>	<b>6.307</b>	<b>296.684</b>

O valor líquido dos imóveis, caso os mesmos estivessem contabilizados pelo método do custo, seria 132.626 milhares de euros.

#### 19.2 – Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

Maturidade Residual	Valor Bruto	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 Ano	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	75.642	28.903	-
Superior a 5 Anos	-	-	-
	<b>75.642</b>	<b>28.903</b>	<b>-</b>

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas.

### 20. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2009
Goodwill	2.730	-	-	-	-	596	-	2.134
Activos intangíveis em curso	11.980	100	4.433	(452)	-	2.495	-	13.566
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	12.407	84	3.746	452	7.164	-	341	9.866
Outros activos intangíveis	394	250	294	-	49	52	-	837
<b>Total</b>	<b>27.511</b>	<b>434</b>	<b>8.473</b>	<b>-</b>	<b>7.213</b>	<b>3.143</b>	<b>341</b>	<b>26.403</b>

A rubrica Goodwill corresponde às seguintes participações:

- Investador SGPS, SA: 1.113 milhares de euros
- Banco Caboverdiano de Negocio: 545 milhares de euros
- Banif Gestão de Activos (Brasil): 476 milhares de euros

Relativamente a 31 de Dezembro de 2009, o Grupo realizou os seguintes testes de imparidade ao goodwill:

*Handwritten signature and initials: "d TR"*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Para a sociedade Investador, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2009 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, foram utilizados os seguintes parâmetros:
  - Taxa de inflação: 2,00%
  - Taxa de rendimento real: 2,50%
  - Taxa de risco: 4,00%
  - Taxa de actualização: 8,73%
  - Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00%
  - Taxa de capitalização: 7,67%
  
- Para a sociedade Banif Gestão de Activos (Brasil), SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 949 milhares de euros), e foi efectuado em 2009 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*. Na avaliação foram utilizados os seguintes parâmetros:
  - Taxa desconto real anual: 14,79%
  - Inflação projectada: 4,31%
  - Taxa de desconto nominal anual: 19,74%
  - *Growth (G)*: 4,50%
  - Taxa de desconto: 19,74%
  - Período de análise considerado foi de 5 anos.
  
- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 872 milhares de euros em 2007 e 274 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2009 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*. Na avaliação foram utilizados os seguintes parâmetros:
  - Euro Risk free Rate (Rf): 3,20%
  - Mature Market Risk Premium (Rm - Rf): 5,50%
  - Country Rating B1, Default spread: 6,50%
  - Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets: 1,5
  - Adjusted Risk Premium 15,25%
  - Implied KE: 18,32%,
  - Perpetual growth rate: 3,00%
  - Período de análise considerado foi de 6 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No exercício de 2009 não foram registadas perdas por imparidade em activos intangíveis.



## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

### 21. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

31-12-2009										
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total do Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido	Imparidade goodwill
Rentpar Seguros, SGPS, SA	Av. Baronesa do Bogaço 88-89, 1030-050 Lisboa	Seguradora	Bank - SGPS, SA Banco Comercial dos Açores S.A.	23,93%	12.381	416	81.508	(16.754)	(4.038)	-
Banca Pueyo	Vijay de Guadalupe, 2, Vilanova de la Serena, Badajoz	Banco	Bank - SGPS, SA	16,72%	14.445	14.210	80.387	7.321	1.257	-
Bankpime	Torrejón de Ardoz, nº 11, Barcelona	Banco	Bank - SGPS, SA	13,80%	7.586	7.600	54.898	(12.842)	(1.772)	182
Imobiliária Vegas Alta	Parque de la Constitución, 9 de la Serena	Imobiliária	Bank - SGPS, SA	12,54%	1.200	-	7.830	102	17	-
Espazo 10	Av. Baronesa do Bogaço 88-89, 1030-050 Lisboa	Imobiliária	Bank Investimentos - SGPS, SA	12,54%	-	-	(881)	(222)	(25)	-
MCOZ	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Avulsos, Lisboa	Caixão Investimentos	Bank - Banco de Investimento, SA	10,04%	40	-	430	-	-	-
					35.746	22.276	200.135	(22.222)	(4.541)	182
31-12-2008										
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total do Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido	Imparidade goodwill
FINPRO, SGPS, SA	Av. Baronesa do Bogaço 88-89, 1030-050 Lisboa	Holding	Rentpar Financeira, SGPS, SA	31,91%	68.423	2.540	214.434	11.880	3.797	1.614
Companhia de Seguros Açoriana, SA	Largo da Matriz 45-52, Ponta Delgada	Seguradora	Bank - SGPS, SA Banco Comercial dos Açores S.A.	10,81%	11.823	-	38.859	3.122	850	-
Banca Pueyo	Vijay de Guadalupe, 2, Vilanova de la Serena, Badajoz	Banco	Bank - SGPS, SA	21,38%	16.647	16.201	73.155	9.201	1.999	-
Bankpime	Torrejón de Ardoz, nº 11, Barcelona	Banco	Bank - SGPS, SA	17,61%	11.766	3.729	60.778	(4.700)	(824)	-
Imobiliária Vegas Alta	Parque de la Constitución, 9 de la Serena	Imobiliária	Bank - SGPS, SA	21,39%	1.640	-	7.888	189	39	-
Espazo 10	Av. Baronesa do Bogaço 88-89, 1030-050 Lisboa	Imobiliária	Bank Investimentos - SGPS, SA	16,03%	-	-	(974)	(81)	(15)	-
MCOZ	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Avulsos, Lisboa	Caixão Investimentos	Bank - Banco de Investimento, SA	12,81%	50	-	430	-	-	-
					109.280	20.969	400.482	19.520	5.884	1.614

O Grupo alienou de 8.774.913 acções da sociedade FINPRO, SGPS, SA pelo montante de 89.313 milhares de euros, sendo registado uma mais-valia de 19.957 milhares de euros.

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Bankpime foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos "Discounted Free Cash Flows to Equity" e com os seguintes pressupostos:

- Bankpime:  
CoE: 10,9%  
Financiamento da variação dos Activos (min. Tier I): 8,0%  
Taxa de crescimento – perpetuidade: 2,0%  
Taxa de juro – Banco Central Europeu: 1,0%  
Taxa de imposto: 30,0%  
P/E Múltiplo implícito – Valor Terminal: 13,6  
Período de análise: 11 anos

- Banca Pueyo:  
CoE: 9,5%  
Financiamento da variação dos Activos (min. Tier I): 8,0%  
Taxa de crescimento – perpetuidade: 2,0%  
Taxa de juro – Banco Central Europeu: 1,0%  
Taxa de imposto: 30,0%  
P/E Múltiplo implícito – Valor Terminal: 10,0  
Período de análise: 6 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

Com base nos teste efectuados foi registado uma imparidade de 182 milhares de euros no goodwill da participação no Bankpime.

A rubrica "Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)" inclui os resultados negativos da companhia de Seguros Açoreana (desreconhecida em Setembro de 2009) e do Banco Pecúnia (transferido para a rubrica "Activos não correntes detidos para venda") no montante de 1.941 milhares de euros e 1.568 milhares de euros, respectivamente.

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Grupo Rentipar (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

### 22. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

#### 22.1 Impostos correntes

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Banco Banif Brasil	10.958	6.487
Grupo Tecnicredito	3.505	-
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	3.260	2.030
Banif - SGPS SA	2.687	3.093
Banif Gestão de Activos	1.044	989
Banif Imobiliária	859	458
Banif (Açores) SGPS SA	525	22
Banif	467	13.042
Banif Corretora Valores Cambios	457	3.593
Banif Go	411	606
Banif Investimentos - SGPS SA	142	74
Beta Securitizadora	101	-
Banif Nitor Asset Management	89	80
Banif Rent SA	78	53
Banif Banco de Investimento	73	3
Renticapital	54	34
Açortur	40	44
Banif Açor Pensões	35	47
Rentipar Financeira	26	748
Turotel	26	29
Investaçor Hoteis SA	22	24
Gamma	10	8
Banif Comercial - SGPS SA	8	16
Investaçor SGPS SA	6	6
Soc Imobiliária Piedade	5	5
Numberone SGPS	5	5
Hotel do Pico	5	8
Econofinance SA	4	3
Banif Capital	4	2
Centro Venture	2	1
BanifServ	1	1
Banif Forfaiting Inc	-	72
Vestiban	-	252
	<u>24.909</u>	<u>31.835</u>

H

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

22.2 Impostos diferidos

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
<b>Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente</b>		
Outros riscos e encargos	100	101
Imparidade de crédito concedido	(4.637)	8.893
<b>Diferimento de tributação de mais valias</b>		
Alienação de imobilizado	(3)	(3)
<b>Prejuízos fiscais reportáveis</b>		
Prejuízos fiscais reportáveis	23.162	20.806
<b>Valorizações não aceites para efeitos fiscais</b>		
Propriedades de investimento	(571)	(364)
Imóveis de serviço próprio	(2.726)	(199)
Activos disponíveis para venda	(711)	(2.943)
Activos ao justo valor através de resultados	11.261	1.346
<b>Outros</b>		
Benefícios dos empregados	7.933	3.783
Comissões	1.144	772
Activos Intangíveis	0	319
Outros	3.487	(2.288)
<b>TOTAL</b>	<b><u>38.439</u></b>	<b><u>30.223</u></b>

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	<u>31-12-2009</u>
Saldo em 1 de Janeiro	30.223
Entrada de novas entidades no perímetro	635
Reconhecido em resultados	11.077
Reconhecido em reservas	(3.496)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b><u>38.439</u></b>

O Grupo, em 31 de Dezembro de 2009, apresenta o montante de 23.162 milhares de euros de imposto diferido activo, oriundos de prejuízos fiscais, das seguintes entidades: Banif: 4.588 milhares de euros, Banif Go: 1.885 milhares de euros, BBI Brasil: 3.266 milhares de euros, Grupo Tecnicrédito: 740 milhares de euros, Banif – SGPS, SA: 8.370 milhares de euros, Banif Bank Malta: 3.905 milhares de euros e Renticapital: 408 milhares de euros. É convicção da Gestão do Grupo que estes valores serão recuperados.

*[Handwritten signature and initials]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

22.3 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

	31/12/2009	
	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		76.526
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	20.279
Amortizações não aceites	0,38%	293
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-11,39%	(8.715)
Efeitos das taxas diferentes aplicadas em sucursais no Estrangeiro	-1,33%	(1.021)
Menos valias em activos tangíveis (líquidas)	-1,80%	(1.378)
Benefícios fiscais	-0,49%	(379)
Outras diferenças definitivas:		
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	2,23%	1.703
Benefícios de empregados	-0,19%	(143)
Diferença de consolidação negativa	-7,22%	(5.523)
Outros	-4,73%	(3.618)
	<u>1,96%</u>	<u>1.499</u>
		31/12/2008
	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses minoritários		66.154
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	17.531
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-3,92%	-2.595
Benefícios fiscais	-1,93%	-1.278
Outras diferenças definitivas:		
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	-1,31%	-870
Outros custos não aceites	-0,27%	-182
Fundo Pensões	-2,46%	-1.625
Outros	0,66%	437
	<u>17,26%</u>	<u>11.418</u>

Perdas fiscais não usadas relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço:

- Banif - Investimentos - SGPS: 1.611 milhares de euros (reporte prejuízos fiscais 2004 -2009)
- Banif Comercial, SGPS: 726 milhares de euros (reporte prejuízos fiscais 2004 e 2008)

*Handwritten signature and initials*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

23. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Ouro	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	511	514
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1
	<u>534</u>	<u>537</u>
Bonificações a receber	6.409	8.053
	<u>6.409</u>	<u>8.053</u>
Suprimentos	22.095	22.470
Devedores diversos	201.989	55.300
Sector público administrativo	5.327	12.378
Outros rendimentos a receber	3.400	11.035
Fundo de pensões (Nota 46)	14.422	11.755
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.166	7.150
Seguros	1.958	1.958
Posição cambial	5.571	28.779
Aplicações - conta caução	1.629	1.362
Devedores por operações sobre futuros e opções	0	723
Outros activos	101.293	230.367
	<u>358.850</u>	<u>383.277</u>
Perdas de imparidade	(6.427)	(7.460)
	<u>359.366</u>	<u>384.407</u>

24. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Recursos de Bancos Centrais	1.193.799	961.334
Juros de recursos de Bancos Centrais	2.760	4.509
	<u>1.196.559</u>	<u>965.843</u>

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme Nota 29 relativo a títulos emitidos no âmbito de operações de securitização, Nota 13 relativo a Crédito a clientes, Nota 10, 11 e 14 relativas a títulos.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

25. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	80.251	38.170
Posições a descoberto	4.079	3.764
	<u>84.330</u>	<u>41.934</u>

Na Nota 16 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

26. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – "Fair Value Option", foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	20.352	27.699
Euro Invest Série 6	-	28.097
Euro Invest Série 7	-	20.956
Euro Invest Série 8	30.410	25.910
Euro Invest Série 9	39.993	35.219
Trade Invest Série 12	-	28.002
Trade Invest Série 13	-	6.925
Trade Invest Série 14	59.910	78.988
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	5.025	36.503
Banif - Banco Investimento (Brasil)	37.330	41.266
Banif Cayman	47.183	38.701
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	<u>(19.954)</u>	<u>(101.070)</u>
	<u>220.249</u>	<u>267.196</u>

As emissões do Grupo têm a seguinte composição:

<u>Emissão</u>	<u>Valor</u>	<u>Detidas pelo Grupo</u>	<u>Total</u>
BANIF EURO MULTI-ACTIVOS 2005/2010	6.083	(2.260)	3.823
BANIF EUROSTOXX 50 2005/2010	5.848	-	5.848
BANIF SFE DÓLAR MULTI-ACTIVOS 2005-2010	3.471	(2.162)	1.309
Banif (BBCA) 2006 - 2011	4.950	-	4.950
Euro Invest Série 8	30.410	(8.222)	22.188
Euro Invest Série 9	39.993	(855)	39.138
Trade Invest Série 14	59.910	(6.455)	53.455
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	5.025	-	5.025
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2010	5.119	-	5.119
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2010	4.511	-	4.511
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2010	6.976	-	6.976
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2010	20.724	-	20.724
Banif Cayman 2008 - 2010 USD	6.128	-	6.128
Banif Cayman 2008 - 2010 EUR	2.000	-	2.000
Banif Cayman zero coupon 2008 - 2018	39.055	-	39.055
	<u>240.203</u>	<u>(19.954)</u>	<u>220.249</u>

*[Handwritten signature and initials]*

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

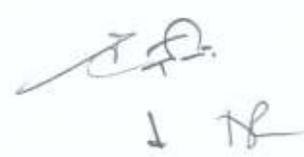
Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal em circulação	Valor balanço
Banif Euro Stoxx 50 2005/2010	01-07-2005	01-07-2010	Taxa fixa de 1%, acrescida de uma percentagem variável associada ao índice DJ Eurostoxx 50	5.848	5.848
Banif SFE Dólar Multi-activos 2005/2010	28-02-2005	28-02-2010	Taxa de juro sujeita à evolução de um cabaz (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index, Nikkei 225 Index), com valor mínimo de 1%	3.471	3.471
Banif Euro Multi - Activos 2005/2010	28-02-2005	28-02-2010	Taxa de juro sujeita à evolução de um cabaz (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index, Nikkei 225 Index, Contrato Ganânico de futuro sobre o preço do petróleo, Citigroup World Government Bond Index), com valor mínimo de 1%	5.500	6.083
BBCA 2008/2011	31-03-2006	31-03-2011	1.º Ano: taxa fixa de 3,25%, restantes 4 Anos: Euribor 6 meses acrescida de 1%	4.950	4.950
Euro Invest S8	13-04-2007	13-04-2012	5%	35.000	30.410
Euro Invest S9	22-10-2007	22-10-2012	6%	50.000	39.993
Trade Invest S14	30-07-2007	30-07-2010	Euribor 12 meses acrescida 1% p.a.	60.000	59.910
BBil Brasil 2010	17-02-2009	17-02-2010	6%	5.200	5.488
BBil Brasil 2010	10-02-2009	10-02-2010	1,6%	4.583	4.660
BBil Brasil 2010	14-06-2009	14-06-2010	1,0%	7.087	7.143
BBil Brasil 2010	17-02-2010	17-02-2010	6,8%	18.883	20.039
Banco Banif Brasil 2014	17-12-2004	17-12-2014	7%	5.553	5.025
Banif Cayman Zero Coupon	02-06-2008	02-06-2010	-	39.055	39.055
Banif Cayman 2008 - 2010 EUR	02-04-2008	28-10-2010	indexada à performance de cinco acções sector financeiro	2.000	2.000
Banif Cayman 2008 - 2010 USD	28-03-2008	28-03-2010	indexada ao risco de crédito de um conjunto de entidades brasileiras com participação de grupos empresariais portugueses	6.942	6.128

Em 2009, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banif SFE 2006/2009 no montante de 7,5 milhões de euros;
- Euro Invest S7 no montante de 20 milhões de euros;
- Trade Invest S12 no montante de 7,5 milhões de euros e 19 milhões de dólares;
- Euro Invest S6 no montante de 25 milhões de euros;
- Trade Invest S13 no montante de 25,9 milhões de dólares;
- Banco Banif Brasil 2009 no montante de 16 milhões de dólares;
- Banco Banif Brasil 2009 no montante de 30,102 milhões de dólares;
- Banco Banif Brasil 2009 no montante de 8,8 milhões de dólares;
- Banif – Banco de Investimento (Brasil) 2009 no montante de 16 milhões de dólares.

O Grupo readquiriu 4.500 milhares de euros da emissão Banif Euro Multi Activos 2005 – 2010, 4.152 milhares de euros da emissão Banif EuroStoxx 50 2005 – 2010 e 0,5 milhares de euros da emissão BBKA 2006 -2011.



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

27. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	326.106	290.913
Empréstimos	284.946	260.180
Outros	4.042	1.640
	<u>615.094</u>	<u>552.733</u>
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	11.331	17.393
Empréstimos	1.017.254	939.456
Operações de venda com acordo de recompra	65.497	146.969
Recursos de muito curto prazo	20.796	328.489
Outros	77.488	80.306
	<u>1.192.366</u>	<u>1.512.613</u>
Encargos financeiros	6.036	15.663
	<u>1.813.496</u>	<u>2.081.009</u>

28. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Depósitos		
À Vista	1.280.928	1.398.636
A prazo	4.749.996	4.479.332
Poupança	117.128	181.801
Outros	498.252	334.884
	<u>6.646.304</u>	<u>6.394.653</u>
Outros débitos		
Empréstimos	3.179	25.240
Outros	41.196	64.167
	<u>44.375</u>	<u>89.407</u>
	<u>6.690.679</u>	<u>6.484.060</u>

FD:  
+ TR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**29. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	<b>31-12-2009</b>	<b>31-12-2008</b>
Banif Finance	552.464	812.008
Banif	498.854	-
Atlantes Mortgage N.º3	560.917	600.000
Atlantes Mortgage N.º2	330.203	353.667
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	-
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	-
Azor Mortgage N.º2	269.889	289.478
Atlantes Mortgage N.º1	210.704	233.198
Azor Mortgage N.º1	88.578	100.095
Rentipar Financeira	146.250	188.746
Banif - SGPS	50.000	50.000
Banif Go	20.000	42.800
Banif Cayman	32.613	32.355
Beta Securitizadora	18.616	3.242
SPE Panorama	-	1.956
Tecnicrédito	462.713	-
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(2.265.299)	(1.326.213)
Sub - Total	<u>2.026.502</u>	<u>1.381.332</u>
Certificados de depósito	339.447	173.754
Encargos Financeiros	11.783	10.556
	<u>2.377.732</u>	<u>1.565.642</u>

As emissões do Grupo têm a seguinte composição:

<b>Emissão</b>	<b>Valor</b>	<b>Detidas pelo Grupo</b>	<b>Total</b>
Banif Finance 2006 - 2010	271.982	(3.090)	268.892
Banif Finance 2007 - 2012	280.482	-	280.482
Atlantes Mortgage N.º1	210.704	-	210.704
Atlantes Mortgage N.º2	330.203	(330.203)	-
Atlantes Mortgage N.º3	560.917	(560.917)	-
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	(550.000)	-
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	(500.000)	-
Azor Mortgage N.º1	88.578	(1.120)	87.458
Azor Mortgage N.º2	269.889	(269.889)	-
Banif - SGPS, SA 2008 - 2011	50.000	(1.228)	48.772
Banif Go 2006	20.000	(5.000)	15.000
Banif Cayman Zero Coupon 2008 - 2011	19.278	(20)	19.258
Banif Cayman Zero Coupon 2008 - 2011	13.335	-	13.335
Beta securitizadora 2017	2.857	-	2.857
Beta securitizadora 2018	978	-	978
Beta securitizadora	14.781	-	14.781
Banco Mais 8 emissão	20.000	-	20.000
BMORE Finance N.º5 plc	275.000	-	275.000
Banco Mais 2007/2012	30.000	-	30.000
Banco Mais 2007/2010	50.000	-	50.000
Banco Mais 2007/2010	20.000	-	20.000
BMORE Finance N.º3 plc	4.129	-	4.129
BMORE Finance N.º4 plc	63.584	-	63.584
Banif 2009 - 2012	498.854	(18.400)	480.454
Rentipar Finnaceira - papel comercial 2013	15.000	-	15.000
Rentipar Finnaceira - papel comercial 2011	18.750	-	18.750
Rentipar Finnaceira - papel comercial 2010	12.500	-	12.500
Rentipar 2008 - 2012	100.000	(25.432)	74.568
	<u>4.291.801</u>	<u>(2.265.299)</u>	<u>2.026.502</u>

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor balanço
Banif Finance 2006-2010	03-11-2006	03-11-2010	Euribor 3 meses acrescida 0,35%	271.982
Banif Finance 2007-2012	22-05-2007	22-05-2012	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	280.482
Atlantes Mortgage Nº1 classe A	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,27%	173.204
Atlantes Mortgage Nº1 classe B	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,65%	22.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe C	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 1,30%	12.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe D	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 3,75%	2.500
Azor Mortgage Nº1 classe A	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	60.578
Azor Mortgage Nº1 classe B	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,38%	19.000
Azor Mortgage Nº1 classe C	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,75%	9.000
Atlantes Mortgage Nº2 classe A	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,33%	304.303
Atlantes Mortgage Nº2 classe B	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,95%	18.400
Atlantes Mortgage Nº2 classe C	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 1,65%	7.500
Azor Mortgage Nº2 classe A	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	223.389
Azor Mortgage Nº2 classe B	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,8%	46.500
Atlantes Mortgage Nº3 classe A	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,2%	519.517
Atlantes Mortgage Nº3 classe B	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	41.400
Atlantes Mortgage Nº4 classe A	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	514.250
Atlantes Mortgage Nº4 classe B	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	35.750
Atlantes Mortgage Nº5 classe A	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	455.000
Atlantes Mortgage Nº5 classe B	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	45.000
Banif - SGPS 2008 - 2011	15-07-2008	15-07-2011	1.º ano: 6,25%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 0,75%	50.000
Banif Go 2009	25-11-2006	25-11-2012	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	20.000
Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	19.278
Banif Cayman Zero Coupon USD 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	13.335
Beta Securitizadora 2017	06-06-2008	06-06-2017	11,00%	2.857
Beta Securitizadora 2018	06-11-2008	06-11-2018	10,50%	978
Beta Securitizadora	31-12-2008	-	-	14.781
Banco Mais PC 8ª emissão	08-10-2009	08-04-2010	1,71%	20.000
BMORE Finance N.º5 plc	01-11-2007	01-11-2017	Conquit +0,80%	275.000
Banco Mais 2007/2012	26-10-2007	26-10-2012	1,42%	30.000
Banco Mais 2007/2010	10-05-2007	10-05-2010	1,50%	50.000
Banco Mais 2005/2010	21-06-2005	21-06-2010	3,67%	20.000
BMORE N.º3 Class A Secured Floating Rate	01-05-2002	01-05-2012	Euribor 3 meses +0,32%	-
BMORE N.º3 Class B Secured Floating Rate	01-05-2002	01-05-2012	Euribor 3 meses +0,80%	-
BMORE N.º3 Class C Secured Floating Rate	01-05-2002	01-05-2012	Euribor 3 meses +1,50%	4.128
BMORE N.º4 Class A Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,20%	22.585
BMORE N.º4 Class B Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,35%	15.740
BMORE N.º4 Class C Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,55%	17.260
BMORE N.º4 Class D Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,94%	8.000
Banif 2009 - 2012 com garantia República Portuguesa	08-05-2009	08-05-2012	3,25%	498.854
Rentipar Finaceira - papel comercial 2013		05-03-2013	2,60%	15.000
Rentipar Finaceira - papel comercial 2011		20-01-2011	2,56%	18.750
Rentipar Finaceira - papel comercial 2010		31-08-2010	2,09%	12.500
Rentipar 2008 - 2012	30-12-2008	30-12-2012	1.º Semestre: 6,25%, 2.º Semestre: Euribor 6 meses + 1,50%, 3.º e 4.º Semestres: Euribor 6 meses + 1,50%, 5.º e 6.º Semestres: Euribor 6 meses + 1,75%, 7.º e 8.º semestres: Euribor 6 meses + 2,00%	100.000

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2009, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banif Finance 2009 no montante de 225 milhões de euros.
- Banif Go, papel comercial, no montante de 22,8 milhões de euros.
- Rentipar Financeira 2006 – 2011 no montante de 26,246 milhões de euros.
- Emissão papel comercial da Rentipar Financeira (BPI) no montante de 10 milhões de euros.
- Amortização parcial de emissão papel comercial da Rentipar Financeira (Santander) no montante de 6,25 milhões de euros

O Grupo adquiriu 28.018 milhares de euros da emissão Banif Finance 2006 -2010, 19.51 milhares de euros (dos quais 12.992 milhares de euros em 2008) da emissão Banif Finance 2007 – 2012.

### Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

#### Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

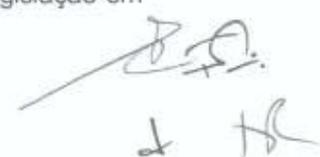
#### Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBKA (a 2ª do Grupo Rentipar) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo Rentipar, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de *rating*, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

#### Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Morgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

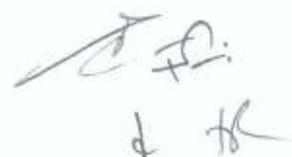
Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Morgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

BMORE Finance N.º3 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 3 plc foi efectuada em 17 de Maio de 2002 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual o banco Banif Mais vendeu contratos de crédito ao consumo de veículos automóveis em estado usado e novo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

operação foi de 9 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual o banco Banif Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 plc foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o banco Banif Mais contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper* com um *revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage n.º.4, Atlantes Mortgage N.º5 e Azor Mortgage N.º2 estão detidas por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

30. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2009 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2009
Provisões para garantias e compromissos	3.211	-	274	-	(1.081)	2.404
Contingências fiscais	8.408	-	2.049	-	(570)	9.887
Outras provisões	1.605	184	4.177	(1.520)	(1.856)	2.590
<b>Total</b>	<b>13.224</b>	<b>184</b>	<b>6.500</b>	<b>(1.520)</b>	<b>(3.507)</b>	<b>14.881</b>

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica "provisões para contingências fiscais", encontra-se registado, o montante de 1.714 milhares de euros (1.632 milhares de euros em 2008) relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31.12.2009	31.12.2008
Garantias prestadas (das quais:)	<b>923.651</b>	<b>1.030.119</b>
Garantias e avales	825.031	914.398
Aceites e endossos	64.302	85.467
Cartas de Crédito e Stand-by	3.145	2.844
Créditos documentários abertos	31.173	27.410

As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31.12.2009	31.12.2008
Outros passivos eventuais (dos quais:)	<b>1.864.490</b>	<b>1.204.888</b>
Fianças e Indemnizações	-	538
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Activos dados em Garantia	1.864.490	1.204.350
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	<b>1.611.862</b>	<b>1.575.955</b>
Compromissos irrevogáveis	410.970	462.651
Compromissos revogáveis	1.200.892	1.113.304
	<u><b>3.476.352</b></u>	<u><b>2.780.843</b></u>

Os "Activos dados em garantia" correspondem a títulos cedidos em *repo's* e Obrigações do Tesouro e acções da Banif – SGPS, SA, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal, as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu e passivos emitidos pela Rentipar Financeira.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**31. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS E INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL**

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	<b>31-12-2009</b>	<b>31-12-2008</b>
Banif - Banco de Investimento	30.000	30.000
Tecnicredito	5.814	-
Banif - Banco Internacional do Funchal	433.868	333.893
Banif Go	21.000	21.000
Banif Finance	182.826	198.249
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(349.265)	(261.158)
Sub total	<u>324.243</u>	<u>321.984</u>
Encargos Financeiros e encargos diferidos	(1.760)	1.121
	<u>322.483</u>	<u>323.105</u>

As emissões do Grupo têm a seguinte composição:

<b>Emissão</b>	<b>Emissão</b>	<b>Detidas pelo Grupo</b>	<b>Total</b>
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	15.000	-	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	12.500	(8.720)	3.780
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	50.000	(15.530)	34.470
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	30.272	(30.272)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	38.040	(38.040)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	23.056	(23.056)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	75.000	(75.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	25.000	(1.053)	23.947
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	100.000	-	100.000
Banif Go 2005 -2010	6.000	(6.000)	-
Banif Go 2008 - 2017	15.000	(15.000)	-
BBCA 2006 - 2016	20.000	(1.657)	18.343
BBCA 2007 - 2017	10.000	(759)	9.241
BBCA 2007 - perpétua	25.000	(25.000)	-
BBCA 2007 - 2017	10.000	(10.000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	19.913	(280)	19.633
Banif Finance 2006 - perpétua	38.040	-	38.040
Banif Finance 2006 - 2016	48.369	-	48.369
Banif Finance 2009 - 2019	76.504	(68.898)	7.606
Banco Mais 2011	5.814	-	5.814
	<u>673.508</u>	<u>(349.265)</u>	<u>324.243</u>

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor balanço
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-06-2006	29-06-2016	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 0,875%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	15.000
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	05-05-2007	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35%	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	16-07-2001	16-07-2011	1º cupão: 5,375%; cupões seguintes Euribor 6 meses acrescida de 0,75%	12.500
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	50.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.056
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,47%	75.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	25.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%, restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	100.000
Banif Go 2005-2010	30-06-2005	30-06-2010	Euribor 12 meses acrescida 1,5%	6.000
Banif Go 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescido 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	20.000
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000
Banif Finance 2004 - 2014	29-12-2004	29-12-2014	até ao 21º cupão: Euribor 3 meses acrescida 0,80%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,30%	19.913
Banif Finance 2006 - perpétua	22-12-2006	perpétua	até 22 de Dezembro de 2016: Euribor 3 meses acrescido 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescido 2,37%	48.369
Banif Finance 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%	38.040
Banif Finance 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	3%, Passivo emitido a 75%	76.504
Banco Mais 2011	Dez-04	Mar-11	taxa fixa: 2,25% mais juro suplementar	5.814

O Grupo readquiriu 30.087 milhares de euros da emissão Banif Finance 2004 – 2014, 11.960 milhares de euros da emissão Banif Finance 2006 – 2016 e 76.631 milhares de euros (dos quais 26.751 milhares de euros em 2008) da emissão Banif Finance 2006 – perpétua.

A rubrica "Instrumentos representativos de capital" correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs. A remuneração dos VMOCs é o somatório das componentes fixas e variável (fixa: 0.03 Eur por VMOCs / ano, variável: indexada ao valor anual do dividendo do ano anterior à data de pagamento). A Banif – SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 7.975 milhares de euros referentes à remuneração fixa dos VMOCs.
- Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, emitidos pelo Banif, nas seguintes condições:  
Emissão: 50 milhões de euros

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Data emissão: 30/12/2009

Data maturidade: indeterminada

Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:

(i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;

(ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

Em 31/12/2009, existem 10 milhões de euros detidos por entidades do Grupo.

**32. OUTROS PASSIVOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Credores e Outros Recursos	171.396	50.458
Por gastos com pessoal	30.592	25.800
Por gastos gerais administrativos	2.532	3.832
Outros juros e encargos similares	3.213	11.086
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	548	67.908
De garantias prestadas o outros passivos eventuais	215	305
Posição cambial	7.910	24.110
Cobranças por conta de terceiros	395	134
Contribuições para outros sistemas de saúde	42	323
Credores por operações sobre futuros o opções	0	706
Sector público administrativo	17.108	33.742
Outros	234.237	179.596
	<u>468.188</u>	<u>398.000</u>

**33. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO**

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Capital	45.000	45.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	70.000	-
Acções próprias	-	-
Reservas de reavaliação	3.334	(446)
Reserva Legal	9.000	9.000
Outras reservas e resultados transitados (livres)	366.825	319.506
Resultado do exercício	52.938	27.091
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	693.832	446.616
<b>Total do Capital</b>	<u>1.240.929</u>	<u>846.767</u>

M)

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O capital social é constituído por 9.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

As reservas de reavaliação registadas correspondem essencialmente às seguintes situações (valores líquidos de impostos): carteira títulos CSA (-4.453 milhares de euros), carteira títulos Banif – Banco de Investimento (- 957 milhares de euros), reavaliações imóveis (9.237 milhares de euros).

A informação sobre o rácio de solvabilidade, em base IFRS e Basileia, está apresentada no capítulo III – Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

O resultado consolidado do Grupo Rentipar foi determinado da seguinte forma:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Rentipar Financeira, SGPS, SA	34.886	14.945
Banif - Grupo Financeiro	27.133	38.026
Renticapital, Investimentos Financeiros, SA	(6.963)	(9.420)
Vestiban, Gestão e Investimentos, SA	-	531
FINPRO, SGPS, SA	-	3.787
Anulação dividendos	(11.735)	(19.625)
Ajustamentos de consolidação	9.617	(1.153)
	<u>52.938</u>	<u>27.091</u>



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**34. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM**

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

Entidade	31-12-2009		31-12-2008	
	Valor balanço	Resultado	Valor balanço	Resultado
Banif - SGPS, SA	453.630	(9.484)	163.883	(21.148)
Renticapital - Investimentos Financeiros, SA	2.028	(484)	3.279	1.047
Banif Finance	134.996	(10.471)	176.941	(6.792)
Imogest	54.717	(1.378)	56.345	-
Banif Cayman	12.822	(680)	12.863	(930)
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	5.222	38	3.457	12
Banif Bank (Malta)	4.856	919	2.972	884
Banif Fortuny	4.778	222	-	-
Investaçor Hotéis SA	4.748	(138)	3.262	(67)
Banco Caboverdiano de Negocios	4.593	(550)	4.438	(645)
Banif International Holdings	2.099	(165)	1.269	89
Banif Iberia	1.925	(10)	-	-
Banif Nitor FIM	1.839	(313)	-	-
Capven	1.795	651	2.528	-
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	1.466	113	1.147	(3)
Banif Açor Pensões	1.446	(50)	1.395	(48)
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	1.060	(170)	615	(27)
Art Invest	1.011	146	1.241	-
Banif Maestro	482	(12)	-	-
SPE Panorama	458	2	214	3
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	448	(16)	431	10
Banif Finance (USA)	408	(131)	759	(2)
Banif Nitor Institucional FIM	288	(9)	-	-
Centro Venture	260	(2)	259	(6)
FIP Banif Real Estate	248	1	172	(4)
Banif Nitor FI Ações	196	(19)	-	-
Finab	181	(105)	156	(72)
Banif Inv. Moderado	147	-	-	-
Banif Forfaiting	132	(124)	37	(7)
Banif Inv. Conservador	59	-	-	-
Banif Capital	55	55	139	28
Beta Securitizadora	28	(2)	20	(2)
Banif Financial Services Inc	23	-	6	-
Banif Trading Inc	20	-	23	9
Investaçor SGPS SA	(4.632)	77	2.738	151
Vestiban - Gestão e Investimentos, SA	-	-	53	(18)
Fundos Banif Multi Fund	-	-	4.840	-
Banif Portofolio	-	-	1.133	(107)
Amazonia Energia II	-	-	1	-
	<b>693.832</b>	<b>(22.089)</b>	<b>446.616</b>	<b>(27.645)</b>

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituído por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade



## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Em 2009 foram efectuadas recompras no montante de 45,1 milhões de euros.

- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

A rubrica de interesses que não controlam relativa ao Banif Cayman respeita à:

- Emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

**35. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
<b>Juros e rendimentos Similares</b>		
Juros de disponibilidades	2.602	8.105
Juros de aplicações em IC	25.757	37.446
Juros de crédito a clientes	566.578	693.579
Juros de crédito vencido	11.588	9.899
Juros e rendimentos similares de outros activos	159.281	187.856
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	10.070	7.557
	<u>775.876</u>	<u>944.442</u>
<b>Juros e encargos Similares</b>		
Juros de recursos de bancos centrais	11.692	9.828
Juros de recursos de outras IC	59.044	111.812
Juros de recursos de clientes	188.509	251.710
Juros de empréstimos	10.082	2.517
Juros responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	78.982	120.806
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	74.294	84.053
Juros de passivos subordinados	12.183	21.098
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	7.064	6.023
Outros	47.286	68.020
	<u>489.136</u>	<u>675.867</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	1.524	2.883
	<u>1.524</u>	<u>2.883</u>

37. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	12.041	10.007
Operações de crédito	1.246	1.396
Anuidades	3.255	3.120
Gestão de cartões	9.725	2.466
Transferência de valores	1.023	788
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	14.041	17.697
Administração de valores	554	1.390
Cobrança de valores	4.728	2.702
Depósito e guarda de valores	303	362
Outros serviços prestados	22.747	28.172
Outras comissões recebidas	56.293	48.137
	<u>125.956</u>	<u>116.237</u>
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	3.828	559
Por outros serviços recebidos	7.780	7.900
Outras comissões pagas	3.770	5.412
	<u>15.378</u>	<u>13.871</u>

Em rendimento com comissões encontram-se registados 14.041 milhares de euros (17.697 milhares de euros em 2008) de gestão de investimentos colectivos em valores mobiliários.

*Handwritten signature and initials*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**38. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	199.647	75.037
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	41.912	20.317
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	430.407	697.345
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	22.508	65.856
	<u>694.474</u>	<u>858.555</u>
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	158.070	95.025
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	30.268	24.171
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	465.302	687.402
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	-	1.860
	<u>653.640</u>	<u>808.458</u>

**39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	7.193	5.462
Recuperação de crédito e juros	4.643	3.307
Reembolso de despesas	14.826	19.398
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	25.501	2.839
Recompra passivos emitidos	32.111	-
Outros	60.106	51.337
	<u>144.380</u>	<u>82.343</u>
Outros custos		
Quotizações e donativos	666	817
Contribuições para FGD e FGCAM	2.288	1.495
Outros impostos	10.963	9.489
Perdas na alienação de créditos a clientes	0	1.053
Outros	38.442	41.517
	<u>52.359</u>	<u>54.371</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**40. CUSTOS COM PESSOAL**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	9.230	9.384
Remuneração de empregados	<u>114.750</u>	<u>110.201</u>
	123.980	119.585
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	27.668	25.322
Encargos com pensões:		
- Plano de benefício definido (Nota 46.1.3 e Nota 46.1.5)	6.692	7.637
- Planos de contribuições definidas	2.984	960
Outros encargos sociais	<u>2.281</u>	<u>1.694</u>
	39.625	35.613
Outros custos com pessoal	<u>6.920</u>	<u>7.408</u>
	<u>170.525</u>	<u>162.606</u>

**41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Serviços especializados	38.514	33.533
Comunicações	13.306	13.902
Publicidade e edição de publicações	11.754	17.210
Deslocações, estadas e representação	6.283	7.144
Conservação e reparação	6.881	6.717
Água, energia e combustíveis	4.855	4.830
Rendas e alugueres	22.261	21.139
Seguros	2.791	2.472
Transportes	2.111	2.424
Material de consumo corrente	1.673	2.081
Formação de pessoal	1.072	1.553
Outros	<u>15.716</u>	<u>21.357</u>
	<u>127.217</u>	<u>134.362</u>

**42. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS**

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2009 foi o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31-12-2008</u>	<u>Entrada de entidades no perímetro de consolidação</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações e regularizações</u>	<u>Reversões e recuperações</u>	<u>Saldo em 31-12-2009</u>
Imparidade em crédito concedido	253.714	145.281	242.685	(3.689)	(120.792)	517.199
Total	<u>253.714</u>	<u>145.281</u>	<u>242.685</u>	<u>(3.689)</u>	<u>(120.792)</u>	<u>517.199</u>

→ ID  
 ↓ MR

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2009, o Grupo Rentipar recuperou 9.715 milhares de euros de crédito abatido ao activo, incluídos na rubrica "Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações" da demonstração de resultados.

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2009 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2009
Activos Financeiros disponíveis para venda	3.779	-	17.307	-	-	21.086
Activos não correntes detidos para venda	5.422	448	3.687	-	(5.288)	4.269
Investimentos em associadas e filiais	1.614	-	182	(1.793)	179	182
Propriedades de investimento	-	-	456	-	-	456
Devedoras e outras aplicações	7.459	-	4.875	(4.888)	(1.019)	6.427
<b>Total</b>	<b>18.274</b>	<b>448</b>	<b>26.507</b>	<b>(6.681)</b>	<b>(6.128)</b>	<b>32.420</b>

### 43. RESULTADOS POR ACÇÃO

#### 43.1 Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
<b>Básicos</b>		
Resultado do exercício	52.938	27.091
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9.000.000	9.000.000
Resultado por acção básico (expresso em € por acção)	<b>5,88</b>	<b>3,01</b>

#### 43.2 Resultados por acção diluídos

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
<b>Diluídos</b>		
Resultado do exercício	52.938	27.091
N.º médio de acções:		
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9.000.000	9.000.000
Numero médio ponderado de acções ordinárias ajustadas para cálculo do ganho por acção diluído	9.000.000	9.000.000
Resultado por acção diluído (expresso em € por acção)	<b>5,88</b>	<b>3,01</b>

### 44. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo II – Actividade do Grupo Rentipar em 2009, ponto 2.3 – Controlo dos Riscos de Actividade do Relatório de Gestão.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e respectivos métodos de valorização:

31-12-2009

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação		Total
		Análise de mercado	Outras	
<b>Activos</b>				
Activos financeiros detidos para negociação	176.131	137.353	38.165	351.649
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	354.745	121.157	-	475.902
Activos financeiros disponíveis para venda	84.511	10.644	10.216	105.371
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	41.623	42.707	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	220.249	-	220.249
Responsabilidade representadas por títulos	-	480.434	-	480.434

31-12-2008

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação		Total
		Análise de mercado	Outras	
<b>Activos</b>				
Activos financeiros detidos para negociação	146.057	121.764	6.903	274.724
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	248.520	14.340	-	262.860
Activos financeiros disponíveis para venda	89.881	53.980	15.615	159.476
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	41.934	-	41.934
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	267.196	-	267.196

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado;
- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

FD  
 ↓ DC

H

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica "responsabilidades representadas por títulos" incluída nesta análise corresponde à emissão do Banif 2009 – 2012, elemento coberto. As restantes emissões estão contabilizadas ao custo amortizado (Nota 29).

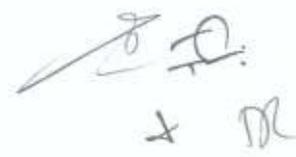
O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.10.2.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos *swaps* de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2009, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	Moeda	
	EUR	USD
1 dia	0,29%	0,20%
7 dias	0,33%	0,23%
15 dias	0,35%	0,24%
1 mês	0,43%	0,27%
2 meses	0,45%	0,33%
3 meses	0,60%	0,36%
4 meses	0,70%	0,50%
5 meses	0,80%	0,64%
6 meses	0,90%	0,79%
7 meses	0,93%	0,79%
8 meses	0,95%	0,80%
9 meses	0,97%	0,80%
10 meses	1,07%	0,76%
11 meses	1,16%	0,71%
1 ano	1,26%	0,67%
2 anos	1,88%	1,42%
3 anos	2,25%	2,06%
4 anos	2,53%	2,52%
5 anos	2,81%	2,98%
6 anos	3,01%	3,26%
7 anos	3,22%	3,54%
8 anos	3,34%	3,68%
9 anos	3,46%	3,83%
10 anos	3,58%	3,97%
20 anos	4,06%	4,47%
30 anos	3,94%	4,54%

As alterações ao justo valor de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" imputáveis a alterações de risco de crédito da entidade tiveram um impacto de 917 milhares de euros nos resultados de 2008 (+9.558 milhares de euros em 2008).



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

31-12-2009

	<b>Valor de balanço</b>	<b>Justo valor</b>	<b>Ganho/perda não reconhecido</b>
<b>Activos</b>			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	829.473	829.473	-
Créditos e outros valores a receber	11.529.383	11.526.630	(2.753)
Activos não correntes detidos para venda	85.552	88.629	3.077
<b>Passivos</b>			
Recursos de IC's	3.010.055	3.010.055	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.690.679	6.690.679	-
Responsabilidade representadas por títulos	1.897.298	1.897.298	-

31-12-2008

	<b>Valor de balanço</b>	<b>Justo valor</b>	<b>Ganho/perda não reconhecido</b>
<b>Activos</b>			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	612.467	612.467	-
Créditos e outros valores a receber	10.420.522	10.420.497	-25
Activos não correntes detidos para venda	71.499	76.090	4.591
<b>Passivos</b>			
Recursos de IC's	3.046.852	3.046.852	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.484.060	6.484.165	105
Responsabilidade representadas por títulos	1.565.642	1.565.642	-

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas em Dezembro de 2009 (condições correntes de mercado).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

46. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

46.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

46.1.1 Descrição geral

Em 2008, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social.

O fundo e o respectivo Plano de Pensões, em vigor até à aprovação do referido Acordo de Empresa (AE), davam cumprimento ao conjunto de benefícios estipulados no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV) em matéria de Segurança Social, designadamente nas cláusulas 136ª e seguintes. Tratava-se de um Plano de Benefício Definido (BD) cujo financiamento era suportado pelo Associado (Sociedade) e pelos Participantes (colaboradores enquadráveis no âmbito da cláusula 137ª-A do ACT).

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o Fundo foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III:

- Plano de Pensões I que deu continuidade ao anterior Plano de Pensões de BD, integrando não só os reformados – como decorre directamente da legislação aplicável – como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos);
- Plano de Pensões II, de Contribuição Definida (CD), que abrangeu todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu não só um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários, como também a atribuição de uma contribuição inicial a afectar às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras.
- Plano de Pensões III, também de Contribuição Definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários.

O Plano II e o Plano III iniciaram-se em 1 de Outubro de 2008, assim como as respectivas contribuições regulares do Associado e dos Participantes.

Em consequência da transformação do Plano de Pensões, houve uma redução material no número de empregados no activo abrangidos para efeitos da atribuição de complementos de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência (benefícios prometidos) ao abrigo pelo Plano de Benefício Definido. Para avaliar o impacto deste corte, foram efectuados estudos actuariais com referência a 1 de Outubro de 2008, tendo a Sociedade reconhecido até essa data as responsabilidades com o anterior Plano de Benefício Definido e, após essa data, as responsabilidades com o Plano de Pensões I.



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Na data da transformação do Fundo, a Sociedade reconheceu também a totalidade das contribuições iniciais para o Plano de Pensões II (de Contribuição Definida).

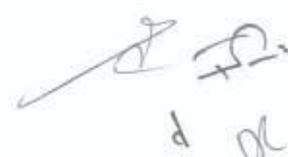
Em 1 de Janeiro de 2009, esta Sociedade incorporou por fusão o Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), tendo sido transmitidos para a mesma todos os direitos e obrigações assumidos pela sociedade incorporada, implicando a integração na Sociedade de todos os meios humanos do BBCA e respectivos vínculos jurídico-laborais. Deste modo, a Sociedade assumiu as responsabilidades com o Plano de Pensões BBCA, que abrange todos os empregados da sociedade incorporada à data da fusão por incorporação.

#### 46.1.2 Descrição dos benefícios

Os benefícios aos empregados assumidos pela Sociedade ao abrigo dos referidos planos de pensões são:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
  - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
  - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBCA (benefício definido), fechado a novas adesões, ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV), aos empregados do BBCA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, plano independente dos regimes públicos de Segurança Social. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:



Handwritten signature and initials, possibly 'd' and 'DC', located at the bottom right of the page.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;
- Fundo de Pensões BBKA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBKA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são da responsabilidade da actuária Dr.ª Ana Marta Vasa, da Watson Wyatt (Portugal), Unipessoal Limitada, uma empresa Towers Watson.

46.1.3 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2009, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 86 Pensionistas (76, em 2008) e 18 Activos (26, em 2008), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.411 Activos (1.803, em 2008), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj	Unit Credit Proj	Unit Credit Proj
Tábua de Mortalidade:			
- Homens	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	6,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2008, alterou-se da taxa de desconto, que passou de 5,75% para 5,00% para o benefício de pensões de reforma do Plano de Pensões I, e 6,00% para o benefício do SAMS também do Plano de Pensões I. Esta alteração teve por objectivo

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto referidas corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA"), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos beneficiários.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 10 anos. Em contrapartida, para o benefício com os SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 26 anos.

Adicionalmente a taxa de crescimento salarial também foi alterada de forma a melhor ilustrar a realidade existente na Sociedade. Assim, face à última avaliação sofreu um decréscimo, passando para 3,00%.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

### b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço e o impacto do corte em 2008 eram:

	2009	2008			
		31/12/08	1/10/08	Corte	1/10/08
Valor Actual das Responsabilidades:					
Pensões em pagamento	18.799	12.573	12.386	0	12.386
Serviços passados de activos	3.015	8.346	8.167	(42.185)	50.352
Encargos com SAMS	4.986	5.204	4.982	(4.882)	9.864
Total	26.800	26.123	25.535	(47.067)	72.602
Justo valor dos activos do Plano	(26.930)	(25.913)	(28.217)	(39.114)	(67.331)
Deficit	(130)	210	(2.682)		5.271
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos					
"Corredor"	(2.693)	(2.612)	(2.554)	(4.707)	(7.260)
Excesso ao "Corredor"	(2.353)	(3.651)	(1.191)	(2.196)	(3.387)
Total	(5.046)	(6.263)	(3.745)	(6.903)	(10.647)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(5.176)	(6.053)	(6.427)		(5.377)
Efeito líquido do "corte" e transformação do Fundo:				1.050	

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2009, era de 349 milhares de euros (3.051 milhares de euros, em 2008).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 2.693 milhares de euros (2.612 milhares de euros, em 2008) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 2.353 milhares de euros (3.651 milhares de euros, em 2008), será amortizado por 1 ano, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para os SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 771 milhares de euros (805 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008), ou a redução de 765 milhares de euros (797 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 5,7 milhares de euros (24 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008), ou a redução 0,9 milhares de euros (25 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008).

### c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões I (relativamente a 2008, apresenta-se separadamente os custos suportados até 1 de Outubro de 2008 e após essa data):

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Custo do serviço corrente	76	245	2.959
Custo dos juros	1.502	383	3.035
Rendimento esperado	(1.388)	(370)	(2.858)
Perdas actuárias reconhecidas no ano	1.982	21	100
Encargos suportados benef. / outros	(19)	0	(551)
<b>Total gastos do exercício</b>	<b>2.154</b>	<b>279</b>	<b>2.685</b>

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2008) na medida em que todos se reformam por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

### d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto (em 2008 inclui o efeito do corte):

	2009	2008		
		31/12/08	Corte	1/10/08
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	26.123	25.535	(47.067);	73.567
Custo do serviço corrente	76	245	-	2.959
Custo dos juros	1.502	383	-	3.035
Perdas (ganhos) actuariais	544	351	-	(6.287)
Pensões Pagas	(1.445)	(391);	-	(672)
<b>Valor Actual das Responsabilidades finais</b>	<b>26.800</b>	<b>26.123</b>	<b>(47.067);</b>	<b>72.602</b>

### e) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi (em 2008 inclui o efeito do corte):

	2009	2008		
		31/12/08	Corte	1/10/08
Valor do Fundo no início do ano	25.913	28.217	(39.114);	71.140
Rendimento esperado	1.388	370	-	2.858
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(64)	(2.283);	-	(6.545)
Contribuição entregue ao fundo	1.139	0	-	551
Pensões pagas pelo fundo	(1.445)	(391);	-	(672)
<b>Valor do Fundo no final do ano</b>	<b>26.930</b>	<b>25.913</b>	<b>(39.114);</b>	<b>67.331</b>

Handwritten notes and arrows at the bottom right of the page, including a large arrow pointing upwards and the letters 'FD' and 'M'.



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As contribuições realizadas em 2009, no montante de 1.139 milhares de euros (551 milhares de euros, em 2008), foram realizadas em numerário.

Em 2010, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 353 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2009		2008	
	Montante	%	Montante	%
Acções	1.629	6,0%	539	2,1%
Fundos de Investimento	8.156	30,3%	8.240	31,8%
Dívida Pública	0	0,0%	0	0,0%
Obrigações diversas	3.436	12,8%	3.275	12,6%
Imóveis	9.332	34,7%	9.332	36,0%
Mercado monetário	3.046	11,3%	4.293	16,6%
Outros	1.332	4,9%	235	0,9%
<b>Total</b>	<b>26.930</b>	<b>100,0%</b>	<b>25.913</b>	<b>100,0%</b>

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2008).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2009, 2.553 milhares de euros (1.875 milhares de euros, em 2008) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 2.925 milhares de euros (3.825 milhares de euros, em 2008) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior (apresentando-se separadamente os períodos até 1 de Outubro de 2008 e após essa data) foram:

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Taxa de Mortalidade	0,11%	0,06%	0,06%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,35%	0,35%
Taxa de Rendimento do Fundo	5,31%	-11,66%	-4,95%
Taxa Crescimento Salários	4,61%	4,01%	4,43%
Taxa Crescimento Pensões	1,45%	11,87%	11,87%
Taxa de 'turnover'	0,00%	6,00%	2,97%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido, nos últimos 5 anos, apresenta-se da seguinte forma:

	2009	2008	2007	2006	2005
Valor Actual das Responsabilidades	26.800	26.123	73.567	72.499	64.941
Valor do Fundo	26.930	25.913	71.140	65.881	54.426
(Déficit) Superávit	130	(210)	(2.427)	(6.618)	(10.516)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	(544)	(351)	4.888	(2.121)	(11.033)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(64)	(2.283)	(2.169)	828	817

*[Handwritten signatures and initials]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

46.1.4 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2009, a Sociedade efectuou contribuições 2.793 milhares de euros (800 milhares de euros em 2008) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 89 milhares de euros de contribuição corrente (11 milhares de euros de contribuição corrente e 2.160 milhares de euros de contribuição inicial em 2008).

46.1.5 Plano de Pensões BBKA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2009, o Fundo abrangia uma população de 251 Pensionistas (241, em 2008) e 391 Activos (407, em 2008).

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2009	2008
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,75%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,75%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,75%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2008, alterou-se da taxa de desconto que passou de 5,75% para 5,50%. Esta alteração teve por objectivo reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto de 5,50% corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (16 anos).

Adicionalmente também foi alterada a taxa de crescimento de pensões de 2,0% para 1,75%, que, de acordo com a estimativa de longo prazo, se adequa à evolução da inflação.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.



2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2009	2008
<b>Valor Actual das Responsabilidades:</b>		
Pensões em pagamento	51.284	47.398
Serviços passados de activos	49.198	47.544
Encargos com SAMS	6.584	6.211
Subsídio por Morte	1.839	1.702
Total	108.905	102.855
Justo valor dos activos do Plano	(101.073)	(92.046)
Deficit	7.832	10.809
<b>Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos</b>		
"Corredor"	(10.891)	(10.286)
Excesso ao "Corredor"	(6.187)	(6.226)
Total	(17.077)	(16.511)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(9.245)	(5.702)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2009, era de 26.558 milhares de euros (27.210 milhares de euros, em 2008).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 10.891 milhares de euros (10.286 milhares de euros, em 2008) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 6.187 milhares de euros (6.226 milhares de euros, em 2008), será amortizado por 16 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2009, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para os SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 1.012 milhares de euros (957 milhares de euros, em 2008), ou redução de 1.013 milhares de euros (955 milhares de euros, em 2008) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 20 milhares de euros (19 milhares de euros, em 2008), ou redução de 17 milhares de euros (18 milhares de euros, em 2008).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	2.025	2.004
Custo dos juros	5.914	5.427
Rendimento esperado	(5.048)	(5.188)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	346	0
Custos Reformas Antecipadas	1.395	2.547
Encargos suportados pelos beneficiários	(94)	(117)
Total gastos do exercício	4.538	4.673

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

*[Handwritten signature and initials]*

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2009	2008
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	102.855	98.670
Custo do serviço corrente	2.025	2.004
Custo dos juros	5.914	5.427
Perdas (ganhos) actuariais	322	(2.752)
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	1.395	2.547
Pensões Pagas	(3.606)	(3.041)
Valor Actual das Responsabilidades finais	108.905	102.855

e) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2009	2008
Valor do Fundo no início do ano	92.046	97.597
Rendimento esperado	5.048	5.188
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(591)	(16.456)
Contribuição entregue ao fundo	8.175	8.758
Pensões pagas pelo fundo	(3.606)	(3.041)
Valor do Fundo no final do ano	101.073	92.046

As contribuições realizadas em 2009, no montante de 8.175 milhares de euros, foram realizadas em numerário.

Em 2010, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 4.044 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2009		2008	
	Montante	%	Montante	%
Acções	5.734	5,7%	1.721	1,9%
Fundos de Investimento	54.024	53,5%	43.477	47,2%
Dívida Pública	0	0,0%	0	0,0%
Obrigações diversas	12.329	12,2%	10.939	11,9%
Imóveis	14.231	14,1%	14.231	15,5%
Mercado monetário	11.217	11,1%	22.202	24,1%
Outros	3.537	3,5%	(525)	-0,6%
Total	101.073	100,0%	92.046	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.185 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2008).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2009, 9.075 milhares de euros (6.095 milhares de euros, em, 2008) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 10.802 milhares de

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

euros (21.875 milhares de euros, em 2008) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

### f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2009	2008
Taxa de Mortalidade	0,77%	0,79%
Taxa de Invalidez	0,49%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	4,89%	-11,64%
Taxa Crescimento Salários	4,40%	4,12%
Taxa Crescimento Pensões	0,43%	3,83%
Taxa de 'turnover'	0,25%	1,21%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2009	2008	2007	2006	2005
Valor Actual das Responsabilidades	108.905	102.855	98.670	102.374	100.256
Valor do Fundo	101.073	92.046	97.597	90.854	82.140
(Déficit) Superávit	(7.832)	(10.809)	(1.073)	(11.520)	(18.116)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	(322)	2.752	9.477	2.094	(12.483)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(591)	(16.456)	(2.575)	1.638	1.271

### 46.2 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA celebrou, em 31 de Dezembro de 2008, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Sénior. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

O número inicial de unidades de participação desta adesão colectiva, no montante de 1.124,5 milhares de euros, correspondeu ao montante das provisões matemáticas existentes à data do início deste contrato, no anterior contrato de Seguro Grupo celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, denominado "Plano Investimento Futuro", as quais foram transferidas para o actual contrato.

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 25,5 milhares de euros.

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

### 46.3 Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A.

A Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A. celebrou, em 5 de Junho de 2009, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Sénior. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Handwritten signature and initials, possibly 'JL' and 'DK', with a checkmark.

## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 6,4 milhares de euros.

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

### 46.4 Banif – Banco de Investimento, S.A. e Associadas

O Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 26 de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o fundo de pensões BBI & Associadas. Trata-se de um fundo de pensões fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 159,1 milhares de euros (160,2 milhares de euros em 2008), sendo 137,1 milhares de euros (138,6 milhares de euros em 2008) pelo Banif – Banco de Investimento, 18,5 milhares de euros (19,3 milhares de euros em 2008) pela Banif Gestão de Activos e 3,5 milhares de euros (2,3 milhares de euros em 2008) pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 35,2 milhares de euros (27 milhares de euros em 2008).

### 47. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam na rubrica de "Rendas e alugueres" dos Gastos Gerais Administrativos (Nota 41) e referem-se principalmente a edifícios arrendados para instalação de balcões.

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

<u>Outros activos em locação operacional</u>	<u>Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável</u>	<u>Pagamentos mínimos em locação</u>	<u>Rendas contingentes reconhecidas em resultados</u>
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	5.781	55	17
Entre 1 e 5 Anos	3.649	459	148
Superior a 5 Anos	36.373	-	-
Total	<u>45.803</u>	<u>514</u>	<u>165</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
**RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

**48. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	Elementos chave de gestão		Membros próximos da família dos Elementos chave de		Associadas		Outras Entidades	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Crédito e aplicações	1.859	1.781	81	103	106.079	192.894	17.366	30.775
Depósitos	3.706	4.881	812	866	22.865	42.970	818	2.335
Suprimentos	-	-	-	-	6.677	6.677	13.500	13.750
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	1.136	-	5	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	6	915	292	15.807
Comissões e serviços	-	1	-	-	726	413	21	817
Juros e encargos	127	125	29	24	1.159	2.278	290	361
Juros e Rendimentos	28	36	2	2	5.270	681	892	117

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações do pessoal chave de gestão da Rentipar Financeira, SGPS, SA

2009: 118 milhares de euros

2008: -

As partes relacionadas do Grupo Rentipar são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Comendador Horácio da Silva Roque  
 Dr. Fernando José Inverno da Piedade  
 Sr. Vítor Hugo Simons  
 Dr. José Marques de Almeida  
 Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro  
 Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos  
 Dr. Carlos David Duarte de Almeida  
 Dr. António Manuel Rocha Moreira  
 Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes  
 Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Paula Maria Ramos dos Santos Caetano  
 Paula Cristina Moura Roque  
 Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida  
 Pedro David Maçanita Duarte de Almeida  
 Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos  
 Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires

7

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Filipe Gouveia Marques dos Santos  
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto  
Artur Rangel Fernandes  
Nicole Rangel Fernandes  
Mateus Boarotto Fernandes  
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira  
Joana Sá Reis Rocha Moreira  
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira  
Maria Alice Pereira de Almeida  
João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Maria José Pereira Marques de Almeida  
Maria João Pereira Marques de Almeida  
Catherine Thérèse Laurence da Silveira  
Alexandre Tiago da Silveira  
Héloise Maria da Silveira  
Gaspar Antoine da Silveira  
Luisa Maria Campina Pinto da Piedade  
Carolina Pinto Inverno da Piedade  
Leonor Pinto Inverno da Piedade  
Ana bela Delgado Courinha e Ramos Simons  
Nidia da Mota Simons  
João Pedro da Mota Simons  
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons  
Lorenzo Roque Dal Fabbro  
Bianca Maria Roque Dal Fabbro

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SGPS  
Companhia de Seguros Açoreana  
Espaço Dez  
Banca Pueyo  
Bankpime  
Imobiliária Vegas Altas  
MCO2  
Banco Pecúnia

Outras entidades:

Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS  
Joaquim Ferreira de Amorim  
Evaesco SGPS  
Jorge Sá  
J. Sá & Filhos, Lda  
Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda  
Rentipar Investimentos, SGPS  
Rentipar Industria SGPS  
Rentiglobo, SGPS  
Empresa Madeirense de Tabacos  
SIET Savoy  
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira  
RAMA – Rações para Animais  
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas  
Aviatlântico  
SOIL, SGPS  
Rentimundi – Investimentos Imobiliários

J+D  
↓ TR

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Mundiglobo – Habitação e Investimentos  
Habiprede – Sociedade de Construções  
Genius – Mediação de Seguros  
Rentimedis – Mediação de Seguros  
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo (ver Nota 46)  
Dualimo

49. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Banif - SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2009, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

Em Janeiro de 2010, o Grupo Rentipar celebrou um acordo de venda com o Banco Société Générale Brasil, S.A. para a alienação da participação de 30% do Banco Pecúnia, S.A. no Brasil pelo montante de 15,2 milhões de euros.

A Rentipar Seguros, SGPS, SA celebrou um acordo para a aquisição de uma participação de 83,52% no capital social e direitos de voto da Global – Companhia de Seguros, SA e de 83,57% no capital social e direitos de voto da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA, pelo montante de 114,6 milhões de euros, cujo processo ficou nesta data concluído em Março de 2010.

50. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Seguidamente apresentam-se as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB/IRIC que ainda não entraram em vigor e que o Grupo não adoptou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios que terminem em 2010:

Alterações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis para cobertura

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.

#### IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de Imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

#### Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

#### Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.



## 2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia.

### IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

### Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

### Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento.

De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

### IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *equity swap* devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser

+ TR

17

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

17  
+  
17

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, da Variação em Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração da **Rentipar Financeira, SGPS, S.A.**

Acompanhámos durante o exercício de 2009 a actividade da Sociedade, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, que nos permitiu o pleno desempenho das nossas funções.

Os critérios valorimétricos utilizados obedecem às Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), de acordo com o definido pelo Banco de Portugal, reflectem de uma forma clara a actividade financeira da empresa e estão explicitados no Anexo às Contas.

Consideramos que o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração espelha os negócios da Sociedade durante o exercício, bem como a sua evolução previsível.

As demonstrações financeiras da Sociedade, preparadas em base NCA, que serão submetidas à aprovação dos accionistas, apresentam um resultado positivo de € 34.887 milhares de euros.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas, emitido pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual manifesta a sua concordância.



Handwritten signatures of the Fiscal Council members, including a large signature at the top right and another signature below it.

Nesta conformidade somos do parecer que sejam aprovados, pelos Accionistas, os documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 30 de Abril de 2010

**O CONSELHO FISCAL**



Handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J. L. P. de Macedo'.

José Luiz Pereira de Macedo - Presidente



Handwritten signature in black ink, appearing to read 'C. A. da Costa Martins'.

Carlos Alberto da Costa Martins



Handwritten signature in black ink, appearing to read 'T. L. Camoesas Castelo'.

Teresa Lucinda Camoesas Castelo

## Certificação Legal das Contas (Contas individuais)

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 559.896 milhares de Euros e um total de capital próprio de 413.626 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 34.887 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

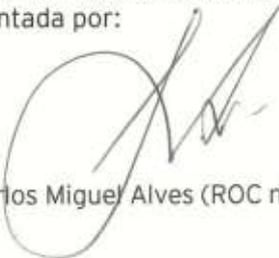
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Lisboa, 30 de Abril de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

**Certificação Legal das Contas  
(Contas consolidadas)**

**Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de balanço de 14.513.242 milhares de Euros e um total de capital próprio de 547.097 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 52.938 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios Consolidada e a Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Rentipar Financeira - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 30 de Abril de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

